FAMÍLIA E CASAL:
efeitos da contemporaneidade

Reitor
Pe. Jesus Hortal Sánchez SJ

Vice-Reitor
Pe. Josafá Carlos de Siqueira SJ

Vice-Reitor para Assuntos Acadêmicos
Prof. José Ricardo Bergmann

Vice-Reitor para Assuntos Administrativos
Prof. Luiz Carlos Scavarda do Carmo

Vice-Reitor para Assuntos Comunitários
Prof. Augusto Luiz Duarte Lopes Sampaio

Vice-Reitor para Assuntos de Desenvolvimento
Pe. Francisco Ivern Simó SJ

Decanos
Profª Maria Clara Lucchetti Bingemer (CTCH)
Prof. Luiz Roberto A. Cunha (CCS)
Prof. Reinaldo Calixto de Campos (CTC)
Prof. Hilton Augusto Koch (CCBM)

FAMÍLIA E CASAL:
efeitos da contemporaneidade

Terezinha Féres-Carneiro
Organizadora

EDITORA
PUC
RIO

© Editora PUC-Rio
Rua Marquês de S.Vicente, 225 – Projeto Comunicar
Praça Alceu Amoroso Lima, casa da Editora (atrás da DAR)
Gávea – Rio de Janeiro – RJ – CEP 22453-900
Telefax: (21)3527-1838/3527-1760
Site: www.puc-rio.br/editorapucrio
E-mail: edpucrio@puc-rio.br

Conselho Editorial
Augusto Sampaio, Cesar Romero Jacob, Fernando Sá, José Ricardo Bergmann, Luiz Roberto A. Cunha, Maria Clara Lucchetti Bingemer, Miguel Pereira e Reinaldo Calixto de Campos.

Projeto Gráfico do Miolo
José Antonio de Oliveira

Revisão de originais
Débora de Castro Barros

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Editora.

ISBN 978-85-87926-74-6
©Editora PUC-Rio, Rio de Janeiro, Brasil, 2009.

Família e casal: efeitos da contemporaneidade /organização:
Terezinha Feres-Carneiro. – Rio de Janeiro : Ed. PUC-Rio, 2005.

320 p. ; 21 cm

Inclui bibliografia.
1.Família. 2. Família – Aspectos psicológicos. 3. Casamento.
4. Casamento – Aspectos psicológicos. I. Carneiro, Terezinha Féres.

CDD: 306.8

Sumário

Apresentação 7
Terezinha Féres-Carneiro – PUC-Rio

Nem tudo que muda, muda tudo:
um estudo sobre as funções da família 11
Maria Consuêlo Passos – PUC-SP e UNIMARCO

Conquistando a herança:
sobre o papel da transmissão psíquica familiar
no processo de subjetivação 24
Andrea Seixas Magalhães e *Terezinha Féres-Carneiro* – PUC-Rio

Família e educação: aspectos relativos a diferentes gerações 33
Adriana Wagner – PUC-RS

Famílias monoparentais adotivas:
a importância de uma rede de apoio 50
Lidia Levy – PUC-Rio

Sintaxe subjacente a atitudes e percepções entre cônjuges 58
Cílio Ziviani – PUC-Rio

Atitudes de jovens solteiros frente à família e ao casamento:
novas tendências? 93
Bernardo Jablonski – PUC-Rio

Conjugalidade dos pais e projeto dos filhos
frente ao laço conjugal 111
Terezinha Féres-Carneiro e *Andrea Seixas Magalhães* – PUC-Rio

Variações sobre um antigo tema:
a maternidade para mulheres
com uma carreira profissional bem-sucedida 122
Maria Lúcia Rocha-Coutinho – UFRJ

A História e as histórias de mulheres sobre o casamento e a família 138
Gláucia Diniz e *Vera Coelho* – UnB

Avós que criam seus netos: circunstâncias e consequências 158
Cristina Maria de Souza Brito Dias, *Juliana Monteiro da Costa* e
Verônica Alves Rangel – UNICAP

Da solidão à solidariedade:
grupos de familiares de idosos com demência 177
Vera Coelho e Gláucia Diniz – UnB

"O excesso de alguma coisa é a falta de alguma coisa."
Mas o que estará faltando? A obesidade mórbida em questão 200
Maria do Carmo Cintra de Almeida Prado – UERJ

Uma crítica epistemológica da clínica e
da pesquisa familiar da esquizofrenia 223
Ileno Izídio da Costa – UnB

Famílias na rede de saúde mental e esquizoanálise:
uma aproximação possível 251
Roberta Romagnoli – PUC-Minas

Violência simbólica e organizações familiares 266
Paulo Roberto Ceccarelli – PUC-Minas

A difícil arte da convivência conjugal:
a dialética do amor e da violência 278
Maria de Fátima Araújo – UNESP

Perspectivas da clínica ampliada face a uma morte anunciada 294
Teresa Cristina Carreteiro – UFF

A formação clínica do estagiário de psicologia
em atendimento a casais e famílias na abordagem psicanalítica 304
Isabel Cristina Gomes – USP

Sobre os autores 317

Apresentação[1]

Terezinha Féres-Carneiro
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Família e casal: efeitos da contemporaneidade divulga o conjunto de pesquisas debatidas pelos membros do Grupo de Trabalho "Casal e família: estudos psicossociais e psicoterapia", reunido no X Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia, em Aracruz, Espírito Santo, em maio de 2004. Participaram do referido GT 19 pesquisadores de sete Estados brasileiros, filiados a 12 universidades, e cujas publicações compõem uma parte significativa da produção brasileira na área. A metodologia de trabalho do grupo foi muito produtiva e instigante: os textos a serem discutidos foram disponibilizados com mais de um mês de antecedência e lidos antes do Simpósio pelos membros do grupo, havendo para cada texto um relator cuja principal função consistia em fazer uma síntese e pontuar as questões que eram, em seguida, discutidas com o autor e os demais participantes.

Dos 18 trabalhos de pesquisa discutidos e apresentados nesta coletânea, 13 fazem referência a dados empíricos da família e/ou do casal, provenientes da clínica ou do contexto psicossocial, variando de estudos de caso único a estudos quantitativos com grandes amostras. Os cinco trabalhos teóricos apresentam uma trama conceitual bastante relevante para a discussão da estrutura e da dinâmica da família e do

[1] Participaram da organização deste livro as bolsistas de Iniciação Científica: Bianka Andrade Bruno, Clara Duarte Guimarães, Paula Jardim, Rebeca Nonato Machado, Renata Stellmann de S. Lima, Suliane Porto e a bolsista de Apoio Técnico Renata Mello.

casal. Assim, dentre as modalidades de pesquisa desenvolvidas, destacam-se pesquisas teóricas, pesquisas clínicas, pesquisas-intervenção e pesquisas em abordagens quantitativa e qualitativa.

As discussões do GT basearam-se em um eixo central, tendo como ponto de partida uma tentativa de correlacionar pesquisas nas áreas clínica e social. Os trabalhos discutidos e aqui apresentados cobrem todo o ciclo de vida da família – crianças, adolescentes, adultos e idosos –, abordando múltiplas temáticas. Nos trabalhos empíricos destacam-se as seguintes questões: práticas educativas, educação de crianças pelos avós, atitudes e expectativas quanto ao casamento, conjugalidade dos pais e projeto de casamento dos filhos, intersubjetividade dos cônjuges, maternidade e paternidade, saúde e família, relação entre trabalho e família, tendo como foco os adolescentes. Nos trabalhos teóricos são analisados temas como: transmissão psíquica geracional, família e esquizofrenia, interação conjugal, violência simbólica, diferentes abordagens na terapia de família. Na pesquisa-intervenção abordam-se questões relacionadas à busca de adoção e à prática clínica em hospitais universitários e em clínicas-escola.

A pluralidade das pesquisas apresentadas, tanto no que se refere aos referenciais teóricos adotados quanto aos métodos de investigação, favoreceu um intercâmbio produtivo entre os participantes do grupo, aguçando o posicionamento crítico dos pesquisadores, acrescentando inúmeras contribuições. Em vários trabalhos são ressaltadas as questões de gênero, a contextualização das populações investigadas e as novas configurações familiares e conjugais da contemporaneidade. Na discussão sobre a contextualização das populações investigadas, destacaram-se a necessidade de considerarmos a diversidade dos modelos de família e de casal encontrados nas diferentes regiões brasileiras e de remapear historicamente as influências que contribuem para nossa realidade plural. Uma das grandes contribuições das pesquisas realizadas pelo GT é a produção de uma literatura nacional sobre família e casal que considera a singularidade de cada população investigada.

As questões de gênero estão presentes em quase todas as pesquisas, apontando algumas semelhanças, notadamente no que diz respeito ao importante papel da mulher na organização familiar, na transmissão de modelos e na educação dos filhos. Os dados das pesquisas revelam que as mulheres continuam sentindo-se oprimidas pelo modelo patriarcal e pela ditadura da maternidade, principalmente nas classes sociais mais desfavorecidas.

Nos vários trabalhos em que as novas configurações familiares são alvo de investigação, discute-se o quanto podemos considerar que esses modelos são inéditos ou são reproduções camufladas de arranjos

tradicionais com uma roupagem discursiva pós-moderna. Fica evidente que demandas modernas coexistem com padrões clássicos de funcionamento do sistema familiar, o que aumenta a complexidade do trabalho de pesquisa sobre os diferentes fenômenos que dizem respeito à família. Constata-se ainda que, quaisquer que sejam os novos arranjos, as funções do modelo tradicional permanecem, não importando se desempenhadas por distintos membros da família. Pode-se dizer que a questão relacionada às transformações atuais da contemporaneidade e seus efeitos sobre a família e seus membros perpassa o conjunto dos trabalhos discutidos. De modo geral, o debate travado entre os membros do GT e refletido nos textos divulgados em *Família e casal: efeitos da contemporaneidade* teve como linha de demarcação o que pode ser considerado como novo ou antigo nas relações familiares, ou seja, o que apresenta ou não transformações. As discussões levaram os membros do grupo a postularem a importância da investigação sobre a questão das "microdiferenças", que podem ser consideradas "não só novas" e "não unicamente antigas". É a análise prolongada de tais diferenças que poderá evidenciar os significados das mesmas junto às famílias e seus efeitos na sociedade.

Nem tudo que muda, muda tudo: um estudo sobre as funções da família

Maria Consuêlo Passos
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Universidade São Marcos

O debate sobre as metamorfoses da família continua. A cada momento surgem novas questões, outras ressurgem, enquanto muitas deixam de fazer sentido no quadro geral das mudanças processadas no contexto familiar. Em todo esse movimento, dois aspectos mostram-se muito evidentes. Em primeiro lugar, a constatação de que por mais inusitadas que possam parecer certas expressões do indivíduo no grupo, ou mesmo do grupo em sua totalidade, elas certamente evidenciam novas roupagens ou diferentes arranjos e atualizações de experiências já vividas por outras gerações.

O segundo aspecto, colado ao primeiro, diz respeito ao fato de que o novo e o velho estão sempre engendrados nas experiências de um sujeito ou de uma família, sem que necessariamente essa situação seja visível. Dito de outro modo, se a contradição novo/velho se faz dentro de uma dimensão subjetiva, é preciso considerar tanto os aspectos intersubjetivos quanto os intra-subjetivos e transubjetivos, o que torna essa relação imensamente complexa.

Esses dois aspectos estão sempre presentes quando pensamos nas metamorfoses da família, sendo, portanto, indispensável considerá-los quando se trata de investigar as funções do grupo familiar. Seriam essas funções semelhantes àquelas das gerações dos nossos pais e avós? Parece evidente que não. Mas será tão evidente assim? O que se transforma e o que permanece nas funções internas do grupo familiar? Seria mais prudente pensarmos em funções diferentes em modelos de família di-

ferentes? Afinal, existiria algo que é comum a todas as famílias? Adiantamos, desde já, que o desenvolvimento deste trabalho será atravessado por essas questões, o que não significa necessariamente que todas serão respondidas. Convidamos o leitor a nos acompanhar.

1. Por uma questão subjetiva do tempo

Para os propósitos de nossa discussão aqui, é indispensável desde já tornar claro o ponto de vista de que o estudo das funções familiares pressupõe a convivência íntima, e não sem conflito, entre as noções de velho e novo, bem como de visível e invisível. Trata-se de um ponto de vista caro, sobretudo aos cientistas sociais que refletem a respeito das mudanças da sociedade e dos sujeitos como personagens centrais dessas transformações. Os psicanalistas, por sua vez, nem sempre revelam preocupação em expandir a compreensão dos fenômenos psíquicos até as adjacências que os circunscrevem. Pois bem, no que concerne ao funcionamento da família, isso é impossível, pois há movimentos que sempre existirão, enquanto outros são transformados permanentemente.

A concepção que sustenta as reflexões deste trabalho baseia-se na pressuposição de que há sempre uma relação de implicação entre o sujeito e o ambiente, seja este o contexto micro ou macrossocial. Pressupõe, portanto, o que não é nenhuma novidade, que as mudanças sociais se entrelaçam na constituição da subjetividade e vice-versa, embora – é preciso ressaltar – a dimensão subjetiva seja aquela que apresenta mais resistências às transformações. Aquilo que se processa no plano do imaginário, dos desejos, das fantasias, adquire sentidos do ponto de vista intrapsíquico e só se expressa de forma latente nas relações intersubjetivas. Lembremos que há sempre uma tensão ou uma recusa impedindo a expressão das nossas verdades mais íntimas.

É preciso ainda afirmar que as metamorfoses processadas pelo sujeito ou pelo grupo familiar dependem sempre de um entrecruzamento de fatores, aos quais temos acesso limitado. Por isso mesmo o sujeito constitui o aspecto mais complexo e também mais fundamental das transformações, sejam elas da família ou das demais instituições sociais.

Quando se trata da família, a compreensão dos seus processos internos passa inevitavelmente pelas noções de intra-subjetividade, intersubjetividade e transubjetividade como referências que permitem o discernimento daquilo que é próprio ao sujeito, ao outro e ao campo social. Em outros termos, essas noções permitem, simultaneamente, conceber o sujeito em seu contexto histórico e cultural, o grupo como sujeito coletivo e a sociedade como contorno para ambos: sujeito e grupo.

Em conjunto, essas três referências constituem o eixo central que organiza a família e, como tal, balizam suas transformações. Cada uma delas possui particularidades que revelam, seja individual ou entrelaçadamente, as distintas formas pelas quais os sujeitos se movimentam no grupo. A intra-subjetividade diz respeito àquilo que é próprio à realidade interna, à relação que o sujeito mantém com instâncias da ordem do intrapsiquismo, como desejos, sonhos, fantasias etc. A intersubjetividade dimensiona, mais especificamente, as relações entre os sujeitos quase sempre inscritos em algum espaço grupal, seja de família, de amigos, de trabalho etc. A transubjetividade, por sua vez, se refere àquilo que é próprio a uma dimensão social, em seu sentido mais amplo, e tem uma profunda repercussão no sujeito e nas relações entre os sujeitos inseridos nas distintas modalidades institucionais. Neste caso, poderíamos pensar nas implicações que têm determinadas incidências do contexto social na família ou mesmo em seus membros. No Brasil, por exemplo, a violência tem sido um agente desestabilizador, na medida em que gera insegurança e tensão entre os sujeitos, que estão sempre criando estratégias de defesa e reformulando seus mais elementares hábitos cotidianos. Pois bem, essas instâncias, integradamente, nos dão a dimensão das profundas tensões geradas no interior do grupo, quando se trata de definir suas funções.

Assim, partimos do princípio de que cada tipo de família cria suas próprias demandas, não inteiramente novas, produzidas por um complexo entrecruzamento entre o novo e o velho, o individual e o coletivo, o visível e o invisível. A esse respeito, afirma Figueira (1989, p. 21):

> A modernização da família é, portanto, um processo complexo que resulta da modernização dos ideais e das identificações, da dissolução e da criação de categorias classificatórias, da plurificação das aparências e da psicologização dos discursos. Quase não é preciso repetir que este processo está longe de ser linear e que seus resultantes são, portanto, complexos.

Se esse princípio dialético entre o velho e o novo já é consenso entre os estudiosos, ainda há muitos aspectos obscuros no que concerne à forma, ao ritmo e à velocidade das transformações vividas pelos sujeitos, seja individualmente ou em grupo. Na tentativa de fazer avançar essa discussão, Figueira (1989) sugere a existência de uma "modernização reativa" ou "falsa modernização", que dizem respeito a certas *performances* dos sujeitos na tentativa de encontrar saídas para os conflitos e desestabilizações gerados pela velocidade com a qual se transforma a sociedade. Ainda segundo esse autor:

> A modernização reativa se deve, em última instância, ao fato de que a sucessão de ideais no processo de modernização, ao ser extremamente rápida, não dá ao sujeito a oportunidade de se modernizar realmente no seu funcionamento, nos seus conteúdos e na sua identidade. Preso no descompasso entre a grande velocidade da modernização e a grande inércia da subjetividade, o único modo do sujeito conseguir ser moderno, tentar acompanhar as transformações, é através da modernização do conteúdo do comportamento, através da modernização reativa. (p. 29)

Esse descompasso entre mudanças sociais e mudanças subjetivas nos leva de imediato a pensar no ritmo e na velocidade com os quais a família processa suas metamorfoses, já que ela medeia essas duas instâncias que, por natureza, se movimentam em velocidades distintas. Não se trata de dimensionar quantitativamente seus movimentos, mas de tentar verificar as implicações destes na permanência e/ou mudanças das funções do grupo familiar. Isso porque, se diferentes facetas sociais imprimem novos delineamentos a esse grupo, em que medida esses delineamentos estão sincronizados com as demandas de cada sujeito em relação à família? Estamos aqui tratando de demandas intrapsíquicas, aquelas que são estruturantes do psiquismo e, como tais, inerentes à constituição da subjetividade. Tal debate pressupõe algumas reflexões dirigidas, mais exatamente, para uma concepção das funções do grupo familiar.

2. Afinal, para que família?

Essa questão nos remete de imediato aos sentidos implícitos às funções do grupo familiar, tanto no que diz respeito às incidências do grupo em relação a cada um dos seus membros, como no sentido inverso, ou seja, de cada membro em relação ao grupo, e também dos membros entre si. Esses três movimentos se integram e constituem uma rede por meio da qual emergem os sentidos e as funções da família. Significa, portanto, dizer que não só a família tem suas funções em relação aos sujeitos, mas estes também têm uma instrumentalidade em relação ao grupo e, além disso, que os subsistemas interagem delineando suas funções recíprocas, ou seja, os filhos em relação aos pais e vice-versa.

Quando falamos em funções da família, quase sempre nos reportamos às atribuições do grupo em relação aos membros que o compõem e, mais particularmente, aos efeitos da parentalidade na constituição dos "seus" sujeitos. Entretanto, essa forma, de certo modo linear, de tratar a questão não responde jamais à profusão de laços que enredam o grupo familiar e seus desdobramentos. Portanto, para

compreender suas funções internas, é necessário um olhar sobre suas diferentes formas de laço, ou seja, as relações entre os sujeitos, os sujeitos em relação ao todo e, ainda, o grupo em relação à rede social mais ampla. Esses fundamentos tornam impossível pensar a família sem antes circunscrever o campo que se quer observar, ainda que não seja possível isolar totalmente este ou aquele lugar.

Para o propósito deste trabalho, interessa-nos particularmente verificar, na relação sujeito/família, quais as demandas recíprocas dessa parceria e como ela se constitui em uma total interdependência. Essa relação, tão cara à psicanálise, apresenta hoje múltiplas formas de expressão, e nossa hipótese é a de que há nelas uma tensão entre o que é novo e o que se mantém com o tempo. Ambos, de forma dialeticamente integrada, formam os elementos constitutivos de um universal familiar.

Não podemos deixar de sublinhar que essa estreita relação sujeito/família surge somente quando há o recolhimento da família em um espaço privado, isso pelos idos do século XVIII. Até então, o mundo público era dominante, e as crianças e os adultos de uma família se relacionavam entre si do mesmo modo que transitavam com as outras pessoas da sociedade. Em outros termos, não havia distinção entre os investimentos afetivos dos membros de uma família e os outros membros da comunidade. O palco para as relações eram espaços abertos, ruas, praças, palácios, nos quais a intimidade entre as pessoas não tinha lugar. Foi só com o recolhimento dos membros de uma família com laços biológicos a uma casa com espaços de convivência delimitados que passou a existir privacidade, troca entre os sujeitos e, creio, o surgimento da noção de família. Ela surge, então, da possibilidade de reconhecimento mútuo entre os sujeitos, da troca de afetos entre eles, e isso só foi possível a partir de um espaço físico que possibilitava a aproximação entre as pessoas.

Esses dados históricos são importantes para pensarmos a base sobre a qual Freud construiu seu arcabouço teórico, sobretudo no que concerne às relações parentais, de um modo geral, e ao complexo de Édipo, em particular. Eles são também fundamentais para uma explicitação dos sentidos não só aparentes, mas também latentes, de um grupo familiar. É a história, o passado, que mais uma vez nos auxilia a reconhecer o presente.

Para Ariès (1981):

> Essa família antiga tinha por missão – sentida por todos – a conservação dos bens, a prática comum de um ofício, a ajuda mútua cotidiana num mundo em que um homem, e mais ainda uma mulher isolados não podiam sobreviver, e ainda, nos casos de crise, a proteção da honra e

> das vidas. Ela não tinha função afetiva. Isso não quer dizer que o amor estivesse sempre ausente: ao contrário, ele é muitas vezes reconhecível, em alguns casos desde o noivado, mas geralmente depois do casamento, criado e alimentado pela vida em comum. Mas (e é isso o que importa), o sentimento entre os cônjuges, entre os pais e os filhos, não era necessário à existência nem ao equilíbrio da família: se ele existisse, tanto melhor. (p. 10)

Fica evidente nessa enunciação que o grande "pulo do gato" nas transformações da família se deu quando a privatização dos espaços aproximou os membros, levando-os a uma convivência íntima, a um reconhecimento mútuo e, conseqüentemente, a uma experiência dos impasses, dos conflitos e, por que não, dos prazeres que esse tipo de intimidade impõe. Como dissemos, foi exatamente esse espaço familiar privado que deu a Freud bases para que ele construísse suas noções teóricas sobre as relações parentais primárias e estruturantes do psiquismo.

Desde então, a família permaneceu envolta por uma rede na qual prevalece uma dinâmica interna de reflexos subjetivos mútuos. Evidentemente, as famílias se estruturam de formas diversas em função do lugar, tempo, heranças etc., e é desse emaranhado de fios que emergem as funções do grupo familiar. Hoje, vemos nesse grupo tantas formas de expressão quantas são as unidades analisadas. Algumas delas nos remetem a esse tempo em que as fronteiras eram abertas e os membros familiares tinham no cidadão da rua ou da comunidade um outro com quem compartilhavam a vida, da mesma forma que o faziam com um parente na família.

Desses recortes históricos nos interessa ainda observar que, desde essa época, as funções do grupo permanecem reguladas pelos investimentos afetivos dos sujeitos, embora, evidentemente, esses investimentos revelem hoje distintas formas de expressão. Isso significa dizer que os sentidos que circunscrevem o familiar, tanto no plano individual quanto no grupal, dependem da economia de afetos do grupo; economia que revela *performances* diferentes em cada desenho familiar, mas que, em configurações semelhantes, apresenta também particularidades, tendo em vista as dinâmicas intra-subjetiva e intersubjetiva que se estabelecem entre os membros do grupo. Dada a importância dessa economia libidinal, poderíamos dizer que é a qualidade e a intensidade dos investimentos afetivos que nos servem de balizas para uma definição do grupo familiar. São essas referências que nos permitem diferenciar um grupo de amizade, ou um grupo profissional, por exemplo, de um grupo familiar. Nessa medida, elas se tornam indispensáveis ao delineamento das funções inerentes à família, sobretudo em uma

época na qual as relações intersubjetivas revelam grande plasticidade e, às vezes, falta de contornos. Assim, a título de síntese, vamos chamar ao debate algumas inscrições que podem contribuir para sistematizar as funções familiares.

Para Leprince e Ramirez (2000), essas inscrições são entendidas como instituintes que regulam o funcionamento da família, tanto em suas relações internas quanto no que concerne ao mundo externo. Cada um desses instituintes teria uma natureza distinta, porém um funcionamento em cadeia. O primeiro deles diz respeito a uma ordem social responsável pela instituição das regras e das proibições, dos direitos e dos deveres que, impostos pela sociedade, encontram ressonância nas leis internas da família e possibilitam a coexistência entre os sujeitos. Um outro instituinte seria de natureza psicológica e teria como fundamento a relação edipiana, que estrutura a parentalidade no grupo, por meio das identificações, das projeções e, sobretudo, da interdição do incesto, que introduz a lei e a diferenciação sexual. O terceiro seria de ordem estrutural, e teria como perspectiva a organização da parentalidade e da consangüinidade, com seus desdobramentos: filiação, afiliação e complexo fraterno. O quarto e último instituinte é pouco explorado pela psicanálise, e diz respeito a uma ordem cosmogônica, que consiste em rituais, crenças, lendas. Em outros termos, envolve construções míticas que sustentam as concepções sobre a origem do universo, do homem etc.

De acordo com os autores citados:

> O instituinte cosmogônico pode ser definido como o conjunto das construções correspondentes ao esforço que faz uma cultura para que cada um dos seus membros possa ter uma crença, um ritual, uma lenda, uma organização suscetível de constituir uma resposta não conflitual à questão das origens. O instituinte cosmogônico preenche também uma dupla função de continência e de estruturação. (p. 148)

Continência no sentido de que possibilita a inclusão dos mitos de uma família em uma rede que organiza a comunidade, ou mesmo a sociedade. A estruturação, por sua vez, diz respeito à criação de um espaço no qual as pulsões familiares se exprimem por meio de ficções socializadas.

Esses instituintes só adquirem sentidos e efeitos na grupalidade familiar se funcionam entrelaçadamente. Assim, a ordem estrutural seria a responsável pela sustentação dos laços de afeto que, criados no âmbito dos três outros instituintes, vão se expressar de forma integrada. Um exemplo disso são as dificuldades vividas por algumas famílias atu-

ais, nas quais os mitos e os rituais se enfraquecem, dadas as freqüentes rupturas conjugais, as recomposições etc. Nessas famílias, muitas vezes torna-se difícil a elaboração das fantasias de origem do grupo, além de existirem complicadores no processo de transmissão geracional.

Se o delineamento dos instituintes serve, em linhas gerais, para nos mostrar de que modo é engendrada a sustentação da grupalidade familiar, no varejo é necessário explicitar a estrutura das relações internas que compõem a família e, sobretudo, a dinâmica dos investimentos que organiza a intersubjetividade nesse grupo. Em outros termos, as funções familiares servem, notadamente, à configuração das relações que são, por sua vez, constituintes dos sujeitos. Assim, a parentalidade de modo geral, bem como as diferentes formas de filiação e de conjugalidade são modalidades de relações internas do grupo familiar, produzidas a partir dos investimentos libidinais que se configuram de formas distintas, em função das idiossincrasias de cada parceria familiar.

Essas relações fundamentam a constituição do psiquismo do grupo, ao mesmo tempo que alicerçam a estruturação psíquica dos membros. Nesse sentido, ainda que seja possível estabelecermos uma fronteira entre o que venham a ser funções/atribuições do grupo em relação ao sujeito e do sujeito em relação ao grupo, em regra as funções familiares são pensadas apenas na primeira formação. Trata-se, portanto, de um raciocínio que define *a priori* a família como sendo um lugar fundamentalmente de concepção de filhos. Essa posição segue, de certo modo, na contramão das configurações vinculares atuais, que têm revelado múltiplas formas de conjunções amorosas, não necessariamente com filhos.

Interessa-nos, no entanto, prosseguir debatendo os sentidos das suas expansões e, particularmente, as repercussões destas nos processos de subjetivação, seja no plano individual ou relacional. Nesse sentido é que consideramos fundamental refletir sobre suas funções, independentemente dos contornos que diferenciam os grupos. Para isso, é necessário explicitar como essas funções são engendradas dentro de uma cadeia relacional que, por sua vez, depende delas.

Em primeiro lugar, é preciso pensar a conjugalidade como um espaço relacional no qual o desejo de conceber o filho se faz a partir de inscrições intrapsíquicas originadas nas relações mais primitivas de cada parceiro, com sua família de origem. Pensamos, portanto, a relação conjugal como aquela na qual o filho é concebido originariamente, sendo essa concepção a primeira inscrição da criança no mundo. Essa inscrição simbólica será uma matriz para que a criança construa seu lugar e suas posições no universo das relações familiares e sociais.

Além dessa função de criar imaginariamente uma criança, a conjugalidade é entendida como o lugar de investimento amoroso dos dois parceiros que aí se reconhecem mutuamente e partilham seus desejos mais íntimos. Espaço de circulação e, também, de contenção dos excessos pulsionais, a conjugalidade se constitui ainda em matriz de uma transmissão psíquica, por meio da qual os filhos recebem heranças dos seus ancestrais e atualizam os conteúdos herdados.

A noção de filiação, por sua vez, traz alguns sentidos genéricos que indicam sua aplicabilidade em um âmbito mais social e abrangente, mas também uma dimensão estrita que expressa mais diretamente os ditames da relação de filiação no interior da família.

Para Eiguer (2000), o laço de filiação, por ser grupal, supõe

> que os sentimentos de comunidade, fusionais, se estabelecem entre os membros do laço (eles se vêem e se tratam como próximos ou idênticos); que os membros do laço o vivem como um sonho, quer dizer que eles colocam à disposição de sua relação seus processos primários; que eles trazem em comum, inconscientemente, os mitos familiares – que concernem a seu laço – dos modelos de funcionamento e de outras representações coletivas, como os ideais, por exemplo. Estas formações têm sua origem no entorno do laço, ou seja, no universo familiar e cultural, mesmo se elas são introjetadas pelo pai e pela criança. Por fim, a filiação depende das leis que são próprias a seu funcionamento, elas são específicas e, portanto, diferentes das leis que regem os outros laços de parentalidade. (p. 14)

No processo de filiação, estão implicados os laços primários dos pais com suas famílias de origem, a história da união desses pais e dos investimentos dos mesmos no momento da concepção da criança e, evidentemente, a reciprocidade e o reconhecimento dos lugares e posições dos pais e dos filhos no interior do grupo. É esse reconhecimento que dá origem aos investimentos afetivos como recurso fundamental para a constituição dos laços de filiação.

No que concerne à função fraterna, é preciso desde já assinalar que, embora ela tenha sido pouco explorada como força importante nos processos de subjetivação da família, hoje, à medida que se redimensionam as posições hierárquicas do grupo, a horizontalidade passa a ser um vetor primordial nas relações grupais e, com isso, as relações fraternas começam a ser valorizadas. É no plano horizontal que circulam os traços identificatórios entre os membros de um mesmo grupo, suscitando o compartilhamento entre os semelhantes, o que será, por sua vez, base e sustentação para o reconhecimento dos pais.

Os jogos especular e narcísico entre os irmãos têm tido agora seu valor reconhecido na constituição do sujeito, não só por o que esse movimento possibilita em termos de constituição das posições e lugares de cada um, mas também porque as trocas identificatórias entre os semelhantes contribuem para a criação das referências de emancipação dos sujeitos.

De acordo com Kehl (2000), a função fraterna precisa ser entendida a partir de três eixos:

> Primeiro, a constatação para a criança, da semelhança na diferença introduzida pelo irmão em seu campo narcísico, que o força a uma reelaboração da relação especular com o eu ideal e constitui para o eu um objeto ao mesmo tempo de ciúme, de interesse, de ódio e de identificação. Segundo, as experiências compartilhadas pela fratria na adolescência, que confirmam e simultaneamente relativizam o poder de verdade absoluta da palavra paterna... Finalmente, a abertura de um campo anônimo de circulação e transmissão de saberes. A circulação da palavra em sua multiplicidade de sentidos, em sua plasticidade criadora, em relação à qual o sujeito está simultaneamente desamparado – nada lhe fornece garantias de verdade quanto às suas escolhas – e aliado aos semelhantes. (p. 44)

Temos aí uma síntese dos constituintes psíquicos da conjugalidade, da filiação e das relações fraternas. Evidentemente, há muito mais desdobramentos em cada uma dessas relações, mas não é nossa intenção explorá-los, e sim circunscrevê-los para daí retirarmos o que consideramos funções do grupo familiar.

É importante lembrar que, embora examinemos as paridades relacionais isoladamente, e que cada uma delas tenha sua função diferenciada no grupo, quando tratamos do funcionamento interno da família, devemos considerar o movimento integrado dos sujeitos e das parcerias. Isso significa dizer que as funções do grupo familiar só podem ser pensadas dentro de uma circulação pulsional, que permite a formação dos laços recíprocos no grupo. Quando dizemos função, queremos, portanto, nos referir aos sentidos instrumentais que a família tem em sua perspectiva de grupalidade para cada um dos sujeitos e vice-versa ao longo de todo seu processo de constituição psíquica.

3. Enfim...

Após esta breve digressão, vamos agora tentar organizar os operadores das funções familiares. Tomando o nascimento da família como parâmetro para isso, poderíamos destacar a função desejante dos pais

como momento inicial e fundamento para a estruturação da família. É na dimensão interfantasmática do casal que circula o jogo de desejos que dará origem à criança. Inicialmente, esse jogo se expressa por meio dos investimentos recíprocos. Dito de outra forma, cada um incide sobre o outro as marcas dos seus desejos e, juntos, eles concebem um projeto de filiação. Criam, além disso, imaginariamente, o(a) filho(a) que desejam, fruto, sobretudo, das suas demandas intrapsíquicas; fruto, em outros termos, das negociações inconscientes processadas à base dos investimentos libidinais do casal. Do nosso ponto de vista, essa é a primeira função da família, a que fundamenta todas as outras.

Ao abordar a dimensão processual de uma estruturação familiar, observamos que, após a concepção do filho, há um período de latência no qual o casal, tendo já concebido a criança, prepara-se para recebê-la. Essa preparação pressupõe uma série de negociações entre os cônjuges, uma vez que eles precisam, imaginariamente, construir seus novos lugares e papéis, agora não mais em uma relação dual, mas em uma triangulação. Esse momento que precede o nascimento é, portanto, repleto de tensões, cujo ápice é exatamente o surgimento da criança.

Maternar é a primeira função da mãe junto à criança e, embora esse momento da recepção do bebê a coloque em primeiro plano, é preciso considerar a presença do pai/cônjuge nos "bastidores", dando sustentação a essa função. Associadas a essa dimensão materna surgem outras funções que, embora possam ser pensadas como apenas de responsabilidade dos pais, têm seus tentáculos no grupo como parte de uma rede maior. Em outros termos, queremos dizer que maternar significa, além de receber e introduzir a criança em um ambiente no qual, nesse momento, a mãe é a protagonista central, também reconhecê-la como diferente de si e, como tal, elo de uma cadeia de transmissão que se iniciou muito antes de sua concepção.

A apresentação do bebê ao pai também depende desse reconhecimento que a mãe faz da criança e terá peculiaridades distintas, em função da modalidade de relação familiar ou conjugal vivida. Dentre as atribuições da mãe, o cuidar afetivo, o alimento propriamente dito e o nutrir simbólico são subsidiários, marcando a constituição de uma matriz com a qual a criança se humaniza e se insere em uma cadeia social, para além dos limites do seu grupo de origem.

Como fonte primeira do desenvolvimento infantil, vemos então que a maternagem e seus desdobramentos sustentam algumas das importantes funções inerentes ao grupo familiar.

Ainda que haja uma total imbricação entre os lugares, posições e funções dos diferentes membros no grupo familiar, não podemos ne-

gar algumas especificidades que marcam a participação de cada sujeito no funcionamento do grupo.

Se a recepção e os cuidados primários estão sob a responsabilidade da mãe, o pai, além de também participar dessas atribuições, introduz a autoridade, e ambos desenvolvem a contenção dos excessos pulsionais dos filhos. É por meio das proibições impostas pela autoridade paterna que, progressivamente, os filhos adquirem suas próprias referências, com as quais serão inseridos no mundo das leis, da ética e de uma moral social mais ampla. Paralelamente, a criança vive um período de intensa identificação com o pai ou a mãe, dependendo de seu sexo. Essa identificação, vale ressaltar, se faz a partir do reconhecimento que os pais têm dos filhos e de como foram constituídos os laços de filiação desde os primeiros momentos de vida do bebê.

Como função primordial da família, a filiação depende de uma certa reorganização psíquica que os pais processam no momento da gestação. De acordo com Darchis (2000), tal movimento pressupõe um retorno que os pais fazem à sua família de origem, por meio do qual eles reorganizam suas identidades e suas posições tanto no que tange à conjugalidade, quanto ao familiar e ao transgeracional. Para esta autora, é necessário que os laços primários com os pais sejam ressignificados para que os novos laços se façam e a parentalidade seja instaurada. Quando há traumas não elaborados e feridas recalcadas, o encontro com o filho se revela difícil, e a parentalidade pode se instaurar de forma defensiva.

É preciso ressaltar que o laço de filiação coexiste com outros laços no interior da família, a saber: os laços do casal, os laços fraternos e também o laço que associa a criança a seus antepassados. Todos eles dependem do nível de investimentos que são feitos reciprocamente. Esses investimentos, por sua vez, dependem do reconhecimento que cada um faz do outro no interior do grupo e, particularmente, entre as parcerias. Isso significa dizer que, no processo de filiação, assim como na formação dos demais laços, é fundamental que cada sujeito se reconheça em uma determinada posição, ao mesmo tempo que legitima a posição do outro.

Creio que temos aí uma pequena sistematização das funções do grupo familiar, que envolvem principalmente a dimensão intrapsíquica dos laços familiares. É claro que existem muitos desdobramentos dessas funções, e também outras perspectivas como, por exemplo, a função socializadora da família. No entanto, a abordagem dessa função pressupõe o enfrentamento de questões de ordem psicossocial, o que não foi o nosso propósito aqui.

4. Referências bibliográficas

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.

DARCHIS, E. L'instauration de la parentalité et ses avatars. *Le divan familial – blessures de la filiation*. *Revue de thérapie familiale psychanalytique*. 5/Automne. Paris: In Press Éditions, 2002.

EIGUER, A. Filiation ou lien filial. *Le divan familial. Revue de thérapie familiale psychanalitique*, n. 5. Paris: In Press Éditions, 2000.

FIGUEIRA, S. A. *Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

KHEL, M. R. Existe uma função fraterna? In: *Função fraterna*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.

LEPRINCE, C.; RAMÍREZ. L'adotion: une filiation en souffrance. *Le divan familiale*. *Revue de thérapie familiale psychanalitique*, n. 5. Paris: In Press Éditions, 2000.

Conquistando a herança: sobre o papel da transmissão psíquica familiar no processo de subjetivação

Andrea Seixas Magalhães e *Terezinha Féres-Carneiro*
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

O campo de estudos psicanalíticos sobre família e casal é ainda recente e apresenta inúmeras lacunas a serem preenchidas com desenvolvimentos teóricos que possibilitem sua consolidação. Em seus primórdios, a psicanálise tem como objeto de estudo principal o sujeito do inconsciente e não os grupos, sejam eles grupos familiares ou de outra natureza. Freud preocupa-se, inicialmente, com a formulação embasada de uma teoria sobre o aparelho psíquico individual, e apresenta uma argumentação apoiada em dados clínicos de pacientes atendidos individualmente. Na medida em que Freud evolui em sua construção teórica, cada vez mais surgem desdobramentos que apontam para além da estrutura psíquica individual ou, melhor dizendo, para a natureza supra-individual da subjetividade e para a intersubjetividade constitutiva. Ao longo de seu percurso teórico, da engenhosa tecelagem conceitual psicanalítica, encontramos no conceito de transmissão psíquica uma chave de conhecimento para pensar a dinâmica psíquica intersubjetiva familiar e conjugal e suas conseqüências no processo de subjetivação.

Na obra de Freud, observamos que o desenvolvimento da teoria ocorre por meio da apresentação e da refutação de hipóteses que são estabelecidas em uma perspectiva de interdependência, na qual nenhuma premissa é definitivamente abandonada, mas revista e assimilada sob outros moldes (Magalhães, 1994). O autor ora assemelha-se a um detetive, buscando articular pistas teóricas e dados clínicos na configuração de uma hipótese, ora assume a atitude de um arqueó-

logo, reconstruindo a história ancestral da subjetividade. Essa atitude investigativa do mestre, que reúne olhares e posturas tão diversas e ao mesmo tempo tão complementares, instiga-nos a buscar, no legado transmitido, os elementos para uma metapsicologia familiar.

1. A transmissão da psicanálise e sua aplicação ao grupo, à família e ao casal

Na literatura psicanalítica sobre família e casal, encontramos diferentes perspectivas teóricas, e na história da construção desses enfoques deparamo-nos com uma série de obstáculos à consolidação desse novo campo teórico-clínico. A maioria dos autores psicanalistas que enveredaram por esse campo enfrentou sérios entraves e objeções em relação à pertinência, à relevância e à consistência de articulações teóricas que visavam não só a embasar a leitura psicanalítica da dinâmica grupal, mas à construção de uma teoria que subsidiasse o tratamento de famílias e de casais. Sabe-se que a maioria das instituições psicanalíticas apresentou grande resistência às incursões de alguns teóricos que estendiam o saber, a escuta e o olhar psicanalítico a grupos, casais e famílias, desenvolvendo instrumental teórico-clínico para o tratamento psicanalítico destes.

O legado psicanalítico parecia ter-se tornado exclusivo daqueles filhos-psicanalistas, que mantinham rígida lealdade aos preceitos teóricos do pai-Freud, aprisionando seus herdeiros em uma transmissão repetitiva e restritiva. A transmissão tornava-se, assim, desvitalizada, e as apropriações do legado, que levassem a desdobramentos anteriormente não cogitados, tornavam-se tabus. Dessa forma, não somente o desenvolvimento da teoria psicanalítica de grupos sofreu objeções, como também o desenvolvimento de uma psicanálise aplicada ao tratamento de psicóticos.

Kaës (1993) observa que, ao escrever "Totem e tabu" (1912-1913), Freud estava profundamente imerso no questionamento sobre a transmissão da psicanálise e sobre o futuro da instituição psicanalítica. Naquela época, ele acabara de romper com o filho-herdeiro-teórico esperado, Jung, e empenhava-se em desenvolver uma elaboração teórica que colocasse à prova a universalidade da psicanálise e sua extensão fora do campo intrapsíquico. Mais adiante, em "Psicologia das massas e análise do eu" (1921), Freud complementa sua genealogia do psiquismo humano, fundamentando-a na relação dinâmica entre as instâncias intrapsíquicas: Isso, Eu, e Supereu. Essas instâncias, todavia, são instauradas a partir da experiência interpsíquica e da corporal, constituindo uma espécie de grupo psíquico primordial.

Freud discorda da noção junguiana de inconsciente coletivo, mas dialoga com esse conceito mediante a elaboração da noção de uma mente coletiva que é constituída por meio do processo de transmissão psíquica, ressaltando a ancestralidade. E, em "Psicologia das massas e análise do eu" (1921), o autor reivindica definitivamente o inequívoco estatuto coletivo da mente individual, destacando a intersubjetividade.

> Algo mais está invariavelmente envolvido na vida mental do indivíduo, como um modelo, um objeto, um auxiliar, um oponente, de maneira que, desde o começo, a psicologia individual, nesse sentido ampliado mas inteiramente justificável das palavras, é, ao mesmo tempo, também psicologia social. (Freud, 1921, p. 91)

A intersubjetividade, paradoxalmente antecessora do sujeito, produtora e transmissora da ancestralidade, presente no investimento narcísico dos pais e evidenciada em todas as relações significativas constitutivas da subjetividade, permaneceu por muito tempo relegada a segundo plano ou destituída de merecido valor, no campo psicanalítico. Cabe ressaltar que, embora seja evidente que o sujeito necessita da presença de um outro para constituir-se e que a alteridade deriva desse reconhecimento mútuo das diferenças subjetivas, da não-coincidência entre o outro e o desejo do sujeito e da preservação da diferenciação dos eus, muitos teóricos da psicanálise insistiram em manter o outro na posição exclusiva de objeto fantasiado. Sustentamos aqui a idéia de que a subjetividade apóia-se na intersubjetividade e que essa dimensão possui um potencial de subjetivação muito mais valioso do que foi possível reconhecer até então.

Foi seguindo essa trilha que alguns psicanalistas elaboraram determinados conceitos que embasaram a psicanálise de casal e de família. E, dentre as contribuições mais significativas, destacamos os enfoques da escola inglesa, da escola grupalista e da escola das configurações vinculares. A partir de distintos conceitos, cada um desses enfoques resgata o vigor e a potência da intersubjetividade na constituição da subjetividade e o papel da trama interpsíquica na mutação subjetiva.

A escola inglesa é pioneira nesse percurso. Klein (1952) ressalta o papel dos objetos como primeiras criações do bebê, com o objetivo de conter as pulsões e de organizar o caos interno vivenciado desde o nascimento. Embora os objetos sejam fantasiados, eles são derivados das experiências com figuras da realidade. Os objetos do mundo interno contêm traços do pai e da mãe reais, transformados pelas projeções do bebê. Assim, o processo de internalização não opera exclusivamente como um mecanismo de defesa, mas como um modo de relação com

o mundo externo. O mundo interno é formado pelas sucessivas introjeções e projeções dos outros reais e das experiências vivenciadas pelo sujeito. O mundo interno constitui-se, desse modo, em uma coletividade de objetos derivados da multiplicidade oferecida pela realidade externa e pela intersubjetividade. Ressaltamos que esse mundo interno não é uma simples tela de projeções, e que o investimento afetivo pulsional, colocado em ação na trama intersubjetiva, é o elemento central do processo de subjetivação. O mundo interno coletivo é produzido e reproduzido no processo de subjetivação em um movimento original e criativo.

A partir dessa visão de um mundo interno povoado de objetos, de um psiquismo coletivo, teóricos, como Kernberg (1985), Meyer (1983), Clulow (1990), dentre outros, desenvolvem um enfoque psicanalítico de família e de casal que valoriza o compartilhamento de fantasias, de imagens internas e de relações objetais. Tanto o objeto-parceiro, na conjugalidade, quanto os familiares, no grupo familiar, disponibilizam-se para receber uma intensa carga de projeções, em uma situação privilegiada, dada a intensidade afetiva implicada nessas relações. A disponibilização receptiva do outro favorece transformações subjetivas mútuas.

O enfoque grupalista, no qual se destacam autores como Ruffiot (1984), Eiguer (1983) e Kaës (1976), surgiu a partir da teoria psicanalítica de grupo e teve como preocupação central, em seus primórdios, a construção de uma metapsicologia psicanalítica grupal que reproduzia a metapsicologia psicanalítica individual, com algumas adaptações. Desenvolveram-se conceitos, como aparelho psíquico grupal, inconsciente grupal, ideal de ego coletivo e superego coletivo. Houve uma grande concentração de investimento na conceitualização de uma tópica psíquica grupal. Contudo, do nosso ponto de vista, o que consideramos mais produtivo no enfoque grupalista foi a teorização sobre a atividade interfantasmática do grupo.

Destacamos a noção de envelope grupal, desenvolvida por Anzieu (1984), que compreende o grupo como um envelope vivo, comparando-o a uma pele que se regenera no corpo, semelhante ao Eu que busca englobar o psiquismo e é uma membrana de dupla face. Esse envelope grupal, ao mesmo tempo, faz limite com o exterior e é um filtro. Embora a realidade interior inconsciente seja a realidade individual de cada membro do grupo, o envelope grupal favorece o movimento de projeções que os sujeitos fazem sobre ele. Essa noção torna-se importante para a compreensão da produção intersubjetiva que ocorre por meio da atividade interfantasmática, conceito-chave para a compreensão da psicodinâmica grupal, de família e de casal.

A atividade interfantasmática favorece a circulação libidinal, a elaboração de conteúdos recalcados e libera energia psíquica para o desenvolvimento da criatividade. É o ponto de encontro entre os fantasmas individuais e o material nobre a ser trabalhado na clínica. De acordo com Anzieu (1984), a interfantasmatização articula representações de coisas e representações de palavras, sendo necessária à saúde psíquica pela descarga pulsional que proporciona e pela circulação de sentido intrapsíquico e interindividual que viabiliza. A atividade interfantasmática está presente em encontros intensos e significativos entre dois ou mais sujeitos, mobilizando fantasmas pessoais, e é precisamente essa capacidade de fantasiar que nos grupos é estimulada, gerando efeitos individuais.

Em trabalhos anteriores (Magalhães, 2000; Féres-Carneiro & Magalhães, 2001; Magalhães, 2003), ressaltamos que a atividade interfantasmática pode ser estimulada na conjugalidade, propiciando a reestruturação da subjetividade dos parceiros, por sua característica de intermediação transicional, operando na fronteira dos "eus" dos parceiros que se interpenetram.

Os autores grupalistas, durante algum tempo, parecem ter permanecido aprisionados pela obrigação de manter lealdade aos pressupostos psicanalíticos herdados da psicanálise individual e, dessa forma, praticamente repetiram o modelo anterior, sem realizar grandes avanços teóricos. Mas o conceito de interfantasmatização veio dar certa leveza e fluidez à teoria grupalista, por sua característica de intermediação, permitindo uma visão mais rica e dinâmica dos processos inconscientes coletivos, sem a necessária ancoragem em uma tópica psíquica que, no nosso entender, pode conduzir a enquistamentos teóricos.

No enfoque da escola das configurações vinculares, na qual se destacam autores como J. Puget e I. Berenstein, enfatizam-se os aspectos intra-subjetivo, intersubjetivo e transubjetivo e as diversas configurações vinculares estabelecidas ao longo da trajetória de vida do sujeito. As configurações vinculares fundamentam-se na trama identificatória, e a constituição da subjetividade é estendida além do domínio do mundo interno, intra-subjetivo. Puget (1997) afirma que a subjetividade é construída ao longo de um processo interminável e paradoxal. A presença do outro é necessária, sendo ao mesmo tempo fonte de prazer e de sofrimento.

A valorização do macrocontexto social e de suas implicações, representadas nos aspectos transubjetivos das configurações vinculares, nesse enfoque, destaca definitivamente a importância do coletivo na constituição subjetiva. Os teóricos das configurações vinculares reuni-

ram contribuições dos enfoques grupalista e da escola inglesa e realçaram o papel da cultura e dos atravessamentos institucionais. Também é marcante, nessa abordagem, a influência da experiência e de trabalhos anteriores com grupos terapêuticos e institucionais. Os teóricos das configurações vinculares partiram da noção de vínculo desenvolvida por Pichon-Rivière e de sua visão política do papel do contexto sociocultural mais amplo na constituição da subjetividade.

Os aspectos transubjetivos representam o material psíquico transmitido coletivamente. A família organiza-se a partir desse legado coletivo e transforma-o, tendo em vista sua própria herança geracional. Nessa cadeia subjetivante, cada indivíduo acrescenta sua marca ao mesmo tempo que recebe suas inscrições. O processo de subjetivação é forjado nessa relação dialética entre o que é transmitido e o que é transformado.

Ressaltamos aqui também o movimento que se delineia no campo da teoria psicanalítica grupal e familiar: gradativamente, os teóricos apropriam-se da herança psicanalítica e ampliam criativamente seu potencial de atuação. Inicialmente, o grupo é visto como um grupo interno fantasiado. Aos poucos, a intersubjetividade ganha livre trânsito por meio da atividade de interfantasmatização. Recentemente, o campo assume a inclusão do macrocontexto social e afirma a posição coletivo-subjetiva. Observamos um movimento de expansão inclusiva e a consolidação de uma metapsicologia psicanalítica grupal e familiar.

2. Transmissão psíquica familiar e subjetivação

Nesse contexto, os estudos sobre a transmissão psíquica geracional vêm ampliar a compreensão dos processos de subjetivação. Kaës (1993) aponta a questão da herança em Freud, inicialmente, como uma tentativa de tratar de um problema narcísico: o Eu reluta em inscrever-se na linhagem, herança dos pais, e nutre a ilusão de se pensar auto-engendrado, afirmando sua onipotência. O autor afirma que o que é inelutável é que somos colocados no mundo por um conjunto intersubjetivo que nos mantém servidores de seus "sonhos de desejos insatisfeitos".

Mas a herança é mais do que um fardo, ela é matéria nobre e promotora do processo de subjetivação. O sujeito é precedido por outros e só surge por força de um ato de inscrição no grupo familiar e no social, de modo mais amplo. É o grupo que investe e reveste o sujeito de cuidados, protegendo-o, respondendo às necessidades que a imaturidade humana incapacita-o de satisfazer, apresentando o mundo externo e povoando o mundo interno, interditando e lançando o sujeito em seu per-

curso subjetivante. O grupo investe, reveste, veste e recheia o sujeito de conteúdos. Como pensar um sujeito auto-engendrado, a não ser pela via ilusória do processo criativo aludido por Winnicott? O grupo permite ao sujeito a ilusão de criar sozinho, suportando a solidão de manter-se acolhedor, atento e suficientemente presente-ausente.

Pensamos que, para o neurótico, contudo, a questão da herança se traduz em um conflito mais enunciável, legível e escutável na clínica. No caso das organizações psicóticas, *borderlines* ou narcísicas, a questão da herança suscita alguns problemas de decifração, provavelmente por se apresentar por meio das falhas de transmissão. E, como é nas falhas que a teoria se desenvolve, os principais trabalhos que deram origem ao campo de estudos sobre transmissão psíquica geracional foram os de N. Abraham e M. Torok (1972), sobre luto, cripta e fantasma. Nesses estudos, ressalta-se a alienação da subjetividade como resultante de um processo de transmissão psíquica não simbolizada. O trabalho de simbolização, necessário ao processo de subjetivação, é atingido por uma série de traumatismos acumulados e de lutos não elaborados.

Os estudos sobre a transmissão psíquica, a partir de então, articularam-se sobre a noção de falha na simbolização do material psíquico transmitido e sobre os processos de identificação que permeiam a transmissão. Discutindo o traumatismo psíquico de geração para geração, Benghozi (2000) aponta dois modos de transmissão: a transmissão intergeracional, na qual há uma elaboração, uma transformação do legado de uma geração para outra; e a transmissão transgeracional, na qual não há metabolização do material transmitido, há transmissão do indizível ou do inconfessável. Esse autor estudou os efeitos da transmissão transgeracional em catástrofes humanitárias e os ataques contra o simbólico. Nessas situações extremas, os traumas são tão violentos que atingem diretamente a condição humana e, portanto, o potencial de subjetivação da transmissão.

Eiguer (1997) afirma que os analistas que se ocupam de famílias e grupos são os que mais insistem no estudo da transmissão da vida psíquica entre gerações como uma rearticulação universal, ou seja, em seu caráter organizador, estruturante. A transmissão geracional veicula desde o modelo de parentesco, a transmissão dos mitos e dos ideais, intervindo na organização superegóica individual e operando como moduladora dos projetos de vida. Dessa forma, a transmissão psíquica geracional produz a subjetividade.

A terapia familiar psicanalítica dá visibilidade a esse processo, na medida em que duas ou mais gerações reúnem-se, discutem e restauram sua história ancestral, buscando compreender seus elos, con-

tinuidades e descontinuidades. O analista oferece continente para a simbolização daquilo que ficou falhado no tecido da trama psíquica familiar. A produção de novas narrativas é estimulada pela presença dos outros familiares implicados, gerando um sentido compartilhado para o legado familiar. E, mais que um sentido, surge a possibilidade de revalorização da herança, e o conseqüente enriquecimento de cada sujeito envolvido.

Abraham (1962) afirma que o afeto está sujeito a uma gênese contínua e que o instrumento dessa gênese é a identificação com o outro, que é ao mesmo tempo obstáculo e objeto do desejo. O tempo do objeto é apreendido segundo o tempo do sujeito, originando novas possibilidades de temporização. O autor realça a dupla exigência contraditória: assimilar o tempo do objeto e sustentar o desejo, sob a forma de voto. Dessa forma, o afeto é transformado a partir de recalcamentos e de integrações, sendo compreendido por meio de sua história. O afeto é considerado a chave da repetição e núcleo do processo de subjetivação.

Estendemos a riqueza dessa visão sobre a gênese do afeto e sobre sua indeterminação ao processo de transmissão psíquica geracional. Entendemos que é o afeto que carreia o legado familiar, por meio da trama identificatória. O afeto é o motor da subjetivação, na medida em que aciona o recalcamento e as possíveis resoluções dos conflitos colocados a partir deste. Nesse processo, o legado familiar disponibiliza elementos da trama identificatória, inscrevendo o sujeito na filiação e favorecendo a configuração de resoluções criativas ou repetitivas na transformação do afeto.

A transmissão psíquica implica um processo de trabalho que resulta das ligações psíquicas entre aparelhos psíquicos e das transformações operadas nessas ligações, portanto, do trabalho psíquico intersubjetivo. Contudo, a transmissão demanda uma diferenciação entre o que é transmitido e o que é recebido e transformado, tendo em vista o processo de historialização e temporalização do sujeito e o processo de apropriação do legado (Kaës, 1993). Consideramos que o processo de apropriação deve ser exaustivamente investigado, visando à consolidação da metapsicologia psicanalítica familiar, à reflexão sobre o lugar da terapia familiar psicanalítica na reinscrição interpretativa do sujeito e à reflexão sobre o papel da família, da conjugalidade e de outras ligações interpsíquicas, na transmutação das subjetividades.

3. Referências bibliográficas

ABRAHAM, N. (1962). O tempo, o ritmo e o inconsciente. In: ABRAHAM, N.; TOROK, M. *A casca e o núcleo*. São Paulo: Escuta, 1995.

ABRAHAM, W.; TOROK, M. (1978). *A casca e o núcleo*. São Paulo: Escuta, 1995.
ANZIEU, D. (1984). *O grupo e o inconsciente*: o imaginário grupal. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1993.
BENGHOZI, P. Traumatismos precoces da criança e transmissão genealógica em situação de crises e catástrofes humanitárias. Desmalhar e remalhar continentes genealógicos familiares e comunitários. In: CORREA, O. B. R. (org.). *Os avatares da transmissão psíquica geracional*. São Paulo: Escuta, 2000.
CLULOW, C. *Marriage*: disillusion and hope: papers celebrating forty years of the Tavistock Institute of Marital Studies. Londres: Karnac Books, 1990.
EIGUER, A. *Um divã para a família*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.
_____. (1997). *A transmissão do psiquismo entre gerações*: enfoque em terapia familiar psicanalítica. São Paulo: Unimarco, 1998.
FÉRES-CARNEIRO, T.; MAGALHÃES, A. S. Retour de la conjugalité sur la subjectivité des partenaires: une question pour la clinique psychanalitique du couple. *Générations*, n. 23, p. 43-46, França, 2001.
FREUD, S. (1912). Totem e tabu. In: *Obras completas* (ESB). Rio de Janeiro: Imago, 1976.
_____. (1921). Psicologia das massas e análise do ego. In: *Obras completas* (ESB). Rio de Janeiro: Imago, 1976.
KAËS, R. *Transmission de la vie psychique entre générations*. Paris: Dunod, 1993.
_____. Um pacto de resistência intergeracional ao luto. Transmissão psíquica dos efeitos da morte de uma criança sobre os irmãos e irmãs e sobre sua descendência. In: CORREA, O. B. R. (org.). *Os avatares da transmissão psíquica geracional*. São Paulo: Escuta, 2000.
KENBERG, O. *Psicopatologia das relações amorosas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
KLEIN, M. et al. *Os progressos da psicanálise*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.
MAGALHÃES, A. S. Observações e exemplos da prática psicanalítica (1913), *Fausse reconnaissance* (*Déjà raconté*) no tratamento psicanalítico (1914), Um caso de paranóia que contraria a teoria psicanalítica da doença (1915), Conferências introdutórias sobre psicanálise (VI: Premissas e técnicas de interpretação; XXVII: A transferência; XXVIII: A terapia analítica) (1916-1917), linhas de progresso da terapia psicanalítica. In: FIGUEIRA, S.A. (org.). *Como Freud analisava?*: escritos sobre a técnica e os casos clínicos. Rio de Janeiro: Grypho, 1994.
_____. *O "eu" transformado pelo "nós"*: influências da conjugalidade sobre a subjetividade dos parceiros. Tese de Doutorado. Curso de Pós-Graduação em Psicologia Clínica. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2000.
MEYER, L. *Família*: dinâmica e terapia. São Paulo: Brasiliense, 1987.
PUGET, J. O casal: uma entidade psicanalítica. In: ZIMERMAN, D. E. (org.). *Como trabalhamos com grupos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
RUFFIOT, A. *La thérapie psychanalitique du couple*. Paris: Dunod, 1984.

Família e educação: aspectos relativos a diferentes gerações

Adriana Wagner
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Está amplamente difundido no senso comum e na literatura especializada que a educação dos filhos como métodos e estratégias utilizadas tem mudado ao longo das gerações. A idéia que fundamenta essa constatação é a de que a "modernização" se caracteriza por métodos menos coercitivos e autoritários e estratégias mais democráticas e cooperativas entre pais e filhos no que se refere à resolução dos conflitos.

A nova geração de progenitores tem condenado a educação exercida em gerações passadas sob o pretexto de ter sido autoritária e, em muitos momentos, castradora, quando estava permitida a utilização de estratégias que incluíam a força física, por exemplo. Criticam a rigidez e relatam ter tido uma educação bastante controlada por seus pais, que determinavam quais eram os melhores comportamentos e vigiavam para que fossem cumpridas suas expectativas (Benica, Ribeiro & Gomes, 1998; Gimeno, 1999).

Pais e mães das últimas décadas tendem a fazer uma exacerbação das características negativas da educação recebida na sua família de origem (Salem, 1980; Zagury, 1991; Biasoli-Alves, Caldana & Dias da Silva, 1997). Corroborando essa tendência, pesquisas com a população brasileira têm demonstrado que, à medida que o tempo foi passando, acentuou-se a tentativa de evitar a repetição das ações e práticas educativas exercidas nas gerações anteriores (Wagner, 2003a; Wagner, 2003b; Caldana, 1998; Benica et al., 1998; Ruschel & Castro, 1998; Biasoli-Alves et al., 1997).

É comum que pais e mães dessa nova geração tendam a considerar-se melhores pais do que foram os seus. As recordações que têm da sua família de origem não coincidem com as condutas que dizem ter com seus filhos hoje em dia (Wagner, 2003b), pois relatam terem sofrido mais condutas socialmente indesejáveis na sua educação do que aquelas que eles impõem a seus filhos atualmente. Entretanto, dados de uma pesquisa com adolescentes brasileiros de nível socioeconômico médio, que avaliou quatro estilos parentais – autoritário, autorizante, indulgente e negligente –, sugerem que a nossa cultura não é tão permissiva quanto se supõe usualmente (Costa, Teixeira & Gomes, 2000).

Nesse caso, é importante resgatar a experiência de outros pesquisadores do tema, como Fagot (1997), que, a partir de seus achados sobre as relações de apego na interação pais e filhos, concluiu que os comportamentos que apresentam maior facilidade de obter confiabilidade entre observadores são os negativos. Assim, parece que as experiências positivas encerram informações mais complexas, tornando-se, então, mais difícil decodificá-las. Também é do senso comum a idéia de que existe maior facilidade de resgatar experiências afetivas negativas do que positivas, ainda que pesquisas referentes à memória autobiográfica (Christianson & Engelbery, 1995) revelem dados inconclusivos a respeito do assunto.

Sabe-se, entretanto, desde a concepção ecológico-sistêmica do desenvolvimento humano (Bronfenbrenner, 1996; Swartz & Martin, 1997), que, além da reciprocidade que se estabelece nas relações, o contexto deve ser considerado como um fator fundamental na explicação de determinados comportamentos. Assim, as idéias de como educar e cuidar dos filhos estão sujeitas à história e acompanham a transformação e evolução das crenças e dos valores (Lordelo, Fonseca & Araújo, 2000).

Nessa perspectiva, Gimeno (1999) traduz tal complexidade descrevendo tarefas fundamentais e inerentes ao processo de educação dos filhos, ao dizer que:

> (...) os pais têm que resolver suas contradições, clarear seus objetivos, escolher estratégias eficazes e contextualizá-las, ajustar as suas expectativas à realidade de seus filhos, atender as suas demandas sem ser incoerentes, assumir seus erros, controlar as suas emoções, mudar as suas estratégias mantendo os seus objetivos, ou ir modificando seus objetivos, valores e crenças (p. 203).

Diante de tão árdua e emaranhada demanda, espera-se que a educação dos filhos seja uma das tarefas familiares mais difíceis e passíveis

de conflitos. Buscar a compreensão de tal processo implica examinar sob diversos enfoques a dinâmica da família. Entre eles, os aspectos transgeracionais assumem grande relevância e não podem ser descartados, considerando que a bagagem trazida da família de origem, em maior ou menor medida, é sempre um parâmetro ponderado por pais e mães no exercício de determinadas estratégias educativas.

Nessa perspectiva, este trabalho se propõe comparar as condutas educativas utilizadas em duas diferentes gerações: a dos pais como filhos e a desses mesmos pais, atualmente, no exercício de sua função parental.

1. Método

1.1. Sujeitos

Foram investigados 200 pais de crianças em idade escolar (entre 7 e 12 anos de idade), que possuíam em média dois filhos, sendo mais de 70% católicos e de nível socioeconômico médio da cidade de Porto Alegre/RS, assim caracterizados:

- 100 pais com média de idade de 41,7 anos, sendo 55% com ensino superior e pós-graduação, 26% com ensino médio e 17% com ensino fundamental. Dentre eles, 90% estavam trabalhando. Esses pais recebiam um salário correspondente a: 29,8% ganhavam até R$ 1.000,00; 47,9%, entre R$ 1.000,00 e R$ 4.000,00; e 22,4%, entre R$ 4.000,00 e R$ 6.000,00;
- 100 mães com média de idade de 38,2 anos, sendo 52% com nível superior completo e pós-graduação, 26% com ensino médio e 21% com ensino fundamental. Dentre elas, 69% trabalhavam fora e recebiam um salário correspondente a: 61% ganhavam até R$ 1.000,00; 32,3%, entre R$ 1.000,00 e R$ 4.000,00; e 6,5%, entre R$ 4.000,00 e R$ 6.000,00.

2. Instrumento e procedimentos

Utilizou-se o questionário *Parent's Report* (Dibble & Conhen, 1974), que foi traduzido e adaptado ao português. O instrumento está composto por 48 perguntas que são respondidas em uma escala Likert de 5 pontos (*nunca, raramente, metade das vezes, freqüentemente, sempre*), e avalia 16 categorias de condutas educativas, divididas em dois grupos: oito de condutas socialmente desejáveis (*aceitação da criança como uma*

pessoa, atenção centrada na criança, sensibilidade para os sentimentos da criança, envolvimento positivo com a criança, aceitação da autonomia da criança, controle positivo da disciplina, divisão da tomada de decisões com a criança, manutenção da disciplina de forma consistente, controle positivo da disciplina) e oito de indesejáveis (*desapego, intromissão, relaxamento do controle da disciplina, inconsistente manutenção da disciplina, controle através da ansiedade, controle através da culpa, controle através da autoridade, evitação da relação*). Cada categoria é avaliada por três itens do questionário, conforme apresentado na análise descritiva da Tabela 1.

Os sujeitos responderam ao instrumento de duas maneiras. Em um primeiro momento, como filhos, utilizando-se das lembranças que eles possuíam da educação recebida em suas famílias de origem. Em um segundo momento, como pais, revelando as condutas educativas utilizadas por eles com seus filhos na atualidade.

3. Descrição das categorias de condutas educativas

3.1. Categorias de comportamentos socialmente desejáveis

1. *Aceitação da criança como uma pessoa*: reúne variáveis que avaliam o quanto os pais aceitam o(a) seu(sua) filho(a) de forma inteira, com oscilações de humor, com dificuldades e defeitos, tolerando na criança as limitações próprias da condição humana;
2. *Atenção centrada na criança*: esta categoria reúne respostas que dizem respeito a o quanto os pais consideram as necessidades e interesses dos filhos e lhes dedicam tempo e carinho;
3. *Sensibilidade para os sentimentos da criança*: avalia o quanto os pais são capazes de perceber e contactar os sentimentos dos seus filhos;
4. *Envolvimento positivo com a criança*: avalia o quanto os pais têm disponibilidade de estar com os filhos e demonstram seu afeto por eles;
5. *Aceitação da autonomia da criança*: avalia o quanto os pais aceitam e permitem que o filho faça coisas a seu jeito sem a interferência deles, respeitando sua privacidade;
6. *Divisão da tomada de decisões com a criança*: avalia em que medida os pais permitem que o(a) filho(a) participe das decisões que dizem respeito a ele;
7. *Manutenção da disciplina de forma consistente*: avalia o quanto os pais estão atentos para que seu(sua) filho(a) obedeça às regras disciplinares, e as medidas que tomam diante do descumprimento delas.
8. *Controle positivo da disciplina*: avalia o quanto os pais permitem que o(a) filho(a) saiba por que está sendo punido, deixando que ele ex-

presse seus sentimentos com respeito aos castigos, tentando evitar futuras punições.

3.2. Categorias de comportamentos socialmente indesejáveis

1. *Desapego*: avalia atitudes de desconsideração, entre elas as de abandono, esquecimento e desconhecimento dos pais com relação ao(à) filho(a);
2. *Intromissão*: avalia atitudes de pouco respeito à privacidade do(a) filho(a), excessivo controle de suas atitudes e intervenções invasivas;
3. *Relaxamento do controle da disciplina*: avalia o descaso que os pais têm pelos(as) filhos(as) quanto a seus comportamentos, desobediências e descumprimento de regras já estabelecidas;
4. *Inconsistente manutenção da disciplina*: avalia a estabilidade e consistência do manejo dos pais em fazer o(a) filho(a) cumprir os acordos e regras estabelecidos;
5. *Controle através da ansiedade*: avalia a freqüência de atitudes ansiosas dos pais com relação aos(às) filhos(as), tais como ameaças com futuros acontecimentos e punições que podem lhes ocorrer, caso se comportem mal;
6. *Controle através da culpa*: avalia a freqüência com que os pais se utilizam das chantagens emocionais com os(as) filhos(as) na tentativa de controlar seus comportamentos indesejáveis.
7. *Controle através da autoridade*: avalia a quanto os pais se utilizam das condutas autoritárias e punições físicas na imposição de limites;
8. *Evitação da relação*: avalia o quanto os pais se afastam física e emocionalmente de seus(suas) filhos(as) quando se sentem desapontados por eles(as).

4. Resultados e discussão

4.1. Análise descritiva

A fim de conhecer a distribuição das respostas dadas por pais e mães na avaliação das condutas educativas nas duas gerações, realizou-se uma análise descritiva das variáveis que compunham cada uma das 16 categorias de condutas educativas, ficando assim distribuídas as médias e os desvios-padrões nos quatro grupos de respostas – mãe enquanto mãe (MM), mãe enquanto filha (MF), pai enquanto pai (PP) e pai enquanto filho (PF) –, descritos nas tabelas a seguir:

Tabela 1 – Análise descritiva das categorias de comportamentos socialmente desejáveis: médias e desvios-padrões

	Mãe enquanto mãe		Mãe enquanto filha		Pai enquanto pai		Pai enquanto filho	
CATEGORIAS DE COMPORTAMENTOS SOCIALMENTE DESEJÁVEIS	Média	Desvio-padrão	Média	Desvio-padrão	Média	Desvio-padrão	Média	Desvio-padrão
ACEITAÇÃO DA CRIANÇA COMO PESSOA								
Eu vejo tanto as qualidades do(a) meu(minha) filho(a) como seus defeitos.	4,56	0,62	3,89	1,09	3,92	0,99	3,96	1,01
Eu me sinto próximo dele(a) tanto quando está contente como quando está triste.	4,73	0,55	3,83	1,21	4,67	0,78	4,07	1,10
Continuo me importando com ele(a), mesmo quando não faz as coisas tão bem como poderia.	4,68	0,75	4,11	1,19	4,68	0,85	4,33	0,99
CRIANÇA COMO CENTRO (SENDO ATENDIDA)								
Eu penso e faço coisas para agradá-lo(a).	4,47	0,70	3,75	0,99	4,32	0,96	3,70	1,06
Eu dou a ele(a) muito carinho e atenção.	4,67	0,67	3,67	1,12	4,71	0,66	3,75	1,19
Eu levo em consideração as necessidades e interesses dele(a) quando faço meus planos.	4,44	0,73	2,69	1,29	4,18	1,12	2,77	1,28
SENSIBILIDADE PARA OS SENTIMENTOS								
Eu o(a) encorajo a dizer o que está sentindo ou pensando.	4,70	0,61	2,85	1,28	3,65	1,42	3,13	1,36
Eu sei o que ele(a) sente mesmo que não diga.	4,28	0,67	3,26	1,23	3,47	1,42	3,34	1,28
Eu posso prever como ele(a) vai reagir ou sentir-se diante de algo novo.	4,02	0,71	3,12	1,16	3,44	1,40	3,21	1,24

ENVOLVIMENTO POSITIVO								
Eu digo para ele(a) o quanto ele(a) me deixa feliz.	4,63	0,71	3,96	1,05	4,32	1,08	3,76	1,03
Eu gosto de ouvi-lo(a) e fazer as coisas com ele(a).	5,07	5,09	3,69	1,06	4,47	0,88	3,56	1,13
Eu gosto de abraçá-lo(a) e beijá-lo(a).	4,74	0,69	3,48	1,33	4,83	0,59	3,34	1,24
ACEITAÇÃO DA AUTONOMIA								
Eu gosto que ele(a) faça as coisas do seu jeito.	3,79	0,77	3,05	1,27	3,06	1,32	3,29	1,29
Eu estou consciente de que ele(a) precisa de privacidade.	4,13	0,85	3,46	1,21	3,93	1,28	3,59	1,21
Eu deixo ele(a) se vestir como quiser.	3,86	0,86	3,57	1,31	3,31	1,30	3,59	1,81
DIVISÃO DA TOMADA DE DECISÕES								
Eu tomo decisões junto com ele(a).								
Eu deixo que ele(a) me ajude a decidir coisas que lhe dizem respeito.	3,99	0,76	2,72	1,24	3,62	1,27	2,86	1,38
Eu aceito uma decisão dele(a) mesmo que não seja de acordo com o que eu penso.	2,59	3,96	2,98	1,32	4,00	1,18	3,24	1,31
	3,48	0,90	2,79	1,22	2,95	1,30	3,11	1,25
MANUTENÇÃO CONSISTENTE DA DISCIPLINA								
Eu cuido para que ele(a) obedeça às minhas ordens.	4,12	0,73	3,47	1,22	4,32	1,10	3,61	1,22
Eu o(a) puno quando ele(a) desobedece.	3,23	1,11	3,26	1,29	3,14	1,36	3,14	1,21
Eu deixo as regras claras para que ele(a) siga.	4,24	0,89	4,09	1,01	4,53	0,85	3,96	1,07
CONTROLE POSITIVO DA DISCIPLINA								
Eu explico a ele(a) por que está sendo punido(a).								
Eu estabeleço limites em suas atividades para ajudá-lo(a) a não se envolver em problemas.	4,84	0,42	3,73	1,38	4,42	1,08	3,94	1,21
Eu o(a) deixo expressar seus sentimentos sobre ser punido(a) ou castigado(a).	4,13	0,95	3,65	1,15	4,25	1,19	3,37	1,16
	4,10	0,97	2,76	1,39	2,55	1,55	2,94	1,35

A análise descritiva das oito categorias de comportamentos socialmente desejáveis revela, de forma geral, médias inferiores, nas respostas relativas às lembranças que pais e mães têm da educação recebida em sua família de origem, às da educação que eles exercem com seus(suas) filhos(as) na atualidade. Os pais, como pais, acreditam ter de forma mais freqüente condutas socialmente desejáveis com seus(suas) filhos(as) do que as que eles vivenciaram com seus pais e mães na sua família de origem.

Quanto às categorias de comportamentos socialmente indesejáveis, as respostas ficaram assim distribuídas nos quatro grupos:

Tabela 2 – Análise descritiva das categorias de comportamentos socialmente indesejáveis: médias e desvios-padrões

	Mãe enquanto mãe		Mãe enquanto filha		Pai enquanto pai		Pai enquanto filho	
CATEGORIAS DE COMPORTAMENTOS SOCIALMENTE INDESEJÁVEIS	Média	Desvio-padrão	Média	Desvio-padrão	Média	Desvio-padrão	Média	Desvio-padrão
DESAPEGO								
Eu esqueço coisas que ele(a) me diz.	2,03	1,00	2,29	1,11	2,29	1,21	2,09	0.95
Eu prefiro ir a lugares e fazer coisas sem ele(a).	2,08	1,10	1,89	0,83	2,50	1,20	1,94	0,77
Eu desconheço o que ele(a) pensa ou sente.	1,49	0,58	2,18	1,21	2,49	1,40	2,02	1,25
INTROMISSÃO								
Eu pergunto para outras pessoas o que ele(a) faz quando está longe de mim.	3,07	1,44	4,34	0,92	3,31	1,67	3,86	1,24
Eu verifico o que ele(a) está fazendo e com quem anda.	4,56	0,72	4,54	0,69	4,17	1,26	4,08	1,09
Eu fico bravo(a) com pequenas coisas que ele(a) faz.	2,40	0,92	2,88	1,19	2,79	1,26	2,61	1,24
RELAXAMENTO DO CONTROLE DA DISCIPLINA								
Eu ignoro seus maus comportamentos.	1,49	0,87	1,59	0,99	2,08	1,45	1,70	1,02
Eu permito que ele(a) deixe as coisas inacabadas.	1,96	0,80	1,85	0,97	1,85	1,37	1,83	0,76
Eu o(a) deixo convencer-me a mudar decisões já tomadas.	2,51	0,86	2,05	1,08	2,71	1,27	2,22	0,93
INCONSISTENTE MANUTENÇÃO DA DISCIPLINA								
Eu esqueço as regras que já tinha estabelecido.	1,76	0,73	1,92	0,93	1,94	1,33	1,92	1,05
Eu o(a) obrigo a cumprir regras, dependendo do meu humor.	1,99	1,06	2,26	1,28	2,80	1,46	2,22	1,24
Eu mudo as regras.	1,99	0,72	2,39	0,98	2,20	1,17	2,15	1,07

CONTROLE ATRAVÉS DA ANSIEDADE								
Eu o(a) aviso sobre futuras punições para preveni-lo(a) de agir incorretamente.	4,32	0,92	3,74	1,10	3,81	1,50	3,81	1,06
Eu fico relembrando-lhe de seus maus comportamentos do passado.	1,90	0,92	3,04	1,18	2,64	1,53	3,08	1,28
Quando ele(a) se comporta mal, eu lhe digo que me preocupo com o seu futuro.	4,00	1,18	3,35	1,04	4,05	1,46	3,18	1,38
CONTROLE ATRAVÉS DA CULPA								
Eu deixo que ele(a) note que fico magoado(a) se não faz o que eu digo.	3,75	1,04	4,01	1,09	3,63	1,23	3,60	1,24
Eu lhe falo sobre tudo que já fiz por ele(a) quando quero que obedeça.	2,47	1,19	2,48	1,25	3,49	1,57	2,36	1,21
Eu demonstro que se ele(a) realmente se importasse comigo, não faria coisas que me preocupam.	2,32	1,16	2,62	1,44	2,65	1,53	2,36	1,25
CONTROLE ATRAVÉS DA AUTORIDADE								
Eu falo de forma severa com ele(a) quando quero ensiná-lo(a) a se comportar.	3,65	1,17	3,15	1,27	3,36	1,46	3,08	1,25
Eu utilizo punições físicas.	1,77	0,68	2,19	0,93	2,34	1,26	2,51	1,11
Eu perco a paciência quando ele(a) não faz as coisas como peço.	2,79	0,98	3,21	1,18	3,07	1,29	3,06	1,22
EVITAÇÃO DA RELAÇÃO								
Eu evito falar com ele(a) depois que ele(a) faz coisas que eu não gosto.	1,63	0,75	1,90	1,13	2,35	1,53	1,79	0,99
Eu evito olhar para ele(a) quando me desaponta.	1,43	0,77	1,65	0,94	2,03	1,23	1,68	0,88
Eu me afasto do meu(minha) filho(a) quando ele(a) me desagrada.	1,39	0,70	1,85	1,12	1,71	1,17	1,60	0,92

Observando a distribuição de respostas na análise descritiva das categorias de comportamentos socialmente indesejáveis, podem-se perceber maiores médias referentes às respostas de pais e mães enquanto filhos(as) do que enquanto pais. Nesse caso, pode-se dizer que tanto os pais como as mães recordam terem sofrido com mais freqüência condutas educativas indesejáveis na sua família de origem do que hoje eles reconhecem exercer com seus filhos(as).

4.2. Análise inferencial

Com o objetivo de comparar as respostas dadas pelos sujeitos enquanto filhos e enquanto pais, utilizou-se o teste T de Student, que permite comparar as diferenças entre médias relacionadas. Assim, apresentamos os resultados das mães e dos pais separadamente com relação às 16 categorias avaliadas.

Na tabela a seguir, pode-se observar a comparação das respostas das mães, no papel de filha e no papel de mãe.

Tabela 3 – Resultados das respostas comparativas das 16 categorias de condutas educativas avaliadas pela mãe enquanto mãe e pela mãe enquanto filha

Variáveis	Média individual		Desvio-padrão		Valor do T de Student
CATEGORIAS DE COMPORTAMENTOS SOCIALMENTE DESEJÁVEIS	Mãe enquanto mãe	Mãe enquanto filha	Mãe enquanto mãe	Mãe enquanto filha	
Aceitação da criança como pessoa	13,95	11,87	1,39	2,76	7,14 (g.l. = 97)***
Criança como centro (sendo atendida)	13,54	10,10	1,62	2,64	12,66 (g.l. = 96)***
Sensibilidade para os sentimentos	13,03	9,36	1,50	2,99	12,04 (g.l. = 92)***
Envolvimento positivo	14,41	11,03	5,42	2,82	5,26 (g.l. = 93)***
Aceitação da autonomia	11,85	10,05	1,78	3,25	5,34 (g.l. = 95)***
Divisão da tomada de decisões	12,05	8,47	4,24	3,35	6,22 (g.l. = 92)***
Manutenção consistente da disciplina	11,58	10,83	1,79	2,60	2,77 (g.l. = 92)**
Controle positivo da disciplina	13,06	10,12	1,69	2,47	10,98 (g.l. = 90)***
CATEGORIAS DE COMPORTAMENTO SOCIALMENTE INDESEJÁVEIS					
Desapego	5,49	6,32	1,72	2,44	-3,08 (g.l. = 92)**
Intromissão	9,92	11,78	2,09	1,82	-6,32 (g.l. = 91)***
Relaxamento do controle da disciplina	5,91	5,61	1,54	1,69	1,45 (g.l. = 93)
Inconsistente manutenção da disciplina	5,68	6,55	1,84	2,29	-3,20 (g.l. = 92)**
Controle através da ansiedade	10,31	9,82	1,82	1,96	1,99 (g.l. = 94)*
Controle através da culpa	8,54	9,10	2,58	2,84	-1,77 (g.l. = 95)
Controle através da autoridade	8,13	8,40	1,98	2,73	-0,80 (g.l. = 92)
Evitação da relação	4,42	5,32	1,70	2,66	-2,93 (g.l. = 95)**

Notas: Inconsistente Manutenção da Disciplina – * $p < 0,05$ – ** $p < 0,01$ – *** $p < 0,001$

Na avaliação de todas as oito categorias de comportamentos socialmente desejáveis, as médias das respostas das mães que revelam a freqüência com que elas exercem determinadas condutas educativas com seus(suas) filhos(as) na atualidade são significativamente maiores do que as lembranças que elas têm das condutas educativas exercidas na sua família de origem.

Esses resultados apontam que as mães no papel de filhas sentiram-se menos aceitas e menos atendidas na sua infância do que hoje em dia aceitam e atendem a seus(suas) filhos(as). Também revelam que seus pais tinham menos sensibilidade para com seus sentimentos, menor envolvimento, aceitavam menos sua autonomia e dividiam menos a tomada de decisões com elas do que hoje fazem com seus(as) filhos(as). Esses dados corroboram as pesquisas que indicam que em gerações passadas as práticas educativas eram menos democráticas, com menores níveis de afeto e envolvimento dos pais para com os filhos (Benica, Ribeiro & Gomes, 1998; Gimeno, 1999).

Na avaliação das categorias socialmente indesejáveis, aparecem em cinco delas diferenças significativas entre as duas gerações, segundo as respostas das mães. Analisadas em conjunto, pode-se considerar que novamente aparecem lembranças de desapego e afastamento emocional (evitação da relação) como estratégia educativa utilizada na geração das mães. Outro fator de destaque, que parece ter caracterizado aquela geração, é a falta de consideração e respeito para com a filha, já que elas evocam medidas educativas invasivas e pouco consistentes.

Por outro lado, é importante destacar que as mães atualmente sentem-se exercendo um controle mais ansioso sobre seus(suas) filhos(as) do que aquele ao qual elas foram submetidas em seu tempo. Considerando que as idéias de como educar e cuidar dos filhos estão sujeitas à história e acompanham a transformação e a evolução da crença e dos valores (Lordelo, Fonseca & Araújo, 2000), provavelmente, essa estratégia educativa de ameaçar com futuros acontecimentos que podem ocorrer ao(à) filho(a), caso se porte mal, expressa valores do contexto (Bronfenbrenner, 1996; Swartz & Martin, 1997), relativos à competição e à necessidade de "dar certo" e "ter sucesso no futuro", característicos da contemporaneidade.

Tabela 4 – Resultados das respostas comparativas das 16 categorias de condutas educativas avaliadas pelo pai enquanto pai e pelo pai enquanto filho

Variáveis	Média individual		Desvio-padrão		Valor do T de Student
CATEGORIAS DE COMPORTAMENTOS SOCIALMENTE DESEJÁVEIS	Pai enquanto pai	Pai enquanto Filho	Pai enquanto pai	Pai enquanto filho	
Aceitação da criança como pessoa	13,55	12,35	1,59	2,32	4,50 (g.l. = 93)***
Criança como centro (sendo atendida)	12,79	10,27	1,99	2,79	8,08 (g.l. = 93)***
Sensibilidade para os sentimentos	12,10	9,73	2,06	3,32	6,09 (g.l. = 91)***
Envolvimento positivo	13,29	10,66	1,97	2,74	8,59 (g.l. = 94)***
Aceitação da autonomia	12,15	10,37	1,96	2,51	5,62 (g.l. = 94)***
Divisão da tomada de decisões	10,91	9,21	1,99	3,40	4,49 (g.l. = 93)***
Manutenção consistente da disciplina	11,37	10,73	2,04	2,37	2,48 (g.l. = 96)*
Controle positivo da disciplina	12,21	11,29	1,99	2,53	2,73 (g.l. = 92)**
CATEGORIAS DE COMPORTAMENTO SOCIALMENTE INDESEJÁVEIS					
Desapego	6,07	5,96	1,78	2,12	,482 (g.l. = 90)
Intromissão	9,66	10,57	2,94	2,37	-2,92 (g.l. = 97)**
Relaxamento do controle da disciplina	6,21	5,78	1,85	1,77	1,96 (g.l. = 94)
Inconsistente manutenção da disciplina	5,90	6,39	2,20	2,50	-1,51 (g.l. = 93)
Controle através da ansiedade	10,07	10,09	2,07	2,26	-0,078 (g.l. = 93)
Controle através da culpa	8,88	8,38	2,50	2,49	1,51 (g.l. = 94)
Controle através da autoridade	7,80	8,75	1,98	2,78	-3,05 (g.l. = 96)**
Evitação da relação	4,74	5,05	2,04	2,25	-1,10 (g.l. = 94)

Notas: * $p < 0,05$ – ** $p < 0,01$ – *** $p < 0,001$

Os pais expressam a mesma opinião que as mães no que se refere às categorias socialmente desejáveis, aparecendo em todas as categorias médias significativamente mais elevadas nas respostas referentes às suas lembranças da família de origem, indicando também lembranças de uma educação com pouco envolvimento e mais autoritária do que aquela que hoje dizem eles praticar com seus(suas) filhos(as).

Na avaliação das categorias socialmente indesejáveis, a maioria das categorias não apresenta diferenças significativas, com exceção das categorias intromissão e controle através da autoridade. Nesse caso, os sujeitos declaram serem menos invasivos e autoritários com seus(suas) filhos(as) hoje do que seus pais foram com eles em seu tempo.

Observa-se que esses resultados corroboram os achados das pesquisas na população brasileira que demonstram uma tentativa dos pais de evitar as práticas educativas exercidas em gerações anteriores, à medida que o tempo foi passando (Wagner, 2003a; Wagner, 2003b; Caldana, 1998; Benica et al., 1998; Ruschel & Castro, 1998; Biasoli-Alves et al., 1997).

Os dados expressam também uma realidade de nível sócio-econômico cultural médio da nossa população, a qual tem acesso a informação e conhecimento sobre as conseqüências de determinadas estratégias educativas exercidas na infância para a vida futura dos filhos. Mesmo que o conhecimento e a informação não sejam garantia do exercício de uma educação menos repressiva e mais afetiva (Wagner, 1995), denota-se, no mínimo, uma intencionalidade dessa geração em exercer de melhor maneira e mais conscientemente a parentalidade.

5. Conclusões

A partir dos resultados, pode-se perceber que houve um aprimoramento nas práticas educativas exercidas nas duas gerações. Parece que, efetivamente, há uma tentativa e intenção de não-repetição, dos pais para com os seus filhos, das estratégias educativas indesejáveis sofridas por eles na sua família de origem. Nesse caso, as mães aparecem fazendo uma análise mais crítica e criteriosa de tais práticas, aparecendo maior número de categorias indesejáveis com diferenças significativas entre as suas respostas do que entre as dos pais.

Na análise qualitativa das estratégias, é fundamental considerar o contexto em que tais práticas são e foram exercidas, já que elas respondem em grande medida a essa dimensão. Nesse caso, estratégias que hoje possam ser consideradas indesejáveis, em outro momento da história podem ter tido diferentes conotações e, até mesmo, intencionalidade de favorecimento dos filhos por parte dos pais.

Nessa perspectiva, esses dados abrem questões interessantes a serem investigadas com a atual geração de pais. Entre elas, a possibilidade de avaliar de forma qualitativa quais os sentimentos que esses sujeitos guardam de tais estratégias educativas e as possíveis conseqüências destas na sua vida atual. Considerando que hoje em dia os pais avaliam-se qualitativamente melhores pais do que foram os seus, em sua geração, como eles explicam tais mudanças? Em que medida a utilização de diferentes estratégias educativas nas duas gerações tem contribuído para melhores ou piores níveis de qualidade da relação pais e filhos atualmente? Esses são alguns questionamentos que os dados oferecem para que se siga investigando o tema.

6. Referências bibliográficas

BIASOLI-ALVES, Z. M. M.; CALDANA, R. H. L.; SILVA, M. H. G. F. Práticas de educação da criança na família: a emergência do saber técnico-científico. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 7(1), p. 49-62, 1997.

BENINCA, C.; RIBEIRO, S.; GOMES, W. B. Relatos de mães sobre transformações familiares em três gerações. *Estudos em Psicologia*, 3(2) p. 177-205, 1998.

BRONFRENBENNER, U. *A ecologia do desenvolvimento humano*: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

CALDANA, R. H. L. A criança e sua educação na família no início do século: autoridade, limites e cotidiano. *Temas em Psicologia*, 6(2), p. 87-100, 1998.

CHRISTIANSON, S.; ENGELBERY, E. Organization of emotional memories. *Handbook of Cognition and Emotion*. Chichester, p. 209-227, 1995.

COSTA, F. T.; TEIXEIRA, M. A. P.; GOMES, W. B. Responsividade e exigência: duas escalas para avaliar estilos parentais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13(3), p. 465-473, 2000.

DIBBLE, E.; COHEN, D. J. Comparison instruments for measuring children competence and parental style. Archives of General Psychiatry, 30, p. 805-815, 1974.

FAGOT, B. I. Attachment, parenting, and peer interactions of todller children. *Developmental Psychology*, 33, p. 489-499, 1997.

GIMENO, A. El proceso educativo en la familia. In*: La familia*: el desafio de la diversidad. Barcelona: Ariel, 1999.

LORDELO, E. R.; FONSECA, A. L.; ARAÚJO, M. L. V. B. Responsividade do ambiente de desenvolvimento: crenças e práticas como sistema cultural de criação de filhos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13(1), p. 73-80, 2000.

RUSCHEL, A. E.; CASTRO, O. P. O vínculo transgeracional: o velho, o jovem e o poder. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11(3), p. 523-539, 1998.

SALEM. *O velho e o novo:* um estudo de papéis e conflitos familiares. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

SWARTZ, J .L.; MARTIN, W. E. *Applied ecological psychology for schools within communities*: assessment and intervention. Londres: LEA, 1997.

WAGNER, A. A família e a tarefa de educar: algumas reflexões a respeito das famílias tradicionais frente a demandas modernas. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (org.). *Família e casal*: arranjos e demandas contemporâneas. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora PUC-Rio/Edições Loyola, 2003a.

_____. Estratégias educativas en la familia: una perspectiva Transgeneracional. *Anais do Congresso da Bienal de Psicologia em Santiago de Cuba*. Edição Especial, 2003b.

_____. Os fatores psicossociais do medo infantil: sua ocorrência e características na idade pré-escolar. *Revista Psico*, 11(1), p. 89-106, 1995.

ZAGURY, T. A questão da relação pais-filhos hoje. In: *Sem padecer no paraíso*: em defesa dos pais ou sobre a tirania dos filhos. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 1991.

Famílias monoparentais adotivas: a importância de uma rede de apoio

Lidia Levy
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Até recentemente, a "ausência paterna" costumava ser apontada por agentes institucionais como uma das principais causas da desestruturação familiar. Diante da realidade de uma população na qual cada vez mais a mulher é a provedora do lar, arcando sozinha com a educação dos filhos, a figura paterna praticamente inexistente era com freqüência a explicação rapidamente encontrada para justificar a problemática emocional de uma criança ou adolescente. Em contraposição, encontrávamos no discurso de mulheres que adotavam sozinhas uma criança a certeza de inexistirem garantias de que esta seria mais feliz e equilibrada emocionalmente vivendo em uma família constituída por pai e mãe.

A maioria dos argumentos que sugerem prováveis dificuldades na adoção realizada por pais solteiros revela uma crença de que essa circunstância, considerada isoladamente, estaria na origem de futuros distúrbios apresentados pela criança adotada. Curiosamente, desconsidera-se que pais despreparados emocionalmente para a adoção existem tanto no grupo dos casados quanto no dos solteiros, bem como não é raro encontrarmos pais biológicos com dificuldades de assumir a parentalidade.

Em estudo sobre as assistentes maternais francesas[1], Raffy (1999) constata que lhes é exigida, contratualmente, a presença física de um consorte que, paradoxalmente, não tem qualquer função oficial junto à criança. A requisição do empregador remete a uma imagem de

[1] Mulheres assalariadas da DSSS (*Direction des Services Sociaux et Sanitaires*) para funcionar como família acolhedora.

pais ideais, típica do modelo de família burguesa. O autor afirma que, excepcionalmente, caso um homem viesse a ocupar um lugar oficial junto a uma criança, ele seria "assistente maternal".

No Brasil, a idéia de que uma família monoparental pode propiciar referências estáveis tanto quanto uma família tradicional ganha força e encontra apoio no "Estatuto da Criança e do Adolescente", promulgado em 1990, que reconhece o direito à adoção por pessoas solteiras. Nesse sentido, não é feita qualquer diferença na avaliação de casais ou pessoas solteiras que buscam adotar uma criança. Em ambos os casos, procura-se entender as motivações presentes na escolha desse tipo de filiação e o lugar destinado à criança no imaginário dos requerentes em processos de adoção.

Os desejos de, por meio do vínculo com uma criança, estabelecer uma relação fusional e satisfazer uma necessidade de dependência não são exclusivos de pessoas que adotam sozinhas. Da mesma forma, o desejo de uma criança que venha preencher um vazio existencial pode ser encontrado no discurso de casados, solteiros, viúvos ou divorciados que pretendem adotar, assim como no discurso de pais biológicos.

Segundo Raffy (1999), as motivações não têm um caráter patogênico *a priori*, pois todo desejo de criança carrega uma ficção. Nesse sentido, não é surpresa que a criança adquira um valor de objeto precioso, de objeto fálico, para seus pais. Os problemas ocorrem quando toda a relação entre o adulto e a criança é dominada pela necessidade de manter o filho neste lugar.

Trabalhando com mulheres candidatas à adoção que alegavam não terem encontrado o homem com o qual poderiam ter tido um filho, e com outras que desejavam criar sozinhas uma criança, como uma mãe solteira, Nazir (2002) se pergunta o sentido de uma "verdadeira monoparentalidade". A questão é introduzida considerando-se que, ao aceitarmos que uma família monoparental é aquela composta por um pai ou uma mãe cuidando sozinho(a) de seus filhos, "colocamos no mesmo plano uma mulher sozinha que não quer fazer um filho com um homem que ela deseja e uma mulher que cria sozinha seu filho após uma separação do pai". Sendo assim, a verdadeira monoparentalidade remeteria *"*à estrutura psíquica do adulto que exclui, em seu cálculo, o outro sexo, antes de ser uma questão de homem ou mulher sozinho(a) com seu filho*"* (Nazir, 2002, p. 40). O autor reconhece que a ausência de um pai não é impeditiva para a construção de um romance familiar, nem para a constituição da criança como sujeito. Porém, dificuldades são esperadas quando a monoparentalidade implica, além do ódio pelo outro pai, o ódio pelo outro sexo, a rejeição do outro sexo ou a renegação da diferença de sexos.

Um interessante estudo realizado em uma comunidade de pescadores portugueses (Malpique, 1998), com o objetivo de apreciar os efeitos da ausência do pai emigrante no processo de identificação dos filhos, não encontrou evidências de uma repercussão negativa. Entretanto, mesmo ausentes, esses pais existiam e eram valorizados pelas mães, além de serem os responsáveis pelo sustento familiar.

E no caso de pais inexistentes? O que dizer do processo de identificação em crianças adotadas por uma pessoa "sozinha"? O fato de existir apenas um adotante justificaria a crença de uma adoção "solitária"?

Após pesquisarmos as motivações de requerentes em processos de adoção na 1ª Vara da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro (Levy, 2002), iniciamos entrevistas de *follow up* com 20 casais e com 20 pessoas viúvas, solteiras e divorciadas que já haviam adotado e estavam convivendo com a criança por um período aproximado de um ano. Nas primeiras entrevistas realizadas, algumas dificuldades percebidas no grupo dos solteiros, viúvos e divorciados nos levaram a suspeitar de um prejuízo maior para as crianças por eles adotadas. Com o decorrer das entrevistas e reavaliando o material obtido, apesar de essa hipótese não ter se sustentado, verificamos a necessidade de existirem outras pessoas incidindo na relação e funcionando como anteparo diante dos desejos de fusão da criança e do sujeito que desempenha a função materna.

Em trabalho anterior (Levy & Pinho, 2004), observamos a importância de uma rede de apoio social nos casos de adoções monoparentais; ou seja, a presença de sistemas e de pessoas significativas com as quais a criança mantenha relações afetivas, e o apoio dado ao adotante por familiares, amigos, vizinhos e pela comunidade em geral.

Com o objetivo de investigar as soluções encontradas por aqueles que adotaram sozinhos, tomamos como material de estudo para este artigo o discurso de seis entrevistados, considerando que eles compõem uma amostra diversificada e ilustrativa da população pesquisada.

1. Os sujeitos

1. Mulher, 53 anos, divorciada, mora sozinha, duas filhas casadas. Menino, quatro anos quando do primeiro encontro.
2. Homem, 40 anos, solteiro, mora sozinho. Menino, cinco anos quando do primeiro encontro.
3. Mulher, 43 anos, solteira, mora com tia idosa. Menina adotada com 40 dias.
4. Mulher, 58 anos, solteira, mora sozinha. Menina, seis anos quando do primeiro encontro.

5. Mulher, 36 anos, solteira, mora com o pai e o irmão. Menina adotada com seis meses.
6. Mulher, 40 anos, divorciada, dois filhos adolescentes, mora com os filhos e com o sogro. Menino, dois anos.

2. Os discursos

Das entrevistas realizadas, destacamos três temáticas que permitem traçar um percurso desde as motivações para adoção, expressas por cada sujeito, passando pelas mudanças acarretadas a partir da chegada da criança, até o valor conferido a outras pessoas com quem compartilhavam ou não os cuidados e a educação do filho.

2.1. As motivações

1. *"Separei-me e fiquei sozinha em casa. As filhas têm suas vidas."*
2. *"Nunca pensei em ter filhos e não sei o que fui fazer naquele orfanato. Como morava perto fui visitar e me apaixonei pelo seu jeitinho meigo e tímido. Parecia um gatinho."*
3. *"Éramos muito solitárias, a felicidade entrou dentro de casa."*
4. *"Já aproveitei muito, não queria mais aquele tipo de vida."*
5. *"Como não casei até agora e com a minha idade, não dava para esperar mais."*
6. *"Meu sogro fazia trabalhos voluntários numa instituição e falou de um menino com sérios problemas. Dispusemos-nos a trazê-lo para passar os fins de semana conosco e logo ele já fazia parte da família."*

Apesar de os discursos dos sujeitos 1, 3 e 4 destacarem a solidão como uma das motivações para adoção, existe uma nítida diferença entre o primeiro e os outros dois. O sujeito 1 deixa transparecer um ressentimento em relação ao ex-marido e às filhas, demonstrando sentir-se abandonado por estas últimas. Sua fala é marcada pelo ressentimento, dando maior ênfase ao passado do que ao presente. Os sujeitos 3 e 4, ao contrário, colocam o foco no presente e no futuro, sendo a criança adotada a principal causa de novos prazeres em suas vidas.

O sujeito 5 é o mais jovem do grupo. Seu discurso aponta para um desejo de maternidade cada vez mais difícil de concretizar, na medida em que não encontrou um companheiro e aproxima-se de uma idade de risco para uma gestação. A hipótese de um casamento não foi descartada mas, não havendo perspectivas de que venha a ocorrer em curto prazo, não quis adiar o sonho da maternidade.

Os sujeitos 2 e 6 se aproximam pela adoção de crianças com necessidades especiais. Ambos ficaram mobilizados pelo estado de carência de crianças específicas e motivados a compensá-las, tentando resgatá-las para a saúde. Não podemos esquecer que crianças órfãs e institucionalizadas são facilmente utilizadas como superfície projetiva para adultos em busca de afetos, e provocam fantasias de salvamento.

Em pesquisa bibliográfica sobre famílias monoparentais, Weber (2000) encontrou estudos (Groze, 1991; Groze & Rosenthal, 1991) que indicam os lares de pais solteiros para crianças que tivessem maior necessidade de comprometimento em seus cuidados. Um dos argumentos utilizados é o de que um adulto solteiro, por não estar envolvido com as demandas de um relacionamento marital, teria maior disponibilidade, envolvimento e afeição necessários para crianças que sofreram sérios prejuízos em sua história de vida. Ao mesmo tempo, considera-se que as adoções de crianças com necessidades especiais por solteiros deveriam ter um acompanhamento sistemático por parte das Agências de Adoção e um apoio da comunidade (família e amigos), em virtude de os pais adotivos não terem um companheiro com quem dividir responsabilidades.

2.2. As mudanças

As alterações provocadas pela adoção na vida do adotante foram destacadas por todos os sujeitos entrevistados.

1. *"Ele não desgruda de mim, dizendo ter medo que eu desapareça. Às vezes tenho medo de pisar nele, de tão colado. Dormimos juntos, mas isto não é problema. Fiquei apavorada quando ele 'tentou se suicidar'."*
2. *"Minha vida mudou. Era muito só e me perguntava quem iria morar comigo quando estivesse mais velho. A vida agora traz o novo a cada dia, não importando se bom ou ruim; é preferível do que chegar em casa e não ter ninguém. Hoje tenho movimento em casa e duas empregadas que me ajudam."*
3. *"Com a minha filha soltei a afetividade e aprendi a relaxar. Fico com pena das colegas que moram sozinhas em seus apartamentos enormes."*
4. *"Hoje eu me dedico só a ela. Estou fazendo o que sempre quis e não sinto falta da vida anterior de sair com as amigas todos os fins de semana, viajar, ir a espetáculos etc."*
5. *"Com a chegada dela, minha vida social mudou para melhor."*
6. *"Minha filha mais velha brinca dizendo: 'mãe, você não arrumou um filho, arrumou um paciente'. Mesmo sofrendo de síndrome de abandono, sei que ele conseguirá superar o problema e será uma criança normal."*

O discurso do sujeito 1 revela a resposta da criança diante da expectativa de abandono, transmitida nas entrelinhas do discurso materno. A noção de morte parece ter ficado atrelada à possibilidade de uma perda/separação/abandono e indica a falta de um verdadeiro investimento no filho como sujeito. Tudo leva a crer que a criança tenha sido tomada como objeto compensatório pela mãe adotiva.

Os sujeitos 2, 3 e 4 atribuem à criança o estímulo para reconstruírem a vida em moldes diferentes das escolhas anteriores. O filho fornece-lhes a motivação para recomeçar, provocando uma abertura para o mundo.

Os sujeitos 5 e 6 não esperavam reparar, através de uma criança, um estilo de vida insatisfatório. Em seus discursos expressam os desejos de construir uma família ou de aumentá-la.

Não apenas nas entrevistas realizadas com os solteiros, viúvos e divorciados, mas também com os casados, encontramos comentários sobre o valor da adoção na vida do adotante e sobre o valor da adoção na vida da criança. Os pais adotivos ressaltam a mudança radical externalizada pela criança a partir do primeiro encontro e a associam aos cuidados e afeto por eles proporcionados. Verificamos ser necessário ao adotante estabelecer seu lugar na história da relação, como se um "novo nascimento" da criança compensasse a não gestação. Esse capítulo na história de pais e filhos costuma ser marcado por um duplo aniversário. Quando a criança não tem certidão, a data do primeiro encontro passa a ser o marco inaugural da nova filiação.

2.3. A inclusão/exclusão do outro

1. *"Não me dou com meu ex-marido e quase não vejo minhas filhas, que são casadas e têm a vida delas."*
2. *"Minha família não aceitou o menino. Uma das empregadas me deu muita força e me ajuda a cuidar dele."*
3. *"Gostaria que a minha filha tivesse um pai. Não há ninguém que ela possa chamar de pai em casa. Teve uma época em que olhava para uma estátua de santo e dizia: 'mamãe, papai e neném'. Existe muita coisa podre por aí e a maioria das famílias brasileiras é composta por mulheres. Só adoto uma segunda criança se vier com o* kit *completo, com pai incluído."*
4. *"Na instituição, ela dizia para todos que queria ter uma família e ser adotada. Deixou uma amiga lá e tem pedido para que seja adotada também. Queria que fosse sua irmã."*
5. *"Para minha surpresa, ao chegar ao aeroporto no Paraná, meu irmão, que mora em São Paulo, estava me esperando para me ajudar. Nos dois meses de licença, ia ao parquinho e fiz amizade com outras mães, com quem*

saímos até hoje. Depois me enturmei com as mães da creche e saímos com freqüência em um grupo grande de pais e crianças para programas de criança e de adulto."

6. *"Logo que ele estiver mais seguro quero adotar uma menina. Gosto da casa cheia de crianças e uma menina vai fazer companhia para ele, como os dois mais velhos são companheiros um do outro."*

Novamente, o discurso do sujeito 1 se diferencia dos demais, por ser o único que não menciona a inclusão de um terceiro; ao contrário, refere-se apenas à exclusão. Todos os outros, de alguma forma, explicitam as soluções encontradas ou desejadas.

O sujeito 2 procurou uma rede de apoio. Além da colaboração da empregada, manteve o filho em contato com os amigos da instituição, onde continua praticando esportes. Procura oferecer-lhe uma série de atividades, das quais participa. Da mesma forma que os sistemas de apoio em torno da mulher que adota impedem o isolamento da díade mãe-filho e exercem uma função de socialização, também para os homens que assumem sozinhos a parentalidade a rede é fundamental.

Enquanto o sujeito 3 se inquieta com as conseqüências da falta de um pai na vida da filha, o sujeito 4 percebe a necessidade demonstrada pela menina de manter uma convivência mais intensa com pessoas de sua idade.

O sujeito 5, que reside com o pai e o irmão divorciado, construiu uma rede de apoio constituída por casais e pessoas divorciadas com seus filhos.

O sujeito 6, apesar de ter adotado sozinho, incluiu a criança em uma família onde já existiam outras crianças e figuras masculinas oferecendo-lhe suporte.

O apoio dado pela família extensa, por amigos, vizinhos, enfim, pela comunidade em geral, é fundamental tanto para a inserção da criança em sua nova família como para acolher o adotante e ajudá-lo a elaborar suas incertezas. Ao contar com a rede social, o adotante oferece possibilidades de crescimento e outros modelos de identificação a seu filho. No caso de famílias monoparentais, as redes muitas vezes funcionam suprindo em parte as funções da figura parental ausente.

3. Considerações finais

Sabemos que a função materna não é exclusiva do sexo feminino, da mesma forma que as funções socializante e interditora podem e devem ser realizadas por ambos os pais. Também o grupo social, por meio de figuras significativas para a criança, pode oferecer-lhe mode-

los de identificação. Para autores como Malpique (1998), a socialização do indivíduo é cada vez mais o resultado de uma intervenção da sociedade por meio de suas instituições, e cada vez menos o resultado da ação familiar.

Retomando nossa questão inicial sobre a crença de que uma adoção monoparental carrega os riscos da exclusão do terceiro na relação pai/filho adotivo, verificamos a importância da rede social construída pelo adotante.

Os quatro primeiros sujeitos da amostra colocaram o filho como centro de seu mundo. De fato, a criança adotada pelo sujeito 2, portadora de necessidades especiais, foi beneficiada ao ser colocada nesse lugar. O mesmo não ocorreu com a criança adotada pelo sujeito 1, que, aprisionada, expressa o impasse diante do conteúdo mortífero de uma separação. As crianças adotadas pelos sujeitos 3 e 4 apresentam dificuldades de lidar com limites, o que não significa que não possam superá-las ao serem confrontadas com outros grupos sociais. Se voltarmos à questão enunciada por Nazir (2002) sobre o sentido do termo monoparentalidade, devemos reconhecer a existência de diferentes planos envolvendo uma adoção monoparental.

Crianças abandonadas, negligenciadas e institucionalizadas por longo tempo carecem de um olhar narcígeno, inexistente na idade em que necessitavam serem olhadas dessa forma, que lhes transmitisse a certeza de serem "sua majestade o bebê" para seus pais. Se as crianças necessitam de um continente seguro e afetivo que acolha suas inseguranças e lhes ofereça um espaço para a elaboração de perdas e da experiência de abandono, também aqueles que se dispõem a formar uma família monoparental precisam sentir-se apoiados e contidos em seus receios e inseguranças. Uma rede de apoio social não apenas preenche essa necessidade de acolhimento, mas ratifica a filiação e legitima o adotante em seus lugares de pai ou mãe.

4. Referências bibliográficas

LEVY, L. Da criança idealizada à criança real. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (org.). *Casamento e família*: do social à clínica. Rio de Janeiro: NAU, 2001. p. 12-22.

_____; PINHO, P. G. Adoção e redes de apoio social. *Cadernos de Psicologia. 1ª Vára da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro*, v. 1, p. 33-38, 2004.

MALPIQUE, C. *A ausência do pai*. Porto: Edições Afrontamento, 1998.

NAZIR, H. *A criança adotiva e suas famílias*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2001.

RAFFY, A. L'enfant en famille d'accueil, sa problématique et sa psychothérapie. In: _____. (org.). *Famille d'origine, familles d'accueil*. Le Coq Héron, n. 157, p. 54-73, 1999.

WEBER, L. N. D. *Aspectos psicológicos da adoção*. Curitiba: Juruá, 2000.

Sintaxe subjacente a atitudes e percepções entre cônjuges[1]

Cílio Ziviani
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

A idéia de que um casal é formado por duas individualidades e uma conjugalidade aparece com freqüência na literatura, e nela tem sido discutida amplamente. Entretanto, nas pesquisas sobre atitudes e percepções dos membros do casal, seja em relação ao parceiro, seja em relação a alguma condição transubjetiva que afete ambos, ainda são pouco freqüentes os estudos que consideram independentemente as respostas dos dois cônjuges de forma explícita e simultânea.

Uma rápida revisão da literatura norte-americana recente mostra que diversos autores apontam a necessidade de se levar em conta dados de ambos os cônjuges na pesquisa de casais. Davey, Fincham, Beach & Brody (2001, p. 723) afirmam que tem sido comum, na pesquisa de atribuição de causalidade no casamento, "...enfocar o que acontece

[1] Dedico este trabalho à professora Carolina M. Bori. Foi dela a proposta, dirigida à Diretoria da Sociedade Brasileira de Psicologia, de uma conferência para a XX-XIII Reunião Anual, realizada em Belo Horizonte, em outubro de 2003, intitulada "Construção de uma Psicologia da Conjugalidade". Os conceitos ali apresentados constituem a base do presente trabalho, cujos pontos fundamentais passaram por seu olhar atento e observação segura, durante as tardes no Núcleo de Pesquisa do Ensino Superior da Universidade de São Paulo, do qual era diretora de pesquisa. Seu interesse, desde 1987, por meus estudos da díade avaliador/avaliado, no ensino superior, cedeu lugar, a meu pedido, aos estudos da díade conjugal. Este registro não pretende absolutamente atribuir à professora Carolina M. Bori qualquer responsabilidade sobre o conteúdo destas páginas. Buscou-se apenas reconhecer que, sem ela, este capítulo não teria acontecido.

dentro do indivíduo e, por implicação, relegar os efeitos intercônjuge para um plano conceitual secundário". Como resultado, esse tipo de pesquisa deixa a desejar, no que diz respeito à realização de seu potencial para a compreensão da interdependência entre os parceiros, concluindo que "...o exame tanto dos efeitos intracônjuge quanto dos efeitos intercônjuge na pesquisa de atribuição conjugal já deveria ter começado há muito tempo" (Davey e cols., 2001, p. 723).

Para Broadbury, Fincham & Beach (2000), é a *forma* pela qual os casais abordam, administram e resolvem o conflito, mais do que o conteúdo ou a gravidade da questão, que resulta ou em satisfação conjugal ou em problema conjugal, levando os autores a concluírem sobre a reconceituação do construto da satisfação conjugal "...como uma atitude do cônjuge para com seu outro, ou ainda, para com a relação em si mesma" (Broadbury e cols., 2000, p. 974). Ao estudar o conflito na relação conjugal, Beach (2001) igualmente argumenta que é a *maneira* como os parceiros ajustam suas percepções de si mesmo e do seu outro, e como essas modificações influenciam mutuamente ambos os cônjuges, que decide se o conflito em potencial surgirá ou não.

Finalmente, Noller & Feeney (2002), na avaliação crítica de 18 estudos de interação conjugal, apontam que a literatura inicial sobre o tema tendia a adotar uma dentre duas posições extremas no que diz respeito a similaridades e diferenças entre as percepções dos membros de um casal. De um lado, muitos pesquisadores tendiam a supor que qualquer dos membros poderia fornecer a informação que buscavam, pois, já que uma única relação estava envolvida, tanto um membro quanto o outro forneceriam uma perspectiva equivalente. Conseqüentemente, esses pesquisadores enfocavam apenas um cônjuge. Quando levavam em conta ambos os membros do casal, tendiam a supor que "...quaisquer diferenças em seus relatos refletia 'erro' de nenhum interesse intrínseco" (Noller & Feeney, 2002, p. 528). Por outro lado, alguns pesquisadores adotaram a posição oposta, argumentando que todo casamento envolve duas perspectivas fundamentalmente divergentes: a "dele" e a "dela", baseados na suposição de que homens e mulheres têm expectativas muito diferentes da relação e das circunstâncias que a envolvem, sendo as diferenças de sexo vistas como inevitáveis e imutáveis. Já os recentes trabalhos de pesquisa revisados ressaltam a importância de se ir além dessas posições extremas, tornando-se "...cada vez mais claro que os pesquisadores e os profissionais compreendem que as perspectivas diferentes de ambos os cônjuges representam fontes igualmente válidas de informação sobre a relação" (idem, p. 528).

Essa suposição de que o casal é um todo com três partes, formado por dois cônjuges e pela relação entre eles, sugere a decomposição da variabilidade do casal de forma a se ter sempre explícita a contribuição individual de cada cônjuge para a variabilidade desse todo. Uma vez decomposta essa variabilidade, suas partes constituintes indicarão se a contribuição qualitativa de um ou do outro cônjuge é positiva ou negativa para a conjugalidade, considerada aqui como a *relação* entre as individualidades conjugais.

Nas escalas de atitude, caracteristicamente, o sujeito que responde coincide com o sujeito do enunciado, como, por exemplo, no item "Sinto ciúme do meu cônjuge". A consideração simultânea das respostas dos dois membros do casal, apresentadas independentemente um do outro, já colocaria o presente estudo no grupo das exceções, ao tornar possível a avaliação da correlação de reciprocidade intercônjuge (Kenny & Nasby, 1980). Além disso, acrescenta-se aqui um segundo item, no qual o sujeito que responde *não* coincide com o sujeito do enunciado, como, por exemplo, no item "Meu cônjuge sente ciúme de mim". O deslocamento do sujeito do enunciado remete quem responde, o sujeito da enunciação, do "Eu" do primeiro item para o "não-Eu" do segundo. Esse "não-Eu" subjetivado, para cada cônjuge que responde independentemente a esse par de itens, é naturalmente o seu outro como parceiro(a) da conjugalidade.

A partir desse enquadre metodológico, Júlia Bucher desenvolveu questionário no final da década de 1980, na Universidade de Brasília, contendo 52 pares de itens, e obteve dados de dezenas de casais. O exemplo utilizado no transcorrer do presente trabalho, relativo ao construto "ciúme", refere-se a respostas de 127 casais dessa amostra (Bucher & Ziviani, 2002; informações adicionais com resultados estatísticos descritivos relativos a todos os itens encontram-se em <www.cilio.com/casal>).

Os dados dessa pesquisa empírica, da qual participaram ambos os cônjuges e na qual responderam independentemente um do outro, podem ser analisados tomando-se o casal como unidade de análise sem jamais perder de vista a natureza da contribuição individual de cada cônjuge. Uma contribuição decorre da variabilidade do marido; a outra, da variabilidade da esposa; e a terceira, da relação entre a variabilidade do marido e a variabilidade da esposa. A contribuição das duas variabilidades individuais (cônjuges) para a variabilidade do todo (casal) é sempre positiva. Já a contribuição da variabilidade da *relação*, decorrente do produto das variabilidades individuais dos cônjuges, tanto poderá ser positiva quanto negativa, fazendo com que, às vezes,

em vez de acrescentar algo à conjugalidade, dela retira, comprometendo a variabilidade do casal como tal, tomado como um todo formado por essas três partes.

Em definições teoricamente norteadoras da pesquisa empírica aqui descrita, "conjugalidade" significa ser um, sendo dois, e ser dois, sendo um, pois o casal encerra, na sua dinâmica, duas identidades individuais que, na relação amorosa, convivem com uma conjugalidade, a identidade conjugal (Féres-Carneiro, 1998, p. 380). Conjugalidade só se constitui em uma dimensão temporal, em uma via de construção de um mundo compartilhado por duas pessoas em um determinado espaço no qual eu e tu, sem perder sua especificidade, se transformam em um nós, autoprodutor de elementos, sob o qual o casal produz e mantém sua identidade (Bucher-Maluschke, 2003, p. 301-302). Na díade conjugal, um e um não são dois, mas três, pois são dois cônjuges e o modelo único, o "absoluto" da relação como sua representação partilhada na mente dos participantes, pela qual se estrutura o sentimento de pertencer (Caillé, 1991, p. 16, 145). Conjugalidade é, portanto, uma dimensão referida à vivência compartilhada dos parceiros, alicerçada no vínculo conjugal (Magalhães, 2003, p. 225); é produto do interjogo contínuo entre intrapsíquico e interpessoal, das imagens internas e relações objetais compartilhadas, no qual o objeto-cônjuge é o outro disposto a receber projeções (idem, p. 233).

Em definição restrita ao plano técnico da medida e metodológico dos procedimentos ora apresentados, "conjugalidade" é o produto resultante da operação matemática de multiplicação da localização de um cônjuge ("marido" ou "esposa") pela localização do seu outro ("esposa" ou "marido") com quem constitui um casal, em dimensão na qual as respostas de ambos podem variar em comparação com as respostas dos demais cônjuges, de mesma identidade, nos outros casais. A localização refere-se sempre a uma categoria na qual o cônjuge se posiciona, ao escolher uma resposta em uma escala, por exemplo. Casal a casal, a resposta de "ciúme" do marido é qualificada como positiva ou negativa pela diferença das respostas apresentadas pelos outros maridos em outros casais. Da mesma forma, a resposta de "ciúme" da esposa é qualificada como positiva ou negativa pela diferença das respostas apresentadas pelas outras esposas em outros casais. A utilização desse interjogo qualitativo de sinais nos produtos entre as respostas intercônjuge a pares de questões do tipo aqui apresentado, para a definição da conjugalidade mínima em uma determinada dimensão psicológica, constitui a essência da presente proposta teórico-metodológica.

1. Considerações técnicas

No caso da psicometria clássica, aqui parcialmente utilizada, a qualificação é feita pela média aritmética como ponto de referência, em relação ao qual há categorias de resposta acima da média (qualificadas como positivas) ou abaixo da média (qualificadas como negativas). No caso da psicometria moderna ora em utilização nos mesmos dados, o ponto de referência é a probabilidade 0,50 de endossar ou de não endossar uma categoria de resposta, correspondente na escala a um ponto zero (Rasch, 1961/1993; Wright & Masters, 1982). Esse ponto zero de referência na assim chamada escala "logit" também localiza os participantes em duas metades. Acima desse ponto zero, encontram-se os participantes com localização ("location") no lado positivo da escala psicometricamente construída e, abaixo desse ponto zero, os participantes com localização no lado negativo. Respondentes continuam, portanto, sendo qualificados positiva ou negativamente; a diferença nesse ponto específico é que o modelo Rasch de mensuração avalia o grau de confiabilidade dessa qualificação (Andrich, 1988), tanto de cada questão (ao passar por todos os sujeitos da amostra) quanto de cada sujeito (ao passar por todas as questões do instrumento utilizado).

De uma forma ou de outra, o conjunto desses produtos positivos ou negativos, resultantes de multiplicações de fatores intracasal, realizadas nas múltiplas dimensões do vínculo conjugal, constitui a totalidade dessa conjugalidade em definição restrita. Como produtos entre localizações positivas (acima do ponto de referência), ou como produtos entre localizações negativas (abaixo do ponto de referência), cerca de metade desses resultados é positiva (quando ambos os fatores são positivos, o produto é positivo; quando ambos são negativos, o produto também é positivo). Mas os produtos podem ocorrer entre uma localização positiva da esposa, por exemplo, e uma localização negativa do marido; nesse caso, o casal participará da metade negativa dos resultados. O mesmo se dará no caso inverso, ou seja, do produto entre a localização negativa da esposa e a localização positiva do marido. Daí a importância de não se perder de vista a contribuição individual: sua qualidade, positiva ou negativa, prescreverá a natureza, positiva ou negativa, da contribuição de cada cônjuge para a conjugalidade que os constitui como tal.

Do ponto de vista wittgensteiniano, forma-se, assim, um enquadre propício ao posicionamento sintático dos objetos desse interjogo qualitativo de sinais. Nesse desdobramento, seus elementos se auto-

organizam em posições que escrevem, por assim dizer, a gramática lógica dessa conjugalidade. O resultado técnico é a emergência de uma sintaxe lógica cuja significação é rigorosamente nenhuma. Muito embora nada signifique substantivamente, apresenta-se em um espaço lógico de maneira suficientemente inteligível para que um observador, a partir desses lugares lógicos, possa se valer de semântica própria que lhe propicie entendimento e empreste significado à situação empírica analisada.

2. Conceitos de Wittgenstein e sua utilização no presente trabalho

Espaço, lugar e sintaxe lógicos são expressões utilizadas por Wittgenstein (1921/1963) em seu *Tratado lógico-filosófico* (*TLP*). Com o propósito de restringir seu entendimento ao contexto do qual foram retiradas, apresento suas referências (os parágrafos são numerados): gramática lógica (*der logischen Grammatik*), *TLP* 3.325; sintaxe lógica (*der logischen Syntax*), *TLP* 3.225, 3.227, 3.33, 3.334 e 3.344; forma lógica (*logische Form*), *TLP* 3.327; espaço lógico (*logischen Raum*), *TLP* 3.4, 3.42; lugar lógico (*der logische Ort*), *TLP* 3.41, 3.42 e 4.0641. O conceito de que essa sintaxe lógica é auto-organizável decorre do entendimento de frases de Wittgenstein nas quais usa o verbo alemão *lassen* reflexivamente (*TLP* 4.45, 5.1), ao se referir a elementos ou características da lógica (wittgensteiniana, naturalmente). Como, por exemplo, a utilização desse verbo na frase *Die Wahrheitsfunktionen lassen sich in Reihen ordnen* (*TLP* 5.1), que traduzo, para melhor entendimento de sua utilização no presente trabalho, assim: *"As portas lógicas se auto-organizam em séries*."

A competente tradução de José Arthur Giannotti (Wittgenstein, 1921/1968) preserva o sentido de autonomia dessas "funções de verdade" (ou "portas lógicas", na terminologia contemporânea) ao manter, na frase em português, a reflexividade do verbo: "As funções de verdade se ordenam em séries" (*TLP* 5.1) e, logo a seguir (*TLP* 5.101): "As funções de verdade de todos os números de proposições elementares inscrevem-se no seguinte esquema" (a partir do alemão *Die Wahrheitsfunktionen jeder Anzahl von Elementarsätzen lassen sich in einem Schema folgender Art hinschreiben*). "Reflexivo" é adjetivo dito do verbo cujo sujeito e objeto se referem ao mesmo ser (Houaiss & Villar, 2001). Outras demais traduções (inglesa, portuguesa) literalmente atropelam essa especificidade do texto wittgensteiniano original, o que comprometeria, caso utilizadas, a fundamentação teórica da principal conclu-

são metodológica do presente trabalho: a de que os cônjuges, embora conjuguem em comum os mais importantes verbos da vida, são autônomos na conjugalidade.

Não se trata aqui, portanto, de aplicar a lógica proposicional matemática às relações conjugais e, muito menos, de se tentar explicar alguma situação conjugal por meio de uma formalização lógica "colada" a ela por analogia. O propósito primordial é detectar as condições psíquicas individuais precursoras da intersubjetividade, sob as quais uma "gramática lógica" da conjugalidade se auto-organiza a partir dos pressupostos psicológicos implícitos no par de itens respondidos pelo cônjuge na condição de sujeito. A presente metodologia de análise põe de manifesto, por meio da decomposição de estatísticas em suas menores partes constituintes, os elementos básicos para essa finalidade e, nesse propósito, a influência de Witttgenstein tem sido decisiva.

O termo "gramática" é usado aqui exatamente com o mesmo sentido que Costa (2003, p. 135) utiliza, em relação à linguagem na "esquizofrenia", quando afirma que se trata mais de uma "gramática a ser decifrada" do que de um distúrbio sintomatológico. A, ao cotejar criticamente o conceito de Duplo Vínculo com as posições teoricamente mais vantajosas de Wittgenstein, acerca da linguagem, Costa (2003, p. 246) observa que a do que com a utilização dos Tipos Lógicos de Russell limitou-se , usados basicamente paraà revelação de paradoxos na comunicação (p. 245). Resultado final, aliás, previsível diante da crítica de Wittgenstein à "teoria dos tipos" de Russell, pois, a partir das afirmações do § 3.33 do *Tratado*, "pode-se ver que Russell deve estar errado, porque tem que mencionar o significado dos signos ao estabelecer regras para eles" (Wittgenstein, 1921/1963, § 3.331).

3. O modelo utilizado: exemplo de um par prototípico de itens

Tecnicamente, procura-se aqui tão-somente destacar o aspecto qualitativo da estatística envolvida, jamais considerado expressa e substantivamente nos livros dedicados a essa disciplina, ligados à psicologia. Trata-se ainda de não perdê-lo de vista no emaranhado da formulação que visa a facilitar o andamento do cálculo, em detrimento de facilitar o entendimento do conceito. Trata-se, enfim, de preparar um espaço lógico no qual a sintaxe lógica, como inerente ao processo, tenha condições objetivas, nesse espaço, de se auto-organizar, fazendo dele, além de um lugar estatístico e psicométrico, também um "lugar lógico" wittingensteiniano.

Este trabalho baseia-se nesse procedimento, e sua utilização aqui mostra como esse aspecto qualitativo subordina o aspecto quantitativo, no primeiro passo que se dá em direção a praticamente qualquer estatística útil à pesquisa empírica em psicologia. Este passo inicial é imprescindível para se chegar à variância, desvio-padrão, correlação e seus desdobramentos, à análise multivariada (Ziviani, 1998a, 1998b).

A pesquisa da qual aqui apresentamos alguns resultados oferece a oportunidade de analisar os dados, segundo a perspectiva metodológica citada, porque obteve dados de ambos os cônjuges, utilizando sempre, na mesma questão (sobre "ciúme", por exemplo), um par de itens complementares. Nesse par, de um lado encontra-se, como já vimos, um item acerca da atitude do cônjuge denominado *Eu* para com o seu outro, denominado *não-Eu* ("Sinto ciúme do meu cônjuge"). Do outro lado, complementarmente, está o item acerca da percepção do cônjuge denominado *Eu* sobre o seu outro, *não-Eu* ("Meu cônjuge sente ciúme de mim"). Cada item ofereceu cinco categorias de resposta (*nunca, raramente, às vezes, freqüentemente, sempre*), codificadas respectivamente de 1 a 5. Foram utilizados 52 pares de questões com a mesma estrutura, em um total de 104 itens a serem respondidos por cada cônjuge, perfazendo, portanto, 208 variáveis (material disponível em <www.cilio.com/casal>).

Como cada cônjuge respondeu a cada par desses 52 itens, independentemente do seu outro, a questão metodológica da não-independência das observações restringe-se apenas a duas comparações, dentre as seis comparações possíveis entre os quatro tipos de escala descritos acima porque, nessas duas, a medida é repetida intracônjuge.

4. Os dois produtos intracônjuge

A primeira das duas comparações, entre medidas repetidas intracônjuge, refere-se ao produto entre a resposta da esposa sobre a *percepção* que faz sobre seu marido quanto a ciúme ("Meu marido sente ciúme de mim") e a resposta da mesma esposa sobre sua *atitude* acerca de seu marido, no que diz respeito ao mesmo conceito ("Sinto ciúme do meu marido"). Esquematicamente, para a esposa, a comparação é:

Meu marido sente ciúme de mim × *Sinto ciúme do meu marido*

A segunda comparação entre medidas repetidas intracônjuge é a comparação entre a resposta do marido sobre a *percepção* que tem de sua esposa quanto a ciúme ("Minha mulher sente ciúme de mim") e a resposta do mesmo marido explicitando sua *atitude* relativa à sua esposa, no que diz respeito ao mesmo conceito ("Sinto ciúme da minha mulher"). Esquematicamente, para o marido, temos o produto:

Minha mulher sente ciúme de mim × *Sinto ciúme da minha mulher*

Essas duas comparações pouco informarão, diretamente, sobre a *intersubjetividade* que vimos buscando no presente trabalho, pois são medidas intracônjuge (intraesposa no primeiro par e intramarido no segundo). Além disso, as duas comparações utilizaram par de medidas repetidas, originárias do mesmo cônjuge, não sendo, por isso mesmo, estatisticamente independentes.

As demais quatro comparações possíveis entre as medidas sobre ciúme dizem respeito aos contrastes intercônjuge, isto é, sempre multiplicando a resposta subjetiva de um cônjuge pela resposta subjetiva do seu outro, para assim se obterem os quatro produtos topologicamente organizados, visando à constituição de um "espaço lógico" wittgensteiniano. Esse espaço é definido em matrizes dois por dois, isto é, com duas dimensões em dois níveis. A primeira dimensão é para o papel conjugal, com um nível para *Marido* e o outro nível para *Esposa*. A segunda, para as duas condições do sujeito do item, igualmente em dois níveis, um para (–Eu), no qual o sujeito do enunciado não coincide com o sujeito da enunciação, como no item "Meu cônjuge sente ciúme de mim", e o outro para (+Eu), no qual o sujeito do enunciado coincide com o sujeito da enunciação, como no item "Sinto ciúme do meu cônjuge".

Do ponto de vista metodológico, nos contrastes intercônjuge fica garantida a independência das observações. Uma vantagem, a do lado técnico, é a de que sua independência estatística, ou sua ortogonalidade, como se queira, permite a plena confiança na interpretação dos resultados estatísticos. A outra vantagem, a do lado substantivo, é a de que, na condição de estudo da *conjugalidade,* o que interessa é justamente explorar empiricamente as possibilidades de detectar a natureza da *intersubjetividade*, subjacente ao vínculo conjugal estatisticamente interdependente, que porventura haja entre os cônjuges.

5. Os quatro produtos intercônjuge

O *primeiro produto intercônjuge* refere-se à comparação, apresentada no esquema a seguir, entre a resposta da esposa *não-Eu* e a resposta do marido também *não-Eu,* ambos denotados como "0 (–Eu)". Nesse produto, tanto para a esposa quanto para o marido, o sujeito do enunciado não coincide com o sujeito da enunciação, ou seja, para ambos os cônjuges o sujeito do enunciado é o seu outro. Ou, ainda, trata-se da *percepção* que um membro do casal, o sujeito que responde, tem da subjetividade do seu cônjuge.

Tabela 1
Primeiro produto intercônjuge

0 (–Eu) (Esposa)		0 (–Eu) (Marido)
Meu marido sente ciúme de mim	×	*Minha mulher sente ciúme de mim*

	0	
0	00	

A Tabela 1 apresenta esquematicamente esse produto e indica, na matriz de duas linhas por duas colunas, a escolha da célula superior esquerda ("00") como o seu lugar lógico no espaço lógico constituído por grupo de quatro células.

O *segundo produto intercônjuge* se dá pelo contraste entre a resposta da esposa (*Eu*) e a resposta do marido igualmente (*Eu*), ambos denotados como "1 (+Eu)". Diferentemente do anterior, entretanto, nesse produto o sujeito do enunciado coincide com o sujeito da enunciação, ou seja, para ambos os cônjuges o sujeito do enunciado é ele mesmo. Trata-se da *atitude* que um dos membros do casal, o sujeito que responde, tem para com o seu outro. A Tabela 2 apresenta o esquema desse segundo produto, bem como sua posição no espaço lógico representado pela matriz de duas linhas por duas colunas.

Tabela 2
Segundo produto intercônjuge

1 (+Eu) (Esposa)		1 (+Eu) (Marido)
Sinto ciúme do meu marido	×	*Sinto ciúme da minha mulher*

		1
1		11

Uma vez escolhido o lugar lógico do primeiro produto intercônjuge, os demais produtos se auto-organizam no espaço lógico representado pela matriz.

A Tabela 3 apresenta a ocupação simultânea dos lugares lógicos dos dois primeiros produtos. Ocupam, ambos, as duas células da diagonal principal. As demais células, vazias, compõem a diagonal secundária e receberão os dois produtos intercônjuge restantes. Esse procedimento, tal como apresentado nos parágrafos que se seguem, define uma topologia wittgensteiniana para a análise dos dados e posicionamento dos seus resultados (Wittgenstein, 1921/1963; 1921/1968; *TLP* 4.31; 4.42; e 4.441), o que facilitará o entendimento e a interpretação da sintaxe final, sob a forma de "porta lógica" (Lacan, 1978).

Tabela 3
Posicionamento do primeiro e do segundo produtos intercônjuge

Meu marido sente ciúme de mim × *Minha mulher sente ciúme de mim*	
	Sinto ciúme do meu marido × *Sinto ciúme da minha mulher*

	0	1
0	00	
1		11

O *terceiro produto intercônjuge* refere-se à comparação na qual a resposta da esposa *não-Eu* é cotejada com a resposta do marido *Eu,* como mostrado na Tabela 4. Para a esposa, o sujeito do enunciado não coincide com o sujeito da enunciação, pois o sujeito do enunciado é o seu marido. Nesse produto a *percepção* que a esposa, sujeito que responde, tem da subjetividade do seu marido no que diz respeito a ciúme, é contrastada com a *atitude* de seu marido a respeito do mesmo construto. Para o marido o sujeito do enunciado coincide com o sujeito da enunciação, ou seja, o sujeito do enunciado é ele mesmo.

Tabela 4
Terceiro produto intercônjuge

0 (–Eu) (Esposa)		1 (+Eu) (Marido)
Meu marido sente ciúme de mim	×	*Sinto ciúme da minha mulher*

		1
0		01

O *quarto produto intercônjuge* se dá pelo contraste entre a resposta da esposa *Eu* e a resposta do marido *não-Eu*. Em comparação com o anterior, no presente produto esposa e marido invertem as posições, conforme apresentado a seguir na Tabela 5.

Tabela 5
Quarto produto intercônjuge

1 (+Eu) (Esposa)		0 (–Eu) (Marido)
Sinto ciúme do meu marido	×	*Minha mulher sente ciúme de mim*

	0	
1	10	

Da mesma maneira que anteriormente, o lugar lógico dos dois últimos produtos intercônjuge é estabelecido em matriz dois por dois, com duas células vazias, destinadas aos dois produtos intercônjuge anteriores, apresentada a seguir.

Tabela 6
Posicionamento do terceiro e do quarto produtos intercônjuge

	Meu marido sente ciúme de mim × *Sinto ciúme da minha mulher*
Sinto ciúme do meu marido × *Minha mulher sente ciúme de mim*	

	0	1
0		01
1	10	

Esse último passo encerra o procedimento de definição do espaço lógico da topologia wittgensteiniana para a localização dos resultados empíricos da pesquisa de Júlia Bucher mencionada anteriormente (com dados de 127 casais de Brasília, cujas informações adicionais encontram-se, conforme já mencionado, em <www.cilio.com/casal>).

6. Considerações psicométricas

Do ponto de vista metodológico, a estatística que a literatura especializada aponta como adequada, para se estudar esse tipo de resultado, tomada, em si mesma, como uma *medida da variância* na pesquisa da díade, especialmente sendo essa díade um casal, é a *correlação produto momento de Pearson* (Kenny, 2003), pelos muitos e variados motivos que, ao longo de décadas, David A. Kenny vem estudando (Kaschy & Kenny, 2000; Kenny & Kaschy, 1991; Kenny & Nasby, 1980).

Dentre esses motivos destacam-se, no que diz respeito aos interesses do presente trabalho, as observações sobre efeitos, na conjugalidade, da extensão pela qual os membros de um casal concordam um com o outro, ou são similares entre si. As conseqüências conjugais da variabilidade, na concordância ou na similaridade, entre um cônjuge e seu outro, são discutidas em comentário crítico de 11 contribui-

ções conceituais e de pesquisa sobre casais, incluído como capítulo, a convite do editor, no livro que em que foram publicadas. Nesse texto, Kenny (1998) destaca especificamente o coeficiente de correlação de Pearson como a medida, por excelência, da não-independência (*non-independance*) dos membros da díade conjugal, afirmando que o tipo básico de efeito no casal (*the basic type of couple effect*)

> é a extensão da concordância ou da similaridade dos cônjuges entre si. Por exemplo, concordam os membros de um casal um com o outro acerca do nível de satisfação no casamento? A concordância em cônjuges pode ser medida simplesmente pela correlação entre suas respostas... além do mais, uma correlação de concordância em si mesma representa a porção de variância compartilhada entre marido e esposa, e, portanto, não faz sentido elevar a correlação ao quadrado porque ela já é uma medida de variância. (Kenny, 1998, p. 409-410).

Como se sabe, o primeiro passo para se chegar a um coeficiente da correlação entre duas variáveis é o de se reexpressar essas duas variáveis de forma que os resultados se apresentem como puras diferenças, isto é, caso sejam somados, essa soma tenha como resultado zero. Do ponto de vista estatístico-matemático, trata-se de subtrair, de cada observação, a média do conjunto dessas observações. Do ponto de vista psicométrico, em vez de subtrair, é teoricamente melhor a concepção de se *negar* a média, tomada como a expressão da contribuição de todos, isto é, multiplicá-la por menos um (–1), tornando-a assim negativa, e finalmente somar essa média negada a cada uma das respostas individuais (codificadas, no caso da presente pesquisa, em algarismos de 1 a 5). O resultado é a reexpressão desses escores de forma que, somando-se os escores negativos, se obtenha um número de sinal negativo. Somando-se os escores positivos, obtém-se igualmente o *mesmo* número, mas com sinal positivo. A soma de ambos resulta, matematicamente, zero (Ziviani, 1998a).

Nesse procedimento, a média, entretanto, não é suprimida, pois nessa reexpressão dos dados, sob a forma de desvios, fica mantida latente (*aufgehoben,* na expressão hegeliana utilizada no conceito de "medida" como a quantidade qualificada; Ziviani, 1998b). A média funciona como emissora de um sinal binário qualitativo, fazendo com que aproximadamente a metade dos escores esteja acima, com sinal positivo, e a outra metade, abaixo dessa média, com sinal negativo. Tanto a covariância quanto a correlação decorrem do produto obtido

pela multiplicação de um desvio, positivo ou negativo, em uma das variáveis, que vai multiplicar um outro desvio, também positivo ou negativo, na outra variável. Considerado esse fato, entende-se como o resultado final passa a ser subordinado a essa qualidade, possibilitando a identificação, casal a casal, da natureza da contribuição individual, específica, de cada cônjuge.

Veremos como esse procedimento poderá conduzir à decomposição dos coeficientes de correlação, visando a identificar a contribuição de cada cônjuge para o resultado final dessa estatística, e oferecer alternativa metodológica que, não deixando de se valer das propostas existentes na literatura especializada, procura ir além e obter respostas a indagações específicas sobre a natureza da *conjugalidade*, como é o caso do presente trabalho, diferentemente da procura de respostas a indagações sobre as relações diádicas generalizadas (Kenny, 2004; Kashy & Kenny, 2000; Kenny & Kashy, 1991; Kenny & Nasby, 1980), inclusive das díades indistinguíveis (*indistinguishable dyads*), nas quais os membros não se apresentam, à pesquisa, com papel distinto definido, a saber, por exemplo, como nos pares de amigos(as), ou no caso da díade homossexual.

7. Resultados

Na Tabela 7, a seguir, são apresentados os resultados referentes às respostas dos 127 casais da pesquisa já mencionada, nos quais foi empregado o procedimento descrito nos parágrafos anteriores. Nessa tabela observa-se que a negação da média, somada ao código numérico crescente atribuído *a priori* à escala (1, 2, 3, 4 e 5), produz os desvios da reexpressão das categorias apresentados na penúltima linha das Subtabelas 7a e 7b (Média = 4,04 e Média = 4,36, respectivamente). Na última linha das mesmas tabelas, essa reexpressão é transformada em escores "z". Essa transformação é obtida por meio da divisão dos desvios originais pelo desvio-padrão, como, por exemplo, na divisão, na penúltima linha da Tabela 7b, do desvio 0,64 pelo desvio-padrão DP = 0,77, para se obter o escore "z" de 0,82; ou também, –3,36/0,77, para se obter –4,35. As distribuições nada perdem em propriedades com essas transformações. A qualificação inicial fundamental entre localizações positivas e negativas permanece intacta.

Verifiquemos os dados contidos na Tabela 7. Uma observação mais detalhada permite verificar que os maridos demonstram uma tendência mais acentuada em afirmar que "freqüentemente" ou "sempre" as esposas sentem ciúme deles (χ^2 = 131,70, 4 gl) (Subtabela 7b).

Tabela 7

7a. Meu marido sente ciúme de mim [0 (–Eu) (Esposa)]

Categorias	**Nun**	**Rar**	**Asv**	**Frq**	**Smp**		
Freqüência	**4**	**7**	**22**	**40**	**53**	N =	126
Codificação	1	2	3	4	5	Média =	4,04
Reexpressão	-3,04	-2,04	-1,04	-0,04	0,96	– Média =	-4,04
z	-2,90	-1,94	-0,99	-0,04	0,91	DP =	1,05

7b. Minha mulher sente ciúme de mim [0 (–Eu) (Marido)]

Categorias	**Nun**	**Rar**	**Asv**	**Frq**	**Smp**		
Freqüência	**0**	**4**	**11**	**47**	**65**	N =	127
Codificação	1	2	3	4	5	Média =	4,36
Reexpressão	-3,36	-2,36	-1,36	-0,36	0,64	– Média =	-4,36
z	-4,35	-3,05	-1,76	-0,47	0,82	DP =	0,77

O mesmo fato é observado quanto às respostas das esposas (Subtabela 7a), ou seja, a de também afirmarem que "freqüentemente" ou "sempre" seu outro sente ciúme delas, embora essa tendência se apresente menos marcante do que nas respostas dos maridos (χ^2 = 70,75, 4 gl). Com cinco categorias de resposta em uma única dimensão, temos quatro graus de liberdade disponíveis (5 – 1 = 4 gl). O qui-quadrado para $p < .05$ com 4 gl é $\chi^2_{.05}$ = 9,49, indicando que ambas as freqüências observadas de resposta afastam-se muito do que seria de se esperar ao acaso, especialmente em relação aos maridos, indicando forte tendência, estatisticamente significativa, a partir do exame da distribuição das respostas em categorias.

Apresenta-se a seguir a Tabela 8, com elementos idênticos aos da tabela anterior, mas agora referentes a respostas *Eu* da esposa e do marido. Comparando-se as Subtabelas 8a e 8b (esposas e maridos, respectivamente) com as Subtabelas 7a e 7b (idem), observa-se que a relação entre *Eu* sentir ciúme de seu outro e perceber o ciúíume que esse outro porventura sinta dele(a) mostra-se muito mais clara entre

os maridos, porque a direção da tendência é mais fortemente oposta em ambas as perguntas. A maior freqüência na direita da escala das respostas *não-Eu,* com 112 maridos respondendo que "freqüentemente" ou "sempre" suas esposas sentem ciúme deles (Subtabela 7b), contrasta com a tendência oposta, tênue, mas estatisticamente significativa nos maridos (χ^2 = 18,00, 4 gl), das respostas *Eu*, com 95 maridos respondendo que "nunca", "raramente" ou apenas "às vezes" sentem ciúme de suas esposas (Subtabela 8b).

Tabela 8

8a. Sinto ciúme do meu marido [1 (+Eu) (Esposa)]

Categorias	**Nun**	**Rar**	**Asv**	**Frq**	**Smp**		
Freqüência	**22**	**22**	**36**	**22**	**25**	N =	127
Codificação	1	2	3	4	5	Média =	3,05
Reexpressão	-2,05	-1,05	-0,05	0,95	1,95	– Média =	-3,05
z	-1,51	-0,77	-0,03	0,70	1,44	DP =	1,36

8b. Sinto ciúme da minha mulher [1 (+Eu) (Marido)]

Categorias	**Nun**	**Rar**	**Asv**	**Frq**	**Smp**		
Freqüência	**32**	**23**	**40**	**13**	**19**	N =	127
Codificação	1	2	3	4	5	Média =	2,72
Reexpressão	-1,72	-0,72	0,28	1,28	2,28	– Média =	-2,72
z	-1,27	-0,53	0,21	0,95	1,69	DP =	1,35

Entre as esposas, além de ser menos acentuada do que nos maridos a tendência a declarar que os maridos sentem ciúme delas, também não se encontra, na resposta *Eu,* tendenciosidade alguma (χ^2 = 5,80, 4 gl), uma vez que há uniformidade de distribuição das respostas, ao longo das cinco categorias, e a célula de maior freqüência, com 36 respostas (Subtabela 8a), situa-se justamente no meio da escala (na categoria "às vezes").

Já nos maridos, a célula de maior freqüência da resposta *Eu* é justamente a célula mais inclinada para a esquerda, com 32 maridos dizendo que "nunca" sentem ciúme da esposa (Subtabela 8b), o que, por si só, explica a significância estatística do respectivo qui-quadrado.

Têm-se agora os resultados empíricos básicos com que preencher ilustrativamente os esquemas apresentados pelas Tabelas 1 e 2, referentes aos dois primeiros produtos intercônjuge, levando em conta suas respectivas localizações na matriz dois por dois, apresentada con-

ceitualmente pela Tabela 3, com as duas células da diagonal secundária vazias, já seguindo a topologia auto-organizável, característica, como vimos, do espaço e do lugar lógicos wittgensteinianos.

A associação entre as respostas dos cônjuges foi descrita de forma intuitiva até este ponto, com o duplo objetivo de oferecer a oportunidade de apreensão igualmente intuitiva das associações possíveis, de um lado, mas também de apresentar a auto-organização possível, o *setting*, o enquadre permanente, invariável, que possibilita o exame sistemático da variabilidade do fenômeno em estudo.

O uso acima do adjetivo "intuitivo" refere-se à qualidade daquilo "que efetiva um conhecimento de maneira direta e imediata, sem recorrer a inferências ou categorizações conceituais" (Houaiss & Villar, 2001). Na elaboração do que se segue procurei ter sempre em mente, como meta, essa proposta.

8. Produtos intercônjuge e a formação da porta lógica

Encontram-se a seguir uma seqüência de quatro tabelas, enumeradas 9a, 9b, 9c e 9d, cada uma delas referente a um dos produtos intercônjuge que, tomados em seu conjunto, como uma totalidade, indicará a sintaxe segundo a qual o casal apresenta características de sua conjugalidade nesta variável específica, isto é, *ciúme*. A primeira, Tabela 9a, é a correspondência empírica da Tabela 1, anteriormente caracterizada como lugar lógico do produto das respostas dos sujeitos ao item no qual o sujeito do enunciado não coincide com o sujeito da enunciação.

Tabela 9a
Primeiro produto intercônjuge, Casal 51

Casal 51		**Marido:**	0 (–Eu)		
Esposa:		q	5 smp		p q
p		"z"	0,82		0 0 : 1
0 (–Eu)	5 smp	0,91	0,75		

"Meu marido sempre sente ciúme de mim"
"Minha mulher sempre sente ciúme de mim"

A Tabela 9a mostra matriz de duas linhas por duas colunas, contendo, portanto, quatro células, das quais apenas a célula superior esquerda se encontra preenchida. Aqui, essa matriz delimita o espaço lógico reservado ao estudo da conjugalidade ante o ciúme. Para acolher o primeiro produto intercônjuge, referido conceitualmente na Tabela 1, e agora concretizado pelas respostas dos membros do Casal 51, foi escolhida a célula superior esquerda. Esse lugar lógico mostrado na Tabela 9a caracteriza-se, assim, como sendo o lugar do encontro da resposta 0 (–Eu) da esposa (na primeira linha da matriz dois por dois) com a resposta 0 (–Eu) do marido (na primeira coluna da matriz). Nesse encontro, multiplicam-se e se fundem em um único *produto conjugal*. Sua ocupação da interseção da primeira linha com a primeira coluna da matriz, na célula superior esquerda ("00", segundo denotação já estabelecida), define a topologia wittgensteiniana para análise dos dados e posicionamento dos demais resultados.

Essa tabela apresenta, referente a esse casal, na linha correspondente à primeira linha da matriz dois por dois, o escore "z" = 0,91, que corresponde à resposta "sempre" da esposa, codificada "5", quando encontra na coluna o escore "z" = 0,82, que se refere à resposta "sempre", do marido, também codificada "5". Esse encontro gerou o produto intercônjuge, que passaremos a chamar de *produto conjugal* ou "pc", igual a 0,75.

Pode-se verificar, pelos resultados apresentados na Tabela 7, que o escore "z" = 0,91, referente à esposa, encontra-se na quinta coluna (denominada *Smp*) da última linha (denominada *"z"*) da Tabela 7a, e o escore "z" = 0,82, referente ao marido, encontra-se, na Tabela 7b, em idêntica posição relativa.

Ainda em relação à Tabela 9a, pode-se estranhar o fato de os valores dos escores "z" serem diferentes, já que ambos os cônjuges do Casal 51 responderam "sempre". Isso se deve às diferenças na incidência das escolhas nas diferentes categorias, como se viu na discussão das Tabelas 7 e 8. A estatística "z" é sensível a quaisquer diferenças em freqüência de uma categoria para a outra, comparativamente a freqüências distribuídas uniformemente pelas cinco células, como seria de se esperar ao acaso.

A escolha da célula superior esquerda da matriz dois por dois, da Tabela 9a, para ser o lugar lógico de um determinado produto intercônjuge, metodologicamente definirá a posição, ou o lugar lógico, dos demais produtos intercônjuge, que passam a se auto-organizar no espaço lógico. Uma vez escolhida essa célula da Tabela 9a como o lugar lógico do primeiro produto intercônjuge, as características de

auto-organização desses produtos farão com que as demais células sejam preenchidas segundo coordenadas lógicas.

O produto intercônjuge seguinte, empiricamente referente ao mesmo Casal 51, encontra-se na Tabela 9b, cuja correspondência conceitual foi apresentada na Tabela 2 que, como vimos, descreve o lugar lógico do produto do par de itens no qual o sujeito do enunciado coincide com o sujeito da enunciação.

Tabela 9b

Segundo produto intercônjuge, Casal 51

Casal 51		**Marido:**	1 (+Eu)	
Esposa:		q	2 rar	p q
p		"z"	–0,53	
1 (+Eu)	2 rar	–0,77	0,41	
"Raramente sinto ciúme do meu marido"				1 1 : 1
"Raramente sinto ciúme da minha mulher"				

Na Tabela 9b, trata-se da *atitude* que cada um dos membros do Casal 51, na condição de sujeito que responde ao item, tem para com o seu outro. Como vimos, do ponto de vista conceitual, para ambos os cônjuges, nesse produto, o sujeito do enunciado é ele mesmo. Pode-se verificar nos resultados da Tabela 8 que o escore "z" = –0,77, referente à esposa, encontra-se na quinta coluna (denominada *Rar*) da última linha (denominada "*z*") da Tabela 8a. Na Tabela 8b, o escore "z" = –0,53, referente ao marido, encontra-se em idêntica posição relativa. Verifica-se portanto, na *linha* da Tabela 9b, que o escore "z" referente, no Casal 51, à resposta da esposa, ao encontrar, na *coluna* da mesma tabela, o escore "z" referente à resposta do marido, gerou o produto conjugal "pc" = 0,41 (como resultado da multiplicação de "z" = –0,77 por "z" = –0,53, isto é, –0,77 x –0,53 = +0,41).

Têm-se agora os dois resultados empíricos, referentes ao Casal 51, correspondentes ao enquadre conceitual apresentado na Tabela 3. A topologia dos resultados dos produtos mostra que os dois lugares lógicos que formam a diagonal principal da matriz dois por dois coincidem com a comparação de respostas de ambos os cônjuges

ao mesmo item. Muda apenas, no que diz respeito à categorização da resposta, ser esta atribuída à esposa ou ao marido, o que favorece a interpretação da média dos produtos de esposas, de um lado, e de maridos, do outro, como coeficientes de correlação de concordância ou similaridade (apresentadas, para o construto *ciúme*, na Tabela 14, a ser discutida posteriormente), incorporando, assim, as observações de Kenny (1998), citadas anteriormente, acerca da *conceituação* do resultado da correlação de Pearson (tal correlação ser em si mesma, diretamente, uma medida da variância intercônjuge).

Passemos, a seguir, ao exame do terceiro produto intercônjuge, apresentado na Tabela 9c com os resultados empíricos do Casal 51. Diferentemente dos dois produtos anteriores, vai-se tratar de produto entre respostas dos sujeitos do Casal 51 a itens *diferentes*, como se pode observar pelo cotejo entre os pares de itens da Tabela 9c com os dois pares de itens das Tabelas 9a e 9b, em que os produtos são entre pares de itens *iguais*. Do ponto de vista conceitual, o tema foi discutido com referência à Tabela 4.

A Tabela 9c, referente ao Casal 51, apresenta o escore "z" = 0,91, na primeira linha da matriz dois por dois, que corresponde à resposta "sempre" da esposa, codificada "5", quando encontra na coluna o escore "z" = –0,53, que se refere à resposta "raramente", do marido, também codificada "5". Esse encontro gerou o *produto conjugal*, ou "pc", igual a –0,49.

Tabela 9c
Terceiro produto intercônjuge, Casal 51

Casal	51	**Marido:**	1 (+Eu)	
Esposa:		q	2 rar	p q
p		"z"	–0,53	
0 (–Eu)	5 smp	0,91	–0,49	0 1 : 0

"Meu marido sempre sente ciúme de mim"
"Raramente sinto ciúme de minha mulher"

Na Tabela 9c, a *percepção* da esposa de que seu cônjuge "sempre" tem ciúme dela, ao encontrar-se com a *atitude* do marido cuja resposta

foi que "raramente" sente ciúme de sua mulher, gera um produto conjugal *negativo.* Esse resultado negativo, ao ser somado com os demais resultados dos outros casais *na mesma célula,* fará com que a média dessa soma *diminua*. Como essa média é a própria correlação de Pearson, o Casal 51 terá contribuído para acentuar o lado negativo dessa correlação, ou dessa medida da variância da conjugalidade. Tal como ocorre nas duas tabelas anteriores, pode-se verificar, por meio dos resultados apresentados na Tabela 7, que o escore "z" = 0,91, referente à esposa, encontra-se na quinta coluna (denominada *Smp*) da última linha (denominada "*z*") da Tabela 7a. Já o escore "z" = –0,53, referente à resposta ao marido, encontra-se na segunda coluna (denominada *Rar*), última linha, da Tabela 8b.

Finalmente, consideremos a última tabela da seqüência, a Tabela 9d, que apresenta, da mesma forma que na Tabela 9c anterior, o produto entre respostas dos sujeitos do Casal 51 a itens *diferentes.* Agora contrastando a *atitude* da esposa, cuja resposta ao item foi que "raramente" sente ciúme do marido, correspondente a um escore "z" = –0,77 (última linha, segunda coluna, da Subtabela 8a), com a resposta "sempre" apresentada pelo marido, correspondente a um escore "z" = 0,82, referente à *percepção* de que a mulher sempre sente ciúme dele. Esse contraste gera o produto conjugal *negativo* de "pc" = –0,64.

Tabela 9d
Quarto produto intercônjuge, Casal 51

Casal 51		**Marido:**	0 (–Eu)	
Esposa:		q	5 smp	p q
p		"z"	0,82	
1 (+Eu)	2 rar	–0,77	–0,64	1 0 : 0

"Raramente sinto ciúme do meu marido"
"Minha mulher sempre sente ciúme de mim"

Tal como na tabela anterior, o exame da Tabela 9d indica que mais uma vez o Casal 51 oferece contribuição negativa para a soma com os demais produtos dos outros casais *na mesma célula*, fazendo com que a média dessa soma *diminua*.

9. Resultados lógicos

As quatro tabelas anteriores mostraram a posição matricial relativa, célula por célula, de resultados parciais, produto a produto. Na Tabela 10, vai-se repetir a matriz de duas linhas por duas colunas, utilizada nessas tabelas anteriores, e apresentar os quatro produtos intercônjuge preenchendo todo o espaço lógico por ela constituído. A ocupação dos lugares se auto-organiza, segundo coordenadas lógicas, a partir da escolha inicial de fazer com que a célula superior esquerda da matriz seja o lugar lógico do produto conceitual apresentado na Tabela 1 (cuja contrapartida empírica, com os dados do Casal 51, é a Tabela 9a).

Na Tabela 10, a diagonal principal, composta das duas células de valor positivo (respectivamente, 0,75 e 0,41), contrasta com a diagonal secundária, composta pelas duas células de valor negativo (respectivamente, –0,49 e –0,64). Esse grupo de produtos assim configurados positiva e negativamente especifica o grupo de "condições de verdade" wittgensteiniano denominado "se p, então q; se q, então p" ("*wenn p, so q; und wenn q, so p*", Wittgenstein, 1921-1968, *TLP* 4.45; 5.101), ou porta lógica da "equivalência", em acepção contemporânea.

Tabela 10
Produtos intercônjuge, Casal 51, esposa x marido (E X M)

Casal 51		**Marido:**	0 (–Eu)	1 (+Eu)	Porta Lógica
Esposa:		q	5 smp	2 rar	p q
p		"z"	0,82	-0,53	0 0 : 1
0 (–Eu)	5 smp	0,91	0,75	–0,49	0 1 : 0
1 (+Eu)	2 rar	–0,77	–0,64	0,41	1 0 : 0
"Meu cônjuge sente ciúme de mim"					1 1 : 1
"Sinto ciúme do meu cônjuge"					"equivalência"

A suposição é a de que esse grupo de quatro produtos tenha as mesmas características e propriedades daqueles denominados por Wittgenstein "grupos de condições de verdade" (Wittgenstein, 1921-1968, *TLP* 4.45). Tal como os grupos wittgensteinianos, os grupos resultantes dos produtos intercônjuge igualmente "pertencem às possibilidades de verdade de um número de proposições elementares", isto é, os grupos do tipo apresentado na matriz dois por dois da Tabela 10

decorrem de produtos de respostas já qualificadas como positivas ou negativas, denotando "presença" ou "ausência" de ciúme, seja sentido seja percebido no outro, auto-organizados como partes de um todo cuja estrutura é o coeficiente de correlação de Pearson.

O exame do *grupo* de respostas dos sujeitos do Casal 51 mostra que as respostas dos cônjuges foram similares no primeiro item, como mostrado na Tabela 9a, e também similares no segundo item, como mostrado na Tabela 9b. Diante dos resultados diametralmente opostos, representados pelos dois produtos conjugais seguintes (Tabelas 9c e 9d), percebe-se que não há possibilidade de se interpretar que os cônjuges, como sujeitos em relação intersubjetiva, sejam equivalentes em perceber-se mutuamente, na dimensão ciúme.

Apresentam-se na Tabela 11 os resultados do Casal 65 no mesmo par de itens. A porta é também a da equivalência lógica. Embora esse casal apresente a mesma configuração sintática do Casal 51 (Tabela 10), as razões que levam a esse resultado são diametralmente opostas. Assim, as duas células da diagonal principal são positivas porque suas respostas foram equivalentes na qualidade do escore "z", isto é, ambos negativos no primeiro produto intercônjuge (no Casal 51, ambos foram positivos) e ambos positivos no segundo produto intercônjuge (no Casal 51, ambos foram negativos).

Tabela 11
Produtos intercônjuge, Casal 65, marido x **esposa (M** X **E)**

Casal 65		**Esposa:**	0 (–Eu)	1 (+Eu)	Porta Lógica
Marido:		q	4 frq	5 smp	p q
p		"z"	–0,47	1,69	0 0 : 1
0 (–Eu)	3 asv	–0,99	0,46	–1,67	0 1 : 0
1 (+Eu)	4 frq	0,70	–0,33	1,19	1 0 : 0
"Meu cônjuge sente ciúme de mim" "Sinto ciúme do meu cônjuge"					1 1 : 1 "equivalência"

Afirmou-se anteriormente que a presente metodologia de análise põe de manifesto, por meio da decomposição de estatísticas em suas menores partes constituintes, os elementos básicos de uma gramática lógica da conjugalidade, auto-organizável a partir dos pressupostos psicológicos implícitos no par de itens apresentados ao membro do casal.

Este, ao lhes dar resposta, assume seu papel como cônjuge e, na condição de sujeito, por meio da resposta ao item, explicita sua condição psíquica com o apoio desses pressupostos.

A diferença entre o Casal 51 (Tabela 10) e o Casal 65 (Tabela 11) encontra-se em domínio que transcende a simples sintaxe. Do ponto de vista psicológico, parece que o Casal 65 está em melhor situação, tratando-se do ciúme conjugal, do que o Casal 51. As portas lógicas, em si mesmas, nada significam. Haveria, então, algo oculto a ser desvelado por essa metodologia? Esse questionamento Wittgenstein fez a si próprio posteriormente, ao explicitar pressupostos "equivocados" presentes no *Tratado lógico-filosófico*, anos após sua publicação, ao se perguntar: "Pode um produto lógico estar escondido em uma proposição?" E responde que "a única maneira pela qual algo como um produto lógico pode ser escondido em uma proposição é a maneira pela qual um quociente como 753/3 está escondido até que uma divisão tenha sido efetuada" (Wittgenstein, 1994, p. 40).

Prossegue Wittgenstein afirmando que, assim, uma proposição elementar, no cálculo tal como na época estava usando, *não é representada como uma função de verdade de outras sentenças.* E acrescenta:

> A idéia de se construir proposições elementares... apóia-se em uma noção falsa da análise lógica. Não é a tarefa dessa análise descobrir uma *teoria* de proposições elementares, como a descoberta de princípios da mecânica. Minha noção no *Tratado lógico-filosófico* estava errada: 1) porque não fui claro acerca do sentido das palavras "um produto lógico está *escondido* em uma sentença" [e]... 2) porque também pensava que a análise lógica tinha de trazer à luz o que estava escondido (como a análise química e física fazem). (Wittgenstein, 1994, p. 40-41)

É importante que tenhamos em mente essas palavras, ao examinar os exemplos empíricos a seguir. Na Tabela 12, por exemplo, apresentam-se os resultados do Casal 31. Percebe-se que, de forma oposta aos dois casais anteriormente examinados (Casais 51 e 65), nesse casal, os produtos positivos foram para a diagonal secundária, apresentando discordância acentuada em todas as respostas referentes aos dois primeiros produtos intercônjuge (na diagonal principal) e tendência à concordância nos dois últimos produtos intercônjuge (na diagonal secundária).

Tabela 12
Produtos intercônjuge, Casal 31, esposa x marido (E X M)

Casal 31		**Marido:**	0 (–Eu)	1 (+Eu)	Porta Lógica
Esposa:		q	5 smp	1 nun	p q
p		"z"	0,82	–1,27	0 0 : 0
0 (–Eu)	3 asv	–0,99	–0,82	1,26	0 1 : 1
1 (+Eu)	4 frq	0,70	0,58	–0,89	1 0 : 1
"Meu cônjuge sente ciúme de mim" "Sinto ciúme do meu cônjuge"					1 1 : 0 "ou exclusivo"

Até o momento, foram mostrados resultados uniformes quanto à localização dos produtos positivos, ou negativos, nas duas diagonais. A diagonal principal, com produtos positivos, e a diagonal secundária, com produtos negativos, definem a porta lógica da equivalência, como nas Tabelas 10 e 11. O oposto disso, produtos negativos, na diagonal principal, e positivos, na diagonal secundária (Casal 31, Tabela 12), prescreve a porta lógica "ou exclusivo". Essas portas são também opostas uma à outra. As portas lógicas assim constituídas mostram-se em formato contemporâneo e, mais importante, apresentam sua sintaxe de forma coincidente com a utilizada, já em 1955, por Lacan (1978, p. 349), ao destacar a porta lógica "ou exclusivo", por ele denominada "*l'addition module 2*" (idem, p. 350).

Nessas portas, "equivalência" e "ou exclusivo", a *transposição* de elemento da linha para a coluna e da coluna para a linha não altera a sintaxe. Sob esse ponto de vista, é indiferente estar a esposa na linha das tabelas e o marido na coluna, como mostrado até agora. A transposição da esposa para a coluna e o marido para a linha não altera a sintaxe lógica da matriz dois por dois. No caso do Casal 56 a seguir (Tabela 13), no entanto, cuja porta lógica é "não-q", a transposição muda a porta para "não-p".

Tabela 13
Produtos intercônjuge, Casal 56, esposa x marido (E X M)

Casal 56		**Marido:**	0 (–Eu)	1 (+Eu)	Porta Lógica
Esposa:		q	4 frq	5 smp	p q
p		"z"	–0,47	1,69	0 0 : 1
0 (–Eu)	2 rar	–1,94	0,91	–3,29	0 1 : 0
1 (+Eu)	2 rar	–0,77	0,36	–1,31	1 0 : 1
"Meu cônjuge sente ciúme de mim" "Sinto ciúme do meu cônjuge"					1 1 : 0 "não-q"

Vejamos como isso acontece. A comparação da matriz lógica da Tabela 13 com a matriz lógica da Tabela 14, na qual houve a transposição da esposa para a coluna e do marido para a linha da matriz dois por dois, apresenta mudança na porta lógica, mas não mudança no *sentido* lógico. Essa porta *nega o marido* (isto é, nega o ciúme *no*, e o ciúme *do*, marido), pois a esposa, ocupando a linha, é "p", e o marido, ocupando a coluna, é "q". Logo, a porta sinaliza "não-marido" (o que não implica afirmar a esposa, como no caso da porta "p").

A observação da Tabela 14 indica que a transposição inverteu a posição dos cônjuges, mas não alterou o sentido lógico. Na Tabela 14, a porta lógica resultante, "não-p", continua negando, substantivamente, o marido.

Tabela 14
Produtos intercônjuge, Casal 56, marido x esposa (M x E)

Casal 56		**Esposa:**	0 (–Eu)	1 (+Eu)	Porta Lógica
Marido:		q	2 rar	2 rar	p q
p		"z"	–1,94	–0,77	0 0 : 1
0 (–Eu)	4 frq	–0,47	0,91	0,36	0 1 : 1
1 (+Eu)	5 smp	1,69	–3,29	–1,31	1 0 : 0
"Meu cônjuge sente ciúme de mim" "Sinto ciúme do meu cônjuge"					1 1 : 0 "não-p"

10. Observações finais

Para encerrar a seqüência de exemplos empíricos, temos na Tabela 15 os quatro coeficientes de correlação de Pearson, cujas partes, decompostas, serviram para ilustrar as tabelas anteriores, pois cada um desses coeficientes de correlação é a média da soma dos produtos que vimos discutindo nessas tabelas. Todas as considerações feitas por Kenny (1998), já mencionadas, se aplicam a esses coeficientes, inclusive a sugestão de se tratar as correlações de concordância (as duas da diagonal principal) como conseqüência de uma variável latente influindo nas respostas dos sujeitos. A magnitude do caminho ("*path*"), partindo dessa variável latente,

> é a raiz quadrada da correlação de concordância. Portanto, uma correlação de concordância de 0,30 representa um caminho ("path") de 0,55 a partir de algum fator comum a ambos os membros do casal. Assim, faz mais sentido extrair a raiz quadrada de uma correlação de concordância, e não elevá-la ao quadrado. Pesquisadores deveriam se orgulhar, sem constrangimentos, de suas correlações de concordância 0,30 (Kenny, 1998, p. 412).

Tabela 15
Correlações "r" de Pearson (produtos *médios* intercônjuge)

	Maridos:	0 (–Eu)	1 (+Eu)	Sintaxe
Esposas:	q	N = 127	N = 127	p q
p	"r"			0 0 : 1
0 (–Eu) N = 126		0,31	0,02	0 1 : 1
1 (+Eu) N = 127		0,17	0,15	1 0 : 1
"Meu cônjuge sente ciúme de mim"				1 1 : 1
"Sinto ciúme do meu cônjuge"				"tautologia"

O exame comparativo dos coeficientes da Tabela 15 mostra que a única correlação em torno de zero (r = 0,02) é entre a variável "Meu marido sente ciúme de mim" e a variável "Sinto ciúme de minha mulher" (cujo produto conjugal foi discutido em relação às Tabelas 4 e 9c). Por outro lado, as magnitudes positivas dos coeficientes na diagonal principal indicam uma substancial influência de variáveis latentes, como está a indicar a raiz quadrada de 0,31 (0,56), justamente na célula mais sugestiva para ser o lugar lógico de uma intersubjetividade subjacente à conjugalidade, pois esta foi considerada, até agora no presente trabalho, sob o ponto de vista da psicometria clássica, como mera *interdependência* (estatística). Entretanto, como vimos, a decomposição, um a um, dos coeficientes de correlação em suas partes qualitativas constituintes, e a organização dessas partes com base na fundamentação teórica apresentada, permitiu ir além, chegando-se à composição das portas lógicas.

A psicometria clássica, até agora utilizada, deixa muito a desejar em face das possibilidades oferecidas pela Teoria da Resposta ao Item, especificamente pelo modelo Rasch de mensuração, no caso presente (Andrich, 1988; Rasch, 1993/1960). A utilização de técnicas que generalizam, para itens politômicos, como as escalas tipo Likert, o modelo Rasch, originalmente proposto para itens dicotômicos (Wright & Masters, 1982), ora em processo de aplicação nos mesmos dados, permite decidir probabilisticamente sobre a confiabilidade a ser depositada no resultado dos produtos intercônjuge, por meio da análise dos resíduos entre o predito pelo modelo e a resposta empírica observada. A utilização dos escores "z", padronizados, da psicometria clássica, limita seriamente essa possibilidade de se estimar o erro padrão da localização ("location") na escala final.

Por outro lado, as limitações que Wittgenstein, posteriormente à publicação do *Tratado lógico-filosófico,* chegou a apresentar não comprometem a utilização dessas portas lógicas da forma *limitada* pela qual a questão do *sentido* tem sido tratada aqui. A partir de 1931, passou a favorecer o termo "gramática" em detrimento de "sintaxe lógica" (Glock, 1996, p. 225), e as portas lógicas, em seu trabalho posterior, "perdem o papel principal de apresentar a estrutura de proposições e a natureza da necessidade lógica" (Glock, p. 371). Proposições da lógica passam a ser variáveis que refletem propriedades do símbolo, de modo que "tais 'proposições' podem apenas mostrar, uma vez que, no final, constituem não mais que certos meios de descrever uma classe proposicional já estabelecida." (Ostrow, 2002, p. 108).

A utilização de portas lógicas no presente trabalho tem precisamente esse propósito de funcionarem como variáveis, ou meios, para descrever a classe proposicional "cônjuges". A melhor maneira de se encontrar o *sentido* dessa implementação é indicada por Wittgenstein (1980, p. 176) próximo do final de sua carreira, ao sugerir: "Deixe o uso lhe ENSINAR o significado" (*Lass dich die Bedeutung durch den Gebrauch LEHREN*). Essa utilização de portas lógicas, o próprio conceito de "porta" ligado à lógica, a questão do *sentido* que sinalizam, foi tratada exemplarmente, segundo os fins do presente trabalho, por Lacan (1978) e, especificamente quanto à questão do *sentido* das proposições no *Tratado lógico-filosófico,* ainda por Lacan (1991, p. 66-70).

No caso do "ciúme", a dimensão escolhida como exemplo para este estudo sobre a conjugalidade, as respostas dos 127 casais da amostra mencionada (de fato, 126 casais ao final, pois a esposa do Casal 54 omitiu-se em uma das variáveis) organizaram-se por meio da utilização de todas as oito diferentes portas lógicas teoricamente admissíveis, considerando a metodologia utilizada. O *uso* das portas lógicas deu-se da maneira descrita a seguir.

As quatro portas lógicas a seguir são necessariamente decorrentes da condição de as respostas intercônjuge, na primeira correlação (célula "00", Tabela 9a), serem similares ou concordantes (ambos acima da média, com produto conjugal positivo, ou ambos abaixo da média, com produto conjugal igualmente positivo). As quatro portas são as seguintes: "equivalência", 7 casais, ambos acima da média, e 7 casais, ambos abaixo da média; "tautologia", 16 casais e 13 casais, respectivamente, idem; "não-p", 5 casais, e 12 casais, respectivamente, idem; e "não-q", 17 e 4 casais, respectivamente, idem. Temos, portanto, 14 equivalências, 29 tautologias, 17 não-p e 21 não-q, totalizando 81 casais (64%) com posições básicas similares ou concordantes.

As demais quatro portas lógicas decorrem da condição de as respostas intercônjuge, na primeira correlação (célula "00", Tabela 9a), serem dissimilares ou discordantes (esposa acima da média e marido abaixo da média, com produto conjugal negativo ou, vice-versa, esposa abaixo da média e marido acima da média, com produto conjugal também negativo). As quatro portas são as seguintes: "ou exclusivo" ou "inequivalência", 5 casais, esposa abaixo da média e marido acima da média, e 5 casais, esposa acima da média e marido abaixo; "contradição", 6 casais, idem, e 2 casais, idem; "p", 8 casais, idem, e 7 casais, idem; e "q", 9 casais, idem, e 3 casais, idem. Obtêm-se, assim,

10 "ou exclusivos", 8 contradições, 15 p e 12 q, em um total de 45 casais (36%) com posições básicas dissimilares ou discordantes.

O saldo de 81 casais fundamentados na similaridade ou concordância (64%), comparativamente com 45 casais fundamentados na dissimilaridade ou na discordância (36%), indica a existência de interdependência que aponta para o lado sadio da conjugalidade, no sentido de que os cônjuges (Kenny, 1998), muito além de compartilharem 9% da variância estatística (resultante da correlação r = 0,31, célula "00", elevada à potência 2), estão sob a influência de uma variável latente com "path" de 0,56 (resultante da correlação r = 0,31 elevada à potência 1/2).

A hipótese que se oferece mais prontamente é a de que essa variável latente seja a conjugalidade. Na definição restrita de *produto intercônjuge,* a conjugalidade, a que vimos nos referindo neste trabalho, candidata-se a variável interveniente, isto é, a entidade conceitual interposta entre as respostas de um cônjuge e a de seu outro, inferida de observáveis, explicitada como interdependência e operacionalizada pelo coeficiente de correlação. Podemos tentar avançar teoricamente em direção à base do psiquismo, ao encontro do construto hipotético subjacente, a *intersubjetividade,* valendo-nos do aprofundamento das definições teóricas norteadoras, apresentadas no início do trabalho, nas quais, aparecendo mais como *efeito* do que na condição de fator, a "conjugalidade"

> é uma oscilação entre fusão e diferenciação entre parceiros, com trocas intersubjetivas regidas pela colusão, na qual a conjugalidade ocupa um espaço de metabolização e elaboração de projeções que, digeridas, são assimiladas pelos parceiros não-passivos receptores dessas projeções, no processo de transformação do "eu" dentro do "nós". (Magalhães, 2003, p. 226-227)

11. Conclusão

A conjugalidade é tanto resultante da articulação inconsciente das trajetórias subjetivas dos parceiros quanto produtora de reestruturações da subjetividade (Magalhães, 2003). Féres-Carneiro (2004) observa que a literatura psicanalítica das relações amorosas ressalta que a conjugalidade se origina na trama inconsciente familiar dos sujeitos-parceiros, e a idéia de transmissão da vida psíquica indica o reconhecimento da base intersubjetiva do psiquismo. Magalhães (2004) igualmente destaca a importância da compreensão do papel da transmissão psíquica familiar/geracional nas trocas intersubjetivas conjugais, e ainda observa que a genealogia da psique ancora-se na experiência intersubjetiva.

Destaca-se, assim, a intersubjetividade como o principal construto a ser investigado a partir do ponto em que se encontra o presente trabalho. Com o cuidado exigido pela consciência de se estar ultrapassando as fronteiras da psicologia social e adentrando em terreno da teoria psicanalítica, as formulações de Kaës (1993, 2002) acerca dos conceitos de *subjetividade* e *intersubjetividade,* no contexto maior da transmissão da vida psíquica, proposto pela teoria psicanalítica do grupo, constituem promissor respaldo teórico para o entendimento dos resultados que o uso dessas técnicas pode produzir.

12. Referências bibliográficas

ANDRICH, D. *Rasch models for measurement*. Newbury Park, CA: Sage, 1988.

BEACH, S. R. H. Expanding the study of dyadic conflict: the potential role of self-evaluation maintenance processes. In: BOOTH, A.; CROUTER, C.; CLEMENTS, M. (orgs.). *Couples in conflict*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 2001. p. 83-94.

BRADBURY, T. N.; FINCHAM, F. D.; BEACH, S. R. Research on the nature and determinants of marital satisfaction: a decade in review. *Journal of Marriage and the Family*, n. 62, p. 964-980, 2000.

BUCHER-MALUSCHKE, J. S. N. F. Relações conjugais em transformação e sofrimento psíquico numa sociedade em transição. In: COSTA, I. I.; HOLANDA, A. F.; MARTINS, F. M. M. C.; TAFURI, M. I. (orgs.). Ética, linguagem e sofrimento. *Anais/Trabalhos Completos*. VI Conferência Internacional sobre Filosofia, Psiquiatria e Psicologia. Brasília, jul. 2003, p. 295-307.

BUCHER, J. S. N. F.; ZIVIANI, C. Construindo a conjugalidade. *Resumos.* XXXII Reunião Anual de Psicologia da Sociedade Brasileira de Psicologia. Florianópolis, out. 2002, p. 9.

CAILLÉ, P. *Un et un font trois. Le couple révélé à lui même*. Paris: ESF, 1991.

DAVEY, A.; FINCHAM, F. D.; BEACH, S. R.; BRODY, G. H. Attributions in marriage: examining the entailment model in dyadic context. *Journal of Family Psychology*, n. 15, p. 721-734, 2001.

COSTA, I. I. *Da fala ao sofrimento psíquico grave.* Ensaios acerca da linguagem ordinária e a clínica familiar da esquizofrenia. Brasília: I. Izídio da Costa, 2003.

FÉRES-CARNEIRO, T. Conjugalidade dos pais e projeto dos filhos frente ao laço conjugal. *Anais do X Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico*. Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia – ANPEPP, Aracruz, p. 43-44, 2004.

_____. Conjugalidade: um estudo sobre as diferentes dimensões da relação amorosa heterossexual e homossexual. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (org.). *Casal e família entre a tradição e a transformação*. Rio de Janeiro: NAU, 1999. p. 96-117.

_____. Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, n. 11, p. 379-394, 1998.

GLOCK, H.-J. *A Wittgenstein dictionary*. Oxford, UK: Blackwell, 1996.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KAËS, R. *Le groupe et le sujet du groupe*: *éléments pour une théorie psychanalytique du groupe*. Paris: Dunod, 1993.

_____. *Les théories psychanalitiques du groupe*. 2. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 2002.

KASHY, D. A.; KENNY, D. A. The analysis of data from dyads and groups. In: REIS, H. T.; JUDD, C. M. (orgs.). *Handbook of research methods in social and*

personality psychology. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2000. p. 451-477.
KENNY, D. A. *Dyadic analysis*. Recuperado em 5.10.2004 in: <http://users.rcn.com/dakenny/dyad.htm>. 2004.
_____. Couples, gender, and time. In: BRADBURY, T. N. (org.). *The developmental course of marital dysfunction*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1998. p. 410-422.
KENNY, D. A.; KASHY, D. A. Analysing interdependence in dyads. In: MONTGOMERY, B. M.; DUCK, S. (orgs.). *Studying interpersonal interaction*. Nova Iorque: Guilford Press, 1991. p. 275-285.
KENNY, D. A.; NASBY, W. Splitting the reciprocity correlation. *Journal of Personality and Social Psychology*, n. 38, p. 249-256, 1980.
LACAN, J. Psychanalyse et cibernétique, ou de la nature du langage. Conferência. In: MILLER, J.-A. (org.). *Le séminaire de Jacques Lacan. Livre II. Le moi dans la théorie de Freud et dans la technique de la psychanalyse. 1954-1955*. Paris: Éditions du Seuil, 1978. p. 339-354.
_____. Vérité, soeur de jouissance. In: MILLER, J.-A. (org.). *Le séminaire de Jacques Lacan. Livre XVII. L'envers de la psychanalyse. 1969-1970*. Paris: Éditions du Seuil, 1991. p. 61-77.
MAGALHÃES, A. S. Conquistando a herança: sobre o papel da transmissão psíquica familiar no processo de subjetivação. *Anais do X Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico*. Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia – Anpepp, Aracruz, p. 38, 2004.
_____. Transmutando a subjetividade na conjugalidade. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (org.). *Família e casal*: arranjos e demandas contemporâneas. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora PUC-Rio/Loyola, 2003. p. 225-245.
NOLLER, P.; FEENEY, J. A. (eds.). *Understanding marriage. Developments in the study of couple interaction*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2002.
OSTROW, M. B. *Wittgenstein's Tractatus. A dialectical interpretation*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2002.
RASCH, G. *Probabilistic models for some intelligence and attainment tests. With a foreword and afterword by Benjamim D. Wright*. Chicago, IL: The University of Chicago Press/MESA Press, 1993 (Trabalho original publicado em 1960).
WITTGENSTEIN, L. Philosophical grammar. Elementary propositions. In: KENNY, A. (org.). *The Wittgenstein reader*. Oxford, UK: Blackwell, 1994. p. 40-43.
_____. *Remarks on the philosophy of psychology. Bemerkungen über die Philosophie der Psychologie*. Ed. Bilingüe. Trad. G. E. M. Anscombe. Chicago, IL: The University of Chicago Press, 1980.
_____. *Tractatus logico-philosophicus*. Trad. J. A. Giannotti. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Editora da Universidade de São Paulo, 1968 (Trabalho original publicado em 1921).
_____. *Tractatus logico-philosophicus. Logisch-philosophische Abhandlung*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1963. (Trabalho original publicado em 1921)
WRIGHT, B. D.; MASTERS, G. N. *Rating scale analysis. Rasch measurement*. Chicago, IL: Mesa Press, 1982.

ZIVIANI, C. Construção de uma psicologia da conjugalidade. Conferência proferida na *XXXIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia. Resumos*. Belo Horizonte, p. 15, 2003.

_____. Aspectos metodológicos da pesquisa com casais: correlação e contradição no estudo da conjugalidade. Trabalho apresentado na *XXXII Reunião Anual de Psicologia da Sociedade Brasileira de Psicologia. Resumos*. Florianópolis, p. 116, 2002.

_____. Sintaxe da qualidade e subordinação da quantidade na medida em psicologia. *Cadernos de Psicologia*, n. 4, p. 139-152, 1998a.

_____. Hegel e a medida em psicologia. *Revista Ciências Humanas*, n. 21, p. 257-304, 1998b.

Atitudes de jovens solteiros frente à família e ao casamento: novas tendências?[1]

Bernardo Jablonski
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Em 1986 e em 1993, sondamos as atitudes e expectativas de jovens solteiros acerca de uma série de tópicos relativos ao casamento: sexualidade, papéis da mulher, vantagens e desvantagens da vida de casado, importância do amor, e, principalmente, de suas percepções acerca das possíveis mudanças que estariam ocorrendo – ou não – na instituição do casamento. Nas duas ocasiões, universitários de ambos os sexos de classe média, residentes majoritariamente na cidade do Rio de Janeiro (homens e mulheres com idade média de 20,6 e 21,02 anos, respectivamente), pronunciaram-se por meio de questionários, especialmente criados para esse fim, sobre tais questões.

Nas duas pesquisas procuramos captar como jovens socializados basicamente com expectativas e visões do mundo ligadas à constituição de um modelo de família & casamento tradicionais, ao deparar-se secundariamente com formas alternativas de constituição familiar decorrentes da chamada crise do casamento contemporâneo, resolvem o conflito provocado por essas visões, em muitos aspectos divergentes. No presente trabalho, optamos – agora com uma amostra maior – por aprofundar essas questões, procurando entender como os jovens se po-

[1] Este estudo foi desenvolvido com apoio do CNPq e com a colaboração da Equipe de Pesquisa composta por Ana Carolina Melgaço Ramalho, Luisa Mascarenhas (bolsista Faperj), Maria Rezende de Goes (bolsista Pibic), Paula A. de Castro e Suzana Rodrigues (bolsista Faperj).

sicionam e o que esperam de seus futuros casamentos, comprimidos entre uma visão passada – que pregava a indissolubilidade do casamento – e a realidade atual, que fala do aumento em níveis significativos da taxa de divórcios, de mudanças da concepção ideal de casamento e da composição familiar, decorrentes do movimento de emancipação feminina, da nova divisão de papéis no lar e de questionamentos acerca da sexualidade, em face do ainda pervasivo "duplo padrão" moral, que preconiza atitudes e comportamentos distintos para homens e mulheres no que diz respeito à sexualidade. Assim, entre nossos objetivos maiores está o de comparar o que foi manifestado entre as três amostras distintas, procurando saber de que forma a passagem de tempo (17 anos) vem se refletindo nas expectativas e atitudes dos sujeitos entrevistados.

A idéia de se pesquisar nessa área decorre do fato de que a atual família nuclear urbana e a instituição do casamento passam inequivocamente por momentos difíceis. Profundas mudanças de ordem socioeconômica e cultural trouxeram o casamento contemporâneo a um estado caracterizado como de crise, principalmente dado o aumento do número de separações, a tal ponto que aproximadamente 50% das uniões, nos dias de hoje, tendem à ruptura em alguns anos (Coontz, 1997; *Psychology Today*, 2002). Embora esses números refiram-se especialmente à cultura norte-americana, pesquisas realizadas nos grandes centros urbanos ocidentais indicam a mesma tendência, variando apenas a magnitude da taxa em questão (Jablonski, 1998).

No Brasil, tomados os dados relativos aos anos 1990, o número de divórcios triplicou, enquanto o de casamentos de papel passado diminuiu em 12% (IBGE, Censo Demográfico de 2000). Além disso, evidências anedóticas relativas às populações de classes carentes, que residem nas cidades grandes ou em sua periferia, mostram igualmente que a crise do casamento não se atém apenas a determinado tipo de cultura/classe social (Jablonski, 1998).

Some-se a isso a observação de que, ainda nos Estados Unidos, um quarto das crianças de hoje estarão sendo criadas, ao menos momentaneamente, por apenas uma figura parental, e que aproximadamente 20% dos nascituros estão vindo ao mundo fora do esquema tradicional. Dados compilados pela Universidade da Califórnia, Berkeley, mostram que, em 1993, apenas um quarto das famílias americanas podia ser considerado "tradicional": pais casados com uma ou mais crianças presentes (*Wellness Letter*, 7, 1994). Além disso, dois terços de todas as mulheres americanas casadas com filhos já participam efetivamente da força de trabalho, o dobro das taxas referentes aos anos 1960

(Footlick, 1990; Coontz, 1997). No Brasil, 38% de toda a mão-de-obra são femininos (dados do IBGE, Censo de 2000).

Esses números revelam, a nosso ver, mudanças significativas no âmbito da família e do casamento. Duas das mais antigas instituições sociais da humanidade, que já enfrentaram ao longo dos tempos toda sorte de desafios, parecem estar vivendo uma época delicada que merece, no mínimo, cuidados - e estudos – especiais. De certa forma, a própria definição de família está em questão, já que o modelo familiar no qual o pai sai para trabalhar e a mulher fica em casa, dedicada ao lar e aos filhos, parece estar, como vimos, em vias de extinção.

Em todos os grandes centros urbanos ocidentais, encontram-se em maior ou menor número famílias a) nas quais pai e mãe trabalham fora, b) compostas por pais e/ou mães em seus segundos casamentos, c) de mães solteiras que assumiram – por opção ou não – a maternidade e passaram à condição de "famílias monoparentais", d) casais sem filhos – por opção ou não, e) casais que moram juntos sem "oficializar" suas uniões, e f) casais homossexuais. Todas as formas alternativas se contrapõem ao modelo tradicional, e vão redefinindo na prática o conceito de família ou as expectativas quanto ao casamento tradicional. Ainda segundo o IBGE (2000), 47% dos domicílios estão organizados em torno de formas nas quais, no mínimo, um dos pais está ausente.

Nos trabalhos realizados anteriormente, pudemos observar junto a nossas amostras algumas atitudes e percepções dignas de nota (Jablonski, 1998). Assim, por exemplo, apesar da "crise", a maioria dos sujeitos esperava vir a se casar; a virgindade feminina, em que pese a imagem divulgada pela mídia, ainda era bastante valorizada tanto tradicional quanto comportamentalmente, e alguns quesitos ligados à emancipação feminina sendo avaliados distintamente por homens e mulheres. Encontramos ainda uma idealização do "amor romântico" como salvaguarda e "cura de todos os males", a persistência de dupla moral em questões relativas à sexualidade e uma ambivalência com relação à monogamia (atitudes favoráveis, comportamentos nem tanto). Os jovens também manifestaram críticas à união de seus pais, girando em torno da excessiva submissão da mãe, da rotina dominando a relação e da falta de diálogo entre os pais. Por fim, verificamos ainda por parte dos entrevistados pouca adesão espiritual às religiões.

No presente estudo, como dissemos, procuramos confirmar os achados obtidos ou detectar possíveis alterações em função do tempo decorrido ao longo dessas pesquisas.

1. Método

Procedimento – Como das vezes anteriores, os sujeitos foram abordados em sala de aula. Após prévia autorização do(a) professor(a), os que se propuseram a colaborar com a pesquisa receberam um envelope contendo a folha de instruções e um bloco de perguntas com a orientação para respondê-lo na hora.

Instrumento – O questionário aplicado foi aquele utilizado, com algumas alterações, em pesquisa anterior, sobre a percepção social do casamento (Jablonski, 1993). As questões apresentadas visam a sondar atitudes e comportamentos dos respondentes acerca de suas visões e expectativas pessoais sobre o casamento, a importância da emancipação feminina, relevância da sexualidade em seus diversos aspectos, avaliação da união dos pais e questões similares, além de dados identificatórios (escolaridade, religião, sexo, idade etc.). O questionário em questão é composto por 25 perguntas, abertas e fechadas, muitas delas aproveitadas de outras pesquisas, ora em sua forma original, ora ligeiramente adaptadas.

2. Resultados

A maioria dos respondentes, em todas as três sondagens, demonstrou a intenção de se casar (91% em 1986, 86% em 1993 e 86,1% em 2003)[2] dentro de no máximo 10 anos. Esses dados opõem-se à crença de que os jovens hoje em dia estariam ansiosos por novas opções de relacionamento que não o casamento "tradicional". Não obstante as notícias que apresentam o casamento como "em estado terminal", a magnitude dos números por nós encontrados parece descartar a possibilidade de uma imediata rejeição do casamento e a conseqüente busca de formas alternativas.

Outro ponto em que detectamos uma contradição com a imagem divulgada pela mídia diz respeito à questão da virgindade. Obtivemos 23%, 31% e 18,8% de sujeitos se dizendo virgens nas três amostras. Levando em conta tão-somente o contingente feminino, os dados sobem, respectivamente, para 36%, 41% e 26,3% (lembre-se que a idade média da amostra era de 20,60 em 1986, de 21,02 em 1993 e

[2] Para facilitar a enunciação dos resultados, as porcentagens expressas, em primeiro lugar, referem-se aos dados obtidos em 1986, ficando em seguida aqueles de 1993 e, por último, aqueles de 2003. Com o mesmo intuito, algumas tabelas contendo os dados mais relevantes são expostas ao longo do trabalho.

de 20,18 em 2003). Esses números não respaldam a imagem idealizada e difundida pelos meios de comunicação de massa de que nossa juventude adotaria um padrão bem liberal quanto à sua sexualidade.

Outros pesquisadores têm chegado a resultados semelhantes (M. L. M. Macedo, pesquisa no Rio de Janeiro em 1985: 39% de virgens, idade média em torno dos 20 anos; Bemfam – Pesquisa sobre Saúde Reprodutiva e Sexualidade do Jovem/Rio de Janeiro, Curitiba e Recife – 1989/1990: 47% de virgens, idade entre 15 e 24 anos; a *Revista Veja*, em sua edição de 24.6.1992, reportou índices ainda superiores para o sexo feminino, em torno dos 45% - amostra composta por 531 jovens de idade variando entre 17 e 22 anos. E R. Telerman, em pesquisa com 120 universitárias paulistanas de primeiro período, com idades entre 18 e 21 anos, encontrou 72% de virgens – trabalho apresentado na XVIII Reunião Anual de Psicologia em Ribeirão Preto/SP, 1988). Na amostra de 1993, que apresentou o maior número de virgens, conseguimos detectar algumas diferenças entre os subgrupos pesquisados: o número de virgens na Zona Norte sendo 3,5 vezes superior ao da Zona Sul (e, em Niterói, duas vezes superior) – aparentemente, os padrões de conduta perante a sexualidade são influenciados pelo local da moradia. E na amostra mais recente detectamos igualmente que as universidades com contingente maior de alunos da Zona Norte e subúrbio foram as que mais apresentaram alunas(os) virgens (36,2%).

Por cursos – cálculo que não foi levado a cabo nas pesquisas anteriores – observamos que Medicina/UFRJ foi o que congregou o maior número de virgens, com 27,7%, seguido por Oceanografia/UERJ (22,6%) e Psicologia/PUC e UVA (25,7%). Biologia (Celso Lisboa) também mostrou índices altos (30,8%), mas, em função do pequeno número de sujeitos, esses dados não podem ser levados em consideração (apenas 13 alunos, dos quais quatro virgens). Outro cálculo, efetuado apenas no presente estudo, diz respeito à questão da virgindade e à situação matrimonial dos pais. Pelos resultados por nós obtidos, uma presença paterna em casa parece constituir um forte fator inibidor da sexualidade, uma vez que 76% dos que se disseram virgens moram em casa com seus pais, contra 13% de residentes em lares com pais separados ($x^2 = 72{,}47$, $p < 0{,}0001$). Pesquisas posteriores poderão explicar o porquê dessa diferença relacionada à presença de um pai em casa – e do que isso simboliza em termos de conseqüências na educação dos filhos, pelo menos no que tange à sexualidade. Podemos especular, no entanto, que o pai personifique e concretize a "lei patriarcal", que ainda rege nossa sociedade e o imaginário social, atuando como fator inibitório do livre curso dos impulsos sexuais entre jovens universitários.

Nas duas amostras mais recentes, detectamos a variável idade como sendo atuante: comparando-se a idade média das virgens com a das não-virgens, encontramos diferenças significativas tanto em 1993 ($t = 2.937$, $p < 0,01$) quanto em 2003 ($x^2 = 22,35$, $p < 0,000$), sendo a idade de virgens de um a dois anos, em média, inferior a de não-virgens (19,46 e 21,72 anos, respectivamente, em 1993, e 19,31 e 20,13 anos, em 2003). Ou seja, como seria de se esperar, a idade afeta a decisão de iniciar a vida sexual pré-maritalmente. Mesmo observando-se um declínio significativo na quantidade de virgens, principalmente com relação à pesquisa de 1993, os números encontrados ainda retratam uma situação bem diferente daquela cantada em prosa e verso pela mídia e pelas artes nacionais. Um grande contingente, principalmente de moças (26% da amostra de 2003), ainda confere à perda da virgindade uma importância capital, que por alguma razão nossos meios de comunicação de massa não têm captado. A não ser que os dados captados por nós – e por outros pesquisadores – estejam absolutamente equivocados.

No que diz respeito à influência da religião, tampouco encontramos diferenças, embora outras pesquisas alertem para a existência de uma correlação entre religiosidade e posições mais tradicionais quanto à sexualidade (Wuthnow, 1976; Thomas, 1985; Studer & Thornton, 1987). Apenas para as respondentes protestantes, do sexo feminino, a religião mostrou-se um fator determinante na preservação da virgindade ($x^2 = 67,72$, $p < 0,001$). Com relação à intenção de se casarem virgens, apenas 30%, 42% e 38% da amostra sem experiências sexuais manifestaram-se positivamente. As(os) demais seriam, pois, "virgens provisórias(os)", aguardando o momento que lhes pareceria mais adequado/correto para a perda da virgindade.

Quanto às expectativas futuras com relação ao próprio casamento, podemos constatar um crescimento dos que acreditam que passarão "o resto da vida com uma pessoa". Essa diferença traduz um otimismo que, curiosamente, não encontra correspondência na realidade, já que o número de separações e divórcios vem aumentando, conforme os dados por nós apresentados na introdução. É possível supor que os resultados indiquem tão-somente o desejo das pessoas de que suas relações dêem certo, independentemente da realidade, conforme preconiza a noção de "otimismo ingênuo", desenvolvida por Rodrigues (1984), segundo a qual superestimamos nossa capacidade de resolver coisas, mesmo que se refiram a fatos/atividades obviamente inalcançáveis ou irrealizáveis. Um outro conceito, similar, denominado "ilusão de invulnerabilidade", prediz que, de modo geral, as pessoas crêem que coisas ruins da vida tendem a acontecer a "outras pessoas",

e não a si próprias (Levine, 2003). Morte, acidentes, gravidez indesejada, demissões ou desastres naturais são coisas que afetam (bem) mais "os outros". Pesquisas relativas ao divórcio, por exemplo, mostram que as pessoas, quando se referem aos casamentos em geral, acertadamente prevêem um índice de divórcio em torno de 50%. Essas mesmas pessoas, no entanto, quando se referem aos próprios casamentos, estimam uma média de fracasso em torno de ... 0%! (Baker & Emery, 1993). Em nosso caso, possivelmente, os jovens solteiros respondentes estão se valendo de um desses "mecanismos de defesa" para poder "solenemente" ignorar a realidade adversa que os cerca.

Tabela 1
Comparação entre os dados obtidos em 1986 e 1993
Porcentagem de respostas afirmativas (ou de concordância)

Questões	1986	1993	2003
Intenção de se casar dentro de até 10 anos	91%	86%	86,1%
Porcentagem de virgens na amostra	23%	31%	18,8%
Porcentagem de virgens do sexo feminino na amostra	36%	41%	26%
Intenção de passar o resto da vida com a mesma pessoa	49%	66%	75,6%
Admissão de infidelidade	26%	23%	20,6%

Nas respostas à indagação "Na sua opinião, o que faz durar um casamento?", os cinco itens mais valorizados foram "amor", "respeito mútuo", "companheirismo", "confiança" e "sexo", tanto em 1986 como em 1993. Já na pesquisa mais recente tivemos uma pequena inversão, na medida em que "respeito mútuo" passou para o primeiro lugar, ao suplantar por muito pouco o "amor"; já o item "confiança" também subiu um posto, trocando de lugar com o "companheirismo" (com o item "sexo" em quinto lugar). Comparando as respostas de homens e mulheres, na amostra de 1993, encontramos dentre as diferenças mais significativas a maior importância conferida ao item "sexo" entre os homens (terceiro lugar contra quinto das mulheres; em termos cardinais, uma diferença igualmente significativa: $t = 2,28$, $p > 0,05$). Não dispomos dos dados referentes a essa comparação na pesquisa de 1986. Na sondagem mais recente (2003), o mesmo ocorreu – "sexo" em quinto lugar para os homens e em sexto para as mulheres. Homens parecem antecipar uma união mais sexualizada do que as mulheres, possivelmente em função de expectativas embasadas culturalmente.

Em 1986 e em 1993, nossos jovens entrevistados, tanto na questão anterior como em diversas outras, apontaram "o amor" como uma

espécie de salvo-conduto e bálsamo universal. Mas, na última sondagem, "respeito mútuo" alcançou o primeiro posto, graças aos votos femininos, que constituem a maioria da amostra, embora, a bem da verdade, a diferença tenha sido mínima – "respeito mútuo" com 9,45 e "amor" com 9,44. Curiosamente, foram as mulheres que valorizaram mais o respeito (em primeiro lugar para elas, contra um terceiro lugar para eles). Se foi uma mera flutuação amostral ou se se trata de fato de uma distinta valorização por parte de homens e mulheres de hoje em dia, só saberemos precisar nas próximas sondagens. São dados que contradizem o imaginário popular, pelo qual as mulheres seriam mais "românticas". Talvez, dados os novos tempos, eivados de separações e com as famílias capitaneadas por mulheres sem parceiros e com filhos chegando a quase 20% do total, elas tenham aprendido a se tornar, por força das circunstâncias, mais "pragmáticas".

Um item denominado "comprometimento" foi incluído apenas na última sondagem. Diz respeito à percepção, em primeiro lugar, de uma possível estabilização nas taxas de divórcio nos EUA, após muitos anos de crescimento contínuo (Bradbury e cols., 2000). Embora tais números possam ser explicados, em parte, pelo fato de as pessoas estarem adiando a data de seus casamentos (U. S. Bureau of the Census, 1998), percebe-se a emergência de um movimento, ainda incipiente, que visa a manter a relação marital, apesar das crises e dos momentos de insatisfação conjugal. È como se as pessoas optassem por lutar para manter os vínculos, após terem verificado que amigos e parentes *não* resolviam seus problemas ao simplesmente trocar de parceiros(as). Parece estar em andamento uma tendência a observar que o sucesso de uma união não é alguma coisa "dada", que cai do céu, e sim algo que resulta da valorização de um compromisso a longo prazo e que pede uma ação conjunta do casal, no sentido de *se comprometer* a manter a relação, apesar das dificuldades e percalços existentes (Jablonski, 2003).

No Brasil, um sem-número de reportagens e matérias publicadas em revistas e jornais vem levantando a mesma questão, enfatizando a importância do "investimento" na relação. Em uma época em que a descartabilidade ainda prepondera, é interessante acompanhar o futuro dessa visão, se ela se consolidará ou não. Em outras palavras, a indispensável tarefa de conservação, vista como chata e cansativa, pode estar sendo reavaliada. Afinal, edifícios, pontes e construções em geral podem virar ruínas em um espaço de tempo surpreendentemente curto, caso não haja a maçante, porém imprescindível, tarefa de manutenção. Segundo o dito popular, "só o amor constrói", mas é igualmente verdadeiro que só o comprometimento, o respeito mútuo, o companhei-

rismo, entre outros fatores, mantêm o que foi erigido em boas condições de funcionamento. Este talvez não seja um dístico muito bonito, ou uma rima rara, mas parece mais próximo da realidade quando se pensa em uma relação mais estável e satisfatória (Jablonski, 2003).

Em outra pesquisa por nós realizada em 2002 com 152 respondentes de classe média no Rio de Janeiro (casados e separados com idade média em torno dos 46,7 anos), o item em questão foi avaliado em sexto lugar em termos de importância para a duração de uma união. No trabalho em questão, esse item ficou em quinto lugar para as mulheres e em sexto para os homens. Enfim, como dissemos, só pesquisas adicionais poderão ajudar a discriminar se está havendo, de fato, um crescimento desse tipo de preocupação, que se traduziria em uma crescente valorização desse aspecto e da luta pela manutenção das relações estáveis.

Quando instados a se pronunciar sobre as possíveis vantagens do casamento, os sujeitos destacaram respostas relativas a vivências de "intimidade e compartilhamento" (vida em comum, estar juntos o tempo todo, incluindo os momentos difíceis, companheirismo etc.), "potencialidade de se ter filhos em condições ideais", "possibilidade de se construir uma família, um lar", "satisfação psicológica em nível individual", "melhoria da sexualidade" (sexo mais livre, "natural", legitimado socialmente) e "possibilidade de se ter uma relação estável" (mais segura, com mais amor). A única diferença entre as amostras foi neste último item, bem mais valorizado nas duas últimas pesquisas. Pode ser um reflexo da percepção do crescimento nos últimos anos da incidência de relações afetivas cada vez mais tênues (o "ficar com", "ficar de rolo", e outras modalidades de relações transitórias substituindo o menos instável "namoro") e pouco compromissadas, além dos perigos relacionados a uma vida sexual mais livre, provocados pela ameaça da AIDS. A maior preocupação com essa questão poderia estar refletindo um anseio por relações mais duradouras e estáveis. Curiosamente, o item "melhoria da sexualidade" foi menos valorizado nesta última sondagem. Será que a sexualidade, por ser usufruída de forma mais satisfatória e livre nos últimos tempos, foi percebida pela amostra como desvinculada da necessidade de um casamento? Isto é, sendo cada vez mais aceita a atividade sexual pré-marital, o casamento deixaria de ser visto como uma possibilidade de melhora nessa área?

Quanto às diferenças entre gêneros, embora homens e mulheres tenham colocado "intimidade e compartilhamento" como a principal vantagem do casamento, as mulheres, no último estudo, valorizaram bem mais este item (50% a mais!). Mesmo mais pragmáticas, as mulhe-

res ainda vêem o casamento como uma relação a dois, no sentido mais afetivo. Na mesma linha de raciocínio, homens suplantaram as mulheres na valorização do item "constituir família". Como já apontou Féres-Carneiro (2001, 2003), as mulheres têm se mostrado mais exigentes nos relacionamentos amorosos, no que tange à sua expressividade ou às suas expectativas na relação como um todo. Segundo a autora, em suas pesquisas sobre o casamento, homens valorizam a dimensão da constituição da família, e mulheres, a dimensão amorosa.

Ainda em consonância com os achados de Féres-Carneiro (2003), o item "afasta a solidão" foi mais mencionado por homens do que por mulheres. Para essa autora, a dificuldade relacionada ao fato de ficar só é muito mais ventilada nas falas masculinas do que nas femininas. Outros estudos, como os de Féres-Carneiro (1987) e o de Woods (1989), realizados no Brasil, reiteram a possível maior dificuldade dos homens em lidarem com a solidão após uma separação, o que levaria, por exemplo, à facilitação de novas uniões mais rapidamente por parte dos homens.

A pergunta que é o reverso da anterior diz respeito às possíveis desvantagens do casamento. Como a amostra é de solteiros, os sujeitos responderam em função da percepção do casamento dos próprios pais e, também, de tios, parentes e da imagem veiculada pela arte (cinema, teatro, literatura) e pela mídia (jornais, revistas, rádio e televisão). Nos três estudos, os itens "perda da liberdade e da privacidade", "rotina e suas conseqüências" (acomodação, monotonia, perda de motivação, perda do romantismo, perda da atração sexual, indiferença, etc.), "aumento de compromissos e de responsabilidades" e "perda da individualidade" (ter de abrir mão de hábitos e manias, ter de ser menos egoísta etc.) foram os mais citados. É interessante observar que, passados 17 anos, as críticas ao casamento pouco se alteraram.

Além disso, é igualmente verdade – para ambos os sexos – que a valorização da liberdade e da privacidade acompanha o crescimento do espírito de individualismo que prevalece atualmente, o qual prioriza a preocupação com a própria felicidade e o elogio da realização individual, em detrimento de uma vida mais coletiva e mais sensível à voz da família e de outras instituições sociais. O resultado – uma espécie de narcisismo auto-indulgente – faz as pessoas encontrarem certas dificuldades de adaptação quando se deparam com situações que ainda pedem um modo de vida mais "tradicional" e sujeito a normas preestabelecidas ditadas pela obediência ao desejo da família, e não do indivíduo. As respostas enquadradas nos itens "perda da individualidade" e "aumento de compromissos e de responsabilidades" poderiam,

na verdade, estar incluídas dentro dessa mesma moldura. Podemos encontrar igualmente em outros autores (Giddens, 1992; Singly, 1993) reflexões similares sobre o que denominam "tensões existentes entre individualidade e conjugalidade no casamento contemporâneo" (Féres-Carneiro, 2003), no entrejogo de motivações francamente paradoxais e atreladas a um ideal de união afetiva.

A análise por sexo mostrou – nas duas primeiras sondagens – as mulheres um pouco mais sensíveis à "perda da individualidade" e a outras duas respostas que não as quatro mais citadas, a saber, "ter de aceitar o outro com seus defeitos, hábitos e manias" e "aumento de conflitos". Podemos supor que essas respostas, fornecidas basicamente pelas mulheres, indiquem resquícios da percepção da ainda desigual divisão de obrigações entre os sexos, com as mulheres mais sobrecarregadas do que seus pares do sexo oposto. Os homens, por sua vez, deram maior destaque à "perda da liberdade e da privacidade" e ao "aumento de compromissos e de responsabilidades", nas três sondagens. "Rotina e suas conseqüências" foi igualmente – e muito – citada por ambos os sexos.

Tabela 2
Comparação entre homens e mulheres para os dados obtidos em 1993 e em 2003
Porcentagem de respostas afirmativas (ou de concordância)

Questões	**Hs.**	**Ms.**	**Hs.**	**Ms.**
Admissão da possibilidade de relações extraconjugais (vista pelos homens)	38%	12%*	23,7%	8,3%*
Admissão da possibilidade de relações extraconjugais (vista pelas mulheres)	8,3%	8,3%	8,9%	8,9%
Admissão de infidelidade	50%	22%*	32,8%	10,4%*
Necessidade de os filhos se casarem virgens (depende do sexo)	4,2%	11%	6,6%	13,8%*

*$p < 0,05$

Registre-se que, na comparação entre as respostas fornecidas por homens e mulheres, na última sondagem, as mulheres enfatizaram relativamente mais o peso da "rotina e de suas conseqüências" (a maior desvantagem do casamento) e, também, como nas pesquisas anteriores, o item "ter de aceitar o outro com suas manias/hábitos". Como observa Nunan (2003), "a responsabilidade pela intimidade emocional necessária para viabilizar a relação amorosa recai freqüentemente sobre a mulher". Assim, em face do peso dessa "obrigação", não é de se estranhar que as mulheres se queixem mais desse aspecto da relação. Por outro lado, a perda da liberdade tem sido, proverbialmente, uma espé-

cie de espectro que ronda a masculinidade e faz os homens adiarem a data de seus casamentos... Aparentemente, dado o consenso entre os dados obtidos nas três pesquisas, os sujeitos têm consciência dos males que os afligirão posteriormente. Só não sabem, a exemplo daqueles que já estão casados, o que fazer para evitá-los.

Outras questões ligadas à sexualidade, além das relativas à virgindade, vistas anteriormente, também foram abordadas. A primeira delas refere-se ao próprio conceito de "traição": "Em uma relação afetiva, o que você consideraria um ato de traição?" "Sexo com outra pessoa" foi a resposta mais citada (20,1%), seguida por "beijar/ficar com outra pessoa" (12%), "mentir para o parceiro" (11,5%) e "manter uma relação com outra pessoa" (10,3%). Não houve diferenças muito relevantes nas respostas entre homens e mulheres, embora os primeiros tenham valorizado mais, relativamente, o item denominado "apaixonar-se por outra pessoa" (terceiro item mais citado pelos homens), enquanto as mulheres enfatizaram a importância do item "mentir para o parceiro" (em segundo lugar para as mulheres).

Uma outra indagação, referida igualmente à questão da traição – "Você admite a possibilidade de relações extraconjugais para o homem? Para a mulher?" –, revelou uma tendência da permanência de uma "dupla moral", com os homens gozando de maior liberdade. Computadas as respostas sem distinção de gênero, em 1986, 35% dos entrevistados admitia a infidelidade para os homens e só 24% para as mulheres. Em 1993, os percentuais foram de 18% e 13% e, em 2003, de 16% e 9% – esta última, uma diferença bem significativa: $p < 0,0001$.

Separando as respostas por gênero, observamos as mulheres como mais igualitárias: apenas 8,5%, e 8% e 8,9% de respostas afirmativas. Na verdade, as mulheres mostraram, de modo geral, uma atitude contrária à possibilidade de relações extramaritais, seja para si mesmas, seja para os homens. Estes é que deram respostas diferenciadas: bem liberais quando referidos a si mesmos, e bem mais restritivos quando referidos ao sexo oposto. Assim, por exemplo, no estudo de 2003, 23,7% da amostra masculina admitiram a possibilidade de relações extramaritais para os homens contra apenas 8,3% para as mulheres. Nas pesquisas anteriores, essa diferença mostrou-se igualmente significativa.

Essa tendência à dupla moral também pode ser constatada na indagação acerca da necessidade (ou da conveniência) de seus futuros filhos e filhas casarem-se virgens. A média das respostas positivas, em 1993, em se tratando dos meninos, foi de 4,2%. Para as meninas, de 11% ($z = 2,56$, $p < 0,05$). Já em 2003, foi de 6,6% para os meninos e de 13,8% para as meninas, uma diferença igualmente significativa (p

< 0,001). Assim sendo, mesmo idealistas e igualitários em muitas outras questões, nossos jovens ainda guardam visões ditadas pela tradição quando o que está em jogo é o comportamento sexual. E, da mesma forma que na questão anterior, foram os homens da amostra que fizeram a diferença, uma vez que as mulheres, ao se mostrarem contra ou a favor, deixaram-se influenciar pouco pelo fato de estarem se referindo a uma filha ou a um filho.

"Com quantas pessoas durante o seu namoro você teve relações sexuais, sem contar as que porventura teve com seu(sua) namorado(a)?" – a análise desta pergunta nos permitiu observar uma certa distância entre o discurso e a prática. Apesar da forte condenação de atitude vista anteriormente, 33% da amostra de 1993 mostraram-se ao menos uma vez infiel: 50% dos homens e 22% das mulheres ($z = 3{,}10$, $p < 0{,}01$), número um pouco superior ao encontrado em 1986: 26%. Em 2003, o índice de infidelidade beirou os 20,6%, com os homens se mostrando três vezes mais infiéis do que as mulheres (32,8 contra 10,4% por parte das mulheres, $p < 0{,}000$).

Os maiores percentuais entre os homens devem-se provavelmente tanto ao tipo de educação que meninos e meninas ainda recebem como às pressões sociais, que ditam diferentes padrões de comportamento em função do sexo. Já a incongruência entre o dito e o feito nos leva a confirmar a necessidade de, ao pesquisar temas polêmicos como esse, levar em conta que muitas vezes nem as próprias pessoas têm consciência de que suas atitudes não andam par e passo com seus comportamentos, haja vista o significativo índice de infidelidade reportado. Curiosamente, pesquisa divulgada em fins de abril pelo *Jornal do Brasil* acerca do comportamento sexual do brasileiro ("O estudo da vida sexual do brasileiro", USP) com mais de 7 mil entrevistados aponta que quase 35% das mulheres cariocas reportaram terem sido infiéis ao menos uma vez, contra 57% dos homens. A diferença – para menos – verificada por nós pode estar referida ao fato de nossa amostra constituir-se unicamente de solteiras, para quem romper um namoro é mais fácil do que trair, ao contrário das casadas, com filhos e lares constituídos, que tendem evidentemente a pesar mais os prós e os contras de uma eventual separação afetiva.

Um olhar sobre o casamento dos pais é proporcionado por algumas questões. Em uma delas solicitávamos que os respondentes apontassem os "principais erros que seus pais cometeram no casamento deles, e que você tentará não repetir". "Mãe excessivamente submissa" ("não trabalha", "não sai sozinha", "é muito dependente", "não tem vida própria" etc), "deixaram a rotina dominar", "falta de diálogo" e

"falta de respeito mútuo" foram as respostas mais indicadas, tanto em 1986 como em 1993. O espaço de sete anos parece não ter alterado as principais críticas que os jovens fazem às uniões de seus pais, com destaque para o papel desempenhado pela figura materna, considerado pelos jovens como ultrapassado e digno de lamentações, não só pelos danos provocados à mulher como também à própria relação do casal. Mas, na sondagem de 2003, o item "dificuldades no relacionamento" foi bastante citado (segundo erro mais citado). "Adultério cometido por pais (ou mães)" também teve expressiva indicação (quarto lugar), bem como "excesso de conflitos/brigas". Ou seja, houve um declínio das queixas com relação à "submissão da mãe", à questão da "rotina" e à "falta de respeito mútuo" e um aumento das críticas quanto às "dificuldades no relacionamento na união dos pais", "excesso de conflitos" e "adultério de um dos cônjuges". A bem da verdade, o item "mãe muito submissa" foi bastante citado, mas apenas pelas mulheres (mais de 4,5 vezes e meia que os homens). Da mesma forma, o item "dificuldades no relacionamento" foi bem mais apontado pelas moças.

Podemos supor que, nos últimos 10 anos, as mães tenham de fato se mostrado menos submissas, o que talvez explique igualmente – por conseqüência – o aumento de brigas e conflitos...

Tabela 3
Comparação entre (A) filhos de pais casados e filhos de pais separados e (B) filhos de pais felizes em seus casamentos
Porcentagem de respostas afirmativas (ou de concordância)

	1993	
Questões	**(A) Pais casados**	**Pais separados**
Imagina-se casado o resto da vida com a mesma pessoa	71%	58%
	2003	
Questões	**(A) Pais casados**	**Pais separados**
Imagina-se casado o resto da vida com a mesma pessoa	77,5%	71%

No que diz respeito à religiosidade, nossa amostra se disse basicamente católica (55%, 54,5% e 48,2%), dados que não coincidem com os aproximados 80% de católicos estimados pelo IBGE em 1980 e que são mais compatíveis com os 55% apurados pela pesquisa Gerp/JB, em 2004 com a população carioca. Por outro lado, se para o mesmo Instituto GERP haveria no Rio de Janeiro 10% de pessoas "sem religião", em nossa amostra, alcançaremos os 23%, 21% e 22,2%. Nossos entrevistados são, pois, bem menos religiosos do que o resto da população

carioca. Isso fez com que todas as religiões aparecessem em menor número. Assim, por exemplo, protestantes e evangélicos, que somam 24% da população carioca, alcançaram apenas 7% de nossa amostra. O mesmo ocorreu com os umbandistas (4% contra 1,2%). Apenas judeus e espíritas mostraram-se em maior número entre os universitários por nós pesquisados do que na população carioca em geral. Lembre-se de que trabalhamos com sujeitos de classe média, enquanto o Censo atinge, obviamente, toda a população, o que pode explicar as diferenças encontradas. A freqüência a templos, igrejas, sinagogas – considerada a melhor indicadora do verdadeiro grau de adesão espiritual a um dado credo – trouxe respostas interessantes: "todos os dias" ou "pelo menos uma vez por semana" girou em torno dos 20% em todas as pesquisas – 18%, 19,9% e 21%, respectivamente –, o que confirmaria a menor inclinação religiosa da amostra.

Para encerrar esta seção, citaremos um outro efeito, percebido por meio de cruzamentos entre perguntas (realizado apenas com as amostras de 1993 e de 2003), pelos quais pensamos ter corroborado a noção de que "separação, em parte, se aprende em casa". Isto é, os sujeitos da amostra com pais separados, quando contrastados com aqueles com pais casados, mostraram-se mais inclinados a acreditar que suas futuras uniões são mais propensas ao divórcio (38% *versus* 29%, $z = 1,35$ n.s. – item existente apenas na sondagem de 1993), e se imaginam em menor número casados por toda a vida com a mesma pessoa (58% *versus* 71%, $z = 1,94$ n.s., em 1993, e de 71% *versus* 77,5% em 2003, $p < 0,005$). De forma similar, aqueles que disseram que os pais são felizes em suas uniões pensam bem menos em futuros divórcios do que aqueles que disseram que seus pais não eram felizes (27% *versus* 48%, $z = 3,08$ $p > 0,01$ em 1993). Os dados de 2003 apontam na mesma direção, embora a diferença aqui não tenha sido significativa: 11,8% contra 17,6%, n.s.). A visão de casamento dos solteiros passa, evidentemente, pelo impacto que a união de seus pais lhes impõe: mesmo quando as diferenças não são significativas, elas foram na direção apontada. À guisa de curiosidade, 27% da amostra de 1993 revelaram ter pais separados ou divorciados, contra 24,8% da de 2003. Em 1986, essa indagação não foi feita.

2. Discussão

A repetição de resultados obtidos ao longo das pesquisas permite-nos avançar nas suposições levantadas, desde a primeira sondagem. Assim, apesar da "crise do casamento", os jovens parecem dispostos a

se casar. Embora conscientes das dificuldades envolvidas, traduzidas pelo crescente números de divórcios, não parecem preocupados de antemão com a busca de soluções, parecendo acreditar que "com eles será diferente".

Os mesmos resultados obtidos tanto em 1986 quanto em 1993, que apontavam para um número significativo de virgens do sexo feminino, repetiram-se em 2003. Apesar de os meios de comunicação de massa refletirem uma imagem bastante liberada de nossa juventude, no que diz respeito à sexualidade, o que pudemos constatar é que essa imagem só em parte corresponde à realidade, dependendo, de forma ainda a ser mais precisamente avaliada, do local de moradia, de estudo e do curso freqüentado pelas jovens respondentes. Curiosamente, não conseguimos demonstrar a influência da religiosidade no fato de ser ou na intenção de permanecer virgem, exceto quando os respondentes são protestantes do sexo feminino.

Ainda no que diz respeito à sexualidade, em que pese seu idealismo e suas idéias igualitárias, pudemos observar em nossas amostras a permanência de uma "dupla moral", com distintas cobranças e/ou "liberdades", dependendo do sexo.

Pensamos ter atestado igualmente o espírito de individualismo ora reinante através das respostas referentes à "perda da liberdade e da privacidade" como os principais aspectos ruins ou desvantajosos no casamento. Os jovens priorizam a realização individual acima dos ditames normalmente exigidos pela vida em família, o que faz prever o aumento de conflitos em suas futuras uniões, caso mantenham tais perspectivas de vida, ligadas ao elogio da autonomia, da independência e da satisfação pessoal.

A grande quantidade de citações à importância do amor, obtida nas três vezes, pode estar indicando mais um processo de idealização por parte dos jovens do que a adequação em bases mais realistas ao fato de que outros fatores também podem ser importantes no processo de construção de um casamento nos dias de hoje.

Finalmente, cabe citar a influência que a separação dos pais é capaz de provocar. A exemplo de outras pesquisas (Glenn & Kramer, 1987; Keith & Finlaly, 1988; Amato & Keith, 1991), nossos sujeitos provenientes de lares desfeitos se vêem mais propensos aos divórcios do que os filhos de pais que permanecem casados.

Em face das imensas repercussões provocadas pelo aumento do número de divórcios e separações, parece-nos necessária a investigação contínua das expectativas e percepções dos jovens acerca da instituição do casamento, procurando coletar subsídios para a busca

de soluções que amenizem as conseqüências advindas da situação de crise por que passa o casamento contemporâneo. Acreditamos que, por meio do aprofundamento dos estudos na área, poderemos apontar outras possibilidades e caminhos enriquecedores nesse sentido.

3. Referências bibliográficas

AMATO, P. R.; KEITH, B. Parental divorce and adult well-being: a meta-analysis. *Journal of Marriage and the Family*, n. 53, 1, p. 43-58, 1991.

BAKER, L.; EMERY, R. "When every relationship is above average: perceptions and expectations of divorce at the time of marriage". *Law and Human Behavior*, n. 17, p. 439-450, 1993.

BEMFAM. *Pesquisa sobre saúde reprodutiva e sexualidade do jovem*. Rio de Janeiro, Curitiba e Recife, 1989/1990. Departamento de Pesquisas Sociais (Depes). Department of Health and Human Services, 1992.

BERKELEY WELLNESS LETTER. *"Novidades sobre a família*", n. 7. EUA, Publicado em associação com a School of Public Health,, 1994.

BRADBURY, T. N.; FINCHAM, F. D.; BEACH, S. R. H. Research on the nature and determinants of marital satisfaction: a decade in review. *Journal of Marriage and the Family*, n. 62, 4, p. 964-980, 2000.

COONTZ, S. *The way we really are*: coming to terms with America's changing families. Nova Iorque: Basic Books, 1997.

FÉRES-CARNEIRO, T. Aliança e sexualidade no casamento e no recasamento contemporâneo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, n. 3, 3, p. 250-261, 1987.

_____. Casamento contemporâneo: construção da identidade conjugal. In: _____. (org.). *Casamento e família*: do social à clínica. Rio de Janeiro: NAU, 2001.

_____. Construção e dissolução do laço conjugal na psicoterapia de casal. In: _____. (org.). *Família e casal*: arranjos e demandas contemporâneas. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora PUC-Rio/Edições Loyola, 2003.

EPSTEIN, R. My words. *Psychology Today*, fev. 2002, p. 5.

FOOTLICK, J. K. What happened to the family. In *Marriage and family*, 91/92 annual editions. The Duskin Pub. Group Inc., 1990.

GIDDENS, A. *A transformação da intimidade*: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Unesp, 1992.

IBGE. IX. *Recenseamento Geral do Brasil*. Censo Demográfico Famílias e Domicílios do Rio de Janeiro. v. I, tomo 6, n. 8, 1980.

_____. Recenseamento Geral do Brasil, 2000.

JABLONSKI, B.; RODRIGUES, A. Atitudes e expectativas de jovens solteiros(as) com relação ao casamento. In: *Programas e resumos da XVI Reunião Anual de Psicologia*. São Paulo: Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, 1986.

JABLONSKI, B. *Até que a vida nos separe* – a crise do casamento contemporâneo. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1998.

_____. "Afinal, o que quer um casal? Algumas considerações sobre o casamento e a separação na classe média carioca. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (org.), *Família e casal*: arranjos e demandas contemporâneas. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora PUC-Rio/Edições Loyola, 2003. p. 141-168.
JORNAL DO BRASIL. Mulheres do Rio traem mais. Primeiro Caderno. 26.4.2004. p. 4.
_____. A multiplicação dos evangélicos. Primeiro Caderno. 26.4.2004. p. 3.
KEITH, V. M.; FINALY, B. "The impact of parental divorce on children's educacional attainment, marital timing, and likehood of divorce". *Journal of Marriage and The Family*,. n. 50, 3, p. 797-809, 1988.
LEVINE, R. *The power of persuasion*: how we're bought and sold.: Nova Jersey: J. Wiley, 2003.
MACEDO DE ARAÚJO, M. L. *A sexualidade do universitário*: pesquisa entre estudantes do Rio de Janeiro. Tese de Mestrado. Rio de Janeiro: FGV, 1985.
NUNAN, A. *Homossexualidade*: do preconceito aos padrões de consumo. Rio de Janeiro: Caravansarai., 2003.
RODRIGUES, A. "Atribuição de causalidade ao sucesso e ao fracasso como fator mediador de reação emocional e de expectativa de comportamento". *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, n. 36(*4*), p. 12-25. Rio de Janeiro: FGV, 1984.
STUDER, M.; THORNTON, A. "Adolescent religiosity and contraceptive usage". *Journal of Marriage and the Family*, n. 49, 1, p. 117-128, 1987.
TELERMAN, R. "Relação entre jovens". In: *Anais da XVIII Reunião Anual de Psicologia*. São Paulo: Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto/USP, 1988.
THOMAS, D. L. "Religion and the family: a special section". *Journal of Marriage and the Family*, n. 47, 2, p. 369-458, 1985.
U. S. BUREAU OF THE CENSUS. Marital status and living arrangements (update). *Current Population Reports*, Series, mar. 1998, p. 20-514.
VEJA. Seção Comportamento – Sexo. 24.6.1992.
WOODS, E. M. A. S. *Um estudo sobre o recasamento no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Departamento de Psicologia/PUC, 1987.
WUTHNOW, R. "Recent pattern of secularization: a problem of generations?". *American Sociological Review*, n. 41, out., p. 850-867, 1976.

Conjugalidade dos pais e projeto dos filhos frente ao laço conjugal[1]

Terezinha Féres-Carneiro e *Andrea Seixas Magalhães*
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Em nossas pesquisas recentes (Féres-Carneiro, 2001, 2003a, 2003b; Magalhães, 2003; Féres-Carneiro & Magalhães, 2001), temos focalizado a vivência dos cônjuges nas situações de casamento, separação e terapia de casal, na contemporaneidade, e estabelecido algumas comparações entre as experiências masculinas e femininas nessas diferentes circunstâncias. Neste trabalho, vamos discutir as influências que a conjugalidade dos pais podem exercer sobre o lugar que o laço conjugal ocupa hoje no projeto de vida de adultos jovens que ainda não se casaram. Adotaremos para tal uma ótica transdisciplinar, articulando os saberes da sociologia, da antropologia, da psicologia social e da psicanálise de família e casal.

A conjugalidade, marcadamente influenciada pelos imperativos de intimidade e de privacidade, próprios da noção de sujeito moderno, vem se transformando na atualidade. E o amor, ainda considerado componente importante da noção de conjugalidade, mesmo que em termos de ideal de conjugalidade, passa a ser um ideal cada vez mais difícil de ser atingido.

Costa (1998) afirma que o amor romântico só pode existir em sociedades em que o sujeito tende a se afastar da rede cultural mais ampla, realçando a importância da privacidade. O eu moderno, estruturado sobre a noção de indivíduo autônomo, utiliza o amor como forma de compensação para dar sentido à sua própria existência, refor-

[1] Apoio: CNPq.

çando o sentimento de pertencimento. Na medida em que o sujeito sente que pertence a alguém, e alguém lhe pertence, esse laço faz com que ele não se sinta desconectado do mundo, embora seja um sujeito autônomo. O autor ressalta que o sujeito contemporâneo perdeu os suportes tradicionais de doação de identidade, e busca constantemente reassegurar-se sobre si mesmo. A relação amorosa inclui a esperança de reasseguramento do eu a partir do outro, nas trocas intersubjetivas. Nela, mais do que em qualquer outra relação, o sujeito ganha um tipo de certeza que pacifica a inquietude da construção de si, mesmo que sem a garantia de amanhã.

A conjugalidade, na contemporaneidade, embora ainda inclua essa promessa ou esperança de reconstrução do "eu" a partir do "nós", apresenta-se cada vez mais fluida. Os sujeitos cada vez mais consideram a possibilidade de dissolução do laço conjugal desde a sua inauguração, mesmo quando o elemento central da união do casal é o sentimento amoroso, com todas as suas prerrogativas e promessas de eternidade.

Berger & Kellner (1970) realçam a função nômica da conjugalidade, que permite aos sujeitos experimentarem a vida com sentido, a partir do diálogo e das trocas entre pessoas significativas. Giddens (1993), discutindo as transformações da intimidade, também enfatiza a função da relação amorosa na busca da identidade do sujeito na modernidade. O sentimento de vazio, enunciado pelo sujeito fragmentado, é preenchido através da relação amorosa, levando o sujeito a perceber-se como inteiro. A auto-identidade é validada na descoberta do outro-parceiro.

A literatura psicanalítica das relações amorosas ressalta que a conjugalidade se origina na trama inconsciente familiar dos sujeitos-parceiros. Nas famílias, histórias passadas e presentes se misturam e são transmitidas aos filhos, associadas às expectativas de futuro, conjugando as fantasias individuais dos membros da família e os mitos familiares. Assim, a conjugalidade dos pais se reflete no desenvolvimento afetivo-sexual dos filhos e nos padrões de relacionamento que se estabelecem na família. McDougall (1993) assinala como a configuração do sentido de identidade sexual dos filhos está associada ao casal parental, sobretudo através das identificações com ambos os pais.

Recorremos à idéia de transmissão da vida psíquica ou transmissão psíquica geracional, que está presente no texto freudiano na discussão da transmissão da neurose e na hipótese da transmissão filogenética, indicando o reconhecimento da base intersubjetiva do psiquismo. Em "Totem e tabu" (1913), Freud diferencia a transmissão por identificação aos modelos parentais, referida à história do sujeito, da transmissão constituída por traços mnemônicos das relações com as

gerações anteriores, referida à pré-história do sujeito. Em "Introdução ao narcisismo" (1914), a transmissão aparece nos discursos de antecipação, através das designações de lugar e das predisposições. Em "Psicologia de grupo e análise do ego" (1921), evidencia-se a passagem do objeto individual a um objeto comum a todos os membros do grupo, que se efetua pela via das identificações.

Na década de 1970, Abraham e Torok (1978) retomam a idéia de transmissão psíquica entre gerações e, mais recentemente, a partir dos anos 1990, alguns autores interessados nas questões familiares vêm aprofundando essa discussão, tanto do ponto de vista dos aspectos patológicos, da repetição e dos pactos denegativos associados à transmissão (Kaës, 1993; Tisseron, 1996; Eiguer, 1998; Benghozi, 2000), quanto da produção criativa resultante da elaboração e transformação da herança (Tisseron, 1992; Benghozi, 2000; Carreteiro, 2001).

1. Genealogia da conjugalidade: da escolha amorosa à transmissão geracional

Na literatura da terapia familiar psicanalítica, a conjugalidade funda-se na escolha amorosa inconsciente dos cônjuges. Eiguer (1984), ao discutir a organização inconsciente do casal, define o vínculo conjugal como uma superposição de duas relações de objeto que têm como modelo de identificação a representação do casal parental. Lemaire (1988) ressalta que o casal se constitui em torno das zonas mal-definidas do eu de cada um, e que os parceiros sentem-se atraídos entre si por suas áreas semelhantes e devido à porosidade de seus limites. Willi (1978) postula o conceito de colusão como um jogo conjunto e não confessado, entre dois parceiros, em função de um conflito similar e não superado. Os cônjuges se unem por supostos comuns, quase sempre inconscientes, com a expectativa de serem libertados dos seus conflitos pelo parceiro. Nicolló (1993), ao se referir ao jogo recíproco que se estabelece entre os membros do casal, faz alusão aos fenômenos que Winnicott (1971) define como transicionais. O espaço interno do casal é semelhante a esse espaço transicional, pois nasce do encontro entre os mundos interno e externo dos parceiros.

A conjugalidade, ao mesmo tempo que reedita o romance familiar, propicia a elaboração das vivências infantis. O encontro com o parceiro gera a oportunidade de metabolização e de desenvolvimento do psiquismo, entrelaçando passado e presente, dentro de um projeto que presssupõe uma perspectiva de futuro a dois. Desde o momento da concepção, o sujeito está marcado pelo olhar dos pais, pelos seus ideais e pelos mitos familiares que se inscrevem e estruturam o psiquismo. O

bebê retoma e encarna o ideal narcísico dos pais e, ao mesmo tempo, se alimenta desse envoltório narcísico para se constituir como sujeito e, em um futuro provável, constituir novas conjugalidades e novos bebês.

A noção de transmissão psíquica geracional se refere à inscrição do sujeito na cadeia da qual ele é um elo e se submete ao mesmo tempo, à estruturação da subjetividade, ao desenvolvimento psíquico daquilo que o sujeito herda, ao seu pertencimento ao grupo familiar e às formações intermediárias que articulam os espaços psíquicos intra e intersubjetivos. Kaës (1993 e 2000) ressalta que a transmissão geracional implica a precedência do sujeito por mais de um outro e a forma como ele lida com a herança, sendo também pensador e até criador daquilo que foi transmitido. A genealogia mistura tempos e espaços, podendo desencadear repetições, patologias ou elaborações criativas, inovadoras. O sujeito tem como tarefa, assim como a família e o casal, construir, organizar e transformar suas heranças, elaborando-as.

A transmisssão psíquica entre gerações é relacionada ao mito do progresso, assinalando continuidade e evolução para o sujeito e para o grupo como um todo. Há uma urgência em transmitir e, acima de tudo, há a vida para ser transmitida. O sujeito que adquire a herança, mediado por uma cadeia de relações, opera um trabalho de ligações, transformações e diferenciações, imprimindo sua marca singular ao percurso (Granjon, 2000). Quando o trabalho de transmissão falha, o processo torna-se alienante ao invés de estruturante, o material se impõe em seu estado bruto aos descendentes. Sendo assim, definem-se duas modalidades de transmissão: transmissão intergeracional, na qual o que é transmitido é transformado na passagem de gerações, e transmissão transgeracional, em que o que é transmitido não pode ser modificado e integrado psiquicamente (Benghozi, 2000).

Dentre outras noções que podem ser relacionadas à idéia de transmissão psíquica geracional, enfatizamos o romance familiar e a genealogia. Carreteiro (2001) atribui duas acepções ao termo romance familiar, a partir do texto freudiano. Refere-se à fantasia construída pela criança ao deparar-se com a desidealização da imagem dos pais, percebidos originalmente como figuras perfeitas e repletas de qualidades superiores. Por meio da construção de uma fantasia, a criança restaura a imagem dos pais, recorrendo muitas vezes à idéia de que é fruto de uma linhagem social de prestígio. Contudo, mesmo quando a criança atribui aos pais signos aristocráticos, ela inclui lembranças dos pais reais. A criança dispõe dos símbolos sociais para enaltecer os pais e reconstituir a imagem perdida.

A outra significação destacada pela autora ressalta que as famílias constroem um romance familiar com o auxílio de histórias passadas de geração para geração, incluindo mitos, sagas e segredos. Nossa herança nos é relatada e expressa consciente e inconscientemente. E, no caso da transmissão psíquica intergeracional, a narrativa, as falas e os ditos familiares ocupam lugar de destaque, servindo de material para as transformações e elaborações da herança. Somos, em grande medida, produzidos e constituídos pelo que falam sobre nossa história e nossa pré-história, sobretudo quando a palavra é acentuada pela emoção e pelos sentimentos. Carreteiro (2001) destaca que entre a história objetiva e a narrativa subjetiva há um intervalo que deve ser repensado, aludindo ao eixo da cadeia de transmissão. Podemos ampliar o espectro e afirmar que o romance familiar está inserido em um quadro que implica um conjunto de variáveis psicossociais, econômicas, familiares, genealógicas e a história pessoal do sujeito que o transmite.

A genealogia é também enfatizada por ser um dos fundamentos da ordem social. Ao mesmo tempo ela ordena os objetos e fornece a marca identitária. A ordem genealógica inscreve o sujeito na humanidade, fornece referências e elementos para a construção das identidades. Ela ordena o lugar ocupado pelo sujeito na constituição familiar, os sistemas de ascendência, de descendência e de alianças. O reconhecimento do sujeito como semelhante aos demais e o sentimento de pertencimento ao grupo familiar propiciam a identificação e a diferenciação. É necessário, para tanto, que o sujeito se aproprie de sua história, de sua marca, que ocupe seu lugar ativamente. Podemos afirmar que a originalidade e a saúde do sujeito são evidenciadas pela forma como ele reconhece seu destino e o transmuta, imprimindo sua autoria, integrando o que lhe foi transmitido em um movimento criativo. Para Gaulejac (1999), a genealogia implica os processos de classificação e de nominação. A nominação se refere à atribuição dos nomes de família e do prenome de cada indivíduo, sublinhando o pertencimento ao grupo familiar e a apropriação de uma identidade particular.

A articulação das noções de identificação com as figuras parentais, transmissão psíquica geracional e de romance familiar, oferecerá fundamentos importantes para o estudo das relações existentes entre as concepções, motivações e projetos dos jovens para o casamento, e a vivência deles sobre a conjugalidade dos pais. Antes mesmo do encontro amoroso, podemos afirmar que existe no psiquismo de cada parceiro um lugar para a organização da conjugalidade. Esse lugar, pré-posição, reúne a pré-história e a história do sujeito, seus ideais de conjugalidade, as imagens e fantasias sobre a conjugalidade de seus pais e de seus

antepassados, os mitos familiares e muitos outros elementos fantasmáticos que irão se engendrar no futuro eu conjugal.

2. Laço conjugal na contemporaneidade

O casamento contemporâneo representa uma relação de significação muito intensa na vida dos sujeitos, na medida em que envolve um alto grau de intimidade e de envolvimento afetivo. Berger e Kellner (1970) argumentam que casamento cria para o indivíduo uma determinada ordem que permite que a vida seja experimentada com mais sentido. Essa função do laço conjugal como instrumento de construção nômica lhe dá um lugar privilegiado entre as relações mais significativas estabelecidas pelos sujeitos contemporâneos.

As sérias conseqüências que o ideal de casamento moderno pode trazer para os parceiros, na medida em que se deseja o outro por inteiro e pretende-se penetrar em sua intimidade por completo, são ressaltadas por Simmel (1964). Essa satisfação da entrega total pode produzir uma sensação de esvaziamento nos sujeitos, havendo uma extrema idealização do parceiro, um aumento das expectativas e uma superexigência consigo mesmo, o que provoca tensões na relação conjugal.

Giddens (1992), na discussão sobre as transformações da intimidade, ressalta as características de relacionamento puro, presente no laço conjugal contemporâneo, em que os parceiros se vinculam tendo em vista apenas a própria relação, que se mantém enquanto for vantajosa e prazerosa para ambos os cônjuges. O autor enfatiza também as mudanças e a fragmentação que o amor romântico vem sofrendo em função da emancipação e da autonomia feminina. O amor romântico depende da identificação projetiva como o processo por meio do qual os parceiros se sentem atraídos e se unem. Essa projeção cria uma sensação de totalidade com o outro que é intensificada pelas diferenças existentes entre a vivência masculina e a feminina na relação amorosa. Mas, em outros aspectos, a identificação vai contra o desenvolvimento de um relacionamento em que a continuidade depende da intimidade.

Em oposição à identificação projetiva, Giddens (1992) postula o conceito de amor confluente, que se caracteriza pela abertura de um parceiro em relação ao outro, ainda que a identificação seja um caminho para isso. Por ser ativo, o amor confluente acaba entrando em choque com as categorias de "para sempre" e "único" do amor romântico. No amor confluente existe uma igualdade no dar e receber afeto e, quanto mais próximo desse ideal de igualdade, mais ele se aproxima do protótipo de relacionamento puro.

Singly (1993) enfatiza as características individualistas do casal contemporâneo, assinalando a existência de uma grande atenção dispensada à qualidade das relações interpessoais nos espaços conjugais, nos quais o lugar da dependência é muito desvalorizado. As relações conjugais contemporâneas são constituídas a partir da construção das identidades individuais dos cônjuges e se mantêm na medida em que propiciam o desenvolvimento pessoal de cada um.

Discutindo algumas questões de gênero no casamento contemporâneo, Goldenberg (2001) ressalta que, apesar das inúmeras e profundas mudanças pelas quais passaram os homens e as mulheres, muitos estereótipos sobre os sexos ainda permanecem. Para muitas mulheres, todos os homens têm muitas parceiras sexuais ao longo da vida e aproveitam todas as oportunidades para ter novas aventuras. Todavia, estudos recentes mostram que a realidade não é bem essa. Do mesmo modo, o estereótipo da mulher como vítima indefesa e frágil, que também não encontra respaldo na realidade, continua sendo alimentado por homens e mulheres. A autora argumenta que, apesar das alternativas vangardistas de conjugalidade, o modelo tradicional de casamento continua, de alguma forma, presente nas relações conjugais contemporâneas. Para ela, hoje, homens e mulheres são quase iguais, escolhem-se com mais liberdade e separam-se com mais facilidade.

Em vários trabalhos, Jablonski (1994, 1995, 1996, 2001, 2003) expõe os principais motivos que têm contribuído para o que ele denomina "a crise do casamento contemporâneo". Dentre outros fatores, o autor ressalta o movimento de modernização da sociedade, o processo de secularização, a expansão do individualismo, o aumento da longevidade e a forma como a cultura valoriza o amor e a sexualidade nos dias de hoje.

Estudos sobre casamento e separação no Brasil têm apontado para uma crescente taxa de divórcios e uma significativa diminuição no número de casamentos formais. Os números divulgados pelo IBGE (1995) indicam um declínio de 38% na taxa dos casamentos registrados em cartório, no período de 1980 a 1994, e uma separação judicial para cada quatro casamentos no ano 1994. Dados divulgados pelo IBGE, em 16.12.2002, na *Folha On Line*, sobre a taxa geral de casamentos, ressaltam uma queda na última década, passando de oito casamentos por grupo de mil habitantes em 1990, para 5,7 por mil em 2001. Além de se casarem cada vez menos, os brasileiros também, segundo a mesma pesquisa, estão se casando cada vez mais tarde. A idade média dos homens ao se casarem aumentou de 26,9 anos em 1990 para 29,3 anos em 2000, e das mulheres, de 23,5 anos para 25,7 anos no mesmo período.

Assistimos, assim, ao adiamento não só do casamento, mas também da saída, dos homens e das mulheres da chamada "geração canguru", da casa dos pais nas famílias das camadas média e média-alta da população. Muitos desses jovens adultos, apesar de considerados aptos para a vida profissional, na medida em que já concluíram os estudos universitários, alguns dos quais já possuindo independência financeira, preferem continuar morando com os pais. Alguns autores, como Groppo (2000), criticam a rigidez da conceituação de faixa etária para as fases do desenvolvimento, propondo uma visão de categoria sócio-histórica para as referidas fases. Outros, como Aberastury e Nobel (1970), ressaltam uma tendência ao prolongamento da adolescência, na contemporaneidade, associando-a às diversas transformações sociais pelas quais a sociedade vem passando.

O aprofundamento do estudo teórico sobre a função social, a idealização e o adiamento do casamento, assim como sobre as influências do individualismo, as transformações da intimidade e as questões de gênero, oferece fundamentos importantes para a investigação futura que pretendemos realizar com os jovens adultos sobre o laço conjugal na contemporaneidade.

3. Uma pesquisa de campo em desenvolvimento

Os fundamentos teóricos apresentados anteriormente embasam a pesquisa, cujo desenvolvimento já iniciamos, com o objetivo principal de estudar as relações existentes entre a conjugalidade dos pais, tal como vivenciada e percebida pelos filhos, e as concepções, motivações, mitos e expectativas que estes – jovens adultos solteiros das camadas média e média-alta urbanas – possuem em relação ao laço conjugal. Procuramos investigar, assim, em que medida o modo como os pais se constituíram como casal conjugal influencia o lugar da conjugalidade no projeto de vida dos filhos hoje. Pretendemos ainda comparar as vivências masculinas e femininas em relação aos temas estudados.

Diante de um panorama social que apresenta múltiplas formas de conjugalidade e um crescente aumento de dissoluções conjugais, sucedidas ou não de recasamentos, torna-se cada vez mais importante o desenvolvimento de pesquisas que aprofundem a compreensão sobre as questões relacionadas ao laço conjugal.

Na clínica, temo-nos defrontado, cada vez mais, com os temas do casamento e da separação contidos na demanda de psicoterapia dos indivíduos, dos casais e das famílias. Temos encontrado também um número cada vez maior de famílias cujos filhos, com idades em torno de 30 anos, continuam morando na casa dos pais e para os quais o casamento

ainda não se coloca como uma possibilidade próxima. Assim, investigar as relações existentes entre a conjugalidade dos pais e as concepções, motivações e expectativas dos filhos sobre o casamento permitirá uma compreensão aprofundada das questões relacionadas ao lugar que o laço conjugal ocupa hoje no projeto de vida daqueles que ainda não se casaram. Tal investigação trará subsídios importantes para a prática das psicoterapias individual, de família e de casal, para as quais as questões relacionadas à conjugalidade estão cada vez mais presentes.

Para atingirmos os objetivos propostos, estamos desenvolvendo nossa pesquisa em duas etapas, utilizando, para isso, uma metodologia quanti-qualitativa (Stake, 2000). Na primeira, estamos concluindo a realização de um estudo quantitativo de levantamento que tem como objetivo investigar, por meio de um questionário específico, a percepção e a vivência dos filhos sobre a conjugalidade dos pais. Baseamo-nos nas formulações de Aberastury e Nobel (1970) e Groppo (2000) para nomearmos como "jovens" os sujeitos da faixa etária de 20 a 30 anos.

Na segunda etapa, realizaremos um estudo qualitativo para avaliar a concepção, as expectativas, os ideais e os mitos sobre casamento dos jovens adultos, com o objetivo de investigar as possíveis relações existentes entre a percepção dos filhos sobre o casamento de seus pais e aquilo que o laço conjugal representa para eles.

Utilizaremos para a obtenção dos dados uma entrevista semi-estruturada com um roteiro invisível que contemplará temas como: *concepções de casamento; motivações para o casamento; lugar do casamento no projeto de vida; sexualidade e casamento; casamento e gênero; fantasias sobre o casamento; ideais de casamento; casamento e relação amorosa; casamento e constituição de família; casamento dos pais; casamento dos avós; mitos familiares; histórias de família; segredos de família; pertencimento familiar; identificação e diferenciação na família.*

No momento seguinte da pesquisa, analisaremos caso a caso, as relações existentes entre as avaliações sobre a conjugalidade dos pais (primeira etapa da investigação) e os dados obtidos nas entrevistas (segunda etapa da investigação), buscando compreender em que medida a percepção que os filhos têm do casamento dos pais influencia, ou não, o projeto de casamento de cada um deles. Depois de concluída as duas etapas da pesquisa, divulgaremos os resultados encontrados em trabalhos a serem posteriormente publicados.

4. Referências bibliográficas

ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. (1970). *Adolescência normal*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.

ABRAHAM, W.; TOROK, M. (1978). *A casca e o núcleo*. São Paulo: Escuta, 1995.
BENGHOZI, P. Traumatismos precoces da criança e transmissão genealógica em situação de crises e catástrofes humanitárias. Desmalhar e remalhar continentes genealógicos familiares e comunitários. In: CORREA, O. B. R. O. B. R. CORREA (org.). *Os avatares da transmissão psíquica geracional*. São Paulo: Escuta, 2000.
BERGER, P.; KELLNER, H. Marriage and the construction of reality. In: DREITZEL, P. H. (org.). *Recent sociology*. Nova York: MacMillan, 1970.
CARRETEIRO, T. C. Vinculações entre romance familiar e trajetória social. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (org.). *Casamento e família*: do social à clínica. Rio de Janeiro: NAU, 2001.
COSTA, J. F. *Sem fraude nem favor*: estudo sobre o amor romântico. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
EIGUER, A. *La thérapie psychanalitique de couple*. Paris: Dunod, 1984.
_____. *A transmissão do psiquismo entre gerações*: enfoque em terapia familiar psicanalítica. São Paulo: Unimarco, 1997.
FÉRES-CARNEIRO, T. Casamento contemporâneo: construção da identidade conjugal. In: _____. (org.). *Casamento e família*: do social à clínica. Rio de Janeiro: NAU, 2001.
_____. Separação: o doloroso processo de dissolução da conjugalidade. *Temas em Psicologia*, n. 8, 3, p. 367-374. Natal: UFRN, 2003.
_____. Construção e dissolução do laço conjugal na terapia de casal. In: _____. (org.). *Família e casal*: arranjos e demandas contemporâneas. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora PUC-Rio/Edições Loyola, 2003. p. 201-214.
_____. ; MAGALHÃES, A. S. Retour de la conjugalité sur la subjectivité des partenaires: une question pour la clinique psycanalytique du couple. *Générations*, n. 23, p. 43-47, Paris, 2001.
FOLHA DE SÃO PAULO. *Publicação on line*. <http://www.folha.uol.com.br>. 16.12.2002.
FREUD, S. (1913). Totem e tabu. *ESB*. Rio de Janeiro: Imago, 1974. v. XIII.
_____. (1914). Sobre o narcisismo: uma introdução. *ESB*. Rio de Janeiro: Imago, 1974. v. XIV.
_____. (1921). Psicologia de grupo e análise do ego. *ESB*. Rio de Janeiro: Imago, 1974. v. XVIII.
GAULEJAC, V. *L'histoire en héritage*. Paris: Desclée de Brouwer, 1999.
GRANJON, E. A elaboração do tempo genealógico no espaço do tratamento da terapia familiar psicanalítica. In: CORREA, O. B. R. (org.). *Os avatares da transmissão psíquica geracional*. São Paulo: Escuta, 2000.
GIDDENS, A. *A transformação da intimidade*: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Unesp, 1993.
GOLDENBERG, M. Sobre a invenção do casal. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, n. 1, 1, p. 89-104, 2001.
GROPPO, L. *A juventude*: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)*. Rio de Janeiro, 1995.

JABLONSKI, B. Até que a vida nos separe: um enfoque psicossocial. *Temas em Psicologia*, n. 2, p. 65-73, 1994.

_____. A difícil extinção do boçalossauro. In: NOLASCO, S. (org.). *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

_____. Papéis conjugais: conflito e transição. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (org.). *Relação amorosa, casamento, separação e terapia de casal. Coletâneas da Anpepp*, n. 1, 1, p. 113-123, 1996.

_____. Identidade masculina e o exercício da paternidade. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (org.). *Casamento e família*: do social à clínica. Rio de Janeiro: NAU, 2001.

_____. Afinal, o que quer um casal? Algumas considerações sobre o casamento e a separação na classe média carioca. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (org.). *Família e casal*: *arranjos e demandas contemporâneas*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora PUC-Rio/Edições Loyola, 2003. p. 141-168.

KAËS, R. *Transmission de la vie psychique entre générations*. Paris: Dunod, 1993.

_____. Um pacto de resistência intergeracional ao luto. Transmissão psíquica dos efeitos da morte de uma criança sobre os irmãos e irmãs e sobre sua descendência. In: CORREA, O. B. R. (org.). *Os avatares da transmissão psíquica geracional*. São Paulo: Escuta, 2000.

LEMAIRE, J. Du je au nous, ou du nous au je? Il n'y a pas de sujet tout constitué. *Dialogue: recherches cliniques et sociologiques sur le couple et la famille*, n. 102, 4, p. 72-79, 1988.

MAGALHÃES, A. S. Transmutando a individualidade na conjugalidade. In: *Família e casal*: arranjos e demandas contemporâneas. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora PUC-Rio/Edições Loyola, 2003. p. 225-245.

MCDOUGALL, J. Pai morto: sobre o trauma psíquico infantil e sua relação com o distúrbio na identidade sexual e na atividade criativa. In: GREEN, D. (org.). *O enigma dos sexos*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

NICOLLÓ, A. (1993). O modelo psicanalítico de funcionamento do casal. In: ANDOLFI, M.; ANGELO, C.; SACCU, C. *O casal em crise*. São Paulo: Summus, 1995.

OLSON, D. H.; FOWERS, B. J. Five types of marriage: an empirical typology based on ENRICH. *The Family Journal*, n. 1, p. 196-207, 1993.

STAKE, R. E. Case studies. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (eds.) *Handbook of qualitative research*. Thousand Oaks: Sage Publications, 2000.

SIMMEL, G. Individual and society. In In: WOLFF, K. (org.). *The sociology of George Simmel*. Nova Iorque: The Free Press, 1964.

SINGLY, F. *Sociologie de la famille contemporaine*. Paris: Nathan, 1993.

TISSERON, S. *Tintin et les secrets de famille*. Paris: Aubier, 1992.

_____. *Secrets de famille*: mode d'emploi. Paris: Ramsay, 1996.

WILLI, J. *La pareja humana*: relation y conflicto. Madri: Morata, 1988.

WINNICOTT, D. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1971.

Variações sobre um antigo tema: a maternidade para mulheres

Maria Lúcia Rocha-Coutinho
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Embora o discurso social aparentemente descreva o casamento ideal como sendo aquele no qual tanto o marido quanto a mulher invistam em suas carreiras profissionais e compartilhem a responsabilidade pela criação dos filhos e cuidados com a casa, estudos por nós desenvolvidos com mulheres cariocas (Rocha-Coutinho, 2001, 2003a, 2003b), bem como trabalhos realizados em diferentes países (Elvin-Novak & Thomsson, 2001; Harris, 1979; Hoffnung, 1992, 1995) continuam a apontar para o fato de que tanto os homens quanto as próprias mulheres, em diferentes níveis de consciência, parecem ainda acreditar que a casa e os filhos são responsabilidade da mulher, enquanto o provimento financeiro da família é responsabilidade do homem. A responsabilidade da mulher pelos cuidados com os filhos está calcada na idéia antiga de que "mãe é mãe", de que ela é a pessoa mais adequada para cuidar dos filhos e que, em última análise, identifica maternidade e feminilidade. Tal posição é, em grande parte, reforçada pela inscrição da maternidade no corpo feminino.

A maternidade, contudo, nem sempre foi vista dessa forma. A glorificação da maternidade e o exagero de responsabilidades atribuídas à mãe são relativamente recentes, tendo sido intensamente reforçadas apenas nos séculos XVIII e XIX (Ariès, 1986; Badinter, 1985; Harris, 1979; Rocha-Coutinho, 1994). Antes disso, a criação dos filhos estava integrada a outros afazeres das mulheres, e não era nem mesmo considerada uma de suas principais tarefas. A necessidade de

sobrevivência na economia pré-industrial requeria, não apenas dos homens, mas também das mulheres, que o trabalho de produção fosse priorizado sobre as preocupações reprodutivas. Mulheres e homens trabalhavam, assim, lado a lado dentro e próximo à casa. É somente com a industrialização crescente da sociedade que os espaços público e privado começam a ser demarcados, que o poder patriarcal decresce e que o trabalho da mulher dentro de casa, voltado basicamente para a reprodução, passa a ser desvalorizado.

A vida na sociedade industrial moderna caracterizou-se por uma série de pares de oposição: casa/trabalho, trabalho/lazer, produção/reprodução, adulto/criança, brincadeira/trabalho, entre outros. O trabalho tem lugar fora de casa, no espaço público, é remunerado e realizado principalmente por homens. A casa, ao contrário, domínio do privado, é o lugar de refúgio da família e nela o trabalho, realizado basicamente por mulheres, não é remunerado, posto que é, supostamente, realizado "por amor". Aos homens, assim, passou a tocar o provimento financeiro da família, e às mulheres, os afazeres domésticos e a criação das crianças.

A transição da família feudal para a família burguesa moderna foi bastante ampla, não se atendo apenas à história da vida cotidiana. Ao contrário, ela pontuou traços-chaves que vão desde as relações de produção até a constituição de subjetividades, em que se acentuam a intimidade, a individualidade, as identidades pessoais. É somente com o advento da sociedade industrial que a temática da individualidade, da identidade pessoal, começa a se desenvolver, ao mesmo tempo que os domínios público e privado se instalam, reestruturando tanto seus territórios como suas significações. Organiza-se, então, uma mudança radical nas prioridades da vida, em que começam a ser enfatizados o livre-arbítrio e a busca de felicidade pessoal.

Nessa nova realidade familiar, baseada na afeição entre seus membros, na intimidade maior entre marido e mulher e entre pais e filhos, a família se centra em torno da mulher-mãe. Ela passa a ser a principal responsável pelo bem-estar da criança e do esposo, e é importante intermediária entre o pai – cada vez mais ausente em seu trabalho fora de casa – e os filhos. A combinação dos cuidados com a casa e a criação dos filhos constituía um "trabalho em horário integral", mas não trazia nenhum dos benefícios econômicos que estavam atrelados ao trabalho fora de casa. Tal fato resultou, para a mulher, em uma dependência econômica de seu marido – o provedor financeiro da casa – e psicológica de seus filhos, como produtos de sua maternagem.[1]

[1] A maternagem, cuidados com as crianças, pode ser realizada tanto por homens quanto por mulheres, e diferencia-se, portanto, da maternidade, que está atrelada biologicamente à mulher.

Em decorrência da "naturalização" dessas funções femininas, começou-se a demarcar uma série de características – como, por exemplo, abnegação, dedicação, docilidade, entre outras –, quase todas vinculadas àquelas características necessárias a uma "boa" mãe, levando-se a uma identificação entre maternidade e feminilidade que, em diferentes graus, permanece até os nossos dias. Assim é que a definição da identidade feminina, durante muito tempo, caminhou paralelamente a uma maciça discriminação das mulheres, uma vez que, a partir dela, foram negadas às mulheres todas as capacidades socialmente valorizadas e que garantiram, por longo tempo, a primazia dos homens na vida pública.

Identidades, contudo, não são entidades fixas, imutáveis, mas, antes, construções discursivas histórica e culturalmente situadas (Rocha-Coutinho, 1994, 2001). Assim, uma série de mudanças ocorridas ao longo do século XX – muitas decorrentes dos diferentes movimentos sociais, principalmente os feministas, que aí se desenvolveram em momentos e locais distintos – começam a alterar a antiga identidade feminina, tornando possível outras escolhas para as mulheres. Aliados às lutas políticas, desenvolvimentos tecnológicos, como o surgimento da pílula anticoncepcional, tornaram a contracepção relativamente segura, eficaz e disponível para a maioria das mulheres no século XX, dissociando a sexualidade da procriação. O número de filhos nos países desenvolvidos e nas classes mais altas dos países em desenvolvimento decresceu.[2]

Esta queda no número de nascimentos reflete não apenas uma disponibilidade e eficácia dos métodos contraceptivos, como também uma melhoria no processo educacional e uma percepção, por parte de um número crescente de mulheres, de que a vida pode proporcionar outras experiências emocionantes e gratificantes além da maternidade. Como assinala Lott (1981):

> *Decreased fertility rates are a consequence of increased educational and occupational aspirations and pressures by women. To regulate her reproductive life a woman must also come to believe that it is morally right to control her own body and she must acquire knowledge regarding how best and most safely to do so.* (p. 213)

[2] Conferem-se aí os números divulgados pelos últimos censos do IBGE realizados no Brasil e que apontam para uma diminuição, no País em geral e na cidade do Rio de Janeiro em especial, nas taxas de natalidade.

O aumento das oportunidades educacionais e ocupacionais é conseqüência de mudanças políticas e econômicas. E, no caso brasileiro, elas vêm afetando distintamente as diferentes classes sociais. No que diz respeito às classes médias e altas em nosso País, podemos afirmar que, embora algumas diferenças de gênero persistam, inclusive no contexto educacional, as meninas hoje são educadas, como os meninos, para competir e buscar um crescimento profissional cada vez maior, para acreditar em suas capacidades e lutar pelo sucesso pessoal – inicialmente na escola e, posteriormente, no mercado de trabalho – e para valorizar sua independência. Assim, a despeito da permanência de algumas formas de discriminação no mercado de trabalho, as mulheres vão se integrando, mais e mais, nesse mercado. Isto é, certamente mecanismos de discriminação da mulher no espaço público ainda persistem, apesar de serem cada vez mais sutis. Contudo, a cada dia as mulheres abrem mais espaço e galgam posições de maior poder e *status* nas empresas.

Ao mesmo tempo, diferentes discursos sociais continuam a reforçar seu papel na família como esposas e, principalmente, como mães. Sua socialização inicial continua a encorajar o desenvolvimento de características essenciais para seu papel na família – o que pode ser visto, inclusive, na permanência de certas brincadeiras femininas, como a brincadeira de casinha, entre outras –, como é o caso do desenvolvimento de um sentido de interdependência com relação às pessoas e que torna a atividade de cuidar das necessidades dos outros quase que vital para seu bem-estar.[3] Parece, assim, que "a noção em vigor no século XIX de que 'o lugar da mulher é em casa' persiste, apenas tendo sido alterada para 'o lugar *essencial* da mulher é em sua casa'", como assinala Hoffnung (1995, p. 164).

Acreditamos, assim, que, no que diz respeito à mulher contemporânea, uma das questões mais complexas, problemáticas e conflitantes continua a ser a maternidade. A despeito de todas as mudanças ocorridas nas últimas décadas, parece que nossas crenças ainda estão muito ligadas à idéia de que a unidade mãe-filho é básica, universal e psicologicamente mais apropriada tanto para o desenvolvimento sadio da criança quanto para a completude da mãe. Nas palavras de Berg (1972):

[3]Tal fato pode ser observado no discurso das executivas por nós estudadas em trabalho anterior (Rocha-Coutinho, 2003a, 2003b). Ao apontar diferenças nas formas femininas e masculinas de trabalho, nossas entrevistadas assinalaram, entre outras coisas, que as mulheres geralmente têm maior cuidado, tato e atenção ao lidar com os membros de sua equipe, traços esses tributários à antiga identidade feminina.

> *The experts have no doubts: they are unanimous in their statement that only the mother, and no one else, should take care of her child. No other question is answered so definitely and plainly. The mother is the person to look after her child.* (p. 9)

Uma vez que, como assinala Hoffnung (1995), a criação de crianças é um trabalho social extremamente necessário, de fundamental importância para a continuidade das próprias sociedades, gratificante para o "instinto" humano de gerar seres, além de altamente valorizado na vida de mulheres que têm filhos, é fácil para nós acreditar nesses especialistas e aceitar a "mística da maternidade". Assim é que, tanto para as executivas entrevistadas em pesquisa que acabamos de concluir (2003a, 2003b) quanto para as estudantes universitárias entrevistadas em pesquisa anterior (2001), a maternidade foi vista, pela grande maioria delas, como a essência da condição feminina ("ser mulher = ser mãe"), e a mãe é considerada indispensável para o bom e saudável desenvolvimento de seus filhos.

Essa visão de maternidade parece se verificar também em países com fortes políticas sociais que objetivam a igualdade entre mulheres e homens, como é o caso da Suécia. Pesquisa realizada por Elvin-Nowak & Thomsson (2001) com mães suecas conclui afirmando que:

> *Many studies have shown that the reality of motherhood for Swedish mothers means constantly balancing caring for the child with working outside the home… According to what has been learned in this study, this is the reality of daily life, based on parallel and competitive discursive positions. Together these discourses form a positive femininity which prioritizes motherhood but also requires a certain orientation toward the world outside the child.* (p. 27)

Nesse estudo, as autoras apontam também para o fato de que a política social que vigora no país e que encoraja a igualdade entre homens e mulheres em todos os setores da sociedade convive com o discurso dominante sobre a criança, e conseqüentemente sobre a mãe, e que é fortemente influenciado pelas teorias de desenvolvimento psicológico que acentuam a necessidade de as mães serem acessíveis e próximas de seus filhos. Essas idéias, fundamentadas em teorias sobre a primeira infância, como a teoria do apego de Bowlby (1969), foram posteriormente, de modo pseudocientífico, estendidas para incluir também a relação das mães com crianças mais velhas.

Pode-se observar, assim, que, mesmo em países com políticas sociais de gênero avançadas, como é o caso da Suécia, antigos padrões de maternidade convivem, no discurso social, com as novas idéias acerca da

necessidade de investimento da mulher em uma carreira profissional e acerca da igualdade de papéis entre homens e mulheres. A maternidade, entendida nesse sentido antigo, entra em conflito com os outros aspectos importantes da vida das mulheres, como é o caso do investimento efetivo em uma carreira profissional, levando-as a buscar uma forma conciliatória, nem sempre plenamente alcançada, para tentar levar a cabo estas duas "prioridades" de sua vida: a família e a carreira.

Parece, como afirma Hall (1997), que, nas sociedades contemporâneas, de mudanças rápidas e constantes, os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, tornando até mesmo a ilusão de uma identidade unificada muito difícil. Os sujeitos atuais estão vivenciando, muitas vezes de forma não consciente, uma identidade fragmentada, uma "celebração móvel", nas palavras de Hall (1997), isto é, uma identidade composta não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias e não resolvidas. É assim que, no discurso das mulheres – tanto brasileiras como suecas, ou de outros cantos do mundo ocidental –, o discurso social modernizante, que exalta a igualdade de direitos e deveres entre os sexos, convive, lado a lado, com antigas disparidades em relação aos papéis sociais de homens e mulheres, algumas das quais muito difíceis de serem erradicadas, posto que reforçadas pelas diferenças biológicas entre os sexos, como é o caso da maternidade.

Acreditamos, dessa forma, que um dos grandes desafios da mulher de classe média carioca atual, e que vem sendo por nós estudada, ainda está ligado à questão da "dupla jornada" de trabalho. Conciliar – com o nível de excelência que nossa executiva cobra de si própria nas duas esferas de atuação, a casa e o trabalho, conforme apontado pelas entrevistadas – as tarefas domésticas, a educação dos filhos e, ainda, se preocupar com a atualização profissional e o bom desempenho no emprego é desvantajoso para o plano de carreira e pessoal de qualquer pessoa. É nosso ponto de vista que, a fim de se alterar efetivamente a condição de desvantagem da mulher na sociedade, faz-se necessário uma melhor compreensão do efeito limitador da maternidade sobre a participação das mulheres no mundo público, bem como das soluções que têm sido abertas e buscadas por elas para melhor lidar com a questão.

Nessa busca de igualdade, parece não ser suficiente para as mulheres executar seu trabalho profissional tão bem quanto os homens. Acreditamos que enquanto a sociedade e a própria mulher não relativizarem o papel de mãe, e enquanto o cuidado das crianças não for considerado importante o suficiente para ser realizado tanto por

homens quanto por mulheres, os ônus e os benefícios especiais da maternidade continuarão situando a mulher em segundo plano na vida pública.

Um grande problema contemporâneo para as mulheres consiste, desse modo, em como encaixar a maternidade em suas vidas, sem abdicar de suas outras atividades e/ou estreitar suas ambições. As mulheres têm muitas razões para desejarem um filho – gostar de criança, querer passar pela experiência da gravidez e do parto, construir uma família como sua família de origem, conformar-se às expectativas sociais, entre outras. A liberação para as mulheres de classe média significa, em parte, livrar-se da obrigatoriedade de desempenhar o papel que foi a elas atribuído pela sociedade, isto é, serem livres para poder escolher ser mãe ou não. Contudo, a auto-satisfação, para a maioria das mulheres contemporâneas, ainda inclui a maternidade e um relacionamento afetivo-sexual gratificante, além de uma carreira profissional bem-sucedida. A maternidade nos moldes antigos, em que ainda é estruturada na sociedade, no entanto, é muito limitadora para a mulher, e implica, muitas vezes, um rearranjo dos objetivos profissionais dela. Neste texto apresentamos parte dos resultados de uma pesquisa que desenvolvemos com mulheres cariocas com uma carreira profissional bem-sucedida e filhos pequenos, a fim de melhor entender essa questão.

1. Metodologia

Entrevistamos 15 mulheres bem-sucedidas profissionalmente – isto é, com bom retorno financeiro e alto grau de satisfação no trabalho e de investimento na carreira –, residentes na cidade do Rio de Janeiro, com idades variando entre 30 e 40 anos e com filho(s) na faixa dos seis meses aos três anos de idade. Nosso objetivo foi, entre outras coisas, melhor entender, por meio de uma análise de seus discursos, qual o sentido da maternidade para elas, como encaixaram/estão encaixando a maternidade em suas vidas, quais os caminhos e soluções por elas buscados e encontrados para melhor exercer suas funções de mãe, como tentam conciliar a maternidade com sua carreira profissional e que concessões estão abertas a fazer (ou que fizeram) em uma ou outra área de suas vidas para melhor lidar com esse duplo papel.

Optamos por entrevistar mulheres com uma carreira profissional bem-sucedida e com filhos pequenos que, por requererem muita atenção e cuidados, podem constituir um elemento complicador na tentativa de conciliação casa-trabalho, dificultando um possível abandono no rearranjo dos seus objetivos profissionais, que pode incluir

não apenas o adiamento do investimento na carreira, como até mesmo o abandono, ainda que temporário, de suas carreiras profissionais em prol de um maior investimento na maternidade.

As entrevistas tiveram uma estruturação invisível, e as mulheres foram entrevistadas em separado, nos locais e horários de sua conveniência. Os textos resultantes das entrevistas foram submetidos a uma análise de discurso. Cabe ressaltar aqui que as questões levantadas para as entrevistadas incluíam não apenas a forma como elas próprias se vêem ou se sentem sobre as questões tratadas, como também o modo como acreditam que as mulheres em geral vêem e se sentem a respeito delas. Isso porque pesquisas recentes sobre o assunto (Rocha-Coutinho, 2001) têm apontado para o fato de que fatores cognitivos e sociais podem impedir os membros de um grupo socialmente "desfavorecido", como é o caso das mulheres, de reconhecer e/ou ter consciência da desigualdade a que estão pessoalmente sujeitos, mesmo quando estão cientes das discriminações sofridas pelo grupo a que pertencem.

Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra, preservando-se, de forma o mais fiel possível, o que foi dito (como erros gramaticais, uso de expressões coloquiais, gírias e palavrões, pausas, hesitações e ênfases, entre outros). Além disso, sempre que importantes para nossos objetivos, foram inseridos comentários acerca do que ocorreu nas situações de entrevista, como risos, tosse, nervosismo na fala, gesticulação exagerada, entre outros.

Finalizada a transcrição das entrevistas, os textos resultantes foram submetidos a uma análise do discurso a partir de categorias, em grande parte, resultantes da própria fala dos entrevistados. Queremos dizer com isso que, apesar de termos em mente algumas questões a serem observadas, as categorias interpretativas utilizadas emergiram principalmente dos próprios textos dos entrevistados, isto é, das transcrições das entrevistas, o que vai se tornando mais claro à medida que o analista de discurso os ouve e lê repetidas vezes.

Tal fato liga-se à nossa postura básica em análise do discurso, que vê o texto sempre como ponto central de qualquer análise e, assim, qualquer interpretação é, em grande parte, limitada por ele. Desse modo, embora nossa interpretação seja, sem dúvida, influenciada e direcionada por nossas posições teóricas e ideológicas, procuramos ler e analisar os discursos de dentro, a partir dos significados codificados na própria fala, para só então nos expandirmos para fora dela. Assim, em nossa análise, tentamos inferir, a partir dos discursos das entrevistadas, comportamentos esperados e/ou desejados e os sistemas ideológicos subjacentes a esses comportamentos (ver Rocha-Coutinho, 1998b).

2. Resultados

Neste texto, vamos nos concentrar nos resultados relativos à análise de uma das categorias – a visão de maternidade –, fazendo menção, em nossa conclusão, aos dados relativos às duas outras categorias de análise – visão de paternidade e conciliação carreira-família.

No que diz respeito ao momento ideal para ser mãe, este é visto pelas entrevistadas como algo muito pessoal, que varia de mulher para mulher. De modo geral, no entanto, a maioria delas aponta um bom relacionamento com o parceiro e estabilidade profissional e financeira como condições importantes para a chegada de uma criança:

> Existe mais ou menos o momento ideal, acho que assim, primeiro o casal tem que já tá há algum tempo junto, se conhecendo ou então morando junto e ter passado por uma etapa de namoro gostoso sem ter uma criança porque é uma outra etapa, né?... Então acho que existe sim um momento, que acho que, enfim, fora a estabilidade de trabalho, de de grana, de tá tudo certo, acho que se o casal tem que ter curtido também o bastante. (C3)

A maternidade é vista por todas as entrevistadas como algo muito intenso, o amor maior, a coisa mais importante na vida de uma mulher:

> Ser mãe é uma coisa muito intensa (risos) ... ser mãe acho que é tudo assim, é o maior amor que você já sentiu assim por uma pessoa,... é um amor acima de qualquer coisa assim, sabe? (C2)

Além disso, para a maioria delas, ser mãe é, acima de tudo, doação, abnegação:

> Então eu acho que é muito assim, essa coisa de ser mãe é uma doação, para mim realmente você dar de si. Acho que isso é ser mãe. (PZ1)

> O amor de mãe é aquele amor que é abnegado e que é, que você num, que você só qué o bem, não é? (C1)

Aparece, ainda, na fala de boa parte das entrevistadas, a idéia de que existe um "instinto materno", ou algo semelhante, que, apesar de não se aplicar a todas as mulheres, e algumas vezes ser visto como algo que se desenvolve ou não na mulher, está presente na maioria delas:

> Pra mim, assim, primeiro que eu acho que isso é um pouco do instinto materno. Acho que a pessoa tem que ter isso dentro dela pra poder ser uma boa mãe, pra poder se dar pra uma criança, né?... Eee tem pessoas

> que eu vejo que tem filho e trata mal a criança ou não dá atenção, e eu acho que isso é, vem do instinto materno, né?, ela não desenvolve isso. (C2)

É interessante notar, aqui, que, mesmo aquelas que, em um primeiro momento, afirmam não acreditar na existência de um "instinto materno", logo adiante em suas falas fazem menção a ele, como se pode observar na fala a seguir:

> Minha mãe é psicanalista, ela sempre me disse que não tem, que isso não existe, né?, mas eu acho que tem uma coisa que é o seguinte, a gente não sabe cuidar, não sabe cuidar, não sabe cuidar, mas quando a gente ama muito, na hora a gente se vira, se a gente vir o filho sofrer. Talvez isso seja o instinto materno, né? (C1)

Para as entrevistadas, a diferença entre ser mãe agora e ser mãe na época de suas mães é que as mulheres da geração de suas mães não tinham outra coisa na vida a não ser pensar em ter um filho, enquanto hoje a mulher tem uma carreira, uma vida profissional e, por isso, algumas apontam, inclusive, que ela deve pensar bem no momento certo para ter um filho:

> Maternidade... eu acho que, que na época da minha mãe era... um pouquinho mais... um pouquinho diferente, mas eu acho que às vezes mais fácil, porque era maternidade e dona de casa, pelo menos minha mãe... Mas agora (...) que é um pouquinho mais diferente, eu trabalho,... Acho que trabalho porque eu quero, e também, assim, às vezes necessidade, né?, dinheiro. Mas, você faz faculdade, cê quer estudar, então, às vezes... e cê não quer largar tudo isso pra ficar o dia inteiro com os filhos. (F1)

Cabe apontar, aqui, que a idéia de que o trabalho é muito importante para elas e que não gostariam de largar tudo para ficar com os filhos, como pode ser visto no final da fala de F1, aparece, também, quando é perguntado às entrevistadas se seriam capazes de qualquer sacrifício pelos filhos. Apesar de todas elas terem respondido a essa pergunta afirmativamente – algumas delas, inclusive, até pensaram em abandonar o trabalho quando ainda estavam em licença-maternidade –, logo a seguir dizem que isso, no entanto, seria um grande sacrifício para elas, algo a ser feito em casos extremos, e que, felizmente, seus filhos são saudáveis, vão entender que a ausência delas vai ser melhor para eles no futuro e, assim, elas não precisaram tomar essa atitude drástica:

> A gente já está fazendo bastantes sacrifícios, eu acho..., mas,... eu até pensei, quando estava na licença-maternidade, se vou voltar a trabalhar, não vou, vou não vou,... e aí eu voltei a trabalhar, senão... eu acho que, que até ia ficar em casa... mas para mim seria sim um grande sacrifício ficar em casa o dia inteiro, mas talvez eu poderia fazer, não sei,... tem muita coisa,... as crianças que precisassem de mais atenção,... aí sim... é, eu pararia de trabalhar... Mas não é o caso (risos). São crianças saudáveis... não precisam de mim o tempo todo... Até precisam, mas vão entender que é melhor pra eles... no futuro... pra educação deles. (F1)

Ainda a respeito das diferenças entre ser mãe agora e ser mãe na época de suas mães, é importante assinalar que a maioria das entrevistadas aponta que, apesar de as mães da geração anterior se dedicarem exclusivamente aos filhos, a mãe de hoje está muito mais presente na vida deles, participa de tudo que diz respeito a eles e se dedica integralmente a eles nos momentos em que está em casa, o que nem sempre acontecia com suas mães. Para nossas entrevistadas, a qualidade do tempo que uma mãe passa com os filhos é mais importante, inclusive, do que a quantidade:

> Com certeza hoje em dia eu foco em qualidade, que na época da minha mãe ela focava em quantidade, né? Ela tinha que tá com a gente o máximo do tempo possível. Hoje em dia, até porque eu não tenho tempo, então quando eu tô com eles meu tempo é pra eles. Minha mãe não fazia isso. Como ela tinha muito tempo com a gente, às vezes ela passava o dia inteiro dentro de casa e... ela não estava com a gente de fato. Então os meus finais de semana, o tempo que eu tô em casa, eu fico com eles, eu saio com eles, levo no cinema, teatro, essas coisas. (C1)

Apesar de todas as mudanças, para nossas entrevistadas a mãe ainda é vista como a principal responsável pelos filhos, cabendo ao pai um papel secundário, até porque, segundo elas, o vínculo da criança com a mãe é muito mais forte do que com o pai:

> O vínculo com a mãe é muito mais forte... Eu vejo, mas há uma diferença, eu acho que, são amores diferentes, mas são todos necessários, entendeu? A presença de um pai tem um outro papel, uma figura, né?, acho que o pai é muito mais uma figura do que ali aquela coisa de mãe, de contato, de, de, de que dá comida, que, que troca a roupa, que, que cuida, a mãe é muito mais a questão do cuidado, né?, do, do, do carinho assim, da coisa mais pele, e o pai eu acho que é uma coisa mais assim mítica, uma coisa mais, mais uma figura, né?, do exemplo, e tudo, acho, e aí eu acho que isso tende a ser diferenciado... a mãe também ela tem as suas responsabilidades até de autodesenvolvimento dela, de própria

> realização profissional, pessoal, mas, e a responsabilidade mais de cuidar da criança, eu acho que essa coisa de cuidar é muito mais materna do que paterna. (PZ1)

Apesar de todas as entrevistadas terem apontado que a mãe é mais responsável pelos filhos e de várias delas terem afirmado que a relação mais forte entre os filhos e a mãe é, em grande parte, decorrência do fato de a mulher gerar as crianças, todas elas disseram que, ainda que pese um pouquinho mais para elas, os cuidados com os filhos são bem divididos com seus companheiros, como se pode observar na fala de PZ3, a seguir:

> Mas é, é bem dividido aqui em casa, apesar de, de ter isso, de, deles me procurarem, mas se o G tá próximo, ele pega um, entendeu?, se vem os dois pro meu lado, ele pega um, ele brinca, ele distrai a criança e aí eles passam também a acostumar a ficar com ele. É, pesa um pouquinho pro lado da gente, mas, num geral, eu, eu digo que ta bem dividido aqui em casa.

A principal mudança decorrente da maternidade apontada por nossas entrevistadas diz respeito ao fato de que tudo na vida delas passou a estar mais voltado para os filhos, suas prioridades se alteraram. Além disso, agora elas têm uma preocupação constante com a saúde e o bem-estar deles, isto é, sua cabeça está sempre "ligada" neles, o que gera mais responsabilidade e também mais sacrifícios:

> Quando você tem essa, um filho, a sua vida passa a girar em torno daquela outra pessoa, então você deixa de ser a pessoa mais importante para ser mais importante aquela pessoa que você tá criando. Então, mãe. Eu acho que é tudo, né? (PZ1)

> Ah, mudou muito, mudou muito... fica... sua cabeça sempre fica... ligada no seu filho... gera mais responsabilidades, né? Agora realmente tem gente que precisa de mim, da minha atenção, de carinhos... e também de sustento. (F1)

Outra mudança decorrente da maternidade, assinalada por nossas entrevistadas, foi que, agora, elas passaram a entender melhor suas mães:

> Eu passei a entender a minha mãe muito mais, depois que eu tive filho, porque é, hoje eu vejo, porra, como eu dei trabalho pra minha mãe, sabe? (C3)

O trabalho é visto por todas as entrevistadas como algo muito importante, uma parte essencial também de suas vidas e, apesar de todos os problemas, afirmaram que não conseguiriam ficar sem trabalhar. Contudo, a volta ao trabalho depois da licença-maternidade é acompanhada de uma certa culpa e de essa preocupação constante com o bem-estar da criança, o que as leva a estar todo o tempo "ligada" nelas. Assim, elas supervisionam os filhos do trabalho, ligam para casa o dia inteiro para saber deles, estão sempre "vistoriando" a casa:

> E quando [a mãe] tá no trabalho..., claro que sempre vistoriando. Eu acho que, na verdade, a função da mãe que trabalha mais de uma vistoriadora (risos), você vai vistoriar sua casa, você vai ligar, você vai ficar "e aí, tudo bem?", não sei o quê. (C3)

Apesar de tudo, nossas entrevistadas afirmaram que a maior responsabilidade, advinda com a maternidade, afetou positivamente sua atuação profissional: elas agora têm mais garra, maior preocupação em fazer bem o seu trabalho, até para não serem demitidas. Além disso, segundo elas, fica também mais difícil optar por trocar de emprego, porque agora tem alguém que depende delas:

> Eu tenho uma coisa, é o seguinte, entendeu?, é, eu tenho uma filha, então eu tenho que fazer muito bem o meu trabalho porque eu não posso ser demitida, entendeu?, porque eu tenho essa filha para sustentar. Então eu acho que melhorei [profissionalmente]. Sabe?, assim, eu acho que eu tenho mais garra pra trabalhar. (C1)

Cabe assinalar aqui que todas as nossas entrevistadas vivem com um companheiro que também trabalha. A maioria delas, inclusive, afirmou ganhar menos do que seu companheiro. Assim, sustentar um(a) filho(a) aqui parece significar poder proporcionar a ele(a) uma vida melhor (boas escolas, tratamento médico adequado, cursos extras, passeios, viagens, entre outras coisas). Além disso, é preciso que elas ganhem um bom salário para poder manter a estrutura de apoio em casa que a maioria tem (empregada, babá, motorista etc.) e que, muitas vezes com o auxílio das avós – principalmente as avós maternas –, permite que elas possam melhor exercer sua atividade profissional.

Como para a maioria das entrevistadas o trabalho é parte importante, mesmo essencial, em suas vidas, segundo elas, abandonar o trabalho iria afetar negativamente sua relação em casa com os filhos, porque elas não se sentiriam felizes e realizadas e passariam essa insatisfação para as crianças:

> É..., eu, eu não sou, eu não me vejo em casa, é... não me vejo, eu acho que... iria prejudicar, é a minha, o meu ego, né?, porque eu gosto, eu sou uma pessoa extremamente ativa, eu gosto de trabalhar, eu gosto deste ambiente de, de empresa, de lidar com pessoas, de lidar com clientes, que é o meu trabalho em si, que se eu tivesse em casa eu não teria a oportunidade de tá me desenvolvendo profissionalmente, então eu acho que ia acabar atrapalhando, porque eu ia tá insatisfeita e essa insatisfação ia acabar passando pra criança. (PS1)

As soluções apontadas pela maioria das entrevistadas para conciliar as duas esferas de atuação, apesar de serem vistas como individuais, envolvem separar os espaços da casa e do trabalho, diminuir viagens e horas extras e evitar levar trabalho e preocupação para casa:

> Ah, sim, sim, com certeza [é possível conciliar carreira profissional bem-sucedida e maternidade], mas cada um vai ter que arrumar a sua receita, a fórmula pra dar certo, não quer dizer que o tipo de vida que eu tenho, tive, vai ser, vai ser modelo pra alguém. (PZ3)

> Principalmente, né?, não levar nenhum tipo de aborrecimento, de carga negativa ou qualquer coisa assim pra perto dele [filho]. Sai daqui, aqui pertence. Chegou em casa, entrou em outro planeta. Então são planetas distintos, tem o planeta mãe, tem um outro planeta. (PZ1)

Finalmente, cabe acrescentar que PZ1, apesar de achar possível a conciliação de uma carreira profissional bem-sucedida com a maternidade, faz uma ressalva, afirmando que depende do que se considera uma carreira bem-sucedida. Para ela, se uma mulher tem ambições maiores no trabalho, isto é, deseja chegar à presidência, fica muito difícil ser mãe:

> Olha... depende muito do que você entende como uma carreira profissional bem-sucedida (riso), né? Eu acho que depende muito das tuas ambições. Se você realmente quer ser presidente da empresa, realmente você vai ter dificuldades em, em, na maternidade, em ser mãe, no seu papel de mãe, porque ninguém é dois e o dia tem 24 horas, porque o nível de exigência é muito alto, né? Então eu acho que a questão de que ter claro consigo mesma e ter a real noção daquilo que você quer em termos profissionais e em termos pessoais, entendeu? Tudo é um *trade off*. Se você dá muita ênfase num, o outro realmente não vai, não vai conseguir compensar. Então, se você é uma pessoa que realmente tem uma ambição... é... assim ... uma ambição profissional tal que você vai trabalhar 15, 16 horas por dia, você não vai ter tempo de ser mãe, então acho que, acho que tudo na sua dose certa, então se você quer

equilibrar sua vida pessoal com sua vida profissional você tem que ter realmente, ver exatamente o que você almeja, suas ambições, e poder procurar conciliar.

3. Conclusão

De modo geral, podemos dizer que nossos dados apontam para o fato de que as diferenças entre maternidade e paternidade ainda são atribuídas, em grande parte, a uma "natureza" diferente de homens e mulheres. Nesse sentido, ainda que uma divisão rígida de papéis já comece a ser questionada, permanece de forma forte a concepção de que "mãe é mãe" e, assim, ela é mais responsável pelo cuidado dos filhos, enquanto ao pai cabe, principalmente, a tarefa de proteger os filhos e prover suas necessidades financeiras. Na mesma direção, a maternidade, diferentemente da paternidade, é vista por algumas entrevistadas como uma coisa de "pele", uma relação que se forma durante a gestação e, desse modo, especialmente as crianças muito pequenas estariam, para elas, "naturalmente" mais ligadas à mãe. Tal fato é reforçado pela amamentação, que só pode ser realizada, inclusive, pela mãe. Apesar disso, a participação dos pais, especialmente no que diz respeito aos cuidados com os filhos, já se faz sentir de forma forte.

O trabalho é parte importante, mesmo essencial, na vida dessas mulheres. A conciliação de uma carreira profissional bem-sucedida com a maternidade é vista não apenas como possível, mas também como desejável, e as soluções buscadas, as formas de conciliação são por elas percebidas como individuais. Mas, na maioria das vezes, elas envolvem separar bem as esferas familiar e profissional, diminuir viagens e horas extras e evitar levar trabalho e preocupação para casa, o que nem sempre é possível. E, ao contrário do que poderia parecer à primeira vista, para nossas entrevistadas a maternidade, ao aumentar suas responsabilidades por fornecer uma melhor qualidade de vida para os filhos, melhorou sua atuação no trabalho. Afinal, como elas afirmaram, agora não podem abrir mão do trabalho porque têm alguém que depende delas. Essa dependência, como afirmamos antes, parece, contudo, estar muito ligada a, juntamente com seus companheiros, proporcionar não só uma boa qualidade de vida (melhores escolas, tratamento de saúde, cursos extras, passeios e viagens, entre outras coisas) para seus filhos, como também manter a estrutura de apoio (empregados) que lhes vai permitir continuar a desempenhar com tranqüilidade suas atividades profissionais.

4. Referências bibliográficas

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Trad. Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BADINTER, E. *Um amor conquistadpo*: o mito do amor materno. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BERG, J. H. *Dubious maternal affection*. Pittsburgh: Duquesne University Press, 1972.

BOWLBY, J. *Attachment*. Nova York: Basic Books, 1969.

COTT, N. Passionlessness: the interpretation of victorian sexual ideology, 1790-1850. *Signs*, p. 219-236, 1978.

ELVIN-NOVAK, Y.; THOMSSON, H. Cópia cedida pelas autoras, aceita para publicação em *Gender & Society*, 2001.

HALL, S. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Trad. T. S. Tomaz e L.L. Guacira. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HARRIS, B. Careers, conflict, and children: the legacy of the cult of domesticity. In: ROLAND, A.; HARRIS, Barbara. (ed.). *Career and motherhood*: struggles for a new identity. Nova York: Human Sciences Press, 1979.

HOFFNUNG, M. *What's mother to do?* Conversations on work and family. Pasadena, Cal: Trilogy Books, 1992.

_____. Motherwood: contemporary conflict for women. In: FREEMAN, Jo (ed). *Women*: a feminist perspective. Mountain View, Cal: Mayfield Pub. Co., 1995.

LOTT, B. *Becoming a woman*. Springfield: Charles C. Thomas, 1981.

ROCHA-COUTINHO, M. L. *Tecendo por trás dos panos*. A mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

_____. A análise do discurso em psicologia: algumas questões, problemas e limites. In: SOUZA, L. de; FREITAS, M. F. Q. de; RODRIGUES, M. M. P. (orgs.). *Psicologia: reflexões (im)pertinente*s. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998, p.83-110.

_____. Dos contos de fadas aos super-heróis: mulheres e homens brasileiros reconfiguram identidades. *Psicologia Clínica, 12*(2), p. 65-82, 2001.

_____. Quando o executivo é uma "dama": a mulher, a carreira e as relações familiares. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (org.). *Família e casal*: arranjos e demandas contemporâneas. Rio de Janeiro/São Paulo: PUC-Rio/Loyola, 2003a.

_____. Divididas e multiplicadas: a maternidade para mulheres executivas cariocas. In: D'ÁVILA NETO, M. I.; PEDRO, R. (orgs.). *Tecendo o desenvolvimento*: saberes, gênero, ecologia social. Rio de Janeiro: Mauad/Bapera, 2003b.

A História e as histórias de mulheres sobre o casamento e a família

Gláucia Diniz e *Vera Coelho*
Universidade de Brasília

1. A proposta de pensar a história da família e das mulheres

> A história das mulheres não é só delas, é também aquela da família, da criança, do trabalho, da mídia, da literatura. É a história do seu corpo, da sua sexualidade, da violência que sofreram e que praticaram, da sua loucura, dos seus amores e dos seus sentimentos.
>
> Mary Del Priore

A história das mulheres se confunde com a história de suas vidas familiares. Primeiro nas famílias de origem e depois nas famílias nucleares, elas desempenham funções fundamentais de cuidado e sustentação da vida. Essa trajetória, voltada fundamentalmente para os outros, deixa marcas: a maioria delas acaba perdendo a noção de sua identidade e de suas necessidades pessoais, confundindo seu projeto de vida com o de seu cônjuge e/ou de sua prole.

Nos grupos que realizamos com mulheres na meia-idade, as falas das participantes revelam essas marcas. A maior parte de sua energia e investimento está centrada na maternidade e no cuidado da prole. Elas traçam planos de uma vida melhor para os filhos, e não medem esforços para torná-los realidade. Entretanto, a vida em um contexto de acesso limitado a bens e recursos sociais, tais como moradia, trabalho e educação, acaba por frustrar muitos desses projetos. Diante do insucesso, as mulheres costumam sentir-se responsáveis e/ou culpadas pelo

fracasso. Outras se ressentem da falta de reconhecimento, valorização e gratidão por parte dos maridos e dos filhos quando seus sacrifícios produzem os frutos desejados.

Neste capítulo, pretendemos refletir sobre os casamentos e as famílias dessas mulheres, participantes do "Projeto de Apoio e Valorização da Mulher" (Coelho & Diniz, 2003; Diniz & Coelho, 2003), à luz de alguns aspectos da história das famílias brasileiras. Assim, iniciamos nosso texto apresentando suscintamente o projeto e nossa perspectiva de trabalho.

Construímos, a seguir, uma breve revisão histórica dos modelos de famílias brasileiras, pois entendemos ser fundamental examinar heranças culturais que vão delimitar características, valores, dinâmicas e estruturas que organizam a vida familiar nas diversas camadas da população. Sem essa contextualização histórica, social e cultural, corremos o risco de olhar as famílias que vivem em contextos de pobreza e exclusão social, e todas as famílias, de forma limitada e discriminatória.

Buscamos também na história a compreensão do lugar e do papel das mulheres nas famílias. Del Priore (2001) aponta que é por meio da busca do conhecimento sobre as "irmãs do passado" (p. 7) que podemos saber sobre nós mesmas. Procuramos apontar como as mudanças que ocorrem na estrutura econômica e social têm impacto sobre as organizações familiares, gerando diferentes expectativas sobre os papéis e as funções de homens e mulheres nas famílias e na sociedade.

Subseqüentemente, articulamos elementos históricos com falas que refletem situações da vida de mulheres do grupo. Nossa intenção é revelar elementos do passado presentes no cotidiano dessas mulheres e de suas famílias. Argumentamos que a compreensão da vida conjugal e familiar de hoje pressupõe uma visão crítica acerca de modelos preconcebidos e naturalizantes de família que surgiram ao longo do tempo. Tal postura crítica é fundamental para o reconhecimento da riqueza e diversidade da vida familiar brasileira. Como bem asseveram Cristina Bruschini e Sandra Ridenti (1994): "Famílias são grupos sociais dinâmicos, que estão em constante transformação, em virtude de processos demográficos – nascimento, casamento, morte – e sócio-econômicos" (p. 31). Ampliando essa perspectiva, consideramos que não se pode perder de vista a interação dinâmica entre aspectos pessoais, interpessoais e fatores sociais, econômicos e culturais. A história de cada um afeta e é afetada pela história de todos.

2. Contextualizando nosso trabalho com mulheres

Teria então chegado o tempo de falarmos, sem preconceitos, sobre as mulheres?
Mary Del Priore

Desenvolvemos desde 1999 um projeto de pesquisa, formação de alunos em nível de graduação e pós-graduação, e intervenção em uma cidade satélite do Distrito Federal. O trabalho clínico envolve a promoção e a prevenção da saúde de mulheres na meia-idade por meio da prática grupal (Coelho & Diniz, 2003; Diniz & Coelho, 2003). As mulheres participantes têm em comum o fato de serem migrantes, ou seja, pessoas que vieram para a capital do País em busca de melhoria de vida. Ampliar as perspectivas de sobrevivência das famílias nucleares e de origem foi, sem sombra de dúvida, um dos principais fatores motivadores dessa migração. Todas combinam múltiplas jornadas de trabalho – são trabalhadoras, donas de casa, esposas, mães, avós.

A maioria das mulheres faz parte da camada social menos privilegiada: vive na periferia de Brasília, ou seja, em locais de pouca infraestrutura; o nível de escolaridade é baixo; e a maioria desempenha funções de baixa remuneração – são faxineiras, domésticas, passadeiras, cabeleireiras, feirantes etc. Algumas mais afortunadas conseguiram estudar e hoje são professoras do ensino fundamental. Mas, o que significa pertencer a uma camada menos privilegiada em um País de dimensões continentais? Temos consciência de que a experiência de baixa renda na periferia de grandes cidades é distinta daquela vivida em zonas rurais ou em pequenos aglomerados urbanos. Achamos, todavia, que tal diversidade não pode se constituir em desculpa para não investigarmos as realidades conjugais e familiares que estão presentes nesses contextos.

A história da organização familiar dos grupos excluídos e marginalizados ficou por ser contada e só recentemente começou a ser revelada. Procuramos neste capítulo dar visibilidade a algumas das experiências conjugais e familiares de mulheres de camadas menos favorecidas da população e que participam do projeto. Como dissemos anteriormente, nosso objetivo é entender como se articulam velhos e novos elementos históricos na organização da vida conjugal e familiar. Partimos de uma visão crítica em relação aos modelos hegemônicos que foram impostos. Outro propósito fundamental é valorizar a história pessoal e social dessas mulheres.

Nossa estratégia metodológica está fundamentada nas pesquisas de gênero. Segundo essa perspectiva, a análise transcende a dimensão das diferenças individuais, para incluir os níveis interpessoal, social e

cultural da experiência humana. Vita Rabinowitz e Daniella Martin (2001) declaram que a tendência das pesquisas na área é buscar investigar o interjogo dinâmico entre fatores individuais e contextuais.

As falas das mulheres constituem nosso material de trabalho. Rabinowitz e Martin (2001), pesquisadoras que se dedicam ao estudo de mulheres e gênero em psicologia, valorizam o *dar voz* e o escutar as mulheres. Tal como essas autoras, partimos do pressuposto de que a algumas pessoas é negada a voz na psicologia e na sociedade. Essa postura "significa levar a sério experiências e condições de vida e as tentativas das pessoas de dar sentido a elas (...)" (Rabinowitz & Martin, 2001, p. 37).

3. Revendo raízes das famílias brasileiras

A história, por distante que seja, tem por objetivo provocar reflexões sobre o mundo atual.
Cláudia Fonseca

Da casa grande e da senzala dos livros de Gilberto Freyre aos dias de hoje, as famílias brasileiras sofreram profundas transformações. Torna-se mister conhecê-las. A história do Brasil, da colonização até a atualidade, fornece elementos para entendermos a formação das muitas famílias brasileiras. Eni de Mesquita Samara (1987) e Gizlene Neder (1994) chamam atenção para o fato de que estudos históricos sobre as famílias no Brasil são recentes. As autoras apontam que, na década de 1970, historiadores(as) se viram diante da necessidade de revisar criticamente os trabalhos anteriores, buscando novas perspectivas para compreender e interpretar o passado brasileiro. Esse processo permitiu, entre outras coisas, o reconhecimento da importância das funções desempenhadas pelas famílias na construção da nossa história.

Samara (1987) aponta o risco de se confundir a família brasileira com a família extensa do tipo patriarcal. Ela questiona "(...) o consenso de que a família brasileira era uma vasta parentela que se expandia, verticalmente, através da miscigenação e, horizontalmente, pelos casamentos com a elite branca" (p. 30). A autora aponta que estudos e pesquisas revelaram que a sociedade era composta por diversos segmentos, e cada um desses grupos tinha sua forma de organização. Diante de tal pluralidade, Samara conclui ser ineficaz a utilização de "(...) um conceito genérico para representar a sociedade brasileira como um todo" (p. 31).

Neder (1994) também declara que é limitado pautarmos as análises da vida familiar brasileira tomando como base *famílias-padrão.* A primeira delas seria a chamada *família patriarcal*, de origem ibérica, tradicional, extensa, e que corresponde ao modelo trazido para o País com a colonização portuguesa; ou então as *famílias burguesas*, produto do amálgama entre o conservadorismo moralista vitoriano e as práticas sociais da *belle-époque* francesa, modelo introduzido no Brasil após a Proclamação da República e que coincide com a urbanização e a modernização da sociedade.

Neder (1994) enfatiza que tais *famílias-padrão* conviviam socialmente com o que ela intitula de "outras famílias, até o presente bem pouco conhecidas, de várias origens, indígenas ou africanas (matrilineares, patrilineares, poligâmicas/islamizadas etc.)" (p. 27). Diante dessa realidade plural, a autora afirma que a organização das famílias brasileiras só pode ser compreendida levando-se em conta a diversidade étnica e cultural do País e os dilemas e paradoxos para incluir tal diversidade nos projetos políticos e sociais.

Outra questão importante, que dificulta nossa compreensão da vida familiar brasileira, é que tendemos a ignorar as particularidades da colonização nas diversas regiões do País. A família patriarcal dos engenhos nordestinos é diferente das famílias do Sudeste, principalmente São Paulo (Neder, 1994). Cabe ressaltar que a colonização da região Sudeste teve um caráter militar e estratégico, marcada pela figura dos bandeirantes, que partiam em missões de conquista e desbravamento. Ambas estruturas familiares eram extensivas. Um grande contingente de pessoas, entre familiares, parentes, agregados e escravos, dependiam do senhor ou proprietário. Eram famílias marcadas também por um caráter altamente repressivo, conservador, disciplinador e controlador. Entretanto, o papel da mulher era diferente nos dois contextos, conforme será mostrado adiante.

Os modelos familiares do Brasil colônia tinham raízes profundas no patriarcalismo. Castells (1999) mostra claramente o que é a estrutura patriarcal:

> (...) caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre a mulher e filhos no âmbito familiar. Para que essa autoridade possa ser exercida, é necessário que o patriarcalismo permeie toda a organização da sociedade, da produção e do consumo à política, à legislação e à cultura. Os relacionamentos interpessoais e, conseqüentemente, a personalidade também são marcados pela dominação e violência que têm sua origem na cultura e instituições do patriarcalismo. (p. 169)

O domínio e a autoridade exercida pelos "senhores" era inquestionável – todo o grupo familiar e social lhe era submisso. Dominação e violência são duas palavras que descrevem bem o período escravocrata. O castigo físico era visto como a forma correta de lidar com a "rebeldia" – ou seja, com qualquer manifestação de vontade própria que contrariasse as ordens e os desejos do senhor. Vale dizer que, embora esses castigos físicos fossem levados ao extremo quando se tratava de escravos e índios, a educação doméstica também estava pautada no mesmo parâmetro.

Podemos dizer que, de modo geral, desconhecemos a multiplicidade de organizações familiares presente na sociedade brasileira. Tal desconhecimento se deve, em parte, ao fato de que a versão da história que predomina e com a qual estamos familiarizados está centrada na visão do homem branco, europeu e colonizador. Segundo Neder (1994), isso também é reflexo da própria dificuldade do Estado brasileiro de integrar em seu projeto de fundação da República as várias raças – a branca de origem européia, os africanos ex-escravos, os índios nativos e os miscigenados, produto da mistura de índios, brancos e negros entre si. A autora aponta que o projeto republicano estava pautado na visão da superioridade do branco sobre as outras raças, tidas como inferiores. Infelizmente, carregamos até hoje as seqüelas desse projeto social profundamente racista.

Neder (1994) argumenta que a vida social brasileira era (é?) marcada pelos impasses em torno do racismo biologicista cultivado pelos políticos, pelo clero, enfim, pela camada privilegiada da população. Segundo essa historiadora, a obra de Gilberto Freyre, *Casa-grande & senzala*, publicada em 1933, é um esforço para superar esses impasses: defende a existência de uma democracia racial, apresentando a convivência entre brancos e não-brancos de forma harmônica e conciliadora. Embora reconheça o mérito da obra em descrever um período importante da história política e social do Brasil, Neder aponta as limitações do modelo biétnico defendido pelo autor. Para a autora, Freyre cria um mito em torno das relações raciais, não levando em conta as diversidades étnico-culturais. Conseqüentemente, sua obra minimiza as diferenças e as tensões entre os vários grupos sociais que enfrentaram processos forçados de aculturação.

Enfim, não existe um único modelo de família, mas sim muitas famílias brasileiras. Da mesma forma que houve muitas "famílias brancas", Neder (1994) chama atenção para o fato de que não é correto falar de *uma* família africana. Precisamos pensar na existência de *vários* tipos de família em função da quantidade de culturas africanas dife-

rentes que foram trazidas para o Brasil. Além do mais, cada um desses grupos vivenciou processos de aculturação distintos nas regiões do País em que foram alocados. Existem, entretanto, experiências comuns a essas famílias. Dentre elas, Neder (1994) destaca que a violência e o autoritarismo da escravidão provocaram a perda de vínculos e crises de identidade de caráter irreversível. Ademais, a precariedade das condições de vida nas senzalas fazia com que se associassem a essas famílias idéias de promiscuidade sexual e de animalidade. Venâncio (2001) aponta ainda que o universo da senzala destruiu os costumes tradicionais africanos, obrigando o povo negro a reinventar novas formas de vida familiar.

Descaso, preconceito e exclusão social marcaram, portanto, a experiência das famílias africanas mesmo após o fim da escravidão. Segundo Neder (1994), "(...) do ponto de vista das famílias populares de origem africana, sobretudo nos centros urbanos mais populosos do País na virada do século XIX para o XX (Rio de Janeiro, Salvador, Recife), pouco se podia fazer, pois o determinismo biológico que inferiorizava os negros conduzia a uma profunda descrença na eficácia de qualquer política social de inclusão desses setores" (p. 33). Famílias negras e mestiças vêm, portanto, enfrentando desde os tempos coloniais muitos desafios para sobreviverem.

Cristina Bruschini (1993), socióloga, compartilha a preocupação de Neder com os processos de aculturação impostos aos diversos grupos étnicos. Ela aponta que os portugueses, ao imporem seu domínio sobre a colônia, subjulgaram os indígenas e depois os negros. Ao longo desse processo nossos colonizadores destruíram as formas de organização familiar que eram características desses grupos. Entendemos que as conseqüências dessa perda de identidade forçada e dessa marginalização ainda precisam ser mais bem investigadas.

Seguindo adiante na história, voltamos o olhar para o impacto do movimento de higienização sobre a vida familiar e social brasileira. Esse movimento teve início com a vinda de D. João VI para o Brasil e se consolidou com a construção do Estado nacional. Freire Costa (1989) aponta que o Estado moderno, industrializado, precisava exercer um controle demográfico e político sobre a população e, conseqüentemente, sobre a família. Tudo isso precisava ser alcançado sem, contudo, ferir as liberdades individuais. O movimento higienista, por meio da medicina doméstica, vem executar a política do Estado, promovendo a saúde física e moral das famílias. Para as famílias burguesas, isso implicava um estímulo à política populacionista e a reorganização da vida familiar em torno da conservação e educação das crianças. A intervenção junto às famílias pobres se dava mediante campanhas de moralização e higiene.

A consolidação do capitalismo durante o século XIX provocou muitas transformações na sociedade brasileira. Os processos de modernização, industrialização e urbanização promoveram o surgimento da *nova família*, modelo baseado em uma mentalidade burguesa. Essa organização tinha característica nuclear e introduziu elementos novos na vida familiar. Dentre eles destacam-se: a liberalização dos costumes; uma nova sensibilidade e uma maneira diferente de pensar a conjugalidade e o amor; e a valorização da maternidade e do cuidado dos filhos. Maria Ângela D'Incao (2001) retrata bem essa *nova família*: "Um sólido ambiente familiar, o lar acolhedor, filhos educados e esposa dedicada ao marido, às crianças e desobrigada de qualquer trabalho produtivo representavam o ideal de retidão e probidade, um tesouro social imprescindível" (p. 223). Esse modelo reorganizou a vida doméstica, o tempo e as atividades femininas; porém foge ao escopo deste trabalho aprofundar essa questão.

Pensar a história das famílias brasileiras significa refletir também o lugar do matrimônio na cena social. Samara (1987), tomando o aspecto jurídico como referência para a análise da história da família brasileira, aponta uma realidade interessante: o casamento legal era opção de uma pequena parcela da população. A autora questiona, assim, a representatividade do casamento, pois suas pesquisas revelam que as uniões consensuais permeavam a sociedade apesar das ameaças de punição da Igreja. Conhecer "a família brasileira" implica, portanto, levar em consideração a presença marcante dos concubinatos, das uniões esporádicas e da bastardia ao longo dos séculos XVIII e XIX.

Em função dessa realidade, Samara (1987) chama atenção para as contradições entre a moral vigente e a prática social: "(...) de um lado, o casamento, a moral e a própria submissão e a castidade da mulher; de outro, o alto índice de ilegitimidade, a falta de casamentos e a insatisfação feminina revelada nos testamentos e nos processos de divórcio" (p. 32). O casamento oficial tinha uma clara função social: era importante para as camadas abastadas, preocupadas com a legitimidade da prole e com a herança.

Miriam Falci (2001) aponta que a mulher escrava raramente casava-se oficialmente. A autora coloca que essa baixa nupcialidade não pode ser entendida como falta de compromisso social com o casamento e a família. Mulheres escravas podiam ter companheiros temporários, mas elas também tinham vínculos afetivos duradouros com companheiros estáveis. Essas diferenças em torno do casamento e da vivência da conjugalidade precisam ser consideradas por pesquisadores interessados em compreender a complexidade da organização familiar

no Brasil. Considerações semelhantes são válidas para todas as mulheres das classes populares (Soihet, 2001).

Ao entrarmos no século XX, vemos presente de novo a necessidade de sintetizar a cena social em um modelo. O modelo dominante de família no Brasil estava associado à imagem de um casal e seus filhos vivendo sob o mesmo teto. A divisão de trabalho e de papéis dentro desse grupo permaneceu assimétrica, com o homem sendo visto como provedor, e a mulher, como responsável pela casa e o cuidado dos filhos. Esse modelo é herança das mudanças sociais que ocorreram nos séculos XVIII e XIX. Tais mudanças promoveram a privatização da família: ela deixou de ser primordialmente uma unidade econômica para ser um refúgio, um lugar de expressão de sentimentos entre o casal e os filhos (Bruschini & Ridenti, 1994).

Bruschini e Ridenti (1994) alertam quanto aos perigos de adotarmos um modelo centrado na família nuclear de forma acrítica para a sociedade brasileira. Tal procedimento pode facilitar pesquisas ou levantamentos censitários, mas corre-se o risco de ignorar processos fundamentais para a compreensão da vida e da organização familiar no País. As famílias, ainda que nucleares, mantêm fortes vínculos com a família extensa. Muitas vezes dependem dessa rede de parentesco, tanto em termos econômicos quanto no que diz respeito aos arranjos cotidianos de cuidado dos filhos.

Já vimos que a organização familiar é profundamente afetada pelos processos econômicos. A crise econômica mundial que se agrava e alastra por todos os cantos do planeta a partir da década de 1980 deixou suas marcas na vida familiar e social brasileira. Dois fatores de natureza interdependente precisam ser mencionados: um deles é a falência do Estado de bem-estar social, e o outro é a ênfase no modelo econômico neoliberal. O Estado brasileiro, caracterizado por uma ação tradicionalmente paternalista, vai se tornando cada vez mais incapaz de atender às demandas e necessidades da população. Seguindo tendência internacional, o Estado passa a transferir para a comunidade e a família parte de suas responsabilidades. Isso coloca a sociedade diante de um paradoxo, pois o neoliberalismo acentua o individualismo e a iniciativa privada.

Dentre as conseqüências nefastas desse processo, destacamos aqui o aprofundamento das desigualdades sociais. A concentração de renda permite a uma camada mínima da população usufruir de padrão sofisticado de consumo. Já o restante da sociedade sofre com o empobrecimento, a diminuição dos salários, o desemprego e o aumento de atividades na economia informal para garantir a sobrevivência da família (Goldani, 1994; Bruschini & Ridenti, 1994).

Na verdade, os arranjos familiares sempre foram e permanecem diversificados. A nuclearidade é apenas um elemento a mais a ser considerado. A idéia de grupo familiar extrapola as fronteiras da casa em todos os grupos sociais. Nas classes desfavorecidas, encontramos famílias dividindo um terreno comum ou morando na mesma casa. Esse compartilhamento é um fenômeno muito presente entre as mulheres dos grupos.

Em linhas gerais podemos afirmar que houve diminuição no tamanho e diversificação nos arranjos familiares – hoje é grande o número de famílias monoparentais, reconstituídas, homossexuais. Aconteceu também uma mudança significativa no que diz respeito ao aumento da participação da mulher no mercado de trabalho. Isso faz com que as mulheres, em muitos casos, dividam as responsabilidades de manutenção da família, provocando uma revisão de posturas e dos papéis entre os sexos (Diniz, 1996, 1999).

O trabalho de Bruschini (1993) – *Teoria crítica da família* – nos revela duas características fundamentais do grupo familiar: a não naturalidade e a mutabilidade. Segundo a autora, o estudo da família requer que questionemos a idéia de naturalização para que possamos perceber a família como ela realmente é: "uma criação humana mutável" (p. 50). Essa idéia parece pertinente como conclusão desta síntese histórica. Todos nós, estudiosos da família, precisamos estar atentos à complexidade de fatores políticos, econômicos, históricos e sociais que interferem em sua organização. Cabe destacar que as questões ligadas a gênero, raça e classe social perpassam os projetos sociais e políticos, gerando condições favoráveis para algumas famílias e discriminatórias para outras.

A partir dos fatos apresentados, podemos afirmar que o processo de colonização foi um processo maciço de aculturação e europeização. A organização familiar da população nativa, ou seja, dos índios, foi totalmente desconsiderada. Os grupos negros, trazidos como escravos, tiveram igualmente sua cultura, organização e valores massacrados. A colônia e, posteriormente, o País independente sofreram contínuos processos de *reeuropeização*, expressão utilizada por Freire Costa (1989) e atribuída a Gilberto Freyre. Isso implicava a transposição de modelos e valores tanto para as famílias quanto para a sociedade de forma acrítica.

Esse relato de aspectos da vida social brasileira teve por objetivo deixar evidente alguns dos elementos que marcaram a estruturação e o funcionamento das muitas formas de ser família em nosso País. Acreditamos que elementos dos vários modelos de família foram sendo assimilados de forma distinta por todas as camadas sociais. Cada modelo trazia em seu bojo uma idéia sobre o lugar do homem e da mulher

na família e na sociedade. Passamos agora a uma breve exploração da história das mulheres nas famílias.

4. As mulheres nas famílias e na sociedade brasileira

Qual foi, qual é, e qual poderá ser o lugar das mulheres?
Mary Del Priore

Já afirmamos anteriormente que a história das mulheres se mistura com a história das famílias. Os valores e normas de cada época delimitam os papéis, as expectativas e o lugar ocupado pelas mulheres nas famílias e na sociedade. Conhecer essa parte da história é importante porque dá sentido à experiência e à visão que as mulheres têm de si mesmas e de seus papéis na vida social e familiar. Permite também um resgate de nossa identidade – trazemos dentro de nós as histórias de todas as mulheres que nos antecederam.

Voltemos à *família tradicional* da época da colonização. Esse modelo colocava a mulher no lugar de subalterna e subserviente. Os traços exaltados como femininos eram a docilidade e a passividade. As mulheres deviam obediência absoluta a seus pais, irmãos e maridos. Bruschini (1993) aponta que nas classes favorecidas havia um controle rígido da sexualidade, exercida para fins de procriação, herança e sucessão. Araújo (2001) confirma essa perspectiva, acrescentando que a sexualidade feminina era abafada porque se acreditava que sua livre expressão implicaria a ruptura do equilíbrio doméstico e da estrutura e organização social.

Mencionamos anteriormente que esses modelos não eram hegemônicos e que havia diferenças interessantes no comportamento das mulheres do Nordeste e do Sudeste que precisavam ser apontadas. Enquanto as sinhazinhas dos engenhos nordestinos tinham suas atividades restritas ao espaço da casa grande, as mulheres do Sudeste tinham um papel social mais ativo. Estas mulheres precisavam administrar as fazendas e os escravos na ausência dos homens, que participavam dos projetos de colonização conhecidos como "entradas e bandeiras". Neder (1994) aponta, entretanto, que mesmo nessa situação de liderança, que podia durar meses, se não anos a fio, permanecia a idéia de submissão e subordinação ao chefe da casa.

Samara (1987) questiona a ênfase que é dada à polaridade – autoridade do marido, dependência e passividade da mulher – no período colonial. Ela acredita que a visão da mulher como recatada, ociosa e subjugada diz respeito a um mito ou estereótipo sustentado pela historiografia tradicional. Tal mito serviu para esconder a intrincada relação

entre os sexos e as diversas condições que marcavam o ser mulher na sociedade colonial. Samara contrapõe a esse modelo oficial a realidade das mulheres brancas pobres, das mulatas e negras, que circulavam pelas ruas e mantinham diversas formas de exercício laboral para garantir sua sobrevivência e a de seus filhos. Muitas dessas mulheres eram chefes de família e dirigiam pequenos negócios.

Assim, mulheres de classes menos abastadas exerciam atividades comerciais – vendiam gêneros no varejo – em todas as vilas e cidades do Brasil colonial. A produção vendida era fruto do trabalho local, e dentre os artigos comercializados estavam hortaliças, alho, frutos, leite, queijo, melaço, pães, doces, bolos, polvilhos, hóstias e miudezas como alfinetes, agulhas, pomadas. A princípio, as mulheres trabalhavam como ambulantes e usavam tabuleiros para expor suas mercadorias. Posteriormente, começaram a abrir estabelecimentos, conhecidos como "vendas", na maioria das vezes em suas próprias casas.

Fica evidente que desde cedo na colônia estabeleceu-se uma divisão de trabalho assentada em critérios sexuais (Figueiredo, 2001). As mulheres foram excluídas do exercício de papéis políticos e administrativos no período colonial. Elas trabalhavam na panificação, tecelagem e alfaiataria sob a tutela dos homens. Nas regiões de Minas e do Centro-Oeste, pólos de exploração do ouro e do diamante, quando estavam presentes no garimpo, carregavam as gamelas com as pedras a serem lavadas. Mulheres gozavam de maior autonomia quando exerciam atividades tipicamente femininas, ou seja, quando eram costureiras, fiandeiras, rendeiras, cozinheiras, doceiras, lavadeiras e passadeiras. Algumas tinham uma participação interessante como roceiras em pequenas propriedades arrendadas (Figueiredo, 2001).

Ao longo da segunda metade do século XVIII, a sociedade começa a dar sinais da presença de suas muitas contradições. Questionamentos em torno dos valores tradicionais provocam mudanças. Uma delas diz respeito à insatisfação com a condição feminina: mulheres começaram a sair dos casamentos arranjados pelas famílias. Segundo Samara (1987), algumas dessas mulheres divorciadas conseguiam manter a guarda dos filhos e a parte do patrimônio familiar que lhes cabia. Em uma sociedade que continuava estruturada para garantir os privilégios masculinos, esse foi sem dúvida um evento importante.

A modernização e o aburguesamento da sociedade durante os séculos XVIII e XIX exigiram um novo padrão de comportamento da mulher. De acordo com Neder (1994), "modernizaram-se, então, as concepções sobre o lugar da mulher nos alicerces da moral familiar e social. Ao contrário da família tradicional, a nova mulher, 'moderna',

deveria ser educada para desempenhar o papel de mãe (também uma educadora dos filhos) e de suporte do homem para que este pudesse enfrentar a labuta do trabalho fora de casa. A 'boa esposa' e 'boa mãe' deveria ser prendada e ir à escola, aprender a ler e escrever para bem desempenhar sua missão de educadora" (p. 31). A autora chama atenção para o fato de que esse projeto era direcionado às mulheres brancas, principalmente àquelas das classes privilegiadas.

Rachel Soihet (2001) aponta que os processos de modernização, aburguesamento e higienização da sociedade resultaram em forte pressão sobre as camadas populares, especialmente as mulheres. Esperava-se que elas assumissem os comportamentos pessoais e familiares desejados. Afinal, dependia delas a transmissão de hábitos civilizados para que as camadas populares assumissem o modelo de família burguesa. A autora afirma que o uso da violência foi a forma encontrada pelo Estado para impor suas regras às mulheres pobres. A luta pela sobrevivência obrigava essas mulheres a circularem pela cidade em busca de emprego. Elas trabalhavam muito e não conseguiam corresponder aos ideais sociais de delicadeza e recato. A mulher pobre sempre trabalhou fora e dentro de casa. Cláudia Fonseca (2001) aponta com precisão a realidade dessas mulheres no Brasil do início do século XX:

> A mulher pobre, cercada da moralidade oficial completamente desligada de sua realidade, vivia entre a cruz e a espada. O salário minguado e regular do seu marido chegaria a suprir as necessidades só por um milagre. Mas a dona de casa, que tentava escapar à miséria por seu próprio trabalho, arriscava sofrer o pejo de "mulher pública". Em vez de ser admirada por ser "boa trabalhadora" como o homem em situação parecida, tinha que defender sua reputação contra a poluição moral, uma vez que o assédio sexual era lendário. (p. 516)

Essa citação evidencia a quantidade de preconceitos que as mulheres, principalmente as das classes desfavorecidas, sempre tiveram de enfrentar para defender sua sobrevivência e a de sua família. Aponta também a presença da violência como ameaça constante na vida dessas mulheres.

O fato é que as mulheres têm sido peça fundamental tanto no desenvolvimento das famílias quanto no da sociedade. A título de exemplo, Fonseca (2001) aponta que, em 1900, no Rio Grande do Sul, 42% da população economicamente ativa eram femininos. Entretanto, a participação social da mulher tem sido desconsiderada ao longo da história. Ainda hoje os processos de admissão, promoção, qualificação e remuneração freqüentemente limitam as mulheres à ocupações

e posições desqualificadas e subalternas. Estereótipos e preconceitos disseminados em todos os níveis da cultura acabam por manter as mulheres em setores ditos "femininos". Tudo isso fortalece a segregação ocupacional (Diniz, 1999).

Concluindo, vale ressaltar que, apesar da grande diversidade étnica e geográfica, das diferenças de classe, da heterogeneidade de acesso ao mercado de trabalho e aos recursos, as mulheres brasileiras modificaram profundamente sua inserção social ao longo do século XX. Elas entraram maciçamente no mercado de trabalho, melhoraram seu padrão educativo, reduziram o número de filhos e passaram a lutar intensamente por uma participação mais eficaz na política e na comunidade (Goldani, 1994).

Sabemos ser impossível darmos conta da diversidade e da complexidade de experiências das mulheres brasileiras ao longo de cinco séculos de história. Procuramos trazer elementos que nos ajudem a entender de forma mais ampla a condição feminina. As mulheres tiveram sempre seu lugar na família e na sociedade cerceado em função de preconceitos e estereótipos de gênero. O termo *gênero* tem sido usado para distinguir a condição biológica de ser homem e ser mulher, ou seja, o sexo de uma pessoa, da herança sociocultural que se agrega à noção de masculino e feminino. Meyer (1999) aponta que o conceito evidenciou a construção relacional e a organização social das diferenças entre os sexos, colocando em questão o determinismo biológico e econômico e as múltiplas relações de poder que perpassam o ser homem e o ser mulher no mundo. Considerar as questões de gênero é importante, porque é por meio de seu lugar no mundo que as mulheres vivem e contam sua história.

5. Ecos do passado na vida presente

> A história das mulheres é relacional, inclui tudo
> que envolve o ser humano, suas aspirações e realizações,
> seus parceiros e contemporâneos, suas construções e derrotas.
> Mary Del Priore

Identificamos em falas das mulheres do grupo, relativas ao casamento e à família, alguns dos elementos presentes na revisão histórica. Esses elementos foram o processo de desumanização e desvalorização da experiência de camadas desfavorecidas, o patriarcalismo e o exercício da maternidade. Discutimos a seguir aspectos desses três elementos e ilustramos cada um deles com as referidas falas.

Cada história pessoal, conjugal e familiar reflete dimensões diversas da história social e cultural de nosso País. Neder (1994) e Castells (1999) chamaram atenção para o impacto psicológico dos processos sociais. O período colonial deixou marcas profundas nas famílias brasileiras, mas, especialmente, nas famílias negras, indígenas e mestiças, que sofreram um processo intenso de desumanização e desvalorização. Vale dizer que a população com a qual trabalhamos é, em sua maioria, representante desses grupos étnicos. Cabe uma indagação sobre o quanto essa vivência está refletida em atitudes de conformismo e subordinação e nos sentimentos de menos valia muitas vezes encontrados entre as mulheres dos vários grupos que já realizamos. As histórias que as mulheres compartilham mostram que elas levam anos para pôr fim a situações conjugais e familiares que envolvem submissão e desqualificação.

O patriarcalismo, presente na sociedade e em todas as formas de famílias, é um elemento importante a ser destacado da revisão histórica para entendermos a dinâmica familiar. Vimos que a organização familiar, a definição de papéis, as regras de comportamento, os sistemas de educação e punição foram definidos em função do poder, autoridade e supremacia masculina. A fala de Leda sobre o casamento ilustra bem essa questão:

> Quando eu me casei, quando foi no outro dia, casei hoje, quando foi no outro dia, meu ex-marido: "De hoje em diante você não vista essa roupa, você não vai na casa do seu pai, você não faça isso, você não conversa com os amigos, esquece os amigos, acabou!" E é desse jeito, só que eu pensei que realmente era desse jeito, casou é aquilo. (...) Estudar, eu queria muito estudar. (O marido dizia) "Se você tocar nesse assunto de escola novamente eu te boto no hospício." (...) "Você vai sair comigo porque você é obrigada, você é minha mulher; vista essa roupa aqui" (...) E fui pro quarto dormir, naturalmente né, porque apesar de tudo eu era obrigada a dormir junto; "Você é minha mulher, você é obrigada a fazer o que eu quero, e o importante é o homem sentir prazer, porque a mulher é submissa ao marido" (...) tinha vezes que ele praticamente me estuprava; ele chegava assim e tinha que ser aquilo e pronto. (...) Eu passei vinte e poucos anos com medo dele, ameaçada de morte, ameaçada: "Se você arranjar um outro homem, eu te mato..." (...) Eu tinha medo, porque ele me ameaçava: "Se você me deixar eu vou te matar." Ele olhava com um revólver, ele andava com um revólver, me ameaçava.

Essa e outras falas das mulheres do grupo sobre o casamento deixam entrever que o controle da sexualidade feminina, as diversas formas de violência interpessoal, o abuso da autoridade masculina, a

discriminação contra a mulher são marcas do patriarcalismo presentes no cotidiano de suas vidas.

Castells (1999) aponta que a família patriarcal, base fundamental do sistema patriarcal, vem sendo questionada. Vários processos sociais, dentre eles a incorporação maciça das mulheres na força de trabalho remunerado e as lutas femininas para fazer valer os seus direitos, são responsáveis pelo abalo da estrutura patriarcal. Certas falas apresentadas neste trabalho mostram as contradições deste momento de transição social em que vivemos. Algumas mulheres vivem muitos anos de dominação, mas já conseguem refletir sobre o processo e tomar a decisão de se libertarem desse contexto. É a história de Leda que novamente retrata essa situação.

Leda estava se arrumando para ir a um bar com um amigo mais jovem e seu filho disse:

> "Mãe, você não acha que essa sua roupa é de mocinha? Essa calça *jeans*, você não acha que está muito velha para andar desse jeito? Quantos anos esse cara tem?" Eu falei: 32. "E você?" Eu falei: eu tenho 44. Na época ele falou pra mim: "Eu acho engraçado, você velha desse jeito, você e tal..."Eu falei: Sabe de uma coisa? Vou tirar essa roupa, vou me trancar no quarto, vou chorar e não vou sair. (...) "Não, mas você não vai sair mesmo não." Eu falei: Eu não vou sair? Meu amigo, você tem 21 anos, eu estou com 44, tenho muito pouco pela frente, eu vou viver o que me resta, porque eu não tive infância, não tive juventude, quando eu me casei eu casei com meu marido, casei com a mãe dele, casei com o pai dele, casei com o irmão dele, casei com a sobrinha; então, casei com cinco pessoas; foi uma responsabilidade muito grande. Meu sogro morreu com câncer, foi dez anos, eu casei com 17 anos.

O modelo patriarcal se reproduz de uma geração a outra. Essa situação em que Leda foi capaz de se afirmar mostra uma mudança de postura pessoal e se constitui simultaneamente em um contexto que tem o potencial de gerar mudança para o filho como homem. Ela foi capaz de falar e agir com ele de forma diferente da que fazia com o esposo. Na medida em que o enfrenta, ela se valoriza e se afirma – rompe o silêncio que marca sua história e coloca em cena suas necessidades pessoais. Cria, assim, uma possibilidade de reflexão e revisão do modelo de relação homem-mulher para o filho.

Vimos que os processos de modernização, industrialização e urbanização decorrentes da consolidação do capitalismo provocaram profundas mudanças na vida familiar. A *nova família*, continuidade do modelo burguês, imprimiu uma ênfase na maternidade. A função primordial das mulheres era ser "uma boa mãe". O exercício pleno da

maternidade pressupunha o não-exercício de trabalho remunerado fora do lar. Tal pressuposto tinha em mente a experiência das mulheres das classes abastadas. Para as mulheres das camadas pobres, que tinham de lutar pela sobrevivência, essa demanda gerava dilemas.

A cobrança em torno do exercício da maternidade parece estar entranhada no corpo e na alma das mulheres participantes do projeto. O exercício dessa função começa, muitas vezes, na infância. A criança se torna uma extensão da mãe, que, por diversas razões, delega a ela o cuidado da casa e dos irmãos. A fala de Rosa, apresentada a seguir, mostra uma menina e sua mãe, oprimidas pela dureza da vida de mulheres pobres:

> A gente morava na fazenda, meu pai tomava conta. (...) ...com minha mãe, a gente não tinha esse diálogo. Minha mãe também era muito nervosa, ela não tinha..., acho que porque trabalhava muito na roça, chegava em casa cansada, com menino pra cuidar, ela não tinha assim tempo, né, de falar com a gente, dá tempo pra gente, conversar, brincar, não... (Ela) capinava, ia ajudar meu pai, capinar, colher café, colher feijão, amendoim, era mais, era na roça, ia cedo e só vinha cinco horas, seis horas da tarde e eu tinha que cuidar de tudo, né, e eu só tinha oito anos, né, nesse tempo. E eu tinha que dar conta, se eu não desse conta minha mãe batia... (...) eu tinha que cuidar do meu irmão, era novinho naquela época, tinha três meses; tinha uma irmã com seis anos e outro com três anos. Tinha que cuidar, banhar eles, da comida certinho, mamadeira pros meninos, lavar as roupinhas, tinha que fazer comida, tinha que fazer arroz, subir no banquinho... (...) eu tinha medo demais de apanhar, nunca gostei de apanhar... (...) Quando meu irmão mais velho faleceu, meu pai apanhou eu pra acompanhar ele. Eu tinha quinze anos... (...) aí lá na roça tudo que homem fazia eu tinha que fazer... (...) Então ele me ensinou a plantar, ensinou a arar terra com animal, ensinou a cortar arroz, plantar arroz, amendoim, tudo eu ajudava meu pai a fazer... (...) Não, minha mãe não ia pra roça não, porque ela tava muito, era menino, era muita coisa, aí ele punha eu pra ajudar e deixava minha mãe em casa.

Na vida adulta, muitas mulheres se sacrificam para se dedicarem aos filhos. A tarefa é levada adiante quando assumem também responsabilidade pela criação dos netos. Constatamos que existem muitas maternidades e que dificilmente elas são exercidas sem culpa e sem cobrança. A idéia da maternidade como essência da vida ainda está muito impregnada nas mulheres. A fala de Maria ilustra essa dedicação intensa aos filhos:

> Porque você casa... aí vem as desavenças, aí vêm os filhos. Os filhos crescem e depois vêm os problemas. Porque a gente sonha, quando a gente casa a gente só sonha com a família bem. Os filhos, a gente sonha o melhor para os filhos. Às vezes até cria, constrói um castelo para o filho, e depois para você derrubar é muito difícil. (...) Porque essa minha filha eu criei ela assim com muito sonho, com muito sacrifício e eu só tinha ela. Dez anos depois que eu fui ter a segunda filha. E eu construí assim... eu sonhei muito alto para ela. Mas não é a gente que tem que sonhar para os filhos, é eles que têm que sonhar e construir.

O desejo de propiciar aos filhos uma vida diferente da que tiveram é muito forte entre as mulheres. Sonhar alto para eles reflete a idéia de que a mulher se realiza através da maternidade, ou seja, ela não tem direito a uma vida pessoal plena. É pena que muitas vezes os filhos se distanciem e não reconheçam o valor da história sofrida da mãe. Desejar e sonhar o melhor para os filhos faz parte do exercício da maternidade, mas acreditamos que as mulheres precisam ter espaço para valorizar a si próprias e às suas vidas para aprenderem que podem sonhar também para si mesmas.

Os depoimentos apresentados sinalizam o caráter dinâmico da história e das histórias das mulheres. As falas mostram que o velho e novo se entrecruzam nas experiências compartilhadas. Vivemos em um contexto que mistura repetição e transformação. O trabalho grupal que desenvolvemos tem como uma de suas metas criar um espaço para que as mulheres dêem voz às suas histórias. A conseqüência de romper o silêncio é que elas se reconhecem nessas histórias. Acreditamos que é através desse reconhecimento que elas podem resgatar sua força.

Uma fala de Simone de Beauvoir nos estimula a perseverar em nosso intento:

> É pois necessário estudar com cuidado o destino tradicional da mulher. Como a mulher faz o aprendizado de sua condição, como a sente, em que universo se acha encerrada, que evasões lhes são permitidas... Só então poderemos compreender que problemas se apresentam às mulheres, que, herdeiras de um pesado passado, se esforçam por forjar um futuro novo. (Introdução. In: *O segundo sexo*. v. 2)

6. E as histórias continuam...

> Se isso não bastasse, ainda poderíamos nos perguntar: para que serve a história das mulheres?
> E a resposta viria, simples: para fazê-las existir, viver e ser.
> Mary Del Priore

A revisão histórica mostrou que as heranças deixadas pelo período colonial e pelos períodos subseqüentes impregnam até hoje a cena social brasileira. A abolição da escravatura, a Proclamação da República, os processos de urbanização e modernização da sociedade e seu conseqüente aburguesamento não trouxeram mudanças significativas para a população menos favorecida. A crença na inferioridade racial constituiu um grande empecilho para o desenvolvimento de políticas sociais que favorecessem a melhoria das condições de vida desse grupo.Vivemos em uma sociedade que ainda não foi capaz de integrar sua multietnicidade e a riqueza dela decorrente.

A família, tanto nuclear quanto de origem, é uma referência fundamental. É no contexto das relações familiares que construímos nossa visão do mundo e de quem somos. Tendemos a ter uma visão idealizada da vida familiar. Além do mais, mitificamos uma forma de ser família, esquecendo que a estrutura e a organização familiares são produto de processos sociais, econômicos, políticos, culturais. Assim, cada momento da história humana produziu várias modalidades de família. A vivência da vida familiar depende da inserção social das pessoas.

Neste capítulo procuramos construir uma compreensão dinâmica e contextualizada de famílias menos favorecidas por meio de dois movimentos. De um lado, buscamos articular elementos da história passada das famílias brasileiras com fragmentos da história presente das famílias das mulheres do projeto. De outro, buscamos valorizar a voz das mulheres, a partir de uma perspectiva de pesquisa de gênero. Ao transitarmos do macro para o microcontexto e vice-versa, pretendemos, por último, valorizar uma forma de construção de conhecimento comprometida com a transformação social.

7. Referências bibliográficas

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. 7. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [orig. s. d.]. v. II.

BRUSCHINI, C.; RIDENTI, S. Família, casa e trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, n. 88, pp. 30-36, 1994.

CASTELLS, M. *A era da informação*: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. II.

COELHO, V.; DINIZ, G. Vida de mulher: lidando com a meia-idade e a menopausa. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (org.). *Família e casal*: arranjos e demandas contemporâneas,. pp. 97-117. Rio de Janeiro: PUC/Loyola., 2003. p. 97-117.

COSTA, J. F. *Ordem Médica e norma familiar*. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

DEL PRIORE, M. (org.). Apresentação . In: *História das mulheres no Brasil*, pp. 7-10. São Paulo: Contexto/Unesp,. 2001. p. 7-10.

D'INCAO, M. A. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, M. (org.). *História das mulheres no Brasil*., pp. 223-240. São Paulo: Contexto/Unesp,. 2001. p. 223-240.

DINIZ, G.; COELHO, V. Mulher, família, identidade: a meia-idade e seus dilemas. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (org.). *Família e casal*: arranjos e demandas contemporâneas., p. 79-95. Rio de Janeiro:/São Paulo: Editora PUC-Rio/ Edições Loyola, 2003. p. 79-95.

DINIZ, G. R. S. Dilemas de trabalho, papel de gênero e matrimônio em casais que trabalham fora em tempo integral. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (org.). *Coletâneas da Anpepp*: relação amorosa, casamento, separação e terapia de casal, p. 101-111. Apoio CNPq, Finep, Faperj, PUC-Rio. Rio de Janeiro: Xenon Editora, 1996, p. 101-111.

_____. Homens e mulheres frente à interação casamento-trabalho: aspectos da realidade brasileira. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (org.). *Casal e família*: entre a tradição e a transformação., pp. 31-54. Rio de Janeiro: NAU, 1999, p. 31-54.

_____. Condição feminina: fator de risco para a saúde mental? In: PAZ, M. G. T. da; TAMAYO, A. (orgs.). *Escola, saúde e trabalho*: estudos psicológicos., pp. 181-197.Brasília: UnB,. 1999b. p. 181-197.

FIGUEIREDO, L. Mulheres nas Minas Gerais. In: DEL PRIORE, M. (org.). *História das mulheres no Brasil.*, pp.141-188. 5. ed. São Paulo: Contexto/Unesp., 2001. p.141-188.

FONSECA, C. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, M. (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/Unesp., 2001, p. 510-553.

GOLDANI, A. M. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. *Cadernos de Pesquisa*, n. Nº. 91, p. 7-22, 1994.

MEYER, D. E. E. Saúde da mulher: indagações sobre a produção do gênero. *O Mundo da Saúde*, v. 23, n. 2, São Paulo, p.113-119, 1999.

NEDER, G. *Ajustando o foco das lentes*: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. São Paulo. Em: (incompleto). Cortez/Unicef, 1994, p. 26-46.

RABINOWITZ, V. C.; MARTIN, D. Choices and consequences: methodological issues in the study of gender. In: UNGER, Rhoda R. (ed.). *Handbook of the psychology of women and gender*, pp. 29-52. Nova York: John Wiley & Sons, 2001. p. 29-52.

SAMARA, E. M. *A família brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

_____.Tendências atuais da história da família no Brasil. In: ALMEIDA, A. M. (org.). *Pensando a família no Brasil*: da Colônia à modernidade., 25-36. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRJ, 1987, p. 25-36.

SOIHET, R. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, M. (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/Unesp., 2001. p. 362-400.

VENÂNCIO, R. P. Maternidade negada. In: DEL PRIORE, M. (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/Unesp., 2001. p. 189-222.

Avós que criam seus netos: circunstâncias e consequências[1]

Cristina Maria de Souza Brito Dias, Juliana Monteiro da Costa e *Verônica Alves Rangel*
Universidade Católica de Pernambuco

As transformações sociais pelas quais as famílias vêm passando, especialmente as demográficas, entre as quais se incluem a maior longevidade humana, o menor número de filhos e a maior expectativa de vida da mulher, estão acarretando mudanças no âmbito familiar. Moragas (1997) ressalta que a maior longevidade tem propiciado aos netos uma convivência mais longa com seus avós, e que esse papel tem sofrido grandes transformações, necessitando-se de mais estudos sobre o mesmo.

A imagem e o enfoque sobre os avós foram evoluindo de acordo com o tempo. Historicamente, os avós foram representados de duas maneiras distintas: como figuras centrais da família ou, por outro lado, como pessoas velhas "deixadas de lado". De acordo com Wilcoxon (1987), embora ainda exista a imagem de avós limitados à família e aos amigos, como sendo pessoas controladoras e dominadoras, percebe-se que essa visão vem se modificando e tem dado lugar a uma imagem de avós calorosos, saudáveis e ativos, que assumem as responsabilidades com os netos por prazer. Especificamente no que se refere à figura do avô, esta foi caracterizada como autoritária e ameaçadora, ou, pelo contrário, como um homem fraco e velho (Fischer, 1983).

No entanto, segundo Eisenberg (1988), com as mudanças ocorridas na sociedade, verifica-se um maior envolvimento dos avôs na

[1] Apoio da Facepe.

família. Atualmente, o avô desempenha um papel considerado até mesmo maternal. Porém, para fazer uma acomodação bem-sucedida a esse novo papel, ele deve desenvolver uma orientação que difere consideravelmente do papel masculino que foi executado em sua vida adulta. A cultura fornece assistência, incorporando *status* e respeito ao papel do avô e, assim, ele pode se engajar nesse relacionamento quase maternal sem desconforto ou embaraço.

Barros (1987) afirma que a relação dos avós com seus netos é essencial para o desenvolvimento da subjetividade desses netos que não têm os pais como única referência. Há uma oportunidade de convívio com outras pessoas, e os avós são particularmente importantes, mesmo levando-se em conta as tensões, os conflitos de geração, as diferenças de opinião. Além do que, a condição de avós estimula a lembrança das próprias experiências anteriores de criação dos filhos. Essa lembrança pode ser importante na revisão e aceitação da própria vida, assim como de qualquer desapontamento ou fracasso. Para dar sentido a esse ato de relembrar, além de seu papel como avô(ó) e sua posição no sistema familiar, outros elementos são importantes nesse processo, como a trajetória de vida e o lugar que o indivíduo ocupa na sociedade no instante em que se torna avô(ó). É através dessas diferenças entre seu passado, como pais, e seu presente, como avós, que se pode traçar um perfil da relação entre eles e os seus netos, resgatando, por meio destes últimos, aquela vida que não foi possível ser vivida, em uma reflexão de suas atitudes passadas.

Na pesquisa realizada por Neugarten e Weinstein (1964), as autoras detectaram cinco estilos que podem ser adotados pelos avós, entre os quais destacamos o denominado *pais substitutos*, que se refere àqueles avós que cuidam parcial ou permanentemente dos netos. Os avós que criam seus netos também são chamados de *avós guardiões* (Ehrle & Day, 1994). É sobre esses avós que criam seus netos que recai o interesse do presente estudo.

Um dado relevante é o fato de que os avós têm, cada vez mais, se ocupado dos cuidados integrais de seus netos. Nos EUA, segundo Bartram, Kirkpatrick e Prebis (1996), aproximadamente 3,4 milhões de crianças vivem com seus avós. Isso constitui um aumento de 46% em relação à década de 1980. De acordo com Jendrek (1994), os motivos que levaram os avós a criarem seus netos são: pais com problemas emocionais ou uso de álcool ou drogas, gravidez na adolescência, doenças ou mesmo morte dos pais e não-aceitação dos netos em lares adotivos.

Shore (1991) realizou uma pesquisa com 203 avós que criavam os netos, na qual foram avaliadas três medidas de funcionamento psi-

cológico: *bem-estar ou satisfação com o papel*, *significado do papel* e *relacionamento com os netos*. A análise dos dados, feita através de uma *path analysis*, sugeriu que a reassunção do papel de pais teve um impacto negativo para os avós, exceto na variável *significado do papel*. Os dados ainda sugeriram um senso de isolamento entre aqueles que criavam os netos, como também confusão de papel. Esses fatores podem ter sido exacerbados pelas dificuldades de comportamento de muitos netos, como resultado do conflito familiar precedente à perda dos pais, como também pela falta de habilidades parentais por parte dos avós que assumiram o papel de pais.

Pesquisa realizada por Ehrle e Day (1994) com 15 avós que criavam os netos detectou que o fator que mais contribuiu para isso foi o abuso de álcool ou drogas por parte dos filhos. O maior problema encontrado por elas foi o conflito resultante do comportamento irresponsável dos filhos e sua repercussão no desenvolvimento dos netos. Os sentimentos experimentados pelas avós foram de obrigação, ao mesmo tempo em que expressaram raiva, medo e culpa por julgarem que falharam como mães. As avós também reportaram sentimento de isolamento social e perda pessoal, ao reassumirem a criação dos netos, enquanto suas companheiras, que não criavam netos, estavam desfrutando de momentos de ociosidade e de lazer. Todas expressaram o desejo de que os pais viessem a cuidar dos seus filhos, embora algumas duvidassem disso e esperassem cuidar dos netos até a maioridade deles. Apesar da grave disrupção familiar que originou a situação, as avós foram capazes de fornecer os cuidados aos seus netos e experimentaram alegria e satisfação com isso, em uma demonstração de que, apesar de tudo, os benefícios foram maiores do que os custos.

No entanto, apesar de sua importância para a sociedade, os avós que criam seus netos ainda têm sido pouco estudados no Brasil. Destacamos duas pesquisas: uma que foi realizada por Oliveira (1993) e outra por Atalla (1996), ambas de natureza qualitativa.

Oliveira (1993) estudou a situação na qual avós cuidavam de seus netos em virtude de os pais não poderem fazê-lo. Os participantes foram quatro avós, um avô e 11 netos. Seu foco de interesse foi a relação educativa que pode florescer entre avós e netos no âmbito do cotidiano prático e simbólico por eles vivido e compartilhado. Entre outras questões, o autor considerou que a decisão de cuidar dos netos, em geral, é bem acolhida pelos avós, mesmo que eles só sejam lembrados por sua dedicação servil. "Olhar os netos" confere aos idosos um significado para as suas próprias vidas, pois eles se sentem menos pesados dentro de casa. A presença dos netos traz esperanças. Os idosos tratam as crianças como um igual, e o ritmo é outro, baseado no con-

versar, em que se preserva a sabedoria, transformando o cotidiano em uma aventura. A princípio, o cuidar dos netos pode trazer problemas, especialmente se for resultante de separação ou abandono dos pais. Aos poucos, porém, a situação é menos ameaçadora. Os avós educam e, ao mesmo tempo, são reeducados pelas crianças. Estas os forçam a reviver situações, lembranças, conhecimentos, e os conduzem a novas situações, programas e hábitos. Eles se renovam como sujeitos nesse convívio.

Atalla (1996), por sua vez, estudou cinco avós maternas que cuidavam dos netos durante algum tempo, enquanto seus pais trabalhavam. A autora concluiu que a decisão de cuidar do neto já está presente durante a gestação, em face da angústia dos pais em saber quem cuidaria do bebê. Enquanto algumas avós se sentiram pressionadas a tomarem tal decisão e o fizeram com relutância, por dever, outras esperavam por isso e a aceitaram com prazer. Os sentimentos experimentados por elas foram ambivalentes: cansaço e medo de perder sua privacidade se misturaram aos de realização, renovação, orgulho e satisfação por terem contribuído com seus filhos e netos. Para as avós entrevistadas, o cuidar dos netos seria prova de saúde, amor, trabalho e sentimento de utilidade.

Tendo em vista a importância que esses avós têm para a sociedade, o pouco reconhecimento que ainda lhes é conferido, bem como o fato de que as pesquisas realizadas têm enfatizado a figura da avó, interessamo-nos em realizar uma pesquisa quantitativa com avós de ambos os sexos, que criam seus netos, para verificar como se percebem e se sentem nesse papel. Espera-se que ela possa contribuir com a literatura sobre o papel dos avós na família e oferecer subsídios aos profissionais que lidam com crianças, idosos e famílias.

1. Método

1.1. Sujeitos

Na primeira fase da pesquisa foram entrevistados 19 avós (10 mulheres e 9 homens) que criam seus netos. Na segunda fase, participaram 62 avós, sendo 32 avós e 30 avôs que criam, ao menos, um(a) neto(a).

Em relação às avós, sua idade variou entre 32 a 76 anos, com média de 53 anos. A maioria era casada e possuía o segundo grau completo. A média de idade dos filhos foi de 26 anos e a dos netos foi de 5 anos. A maioria dos filhos também possuía segundo grau completo e o estado civil era solteiro.

A renda familiar média ficou em torno de oito salários. Vinte avós criavam apenas um(a) neto(a); nove criavam dois netos; uma avó criava três netos e duas avós criavam cinco netos. Dezenove avós criavam filhos de filhas; nove criavam filhos de filhos; duas criavam netos oriundos de filhos de ambos os sexos e duas não disseram o sexo do filho.

No que se refere aos avôs, sua idade variou entre 41 a 86 anos, com média de 61 anos. A maioria era casada e possuía o segundo grau completo. A média de idade dos filhos foi de 30 anos e a dos netos foi de 8 anos. A maioria dos filhos possuía também o segundo grau completo e o estado civil era solteiro. A renda familiar ficou em torno de 13 salários. Vinte e um avôs criavam apenas um(a) neto(a); seis criavam dois netos; dois criavam três netos e um criava quatro netos. Dezoito avôs criavam filhos de filhas; dez avôs criavam filhos de filhos e dois criavam netos oriundos de filhos de ambos os sexos.

1.2. Instrumento

Inicialmente, foi utilizado um roteiro de entrevista realizada de forma semidirigida, com 19 avós. Em seguida, as respostas foram analisadas e categorizadas por temas afins e foi elaborado o questionário da pesquisa com 12 questões de múltipla escolha, enfocando as seguintes variáveis: 1. os motivos que levaram os avós a criarem seus netos; 2. de quem partiu a iniciativa para criar o(a) neto(a); 3. os sentimentos experimentados pelos avós ao criarem os netos; 4. a avaliação da criação dada ao(à) neto(a); 5. as dificuldades sentidas na criação do(a) neto(a); 6. a avaliação do relacionamento dos avós com os pais do(a) neto(a); 7. as vantagens de criar um(a) neto(a); 8. a relação estabelecida entre os avós e seus netos; 9) a diferença entre ser mãe(pai) e ser avó(ô); 10. a diferença entre o(a) neto(a) que cria e os demais netos; 11. a avaliação sobre a continuidade da criação do(a) neto(a); 12. a contribuição do(a) filho(a) para a criação do(a) neto(a). Abaixo de cada item foi reservado um espaço para que o(a) participante escrevesse livremente sobre o assunto, sempre que achasse necessário. Esse espaço foi denominado "outra opção". O final do questionário foi composto por questões referentes aos dados sociodemográficos sobre os avós, filhos e netos. Esse questionário foi aplicado a 62 avós (32 mulheres e 30 homens) e foi apresentado de duas formas: uma para os avôs e uma para as avós.

1.3. Procedimento de coleta de dados

Os avós que participaram da pesquisa foram abordados, na maioria das vezes, em suas próprias casas. Eles responderam ao questionário

individualmente, após a apresentação dos objetivos da pesquisa, sendo-lhes facultada a colaboração.

1.4. Procedimento de análise dos dados

A análise estatística compreendeu a freqüência e o percentual dos dados obtidos. As comparações foram feitas através do uso do teste de Diferenças entre Duas Proporções (representado nos quadros como z), levando em consideração os percentuais de respostas de cada grupo e o total de respostas emitidas em cada tabela. Também foi feita uma análise qualitativa da categoria "outra opção", que será apresentada juntamente com a discussão dos resultados.

2. Resultados e discussão

Os resultados serão apresentados em forma de tabelas, referentes a cada variável pesquisada, obedecendo à seqüência dos itens do questionário. Na discussão serão consideradas apenas as respostas que obtiveram maior freqüência. Vale salientar que, devido à possibilidade de marcar várias alternativas para cada questão, o total da freqüência pode ultrapassar o total de sujeitos. A discussão dos resultados e a análise da categoria "outra opção" seguem imediatamente abaixo de cada tabela. Em virtude da escassez de bibliografia sobre o assunto, os resultados serão discutidos de forma conjuntural e, sempre que possível, serão confrontados com estudos anteriores.

No Quadro 1 constam os resultados acerca dos *motivos que levaram os avós a criarem seus netos.*

Quadro 1
Motivos que levaram os avós a criarem os netos (N = 62)

MOTIVOS	AVÓS		AVÓS	
	f	%	f	%
Separação dos pais	13	37,14	10	26,31
Gostar de criar pessoas	1	2,85	3	7,89
Dificuldades financeiras por parte dos pais	7	20,00	6	15,78
Gravidez na adolescência	7	20,00	7	18,42
Imaturidade dos pais	2	5,71	4	10,52
Abandono por parte dos pais	2	5,71	6	15,78
Doença por parte dos pais	1	2,85	1	2,63
Uso de drogas por parte dos pais	1	2,85	1	2,63
Maus-tratos por parte dos pais	2	5,71	–	–
Morte de um ou ambos os pais	1	2,85	1	2,63
TOTAL	**35**		**38**	

Com relação aos motivos que levaram os avós a criarem seus netos, os itens que prevaleceram foram: "separação dos pais", com 37,14% para as avós e 26,31% para os avôs; "gravidez na adolescência por parte de um(a) filho(a)", com 20% para as avós e 18,42% para os avôs; "dificuldades financeiras por parte dos pais", com 20% para as avós e 15,78% para os avôs. Isso vem confirmar a afirmação feita por Dias e Silva (1999) de que, além de participarem do cotidiano da vida dos filhos, na maioria das vezes, os avós são especialmente mobilizados nos momentos de crise vividos pela família. Por outro lado, os motivos alegados divergem dos encontrados por Ehrle e Day (1994), que constataram ser o abuso de álcool ou drogas pelos pais o fator que mais contribuiu para que os avós criassem seus netos.

Na categoria "outra opção" alguns avôs reforçaram o fato de que os mesmos foram levados a criarem seus netos pelos seguintes motivos: "a falta de condições financeiras por parte dos filhos" (n = 2); "o abandono da criança por parte dos pais" (n = 2); "a falta de pai" (n = 1); "falta de saúde da mãe" (n = 1); "gravidez fora do casamento" (n = 1); "mudança dos pais para São Paulo e saudade da neta" (n = 1); "a mãe é empregada doméstica em minha casa e depois eu soube que sua filha era minha neta" (n = 1). No que se refere às avós, elas acrescentaram: "a filha engravidou e o pai da criança não quis casar" (n = 5); "o(a) filho(a) se separou e voltou para a casa dos pais" (n = 3); "os pais trabalham" (n = 2); "as netas são gêmeas e os pais têm dificuldades para criar" (n = 1); "porque a filha fez produção independente e sobra para a avó" (n = 1); "para sentir-me ocupada e com objetivo na vida" (n = 1); "acidente que deixou o pai paraplégico ou morte do pai" (n = 2); "a mãe era vagabunda e andava nos bares com o menino" (n = 1).

No Quadro 2 encontram-se os resultados acerca de quem tomou a *iniciativa para criar os netos.*

Quadro 2
De quem foi a iniciativa de criar os netos (N = 62)

DE QUEM FOI A INCIATIVA	AVÓS		AVÔS	
	f	%	f	%
O juiz me deu a guarda	1	3,33	1	3,12
Por parte do(a) filho(a)	5	16,66	5	15,62
Do(a) próprio(a) neto(a)	2	6,66	3	9,37
Por parte de mim mesmo(a)	22	73,33	23	71,87
TOTAL	**30**		**32**	

Quanto à tomada de iniciativa para criar os netos, os avós, em sua maioria, afirmaram que foi "por parte de mim mesmo" (73,33% das avós e 71,87% dos avôs), enquanto outros disseram que "foram os fi-

lhos quem tomaram a iniciativa" (16,66% das avós e 15,62% dos avôs). Devido ao fato de que os avós, provavelmente, se sentem responsáveis e solidários diante das dificuldades em que seus filhos se encontram, eles tomam a iniciativa de criarem o(a) neto(a).

Na categoria "outra opção", os avôs acrescentaram: "a volta da filha para casa por ocasião da separação" (n = 2); "da avó" (n = 1); "os pais já moravam comigo" (n = 1); "dos dois lados" (n = 2); "a mãe não se opôs, pois casou pela segunda vez, e o pai também não" (n = 1). As avós salientaram que: "a mãe falou que ia abandonar a criança porque o pai a abandonou e aí eu assumi" (n = 1); "quando a mãe começou a andar nos bares, eu tomei o menino" (n = 1); "por parte da nora, que não tem condições de criá-los" (n = 1); "por minha iniciativa e de minha filha" (n = 2); "minha filha mais velha gostava de beber e não tomava conta dele" (n = 1); "a criança estava na minha casa no dia do acidente do pai e acabou ficando" (n = 1); "o próprio neto pediu para ser adotado" (n = 1); "se é de alguém tomar conta, eu sou avó e tomo" (n = 1); "não abandono nunca um neto que Deus colocar na minha vida" (n = 1).

No Quadro 3 encontram-se os resultados acerca dos *sentimentos experimentados com a criação do (a) neto(a).*

Quadro 3
Sentimentos experimentados com a criação do(a) neto(a) (N = 62)

SENTIMENTOS	AVÓS		AVÔS	
	f	%	f	%
Felicidade	10	18,51	15	31,91
Tristeza	6	11,11	1	2,12
Revivi o papel de pai/mãe	9	16,66	9	19,14
Revolta/não-conformação	4	7,40	2	4,25
Satisfação	5	9,25	5	10,63
Obrigação/responsabilidade	16	29,62	13	27,65
Sobrecarga	4	7,40	2	4,25
TOTAL	**54**		**47**	

Acerca dos sentimentos experimentados, os itens mais assinalados pelos avós foram: "felicidade" (18,51% pelas avós e 31,91% pelos avôs) e "obrigação/responsabilidade" (29,62% das avós e 27,65% dos avôs).

Na categoria "outra opção", os avôs afirmaram: "no início revolta, depois aceitação" (n = 2); "obrigação e responsabilidade" (n = 2); "felicidade porque ficou perto de nós" (n = 1); "criar os meus dois netinhos para mim é um bem incomensurável. É vida" (n = 1); "o neto é a alegria da casa" (n = 2); "me senti fazendo os dois papéis: de pai e avô" (n = 1). As avós acrescentaram: "tivemos que nos desdobrar em trabalho, mas valeu a pena" (n = 1); "tristeza pelas circunstâncias da

separação" (n = 1); "felicidade porque é filho duas vezes" (n = 1); "me sinto mais mãe do que a própria mãe delas" (n = 1); "nem feliz, nem triste, deixo acontecer. Apenas digo para tomarem vergonha na cara porque hoje em dia só engravida quem quer" (n = 1); "felicidade por ter uma criança em casa e tristeza por ver pais adolescentes colocando uma criança no mundo sem nenhum preparo" (n = 1); "no começo foi uma grande preocupação pelo fato de minha filha ser muito nova, tinha 18 anos" (n = 1). Verificamos, assim, que há muita ambivalência em relação aos sentimentos experimentados pelos avós por ocasião de criar o(a) neto(a), conforme também fora constatado por Ehrle e Day (1994) e Atalla (1996).

No Quadro 4 estão os resultados acerca da *avaliação que os avós fazem da criação dada ao(à) neto(a).*

Quadro 4
Avaliação da criação dada ao(à) neto(a) (N = 62)

AVALIAÇÃO DA CRIAÇÃO	AVÓS		AVÔS		Z
	f	%	f	%	
É normal	3	5,55	13	26,00	2,945 p < 0,04
É difícil porque cada um tem seu jeito	8	14,81	4	8,00	–
Crio do mesmo jeito que criei os filhos	10	18,51	14	28,00	–
É confuso porque todos dão opinião	4	7,40	2	4,00	–
É fácil porque o neto não dá trabalho	3	5,55	3	6,00	–
É trabalhoso por causa da minha idade	10	18,51	4	8,00	–
É fácil porque todos ajudam	4	7,40	2	4,00	–
É difícil pela questão financeira	9	16,66	4	8,00	–
Tudo que faço combino com os pais	3	5,55	4	8,00	–
TOTAL	**54**		**50**		**–**

Quanto à avaliação da criação, observa-se que a maioria dos avós que criam os netos assinalaram que os criam "do mesmo jeito que criaram seus filhos" (18,51% das avós e 28% dos avôs). Outro item que se destacou para os avôs foi a criação ser "normal" (26%), o qual apresentou diferença significativa em relação às avós (5,55%). Tal diferença apresentou um z = 2,945 a um p < 0,04. Ressaltamos também que as avós consideraram trabalhoso criar um neto por conta da sua idade avançada, e acharam que cada um tem seu jeito de criar. Isso vem indicar que as mulheres sentem mais dificuldade do que os homens, provavelmente porque recai sobre elas o ônus da criação, como ainda é esperado socialmente da mulher.

Na categoria "outra opção", os avôs colocaram que consideram a criação "fácil devido à experiência que adquirimos" (n = 2); "é muito prazeroso criar um neto, principalmente sendo o primeiro" (n = 1);

"nenhuma dificuldade, porque Deus, quando me deu eles, me deu uma situação financeira melhor" (n = 1); "o amor supera todos os obstáculos" (n = 1). Já as avós acrescentaram: "a criação de primeiro era mais fácil, agora é mais difícil porque são mais rebeldes" (n = 1); "a mais velha é mais danada" (n = 1); "eu tenho muito receio por causa da favela onde moro, daí eu prendo muito eles" (n = 1); "parece que a mãe é irmã delas, eu tenho mais autoridade e responsabilidade" (n = 1); "em casa todos ajudam, a questão financeira aparece sim, porque toda criança necessita de cuidados" (n = 1); "nem ela desfaz o que eu digo, nem eu desfaço o que ela faz" (n = 1); "dou banho, dou comida e jogo para lá" (n = 1), "não é que eles aperreiem, mas com o tempo a gente vai ficando cansada e doente e tudo passa a irritar" (n = 1); "as crianças obedeciam mais e não tenho mais saúde" (n = 1). Essas colocações confirmam os resultados encontrados por Shore (1991), no sentido que os avós que criam seus netos sentem-se estressados e confusos quanto ao papel exercido juntos aos netos, embora também possam auferir prazer com o mesmo.

No Quadro 5 estão dispostos os resultados acerca das *dificuldades sentidas na criação do(a) neto(a).*

Quadro 5
Dificuldades percebidas pelos avós na criação do(a) neto(a) (N = 62)

DIFICULDADES PERCEBIDAS NA CRIAÇÃO	AVÓS		AVÔS		
	f	%	f	%	z
Nenhuma	8	18,60	15	41,66	2,27p < 0,04
O(a) neto(a) dá trabalho nos estudos	5	11,62	2	5,55	–
Muitas pessoas interferindo	7	16,27	3	8,33	–
O(a) neto(a) apresenta problemas de comportamento	4	9,30	3	8,33	–
Condição financeira difícil	10	23,25	6	16,66	–
O(a) neto(a) não corresponde ao meu carinho	-	-	1	2,77	–
Dificuldades para colocar limites	9	20,93	6	16,66	–
TOTAL	**43**		**36**		–

Quando indagados sobre as dificuldades encontradas, os avôs responderam, em sua maioria, que não havia "nenhuma dificuldade"

(41,66%), enquanto somente 18,60% das avós assinalaram esse item. Esse resultado foi significativo a um $z = 2,27$ $p < 0,04$, e mostra como, para os avôs, parece não haver maiores dificuldades na criação dos netos, o que não é compartilhado pelas avós. Já outros afirmaram que, entre as dificuldades encontradas, estão: a "condição financeira difícil" para dar boa educação (23,25% das avós e 16,66% dos avôs) e "dificuldades para colocar limites para o(a) neto(a)", com 20,93% para as avós e 16,66% para os avôs.

Esses dados demonstram que a situação financeira é um dos fatores mais preocupantes, dado o momento atual que vive nosso País. Por outro lado, a dificuldade em colocar limites para os netos pode ser resultado do conflito familiar resultante de interferências na criação ou mesmo do crescimento do neto, aliado ao declínio físico dos avós. Segundo Kennedy e Keeney (1988), o nível de energia decrescente, a incidência de sintomas e doenças decorrentes da idade, bem como a tendência em buscar mais controle e se tornar mais rígido não são qualidades desejadas para os pais de crianças ou adolescentes rebeldes.

Na categoria "outra opção", as dificuldades encontradas pelos avôs foram "agora está difícil porque a mãe está envolvida com drogas" (n = 1); "ele só requer amor, atenção e cuidados porque é uma criança especial, tem síndrome de Down" (n = 1); "todas as dificuldades são superadas quando o amor é a tônica em qualquer situação" (n = 1). Já as avós salientaram: "ela só vai à escola forçada" (n = 1); "tenho que levá-las e buscá-las em tudo e já não sou criança" (n = 1); "o mais difícil é minha saúde, que eu não tenho" (n = 2); "o pai não ajuda, só quando quer" (n = 1); "tudo o que ela quer acaba sendo feito" (n = 2).

No Quadro 6 estão os resultados acerca da *avaliação do relacionamento entre os avós e os pais do(a) neto(a).*

Quadro 6
Avaliação do relacionamento com os pais do(a) neto(a) (N = 62)

RELACIONAMENTO COM OS PAIS	AVÓS		AVÔS	
	f	%	f	%
Com ambos é excelente	3	11,11	8	26,66
Com a mãe é bom, mas com o pai é difícil	6	22,22	12	40,00
Com ambos é difícil	2	7,40	1	3,33
Com ambos é bom	12	44,44	8	26,66
Com o pai é bom, mas com a mãe é difícil	4	14,81	1	3,33
TOTAL	**27**		**30**	

Com relação à avaliação do relacionamento dos avós com os pais do(a) neto(a), observou-se que os avós ressaltaram que se relacionam melhor com as mães de seus netos, enquanto com o pai é difícil

ou não existe relacionamento (22,22% das avós e 40% dos avôs), ou o relacionamento com ambos é bom (44,44% das avós e 26,66% dos avôs). É provável que os avós relacionem-se melhor com as mães de seus netos por estas serem suas filhas, já que foi verificado que a maioria deles é do lado materno.

Na categoria "outra opção", os avôs afirmaram que: "o pai é falecido, mas o relacionamento era bom, já a mãe usa o menino para conseguir o que quer" (n = 1); "não falo com o pai porque não é confiável" (n = 1); "com o pai é distante, mas a mãe vem vê-lo todos os dias" (n = 1); "não dão opinião na criação do neto, eu quis assim" (n = 1); "o relacionamento com a mãe é impossível" (n = 1); "a mãe continua trabalhando na minha casa" (n = 1). As avós acrescentaram: "a mãe é mais intransigente" (n = 1); "meu marido faz questão de não querer nada dele" (n = 1); "com a mãe é difícil e o pai é errado e troncho" (n = 1); "ele só paga a pensão e visita semanalmente" (n = 1); "com os genros é ruim, pois nenhum presta" (n = 1); "com minha filha muitíssimo bem, mas não aceito o modo como ele age, é uma pessoa boa, mas irresponsável e só aparece e dá o que quer" (n = 1); "minha filha é supercompreensiva e meu genro mora fora, a trabalho, mas o relacionamento é excelente" (n = 1).

Algumas respostas sugerem que existem atritos entre as duas gerações mais velhas, o que pode ter contribuído para o fato de a criação dos netos ser realizada pelos avós.

No Quadro 7 constam os resultados acerca das *vantagens ao se criar um neto.*

Quadro 7
Vantagens percebidas pelos avós ao criarem um(a) neto(a) (N = 62)

VANTAGENS NA CRIAÇÃO DO(A) NETO(A)	AVÓS		AVÔS	
	f	%	f	%
É melhor criar neto(a) do que filho(a)	–	–	2	3,92
Dou ao(à) neto(a) o que não pude dar aos filhos	10	15,15	7	13,72
Temos outra cabeça e experiência	15	22,72	11	21,56
Uma criança traz tudo de bom	11	16,66	9	17,64
O(a) neto(a) me faz companhia	10	15,15	7	13,72
Sua proximidade me deixa tranqüilo(a)	12	18,18	8	15,68
O(a) neto(a) contribui nos afazeres da casa	–	–	1	1,96
Nenhuma	8	12,12	6	11,76
TOTAL	**66**		**51**	

Foram considerados vantagens em criar um(a) neto(a) principalmente os fatos de que os avós disseram ter outra cabeça e mais experiência (22,72% dos avôs e 21,56% das avós); de que uma criança traz tudo de bom (16,66% e 17,64% dos avôs); e sua proximidade deixa-os

mais tranqüilos (18,18% das avós e 15,68% dos avôs). Isso vem confirmar a afirmação de Barros (1987) de que através das diferenças entre seu passado como pais e seu presente como avós é que se pode traçar um perfil da relação entre eles e os seus netos, resgatando, por meio destes últimos, aquela vida que não foi possível ser vivida, em uma reflexão sobre suas atitudes passadas.

Na categoria "outra opção", os avôs elencaram que "não há vantagens" (n = 3); "é melhor criar um neto do que certos filhos" (n = 1); "a vantagem é para o neto" (n = 1); "maravilhoso cuidar dele" (n = 1); "gratificante, pois somos pai e avô duas vezes" (n = 1); "me arrependi desde o dia que nasci" (n =1); "vantagem nenhuma, mas é meu sangue, pode até vir a ter ainda" (n = 1). As avós acrescentaram: "agora tenho mais tempo e posso dar mais atenção" (n = 1); "os filhos já não dão gosto, imagine os netos!" (n = 1); "vai crescendo e ficando rebelde, estou sem saúde e ficando velha" (n = 1); "a vantagem é para os netos, para mim, nenhuma" (n = 2); "para mim tem muita vantagem, pois sou desquitada, só tenho essa filha e as netas preenchem minha vida" (n = 1); "a vantagem é que amanhã ou depois eles é que vão me servir" (n = 1); "ele(a) me traz muita felicidade" (n = 2); "a avó tem mais paciência, até porque tem mais experiência, a casa fica mais alegre com criança e minha neta me faz bastante companhia" (n = 1).

No Quadro 8 estão dispostos os resultados acerca da *avaliação do relacionamento estabelecido com o(a) neto(a)*.

Quadro 8
Avaliação do relacionamento estabelecido com o(a) neto(a) (N = 62)

RELACIONAMENTO COM O(A) NETO(A)	AVÓS		AVÔS		Z
	f	%	f	%	
É melhor comigo do que com o pai	6	13,95	4	10,81	–
Excelente	8	18,60	12	32,43	–
Conflituoso	–	–	–	–	–
Quando era criança, era mais fácil	–	–	2	5,40	–
É melhor comigo do que com a mãe	14	32,55	5	13,51	2,10 p < 0,04
Bom	15	34,88	14	37,83	–
TOTAL	**43**		**37**		**–**

Quanto ao relacionamento estabelecido entre os avós e o(a) neto(a), este foi considerado "bom" (34,88% das avós e 37,83% dos avôs), o que mostra que, apesar das possíveis divergências e conflitos com os pais dos netos, o relacionamento com os netos é preservado. Um resultado significativo foi o item "é melhor comigo do que com a mãe", mais assinalado pelas avós do que pelos avôs (z = 2,10 a um p < 0,04), que parece indicar a existência de rivalidade entre algumas avós e as mães dos seus netos.

Na categoria "outra opção", os avôs colocaram que: "com o mais velho me dou bem, o mais novo é revoltado" (n =1); "com os avós ele é mais alegre (criança especial)". As avós acrescentaram: "é mais ou menos" (n = 1), "ele tem o gênio ruim, igual ao da mãe" (n = 1); "preciso dar uma lapadinha de vez em quando para exemplar" (n = 1); "eles são traquinas, mas o relacionamento é bom" (n = 1); "é melhor comigo do que com os pais" (n = 2); "às vezes é desobediente, coisas de criança, nada de anormal" (n = 1); "amo-os de coração" (n = 1); "eles me amam profundamente e sentem muita segurança comigo e com meu marido" (n = 1); "nosso relacionamento é ótimo, ela tem ótima percepção das coisas" (n = 1).

O Quadro 9 se refere à *diferença percebida entre ser pai(mãe) e avô(ó).*

Quadro 9
Diferenças percebidas entre ser pai(mãe) e avô(ó) (N = 62)

DIFERENÇAS ENTRE SER PAI(MÃE) E AVÔ(Ó)	AVÓS		AVÔS		Z
	f	%	f	%	
Não existe diferença/É a mesma coisa	9	16,98	11	22,91	–
O(a) avô(ó) é pai/mãe duas vezes	14	26,41	15	31,25	–
É cansativo exercer os dois papéis	7	13,20	1	2,08	2,19 p < 0,04
O(a) avô(ó) é mais bobo(a) e paciente	11	20,75	12	25,00	–
Antigamente era mais fácil criar	4	7,54	6	12,50	–
Ser avô(ó) é melhor do que ser pai(mãe)	4	7,54	1	2,08	–
Os pais dizem que a gente bota a perder	4	7,54	2	4,16	–
TOTAL	**53**		**48**		**–**

Em relação à diferença entre ser pai(mãe) e avô(ó), foi citado que "o(a) avô(ó) é pai(mãe) duas vezes" (26,41% das avós e 31,25% dos avôs); que "os avós são mais bobos e pacientes" (20,75% das avós e 25% dos avôs), o que vem comprovar que o papel de avós que criam os netos comporta uma reassunção do papel de pais. Isso também foi assinalado pelos avós que não criavam seus netos na pesquisa realizada por Silva e Dias (1999). Um resultado que apresentou diferença significativa entre os sexos foi o item "é cansativo exercer os dois papéis", que foi mais assinalado pelas avós do que pelos avôs (z = 2,19 a um p < 0,04). Isso vem confirmar que é sobre elas que recaem os cuidados mais intensos com os netos, conforme já referido.

Na categoria "outra opção" foram dadas as seguintes respostas pelos avôs: "antes a situação financeira era melhor" (n = 1); "ambos são bons, mas ser avô é uma bênção" (n = 1); "não há diferença" (n = 1); "é melhor ser pai porque é pai" (n = 1); "o sentimento e a responsabilidade como avô é bem maior" (n = 1); "tem que ser mesmo, portanto, não há diferença" (n = 1). Com relação às avós, destacaram-se: "como

hoje sou aposentada, disponho de mais tempo" (n = 1); "temos mais amor aos netos do que aos filhos, ficamos abestalhados" (n = 1); "acho a coisa mais linda do mundo ser mãe e avó ao mesmo tempo" (n = 1); "o amor de vó é o mesmo que o de mãe, só que as mães são mais jovens e podem levar para se divertir e a gente não" (n = 1); "a mãe tem mais responsabilidade e a avó também, mas é mais livre para dar amor, carinho quando a mãe está presente. Quando não, a avó tem que assumir" (n = 1); "às vezes nem os filhos aceitam o que você diz, imagine os netos" (n = 1); "é melhor ser mãe porque ser avó é fogo, as filhas jogam tudo em cima de mim" (n = 1).

No Quadro 10 estão as respostas referentes à *diferença entre o(a) neto(a) que os avós criam e os demais* (caso os tenha).

Quadro 10
Diferenças percebidas entre o(a) neto(a) que cria e os demais (N = 62)

DIFERENÇAS PERCEBIDAS ENTRE OS NETOS	AVÓS		AVÔS	
	f	%	f	%
A convivência faz a gente se apegar mais	11	41,82	14	50,00
O(a) neto(a) que crio dá menos trabalho	1	4,34	1	3,57
O(a) neto(a) que crio me obedece mais	2	8,69	3	10,71
O(a) neto(a) que crio é mais apegado a mim	6	26,08	8	28,57
O(a) neto(a) que crio dá mais trabalho	3	13,04	2	7,14
TOTAL	**23**		**28**	

Com relação à diferença entre o(a) neto(a) que os avós criam e os demais, foi revelado que a preferência dos avós se dá com o(a) neto(a) que eles criam (41,82% das avós e 50% dos avôs) porque, segundo eles, a convivência faz com que se apeguem mais, o que, por sua vez, faz com que os netos que criam sejam mais apegados a eles (26,08% das avós e 28,57% e dos avôs).

Na categoria "outra opção", foi citado pelos avôs que: "não há diferença" (n = 4); "o apego é maior pelo que crio, com ele posso dizer que sou pai" (n = 3). Já as avós disseram: "o meu amor pelos quatro netos é igual e todos me obedecem" (n = 1); "os outros netos morrem de ciúme" (n = 1); "é claro que a responsabilidade é bem maior sobre o neto que está com a gente" (n = 1); "tenho outros netos, mas estão longe e isso dificulta a relação" (n = 1).

No Quadro 11 estão dispostos os resultados sobre a *continuidade da criação do(a) neto(a)*.

Quadro 11
Quem deve continuar criando o(a) neto(a) (N = 62)

CONTINUIDADE DA CRIAÇÃO	AVÓS		AVÔS	
	f	%	f	%
É melhor continuar comigo	9	45,00	11	35,48
Depende da decisão do neto	4	20,00	8	25,80
Ser criado pela mãe, mas não pelo pai	2	10,00	3	9,67
Ser criado pelo pai, mas não pela mãe	–	–	1	3,22
Pelos próprios pais porque é diferente	5	25,00	8	25,80
TOTAL	**20**		**31**	

Como pode se verificar nesse quadro, a maioria dos avós considera que a criação dos netos deve ser continuada por eles próprios (45% das avós e 35,43% dos avôs); em contrapartida, outros acham que a criação deve ser continuada pelos pais porque existe diferença na criação, e a criança fica muito confusa (25% das avós e 25,80% dos avôs), enquanto outros salientaram que depende da decisão do(a) neto(a) (20% das avós e 25,80% dos avôs). É interessante notar que, apesar das dificuldades encontradas, principalmente pelas avós, a maioria prefere continuar criando seus netos.

Na categoria "outra opção", os avôs salientaram: "a mãe não tem condição e deve continuar comigo" (n = 6); "quando houver condições, pelos pais" (n = 3), "depende da decisão do neto, quando a idade permitir" (n = 2); "se mudar, eu vou sentir, pois eu tenho mais paciência" (n = 1). Já as avós acrescentaram: "dado a minha idade avançada, eu preferia que ele fosse criado pelos pais porque quando ele chegar na adolescência eu temo não ter pulso para ele" (n = 1); "ser criada pelos pais e por mim, não concordo com a separação agora" (n = 1); "se eles tivessem condições, pela mãe e pelo pai porque impõem mais respeito" (n = 2); "acho que morar com a mãe e eu fico na reserva. Ela quer muito ter o canto dela" (n = 1).

No Quadro 12 estão os resultados sobre a *contribuição do(a) filho(a) para a criação do(a) neto(a)*.

Quadro 12
Contribuição do(a) filho(a) para a criação do(a) neto(a) (N = 62)

CONTRIBUIÇÃO DO(A) FILHO(A)	AVÓS		AVÔS	
	f	%	f	%
Contribui em todos os sentidos	14	43,75	11	31,42
Ajuda financeiramente	9	28,12	8	22,85
Procura o filho para momentos de lazer	4	12,50	10	28,57
Não contribui	5	15,62	6	17,14
TOTAL	**32**		**35**	

Quanto à contribuição dada pelo(a) filho(a) para a criação do(a) neto(a), pode-se observar que os avós consideram que a maioria contribui em todos os sentidos (43,75% das avós e 31,42% dos avôs). Outros contribuem apenas financeiramente (28,12% das avós e 31,42% dos avôs), ou procuram o(a) filho(a) para momentos de lazer (12,50% das avós e 28,57% dos avôs).

Na categoria "outra opção", os avôs colocaram: "ajuda, mas não financeiramente" (n = 2); "contribuem em todos os sentidos" (n = 2); "os pais não desaprovam meu modo de criação" (n = 1); "a filha dá amor, carinho e cuidados de mãe, a ajuda financeira não faz diferença" (n = 1); "não contribui e ainda está dando trabalho envolvendo-se com drogas" (n = 1). Já as avós acrescentaram: "ajuda, mas só quando não estou em casa" (n = 2); "no momento só não contribui financeiramente, mas no restante procuro mostrar aos pais que a responsabilidade é deles" (n = 1); "a filha ajuda, mas o filho não tem pensamento, não quer nada com a vida e bebe" (n = 1).

3. Conclusão

Podemos concluir dizendo que os avós, de maneira geral, mostraram-se ambivalentes no que se refere à criação dos seus netos, pois, embora alguns tenham reclamado da situação, foi deles a iniciativa de criarem o(a) neto(a), bem como avaliaram que a criação deve continuar sob sua responsabilidade. Constatou-se através de suas respostas que fatores como saúde, situação financeira, relacionamento com filhos, genros/noras e até mesmo com os netos são essenciais para que a situação seja vista de forma positiva ou não. Outra constatação diz respeito ao maior envolvimento dos avós do lado materno na criação dos netos, seja pela volta das filhas para a casa paterna, por ocasião da separação, seja pela gravidez na adolescência ou sem casamento. E, finalmente, foi notória nas avós a presença de mais tristeza por ocasião da decisão de criar o(a) neto(a), bem como de estresse e cansaço, o que as leva a se sentirem sobrecarregadas, mas, ao mesmo tempo, a acharem que o relacionamento com o(a) neto(a) é melhor com elas do que com a mãe. Os avôs, por sua vez, consideraram a criação dos netos como normal.

Vale salientar que, da presente pesquisa, fizeram parte avós que criam os netos juntamente com os filhos, enquanto outros se ocupam sozinhos da criação de seus netos. Como a diversidade de situações foi grande, tanto em relação aos motivos como em relação à avaliação e aos sentimentos experimentados nessa situação, considera-se necessária

a continuidade de investigações sobre o tema, pois está sendo cada vez mais reconhecida no meio científico a importância social dos avós.

Pouco se sabe ainda sobre as repercussões da criação dada pelos avós na vida dos netos, em comparação com os cuidados fornecidos por outros parentes ou por pais adotivos, por exemplo. As necessidades e as peculiaridades, tanto dos netos como dos avós que constituem as famílias guardiãs, precisam ser conhecidas para que sua saúde mental seja preservada. Outrossim, sugere-se a implementação de serviços específicos que possam prestar assistência a essas famílias.

4. Referências bibliográficas

ATALLA, M. M. A. *Netos, o olhar das avós*: vivências de avós que cuidam de seus netos. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP – Instituto de Psicologia, 1996.

BARROS, M. L. *Autoridade & afeto*: avós, filhos e netos na família brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

BARTRAM, M.; KIRKPATRICK, D.; HECKER, L.; PREBIS, J. *Strenghts and vulnerabilities of grandfamily functionting*. Trabalho apresentado na 104ª Convenção Anual da Associação de Psicologia Americana. Canadá, 1995.

DIAS, C. M. S. B.; SILVA, D.V. Os avós: uma revisão da literatura nas três últimas décadas. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (org). *Casal e família*: entre a tradição e a transformação. Rio de Janeiro: NAU, 1999. p. 118-149.

EHRLE, G. M.; DAY, H. D. Adjustment and family functioning of grandmothers rearing their grandchildren. *Contemporary Family Therapy,* 16(1), p. 67-82, 1994.

EISENBERG, A. P. Grandchildren's perspectives on relationships with grandparents: the influence of gender across generations. *Sex Roles*, 19(2/4), p. 205-217, 1988.

FISCHER, L. R. Transition to grandmotherhood. *International Journal of Aging and Human Development,* 16(1), p. 67-78, 1983.

JENDREK, M. P. Grandparents who parent their grandchildren: circumstances and decisions. *The Gerontologist*, 34(2), 206-216, 1994.

KENNEDY, J. F.; KEENEY, V. T. The extended family revisited: grandparents rearing grandchildren. *Child Psychiatry and Human Development*, 19, p. 26-35, 1988.

MORAGAS, R. *Gerontologia social*: envelhecimento e qualidade de vida. São Paulo: Paulinas, 1997.

NEUGARTEN, B.; WEINSTEIN, K. The changing american grandparents. *Journal of Marriage and Family*, maio 1964, p. 199-204.

OLIVEIRA, P. S. *Vidas compartilhadas*: o universo cultural das relações avós e netos. Tese de Doutorado. São Paulo: USP – Instituto de Psicologia, 1993.

SHORE, R. J. Grandparents raising grandchildren: a model of psychological functioning. *Dissertation Abstracts International*, 51(9-A), p. 31-83, 1991.

SILVA, N. P.; DIAS, C. M. S. B. Avôs e avós: percepção do papel. *Revista Symposium, Psicologia*, ano 3, número especial, p. 51-67, 1999.
WILCOXON, S. Grandparensts and grandchildren: an often neglected relationship between significant others. *Journal of Counseling and Development*, 65, p. 289-290, 1987.

Da solidão à solidariedade: grupos de familiares de idosos com demência[1]

Vera Coelho e Gláucia Diniz
Universidade de Brasília

1. Envelhecer: mitos e preconceitos

A velhice aparece no imaginário social polarizada em mitos. De um lado está a visão de que cabelos brancos são sinônimo de maturidade e sabedoria. De outro, a visão da velhice como sinal de decadência e proximidade da morte. Sentimentos extremos que vão desde a satisfação e a realização pessoal ao medo da dependência acompanham essas imagens. Perdidas entre um extremo e outro, tanto a sociedade quanto a academia eram cúmplices em manter um profundo silêncio sobre a questão do envelhecimento.

A pessoa velha foi vista durante muito tempo como alguém destituído de obrigações e, conseqüentemente, de direitos. Essa etapa da vida era marcada pela perda da dignidade e do respeito da sociedade. O silêncio e a omissão acerca da velhice vêm sendo quebrados gradativamente em face do envelhecimento da população e suas conseqüências.

Baltes (1995) nos diz que, em termos científicos e sociais, a velhice constitui o período da vida sobre o qual menos conhecemos. As conquistas sociais do idoso são muito recentes, e a gerontologia é uma

[1] Agradecimentos: A Ana Paula Martins de Campos, Ana Maria Toledo Osanai, Jacqueline Loureiro Sombra e Maria de Fátima Tavares Vieira, psicólogas, parceiras na implantação do Serviço de Psicologia Clínica do Centro de Medicina do Idoso. Aos alunos de Psicologia da UnB, pela contribuição na coleta dos dados. Aos familiares dos idosos, pela confiança em nosso trabalho.

ciência jovem. Além disso, populações com um grande número de pessoas idosas representam um fenômeno novo na história da humanidade. Lamentavelmente, o preconceito científico em relação à velhice deixou marcas, confirmando e validando preconceitos sociais (Néri, 1995).

O envelhecimento populacional no Brasil é um fenômeno que não pode mais ser desconsiderado, tendo em vista sua magnitude e implicações. De acordo com o Estatuto do Idoso (2003), o aumento da longevidade e a redução das taxas de mortalidade nas últimas décadas do século XX mudaram o perfil demográfico do País. Não somos mais um "País de jovens". Sendo assim, o envelhecimento tornou-se uma questão fundamental para as políticas públicas. Aproximadamente 8,6% da população brasileira têm idade acima de 60 anos, e desse total 55% são mulheres. Mais ainda, de acordo com a Organização Mundial de Saúde, até 2025 o Brasil será o sexto País do mundo com maior número de idosos – 32 milhões de pessoas –, correspondendo a 14% da população (<www.saude.gov.br>). É grande, portanto, o desafio de se enfrentar essa temática de forma inovadora (Cerqueira & Oliveira, 2002).

Políticas públicas sociais e de saúde precisam oferecer caminhos para essa nova realidade. No âmbito federal, isso começou a acontecer na última década. A Política Nacional do Idoso – Lei nº 8.842, de 4.1.1994 – traçou, em linhas gerais, os direitos da população idosa brasileira. A Política Nacional de Saúde do Idoso – Portaria MS nº 1.385/1999 – veio ampliar a discussão sobre o tema. Alguns anos depois, o Estatuto do Idoso – Lei nº 10.741, de 1.10.2003 – regulou os direitos assegurados às pessoas com 60 anos ou mais. Além da prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, o Estatuto está voltado para políticas que contribuam para a autonomia e ampliação de redes sociais do idoso (Ministério da Saúde, 2004). É fundamental, a partir de agora, que se transformem os pressupostos da legislação em ações municipais, estaduais e federais. Consideramos que a universidade deve envolver-se nesse debate e na busca de conhecimento multidisciplinar sobre o envelhecimento em suas múltiplas dimensões.

O presente trabalho reflete essa tendência crescente de investimento na velhice, seja mediante políticas públicas, pesquisa ou criação de programas de prevenção e assistência. Iniciamos com uma contextualização geral do envelhecimento dentro do ciclo vital. Entretanto, a vivência de uma velhice saudável não constituirá o eixo central desta reflexão. Voltaremos brevemente o nosso olhar sobre as demências, em especial a doença de Alzheimer, para então tratarmos do foco deste trabalho: a experiência dos familiares e/ou cuidadores de pessoas idosas acometidas por demências. Os protagonistas desta reflexão participam

de um projeto de pesquisa e intervenção desenvolvido no Centro de Medicina do Idoso, Hospital Universitário da UnB. Por meio das falas das(os) participantes mostraremos alguns dos temas que organizam a vivência de familiares do idoso fragilizado: o impacto do diagnóstico, a dificuldade de enfrentar a nova realidade, o luto pela perda da pessoa "anterior" e o estranhamento diante da "nova" pessoa que surge com a demência; o impacto da doença sobre os membros da família e em especial sobre quem centraliza a responsabilidade de cuidar do idoso. Concluímos o trabalho com uma reflexão sobre aspectos importantes da vivência das famílias que merecem a atenção dos profissionais interessados no tema da velhice, quer seja no campo da pesquisa ou no da intervenção.

2. O envelhecimento no contexto do ciclo vital

Como etapa integrante do processo de desenvolvimento humano, a velhice é, para alguns indivíduos, fase de satisfação e bem-estar. Já para outros constitui período de dificuldades físicas, emocionais, econômicas e sociais. Perdas inevitáveis ou comumente associadas ao envelhecimento podem comprometer a qualidade de vida do idoso e de sua família, transformando os últimos anos de vida em tempo de sofrimento e desesperança (Xavier e cols., 2003).

Em contraposição à noção de que a velhice é apenas um tempo de perdas e incapacidades, a perspectiva do curso de vida considera que o desenvolvimento – e nesse sentido, o envelhecimento – implica simultaneamente ganhos e perdas. Se, por um lado, comumente se associa a velhice à deterioração, a perdas, um outro olhar nos apresenta faces do envelhecimento, em que a positividade, os ganhos e avanços experienciados nessa fase da vida têm seu lugar (Baltes, 1995).

A fase tardia da vida traz desafios e tarefas que exigem mudanças pessoais e familiares. Walsh (1988) aponta que a forma como cada família lidará com essas demandas dependerá dos recursos, das estratégias de resolução de conflitos, da comunicação, afeto e proximidade adquiridos ao longo das etapas anteriores. Dependerá também da competência e da flexibilidade da família para aceitar perdas e administrar novas demandas. A partir dessa perspectiva, a autora apresenta uma série de processos, também chamados de eventos de transição, que ocorrem nessa etapa. Exploraremos brevemente alguns desses processos.

A saída do(a) último(a) filho(a) de casa coloca o casal diante de uma nova realidade. Significa que concluíram uma etapa importante da vida, que foi a criação dos filhos, e que agora podem reorganizar

o tempo e as prioridades, abrindo espaço para projetos pessoais ou interpessoais que foram deixados de lado. A perda da ênfase nos papéis parentais e a possibilidade de novo foco na relação conjugal pode ser um fator gerador de estresse para o casal. O grau de estresse estará diretamente relacionado com o quanto o exercício da paternidade e da maternidade serviu para aumentar o compartilhamento e a proximidade do casal ou foi fonte contínua de conflitos e distanciamento, causando danos à vivência da intimidade.

O compartilhamento da fase adulta da vida dos filhos pode, por outro lado, ser fonte de satisfação e crescimento. Os pais podem usufruir da companhia e amizade dos filhos adultos em uma base de trocas mais igualitárias e enriquecedoras. Os filhos podem servir como estimuladores de novos projetos, contribuindo para uma reestruturação da vida após a aposentadoria. Além do mais, à medida que os filhos constroem suas próprias famílias eles abrem para seus pais a possibilidade de vivenciarem o papel de avós, função que gera uma variedade de oportunidades de interações significativas.

O declínio da atividade profissional e a conseqüente aposentaria de um ou de ambos os cônjuges constituem um desafio importante nessa etapa da vida. A possibilidade de vivência positiva desse processo dependerá de uma série de fatores, dentre eles a capacidade dos cônjuges, seja individual ou conjuntamente, de desenvolverem projetos alternativos que tragam continuidade, satisfação e dêem sentido à vida.

Ao longo do período de envelhecimento, outros processos também podem ser fonte de estresse. Os casais idosos enfrentam ou já enfrentaram a perda dos seus pais, de amigos e outros parentes significativos. A perda do cônjuge por separação e os desafios associados à viuvez são fenômenos comuns nessa etapa. Para os casais que permanecem juntos, o declínio da saúde e da vitalidade aparece como fator contínuo de preocupação. As conseqüências financeiras e afetivas dos processos de adoecimento atingem não só as pessoas idosas, mas a família como um todo.

Embora tenhamos ressaltado alguns desafios, tarefas e demandas específicas do envelhecimento, entendemos o ciclo vital como um processo multidimensional, pluridterminado e contínuo. Néri (1995) corrobora essa idéia. A autora adota uma perspectiva do curso de vida que se apóia

> nas tradições contextualista e dialética que, além de rejeitar a noção de estágios referenciados ao tempo físico, abandona as concepções acumulativas e unidirecionais das teorias de estágios, em favor da aceitação dos princípios da multidimensionalidade e multidirecionalidade do desen-

> volvimento. A velhice é vista aí como uma experiência heterogênea, que comporta ganhos e perdas e é determinada por um amplo espectro de variáveis em interação. (p. 26)

Hoje estamos diante do fenômeno mundial do aumento da expectativa de vida. Viver mais não é, entretanto, garantia de uma velhice saudável e de qualidade. À medida que se vive mais, aumentam as oportunidades de descobertas, de crescimento e de satisfação, mas, aumentam também as chances de doenças associadas ao envelhecimento. Se, por um lado, o avanço das ciências permitiu o controle de certas doenças infectocontagiosas, convivemos com um aumento significativo de doenças crônico-degenerativas entre idosos, como é o caso das demências, em particular da doença de Alzheimer, que abordamos a seguir.

3. As demências e a doença de Alzheimer no idoso

As demências podem ser consideradas como o problema de saúde mental que mais cresce no mundo. Sua prevalência salta de 5% em pessoas com idade acima de 60 anos para 20% naquelas com mais de 80 anos. A doença de Alzheimer é a forma mais comum de demência, sendo uma das causas mais freqüentes de morte em países desenvolvidos (Almeida, 1998).

De acordo com Bottino e cols. (2002): "A doença de Alzheimer é uma doença cerebral degenerativa, caracterizada por perda progressiva da memória e de outras funções cognitivas, que prejudicam o paciente em suas atividades de vida diária e em seu desempenho social e ocupacional" (p. 70). Essa forma de demência é diagnosticada como leve, moderada ou grave, de acordo com o grau de comprometimento cognitivo e de dependência do paciente. Não havendo até a presente data cura para a demência de Alzheimer, o uso de medicamentos visa a retardar o processo de degeneração cerebral. Busca-se, além disso, melhorar a qualidade de vida do paciente e de sua família, por meio de abordagem multidisplinar. Entre as estratégias mais utilizadas estão o treinamento cognitivo, técnicas para implementar a estruturação do ambiente doméstico, orientação nutricional, programa de exercícios físicos e suporte psicológico aos familiares e cuidadores.

A doença de Alzheimer, causa principal de demência, é considerada uma doença cerebral degenerativa primária, de etiologia ainda não plenamente conhecida, com aspectos neuropatológicos e neuroquímicos característicos. Portadores da doença de Alzheimer apresentam comprometimento da memória e um ou mais dentre os *deficits*: afasia, apraxia, agnosia e/ou perturbação do funcionamento executivo.

Como dito anteriormente, esses *deficits* cognitivos causam prejuízo social ou ocupacional e constituem um declínio significativo em relação ao funcionamento anterior do indivíduo. O curso da doença caracteriza-se por início gradual e declínio contínuo. As perdas progressivas podem estender-se por vários anos, até a morte (APA, 1995).

Garrido e Almeida (1999) chamam a atenção para a heterogeneidade dos quadros demenciais. Os autores enfatizam um grupo de sintomas relacionados a transtornos mentais e do comportamento, destacando-se alucinações, delírios, tristeza, falta de interesse, apatia e isolamento, agressão verbal e/ou física, violência inesperada, ansiedade, perambulação, dentre outros. É inegável que todos esses sintomas têm um grande impacto sobre as pessoas que convivem de perto com o idoso fragilizado – seus familiares e cuidadores.

É evidente, portanto, que as demências não dizem respeito apenas ao paciente. Atingem inevitavelmente o sistema familiar e sua rede social de apoio. É essencial que profissionais estejam preparados para detectar e diagnosticar as diversas formas de demência, devendo o tratamento ser implementado por equipe multidisciplinar. Só dessa forma será possível uma atenção integral não apenas ao idoso demenciado, mas também à sua família. Com muita freqüência, casos mais graves não se beneficiam de medicação específica para demência. Assim, a família deverá receber orientação e apoio para enfrentar melhor a sobrecarga, que pode persistir por anos.

4. O idoso e sua família

Idosos residem com seus filhos e outros parentes por razões diversas. O prejuízo nas condições de saúde e autonomia, bem como a diminuição da renda por aposentadoria ou perda da capacidade laboral contribuem para a co-residência. Mas é preciso lembrar que o residir compartilhado pode ser motivado, em algumas circunstâncias, por necessidade dos filhos. A dificuldade de inserção no mercado de trabalho ou a perda do emprego, o maior número de anos dedicados aos estudos e a instabilidade das relações afetivas são alguns dos fatores a se considerar nesses casos (Camarano & El Ghaouri, 2002). A forma de co-habitação pode variar em função da classe social a que a família pertence. A co-residência é, entretanto, uma estratégia familiar que pode beneficiar tanto as novas gerações como as mais velhas. Não é raro observar a presença de três gerações em uma mesma residência.

A doença crônica degenerativa é uma das razões que levam o idoso a residir com parentes, filhos em especial, deixando seu próprio lar. O idoso fragilizado perde, gradativamente ou de modo abrupto, a

habilidade de cuidar de si. Torna-se então dependente de assistência prestada por familiares, outros cuidadores ou por instituições de saúde. Cuidadores formais incluem pessoas contratadas, profissionais e instituições que prestam assistência ao idoso, enquanto familiares, amigos, vizinhos e membros voluntários da comunidade são considerados cuidadores informais (Santos, 2003).

Sabe-se, no entanto, que a família é a referência primordial dos idosos em muitos países, incluindo o Brasil. Existe, inclusive, tal expectativa na legislação brasileira. O Estatuto do Idoso, em seu art. 3º, trata da prioridade a ser dada à assistência ao idoso. No parágrafo único, item V, impõe a "priorização do atendimento ao idoso *por sua própria família*, em detrimento do atendimento asilar, exceto [no caso] dos que não a possuam ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência" (Ministério da Saúde, 2004).

É preciso pensar, a partir dessa prioridade definida em lei, se as famílias têm as condições necessárias para cuidar de seus idosos, especialmente quando acometidos por doenças graves e crônicas. Entendemos que as condições às quais o Estatuto se refere não podem restringir-se ao sustento material, financeiro do idoso. Ao julgar-se as condições de "sobrevivência" da família, outras dimensões devem ser incluídas, como equilíbrio emocional e saúde mental, necessários ao cuidado de um familiar dependente. Cabe ainda considerar se há apoio do Estado, suporte social e comunitário, e o reconhecimento do valor da função que a família exerce. A partir desse quadro, talvez se possa então falar da responsabilidade da família sobre seus idosos.

A análise de diversas pesquisas levou Santos (2003) a argumentar que as famílias estão despreparadas para cuidar do idoso doente. A assistência familiar à pessoa dependente, diz a autora, ocorre geralmente sem o apoio do sistema de saúde e da rede social comunitária. Investigações realizadas na última década indicam que familiares almejam muito receber informações sobre as doenças e sobre como cuidar do parente idoso. Esperam dos profissionais de saúde "que estes os ouçam e valorizem suas necessidades e opiniões" (Santos, 2003, p. 21).

Nunca é demais reconhecer, portanto, que a doença crônica afeta não só o paciente, mas todo o sistema familiar. É fundamental que profissionais de saúde compreendam que familiares são também seus clientes em sentido amplo e, simultaneamente, parceiros no tratamento do idoso. Necessitam de orientação e suporte para cumprir bem esses encargos, preservando sua saúde e qualidade de vida. Diante dessa constatação, passamos a explorar as conseqüências da demência nos idosos, em especial a doença de Alzheimer, para a família.

5. O impacto da doença de Alzheimer na família

As transformações no jeito de ser do idoso, conseqüência de seu adoecimento, não são facilmente compreendidas e aceitas pela família. Até que haja um diagnóstico mais preciso, com informações claras sobre a doença de Alzheimer e suas implicações, parentes sentem-se perdidos. O relacionamento familiar fica estremecido, pois as pessoas passam a desconhecer aquela mãe, esposa, pai – suas atitudes não são as mesmas de antes; ele(a) não é a pessoa que já foi. Essa mudança é um fator gerador de profundo estresse na família.

A literatura aponta que conflitos estão presentes com relativa freqüência entre familiares que convivem com um idoso fragilizado e comprometido cognitivamente. Brody (1989, apud Fisher & Lieberman, 1994) mostrou que entre 45% a 60% dos cuidadores primários queixavam-se de que irmãos não ajudavam como deveriam. Strawbridge e Walhagen (1991, apud Fisher & Lieberman, 1994) apontam que 40 entre 100 cuidadores de pacientes com Alzheimer vivenciavam conflitos graves com outros membros da família.

A partir desses dados, Fisher e Lieberman (1994) sugerem que se analise a assistência ao idoso focalizando não apenas o cuidador primário. Cabe observar como o sistema familiar multigeracional – envolvendo paciente, esposo(a), filhos adultos, netos e outros membros – responde às demandas que a doença crônica e a assistência ao idoso trazem ao longo do tempo. Dizem esses autores que nem sempre a intensidade da sobrecarga familiar está diretamente relacionada à severidade do prejuízo funcional do paciente. A qualidade do relacionamento anterior dos membros da família entre si, bem como a percepção de causalidade da demência podem, entre outros fatores, mediar o impacto subjetivo da doença e do cuidar. Considerando que os membros de uma família compartilham uma história de significados construídos por uma vida em comum, a doença progressivamente incapacitante de um familiar pode trazer à tona dificuldades não superadas, antigos rancores e dívidas afetivas.

A doença de Alzheimer pode afetar negativamente o relacionamento familiar, seus recursos financeiros, a saúde, a composição familiar e os vínculos sociais de seus membros (Garwick, Detzner & Boss, 1994; Néri, 1999). É claro, nem todos são igualmente afetados, mas a família é inevitavelmente atingida. O declínio nas habilidades cognitivas, afetivas e sociais da pessoa idosa exige uma reorganização dos papéis familiares.

Shields (1992) apresenta algumas das etapas que as famílias muitas vezes enfrentam diante da doença de Alzheimer. De início, familiares

ficam confusos com a mudança nos hábitos e comportamentos do paciente. Ocorrem esquecimentos, atitudes bizarras, alteração em traços de personalidade. Por ocasião do diagnóstico, muitas vezes contraditório ou incerto, a família já vem experimentando considerável estresse. Em seguida, é comum que um dos familiares assuma o cuidado principal do idoso. Com a piora do seu estado clínico, é possível que o(a) cuidador(a) se queixe ou peça explicitamente ajuda a outros parentes. As dificuldades na interação familiar tendem a culminar nesse momento. Ressentimento, raiva, tristeza, rejeição, solidão são sentimentos freqüentes em tal circunstância. Incompreendido em sua tarefa e dedicação, carente de apoio e reconhecimento ou extremamente magoado com os demais familiares, o(a) cuidador(a) principal pode adoecer. De acordo com Shields (1992), estudos apontam que, além de o cuidador primário sofrer um alto grau de estresse, em torno de 50% deles preenchem os critérios para diagnóstico de depressão.

Vemos que, com relativa freqüência, o cuidado à pessoa idosa no âmbito familiar é responsabilidade de apenas um ou poucos parentes, mesmo quando o(a) paciente tem uma prole numerosa. Esse tema tem nos gerado inquietude a partir da prática clínica e da pesquisa com idosos no contexto hospitalar, tópico descrito mais adiante. Há de se buscar compreender melhor a "escolha" do familiar que assume a assistência ao doente – o cuidador primário. Vale dizer que, em ampla maioria, mulheres são as cuidadoras, tanto informais como formais. Na família, esposas e filhas vêm em primeiro lugar nessa função.

Judith Globerman (1995) nos mostra que, enquanto um ou alguns dos filhos assumem a função de cuidar do parente idoso nas famílias, outros tendem a não se envolver. Diversos fatores estão implicados nesse fenômeno, tais como sexo, proximidade física e emocional e estado civil de quem cuida. O estado civil e o sexo do(a) idoso(a) importam igualmente. Mas tais indicadores não são suficientes para esclarecer a "escolha" das pessoas que exercem cuidados. Atenção à história familiar possivelmente trará alguma luz a essa delicada questão.

Em síntese, a literatura nos aponta que o tratamento de pessoas idosas com demências precisa incluir atenção especial às famílias. Além de constituírem os principais responsáveis pelo amparo e pela vida do paciente, familiares são radicalmente atingidos pela doença crônico-degenerativa. Têm, portanto, direito a cuidados especializados. Partindo dessa constatação, a equipe de Psicologia Clínica do Centro de Medicina do Idoso do HUB/UnB decidiu realizar atendimento grupal a familiares e cuidadores dos pacientes assistidos. Tal estratégia passa a ser o foco de nossa atenção.

6. O contexto do trabalho com familiares de idosos

O Centro de Medicina do Idoso – CMI, sediado no Hospital Universitário da Universidade de Brasília – UnB, iniciou suas atividades em fevereiro de 2003. O CMI oferece atendimento multidisciplinar pelo SUS a portadores da doença de Alzheimer e outras demências, buscando implementar a saúde geral, a capacidade cognitiva e a qualidade de vida dos pacientes. Os familiares dos idosos são ativamente incluídos no programa. Além da prestação de serviços especializados, o CMI se destina à formação de profissionais e ao desenvolvimento de pesquisas sobre diferentes dimensões do processo de envelhecimento e, particularmente, das demências.

A seguir, apresentamos a atividade que é alvo deste capítulo: os grupos com familiares. Cuidadores não familiares que acompanham o idoso nas atividades do Hospital-dia são igualmente convidados a participar dos encontros. O Centro de Medicina do Idoso decidiu investir em propostas grupais, dentre muitas razões, para incentivar a convivência e a aprendizagem entre idosos, bem como para oferecer informação e apoio aos familiares. Essa perspectiva grupal vem sendo adotada pelas equipes da Neuropsicologia, Psicologia Clínica, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Nutrição e Odontologia. A critério de cada especialidade, atendimentos individuais são também realizados.

Os grupos com familiares coordenados pela Psicologia Clínica têm por base metodologia desenvolvida pelas autoras no trabalho com mulheres na meia-idade. Essa proposta vem sendo realizada na rede pública de saúde do Distrito Federal, tendo sido divulgada anteriormente (Diniz & Coelho, 2003; Coelho & Diniz, 2003). Tal estratégia metodológica está pautada no compartilhamento das histórias de vida, no reconhecimento das competências dos(as) participantes e na valorização dos recursos utilizados para lidar tanto com dificuldades pessoais e interpessoais quanto com desafios sociais associados à meia-idade e ao envelhecimento.

O trabalho que desenvolvemos com familiares e cuidadores de idosos demenciados tem elementos da perspectiva de Pichon-Rivière sobre grupos operativos (Zimerman, 1997; Afonso, 2002, 2003). Pichon-Rivière considera que existe uma interseção entre a história de vida de cada participante – o que denomina verticalidade – e a história social que o grupo constrói – a horizontalidade. Não há, assim, o indivíduo isolado. O equilíbrio entre a horizontalidade e a verticalidade é um desafio que enfrentamos em nossa proposta grupal. Diferentemente de uma psicoterapia de longa duração, a história de

vida dos participantes gira em torno do foco central do trabalho – os significados de se ter na família um idoso portador de demência. Não há como darmos voz a apenas um dos membros do grupo; a palavra deve circular. No entanto, é freqüente que, a partir do depoimento de uma pessoa, se construa um tema, que passa a ser *do grupo*, ou de parte do grupo. Apresentaremos alguns desses temas em momento posterior. Vale lembrar que as coordenadoras assumem o papel de facilitadoras do processo grupal, contribuindo para que a interação fortaleça cada pessoa presente, com repercussão sobre o sistema familiar.

Finalmente, esse trabalho tem como referência as idéias de Lúcia Afonso (2002, 2003) sobre oficinas na área da saúde. Tal como Afonso, que aproxima seu trabalho grupal da proposta de grupos operativos, entendemos que nossa prática articula reflexão e informação, distinguindo-se de um projeto pedagógico "porque trabalha também com os significados afetivos e as vivências relacionadas com o tema a ser discutido" (p. 45). Nosso trabalho se diferencia igualmente da psicoterapia psicanalítica, pois "se limita a um foco e não pretende a análise psíquica profunda de seus participantes" (idem).

Apesar da escassez de propostas de trabalho clínico com familiares de idosos, a literatura aponta que a sobrecarga do cuidado familiar ao idoso fragilizado pode ser considerável. Da mesma forma, as entrevistas com aqueles que acompanham os idosos durante a avaliação inicial no Centro de Medicina do Idoso confirmam o sofrimento e os conflitos familiares decorrentes da demência.

Assim sendo, pacientes indicados para o Hospital-dia do CMI têm seus familiares encaminhados para grupos coordenados pela Psicologia Clínica. No primeiro encontro se dá a apresentação de todos os participantes. As coordenadoras descrevem, em linhas gerais, a proposta da atividade. Tendo em vista a utilização do material dos grupos em pesquisas, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido é apresentado, de acordo com a Resolução nº 196 do Ministério da Saúde – Conselho Nacional de Saúde – e da Resolução CFP nº 016/2000, que dispõe sobre a realização de pesquisa em psicologia com seres humanos. A partir da concordância dos participantes, os encontros são gravados em áudio e subseqüentemente transcritos.

O final do primeiro encontro ou o início do seguinte é dedicado ao levantamento de temas de interesse dos(as) participantes, a serem discutidos. A partir desse levantamento, as reuniões subseqüentes são destinadas à discussão dos tópicos solicitados pelos membros do grupo. A equipe pode também acrescentar tópicos que julgue oportuno abordar. Na reunião final tem lugar uma avaliação sobre o processo grupal.

O material e a reflexão aqui apresentados decorrem da análise de um desses grupos, realizado de agosto a outubro de 2003. Aconteceram oito encontros de periodicidade semanal, com duração de uma hora e meia a duas. Simultaneamente à realização do grupo de familiares, os pacientes participaram de uma atividade grupal, também coordenada pela equipe de Psicologia Clínica. O trabalho com os grupos de pacientes será divulgado subseqüentemente.

Tomamos como referência para análise dos encontros grupais a proposta hermenêutico-dialética, conforme apresentada por Minayo (1998), a partir das idéias de Habermas e Gadamer. A autora considera a hermenêutica como a busca de compreensão de sentido que tem lugar na comunicação entre seres humanos. Condicionado pelo grupo social a que pertence, pelo tempo histórico e trajetória de vida, a compreensão hermenêutica é sempre condicionada pelo contexto daquele que desenvolve o trabalho de análise. Não há, portanto, uma análise isenta, neutra, nessa perspectiva. No que diz respeito à dialética, Minayo aponta que a linguagem é um meio de dominação e de poder social; ela expressa, portanto, as contradições inerentes à realidade social conflitiva. A união da hermenêutica com a dialética "leva a que o intérprete busque entender o texto, a fala, o depoimento como resultado de um processo social (trabalho e dominação), e processo de conhecimento (expresso em linguagem) ambos frutos de múltiplas determinações mas com significado específico" (p. 227).

A leitura recorrente de encontros gravados e transcritos nos permitiu identificar temas que envolvem aspectos da vida pessoal e familiar daqueles presentes às reuniões do grupo. Cabe ressaltar que esses temas não correspondem necessariamente aos tópicos de discussão tratados nos encontros, emergindo da análise do material clínico. Selecionamos alguns temas para este capítulo, levando em consideração: a) a relevância do assunto para a compreensão da experiência familiar; b) a carga afetiva que perpassa o tópico discutido; e c) a visão clínica das autoras, que privilegia algumas questões dentre as abordadas nos encontros, tendo em vista seu potencial de gerar suporte aos participantes. A seleção de temas constitui, por si só, uma tarefa interpretativa. Nesse sentido, reconhecemos que temas diferentes poderiam ser identificados e priorizados por outros pesquisadores.

7. Da solidão à solidariedade

Entendemos que a possibilidade de expressão de dilemas, dores e dúvidas marca a passagem dos participantes dos grupos de um contexto de solidão para um contexto de solidariedade. Apresentamos a

seguir os temas: 1. A família diante do diagnóstico e das mudanças no paciente; 2. Morte em vida: enfrentando as perdas que a demência traz; 3. Conflitos familiares – é possível dividir os cuidados ao idoso?. Trechos de depoimentos dos participantes são trazidos com o intuito de dar aos leitores uma dimensão mais próxima da realidade grupal. Falas são entremeadas de comentários, que expressam a compreensão das autoras sobre a vivência dos(as) cuidadores(as) e sobre a interação grupal. Não há uma busca de indicadores quantitativos de temas, idéias ou sentimentos presentes.

7.1. Tema 1: A família diante do diagnóstico e das mudanças no paciente

Familiares do idoso lidam de maneira diversa com o diagnóstico de demência. Alguns reagem de forma muito intensa à confirmação médica da doença de Alzheimer ou à constatação das perdas e mudanças nas habilidades e no jeito de ser do idoso. Cabe dizer que, geralmente, os pacientes chegam ao Centro de Medicina para avaliação a partir de um diagnóstico (provável ou possível) de demência. O "choque" é, portanto, anterior à vinda ao Programa. Os termos utilizados pelos familiares para se referirem às reações diante do problema são fortes: *uma barra*, *baque*, *bastante difícil*, *desgastante*, *sofre-se muito*, *horrível*, *choque*, *impaciência*, *sobrecarga*, *medo de adoecer*. Mas há os parentes que rejeitam a idéia de demência no idoso. Alguns atribuem as alterações provocadas pelo quadro demencial ao envelhecimento normal. Outros responsabilizam os familiares-cuidadores pelas dificuldades do paciente. Estes parentes nos desafiam mais ainda com sua negação.

Começamos apresentando um depoimento que ilustra a difícil aceitação da doença. Débora (filha) diz: "*Lá em casa nós somos cinco, somos cinco filhos.* Cada um reage de um jeito. E às vezes esse assunto não pode ser muito ventilado também." Uma das coordenadoras pergunta: Por que não? Débora: "Por que dá briga, não é mãe [presente ao encontro]? Tem uma irmã que uma vez já ficou sem falar comigo... (...) ficou, sabe, zangada, com raiva de mim – Vocês estão adoecendo o papai, o que é isso? – difícil... não é tão fácil assim sentar e conversar como aqui e agora."

Alberto (filho) exemplifica o impacto do diagnóstico sobre a família:

> Pra nós foi... está sendo ainda uma barra, porque, na verdade, ela sempre foi um eixo. (...) A família toda teve um baque. (...) Eu, que convivo diariamente, foi bastante difícil porque eu fiquei muito próximo no

> início. (...) Aquele filho ou aquele familiar que vai, e passa um tempo junto e vai pra sua vida, ele não recebe essa carga. Agora a esposa, a pessoa que convive, que está na casa, aí, realmente, é muito, muito assim, desgastante. (...) Nós ainda estamos tentando nos adequar a essa nova situação porque a gente... Como se mudasse todo o perfil familiar; aquilo que talvez tenha escrito nos manuais todos, que a família sofre muito... realmente nós estamos dentro desse processo... meus cabelos brancos surgiram do ano passado para cá.

Alberto expressa de modo simples e claro o que a literatura e os manuais de cuidadores apontam: a demência altera a dinâmica familiar. De início, ele se dedicou inteiramente ao cuidado da mãe. Cuidar de tudo foi sua forma de enfrentamento, até não conseguir prosseguir nessa função. Os manuais ajudam as famílias a reconhecerem que sua reação é natural e justificada, mas não podem aplacar ou apagar o sofrimento desencadeado pela doença.

As mudanças que acontecem nos papéis familiares estão entre os processos mais dolorosos de serem enfrentados. As falas apresentadas a seguir retratam dois aspectos importantes: a inversão de papéis e a necessidade das(os) cuidadoras(es) terem um tempo para si.

Marisa (esposa) nos diz:

> ...Tem sido muito difícil de aceitar. No início eu achei a coisa horrível; a impressão que dá é de que está caducando, como se dizia antigamente, né? (...) Então, por isso que eu acho difícil a convivência. Como lidar com uma pessoa assim, que de repente vai... uma pessoa que era assim a mil por hora e de repente ela começa a ficar apática, alheia a tudo? Isso é um choque. Eu era assim, superprotegida, e agora eu estou protegendo (...). É, agora eu tenho que ficar fazendo negócios, pagamento, junto com a filha. Mas eu negocio sozinha, coisa que eu não fazia, sabe? (...) Então isso me deixa angustiada, preocupada.

Dalva, por sua vez, nos diz que dá assistência ao marido pelas manhãs, saindo todas as tardes. Cuida de pagamentos e de outros assuntos que o marido antes assumia, e realiza atividades voluntárias. Queixa-se de sentir-se muito presa, nervosa, sem paciência e sobrecarregada. Diríamos que esse é um perfil comum da cuidadora familiar de um idoso com demência, entre os pacientes por nós assistidos no CMI. Mais adiante na reunião, Marisa parece aproveitar a "deixa" de Dalva, afirmando: "Eu fico triste que acabou essa independência que eu tinha. E isso é muito angustiante, né, essa falta de liberdade (...). Porque eu tenho medo de adoecer, também. Eu não quero adoecer em função disso."

Já o depoimento de Débora nos traz a perspectiva de uma filha a esse respeito:

> Meu pai sempre foi aquela pessoa para mim, acho que para nossa família inteira, como a referência. Ele era o topo da família. (...) Papai sempre foi chefe, sempre foi diretor. Então, ele sempre teve assim uma autoridade dentro de tudo que ele exercia. E eu sempre fui acostumada a ter essa figura do meu pai. Essa pessoa [sua mãe, Eliane, diz: "forte"] forte, essa pessoa... quando eu tava... [Eliane: "protetora"] protetora, carinhosa... eu sempre falei "pai, você é uma galinha choca". (...) [voz embargada]. Ele sempre teve muita... (...) é, muita sabedoria. Sabe, ele sabia dar uma solução. Ele era uma pessoa assim que (...) tinha uma opinião acertada a respeito das coisas. Eu nem vou falar da história do meu pai porque é idêntico à dela. [risos e falas inaudíveis] Só mudou o nome. Eu estou escutando, estou aqui, tudo igual. Só muda o nome do filho, do pai, da mãe.

É tudo igual entre nós, familiares. Não faz sentido repetir as histórias, contar as mesmas dificuldades – este parece ser o sentido da fala de Débora. No entanto, a descoberta dessa semelhança é tranqüilizadora. O "não estamos sós", mencionado com certa freqüência, refere-se não apenas ao suporte, orientação e acompanhamento profissional ao paciente. Acreditamos que muito da solidão do(a) familiar/cuidador(a) se desfaz no encontro com pessoas que vivem conflitos semelhantes. Defrontam-se com outras esposas e filhas impacientes, cansadas, querendo um tempo para si. Sentem-se validados diante de outros parentes magoados ou aborrecidos com os familiares que não cooperam. Enfim, se vêem como pessoas "normais", apesar das emoções conflitantes, e essa descoberta é transformadora. Aceitando-se, podem tolerar um pouco mais as inevitáveis frustrações que a convivência com a demência provoca. Além disso, ganham força para reivindicar mais apoio e colaboração familiar.

Cuidadoras remuneradas são igualmente atingidas pelo processo demencial. Fátima, que assiste à Cibele, é convidada a falar sobre como se sente:

> Ela briga demais comigo. Ontem mesmo (...) ela pegou a garrafa [de café] pra jogar em mim. Eu corri dela pra não jogar! Porque eu não posso fazer nada, eu não posso agredir. O negócio é sair. Às vezes eu fico estressada, vou pro quarto, choro, choro, desabafo um pouco. (...) Eu penso em ir embora, penso em pedir as contas. Rezo, peço pra me dar paciência, porque, nossa! Tem dia que eu não agüento.

Por esses relatos tem-se uma idéia da multiplicidade de reações e sentimentos que familiares - mesmo os que se recusam a encarar a situação – e cuidadores experimentam diante do diagnóstico e das transformações do paciente. Alguns idosos mantêm, no curso da demência, características pessoais anteriores: eram calmos, pouco comunicativos; ou agressivos, autoritários, e o adoecimento não altera substancialmente essas atitudes. Já outros apresentam reações que contrastam com características anteriores: tornam-se agitados, quando antes eram tranqüilos; ou mesmo carinhosos e dependentes, quando anteriormente eram reservados, independentes, pouco afetuosos. Essas transformações, especialmente quando o idoso perde um jeito positivo de ser, são particularmente difíceis de enfrentar.

No mesmo sentido, assistir a um parente com o qual não se teve anteriormente um relacionamento harmônico é muitas vezes penoso. A história da interação familiar nos ajuda, assim, a compreender algumas das reações ao idoso doente. Seria esperar muito, por exemplo, que uma filha cuidasse sem mágoa ou sofrimento de uma mãe agitada, agressiva, quando o relacionamento mãe-filha fora sempre conturbado e marcado por conflitos. Nossa experiência sugere que dinâmicas mal resolvidas entre familiares podem interferir tanto na reação ao diagnóstico quanto na disponibilidade para dispensar cuidado e repartir responsabilidades.

7.2. Tema 2: Morte em vida: enfrentando as perdas que a demência traz

Dentre as inúmeras vivências que os familiares expressam acerca da doença do idoso, merecem destaque as experiências de perda. Aliás, esta é uma palavra freqüentemente dita nos grupos: *perda*. A radical transformação pela qual o idoso passa a partir do processo demencial parece ser duramente reconhecida como morte. A mãe que se teve, o pai, o esposo já se foram, não estão mais presentes. A vivência que a palavra perda traduz se aproxima do luto pela morte de uma pessoa significativa. Assim, Marisa (esposa) afirma: "Choro muitas vezes porque eu perdi meu companheiro. Eu sinto muita falta dele como meu marido mesmo, como homem, pelo companheirismo dele."

E como filhas e filhos reagem à doença da mãe ou do pai? Débora nos diz:

> Então, é uma perda que nós estamos vivendo. Um luto. Porque... é reaprender a estar com o meu outro pai agora. É... um pai que depende... é, porque agora é diferente. Agora eu tenho... o meu pai agora é uma

> pessoa que depende de mim, inverteu o papel. Eu fico pensando como é que a gente vai reaprender a estar com o papai agora.

Alberto vai por um caminho semelhante:

> Mas a gente... vive essa perda. Perdeu-se a mamãe antiga; temos uma outra. (...) Com esse baque, com essa nova notícia, com essa perda, você começa a se dedicar demais a esse problema e deixar um pouco a sua vida. No início, você praticamente esquece suas coisas, seus compromissos, seus projetos. E tudo passa a ser a perda. Eu acho que tem um estágio que virá, que eu imagino que virá, que não vai haver mais troca (...). Aí, sim, é a perda total, o afastamento total. Eu acho que virá esse momento em que ela não vai [mais] se referir a mim... (...).

A experiência de perda é muito presente nessas circunstâncias. É como se antes da morte física já houvesse uma outra em curso: a das características identitárias da mãe, do irmão, do esposo. Essa pessoa de agora não é mais aquela a quem se aprendeu a conhecer, amar, respeitar, rejeitar. Em certa ocasião, a filha de uma paciente afirmou que agora só restava a "casca" de sua mãe. Se é doloroso ouvir tal depoimento, precisamos ser capazes de compreender os sentimentos que o produzem.

Muitas das reações e emoções que os familiares relatam provavelmente estão relacionadas à vivência de perda que não é facilmente admitida. A impaciência, por exemplo, vem do cansaço, da excessiva dedicação ao paciente. Mas pode igualmente resultar da não-aceitação das falhas do idoso e da expectativa de que este "acorde" e volte a ser o que era antes da demência. Eliane, esposa, ilustra essa questão em depoimento no quarto encontro grupal:

> Eu acho que melhorei muito a minha relação com ele, porque, além de eu não me conformar, não aceitava de jeito nenhum, e eu estava assim também, agressiva. Não tinha, não tinha aquela afetividade, me deixava descontrolada. Não me conformava daquela falta de memória, isso me irritava. É, a palavra é essa: me irritava. Eu, agora, compreendo melhor, acho que estou mais calma.

A falha de memória sinaliza a presença da demência. Irritabilidade, impaciência e agressividade sinalizam o conflitivo trabalho de luto.

7.3. Tema 3: Conflitos familiares – é possível dividir os cuidados ao idoso?

Tanto a literatura da área quanto as entrevistas e os grupos com familiares no Centro de Medicina do Idoso nos mostram que, em geral, não existe uma divisão harmônica de tarefas e funções entre os membros da família do idoso com demência. Conflitos anteriores ressurgem, ganhando força. Vejamos alguns relatos.

Rita (filha) expressa sua aflição acerca da família:

> Eu venho aqui, escuto, tento passar para os meus irmãos. Eu convidei minha irmã para que ela estivesse hoje aqui. Ela olhou [e disse]: "Eu não gosto desse tipo de coisa não, desse tipo de gente não; Deus me livre. Me deixe na minha." Ela é a mais resistente, não quer ver que a mamãe está perdendo um pouco da memória. Ela acha que eu sou a mais culpada de levar problemas para mamãe, que eu estou criando doença, que isso não existe. (...) As pessoas [seus irmãos] não poupam de jeito nenhum meu pai e minha mãe dos problemas. É como se fossem crianças, continuam todos infantis e querem o apoio deles.

Alberto (filho) relata que solicitou ajuda dos familiares. Em depoimento apresentado anteriormente, Alberto mostrara como havia reagido inicialmente à doença da mãe: dedicara-se inteiramente a ela, deixando de lado sua própria vida. "Mas com o tempo, não foi possível [cuidar de tudo sozinho]. Realmente eu pedi 'arrego' e falei: 'Olha, pessoal, temos que dividir mais. Temos que dividir, eu tenho que me afastar.'"

Esse pedido explícito que Alberto dirige aos familiares nem sempre é possível de ser formulado, ou não encontra eco nos demais. Mágoa, raiva, desentendimentos cercam inúmeras das famílias que passam pelo Programa. A filha que se vê colocada pelos irmãos no lugar de cuidadora da mãe, junto com seu pai, não aceita tal situação. A filha que mora com os pais e se sente responsável por acompanhar a mãe doente se revolta com a ausência dos irmãos. Aqueles que não participam da assistência à mãe acusam os(as) cuidadores(as) de adoecer o idoso. Assim, percebe-se que dificuldades anteriores ganham nova dimensão diante das transformações que a família enfrenta na demência.

No entanto, é interessante notar que algumas famílias evoluem no sentido de cuidar uns dos outros. Marisa, por exemplo, divide com o grupo sua impaciência com o marido, motivada pela "teimosia" dele. É como se o esposo fosse uma "criança", termo bastante utilizado pelos familiares. "Aí vem o seu lado criança também, e naquela hora não lembra do problema mental da pessoa. Quando você lembra... acon-

tece comigo. 'Meu Deus, não é assim. A pessoa não está assim porque quer!'... Mas eu saio do sério [perde a paciência]. Quando eu saio, Ana [filha] me afasta: 'Mãe, vai pra outro lugar.' 'Mãe, sai daqui, não fica perto, deixa que eu cuido.' Aí eu consigo me refazer daquela coisa." Mãe e filha se dão conta de um grau de envolvimento prejudicial, e assim ajudam-se mutuamente.

Alguns familiares, portanto, aprendem a reconhecer a importância da aproximação e do afastamento. Essas estratégias são relevantes não só para a assistência ao idoso, mas também para o autocuidado. Quando a solidariedade não aparece entre os familiares, aqueles que cuidam se sentem abandonados, entregues à tarefa de cuidar, sem reconhecimento.

A assistência familiar ao idoso que apresenta uma síndrome demencial, e, mais especificamente em nosso contexto de trabalho, a doença de Alzheimer, constitui um grande desafio. O grau de proximidade dos membros de uma família com a pessoa doente, suas estratégias de enfrentamento e a dinâmica da interação e do cuidado são atravessados por uma injunção de fatores. As histórias de vida pessoal e familiar intervêm nesse quadro e precisam ser consideradas na definição de estratégias de tratamento das demências.

O contexto sociocultural é também peça essencial para a compreensão desse jogo de relações que cercam a doença degenerativa no idoso e seu tratamento. Por que a mulher é cuidadora primária nesses casos? Não se trata aqui de cuidar – com abnegação, dedicação, renúncia – de seus filhos ou mesmo netos. Quer dizer, não falamos apenas do papel tradicional de mãe e avó. Trata-se da esposa, da filha, da neta, da nora, da sogra do neto, da ex-esposa, mulheres chamadas a assistir a alguém que delas necessita para sobreviver. Essa legião de mulheres é ainda composta por cuidadoras remuneradas – empregadas domésticas, auxiliares de enfermagem ou moças com treinamento para assistir ao idoso. Há de se buscar entender a naturalização que se faz dessa função, como se às mulheres coubesse cuidar de todos aqueles em situação de dependência e desamparo.

8. Família e demência: construindo possibilidades de compreensão e intervenção

É essencial que se busque compreender o fenômeno abordado neste capítulo: as reações de familiares à demência e a convivência conflitiva com a pessoa portadora de dificuldades cognitivas graves. Não se pode deixar de reconhecer a função primordial que familiares

exercem ao assistir a seu parente progressivamente incapacitado para viver com autonomia. Nunca é demais lembrar que a demência, assim como as doenças crônicas em geral, atinge não só o paciente, mas toda sua rede de relações, e em especial a família.

Havendo a expectativa - tanto por tradição cultural quanto pela legislação brasileira – de que a família cuide de seus velhos, é preciso criar mecanismos de apoio para que essa tarefa não constitua um peso insuportável para familiares despreparados, sem condições econômicas e emocionais. Ou seja, a família do idoso tem direitos também, e o Estado precisa reconhecê-los.

A velhice bem-sucedida não deve ser entendida como responsabilidade individual; pressupõe a participação de profissionais, famílias, idosos, comunidade e Estado. Da mesma forma, o adoecimento do idoso só pode ser enfrentado com parcerias. E a família é grande aliada no seu tratamento. Cabe a nós reconhecê-la, ouvi-la, fortalecê-la. Sem sua participação, resta ao idoso a institucionalização. E a decisão por institucionalizar uma pessoa idosa é permeada por conflitos, riscos e sofrimento.

O trabalho grupal com familiares e cuidadoras(es) nos parece ser uma estratégia de grande alcance no contexto do tratamento das demências. A rapidez com que participantes se engajam na atividade, a maneira calorosa como se dirigem a nós no Centro de Medicina do Idoso, bem como a solicitação para que o trabalho continue são alguns dos indícios informais que temos do sucesso da proposta. Entendemos que toda proposta clínica deva ser formalmente avaliada. A estratégia de avaliação que vimos utilizando, assim como os dados referentes a essa etapa do trabalho grupal com familiares e cuidadores serão divulgados oportunamente.

Este estudo buscou, por meio da reflexão sobre alguns dos temas que circularam no grupo aqui tratado, contribuir para o debate sobre a vivência de familiares de pacientes com demência. O trabalho clínico e os relatos apresentados evidenciam que o acompanhamento diário ao idoso envolve uma sobrecarga física e emocional. Essa função é primordialmente exercida por mulheres, especialmente esposas e filhas. Não negamos que maridos e filhos estiveram presentes. Em dois casos os esposos estiveram presentes ao longo de todo o grupo, participando ativamente. Esposos "exemplares", "femininos", podemos até brincar. Mas, em outros tantos casos, isso não ocorreu.

Uma contingência do trabalho psicológico grupal, que se reflete no presente estudo, diz respeito aos participantes. Alguns familiares e cuidadores são assíduos, comparecendo a praticamente todos os en-

contros e atividades agendadas. Outros vêm esporadicamente, por razões diversas. A presença dos familiares ao CMI é em parte dificultada pela freqüência necessária: três manhãs por semana, durante oito semanas. Muitos trabalham. Essa é uma realidade que filhas e filhos enfrentam com freqüência. Já a esposa que não exerce atividade profissional remunerada está mais "livre" para comparecer e acompanhar o idoso. O mesmo se pode dizer do esposo aposentado. Assim, enquanto algumas pessoas integram o grupo, outras transitam por ele. Estas últimas certamente têm uma visão mais fragmentada do processo grupal. Avaliar o benefício do trabalho para esses participantes é, portanto, difícil. Alguns presentes conseguem sensibilizar outros parentes, que passam a vir ou vêm uma vez ao grupo. Mesmo assim, é difícil prever os efeitos da participação de um membro da família sobre os demais.

São muitas as razões para a diferenciada participação da família nas atividades do CMI e nos grupos desenvolvidos pela Psicologia Clínica. Além de dificuldades de ordem prática, como horários de trabalho, compromissos diversos, falta de dinheiro para as passagens de ônibus, entre outras, há fatores de ordem afetiva, tanto pessoal como familiar. Temos visto que alguns familiares se recusam a participar; não acreditam no tratamento não medicamentoso; não consideram que o idoso está doente; delegam a um membro da família o acompanhamento ao idoso. Vale ressaltar que tais parentes não comparecem a qualquer das atividades, não se tratando de uma recusa a participar do trabalho psicológico apenas.

Entendemos que algumas pessoas por nós atendidas no CMI necessitam de mais do que a proposta grupal pode propiciar, tendo em vista seu caráter breve e focal. Em diversas ocasiões lamentamos a dificuldade que encontramos em encaminhar familiares/famílias para acompanhamento psicológico de maior duração. A reduzida presença de profissionais da psicologia nos serviços públicos de saúde do Distrito Federal introduz um grande viés na assistência ao adulto cuidador, que, em regra, está na meia-idade: a medicação torna-se – infelizmente, e não sem conseqüências – quase que a única alternativa de enfrentamento do sofrimento psíquico para esses familiares.

Embora não se possa deter o curso degenerativo da doença de Alzheimer, julgamos poder contribuir junto aos familiares para uma maior aceitação de seus limites, potencialidades, e da perda do idoso. A oportunidade de falar em contexto de respeito e acolhimento e a escuta de si mesmo e de pares têm dimensões transformadoras. Desse modo, o trabalho aqui relatado poderá inspirar outras experiências e reflexões. Ele é resultado de nossa visão de que a Psicologia Clínica

pode ampliar seus horizontes, criando e avaliando novas formas de atuação, para além da psicoterapia individual ou grupal clássicas.

9. Referências bibliográficas

AFONSO, L. et al. *Oficinas em dinâmica de grupo na área da saúde*. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2003.
AFONSO, L. (org.). *Oficinas em dinâmica de grupo*: um método de intervenção psicossocial. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2002.
ALMEIDA, O.P.; GARRIDO, R. Distúrbios de comportamento em pacientes com demência. Impacto sobre a vida do cuidador. *Arquivos de Neuropsiquiatria*, 57(2-B), p. 427-434, 1999.
ALMEIDA, O.P.; Miniexame do estado mental e o diagnóstico de demência no Brasil. *Arquivos de Neuropsiquiatria*, 56(3-B), p. 605-612, 1998.
AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. *Manual diagnóstico e estatístico dos transtornos mentais*. 4. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
BOTTINO, C. M. C. et al. Reabilitação cognitiva em pacientes com doença de Alzheimer. Relato de trabalho em equipe multidisciplinar. *Arquivos de Neuropsiquiatria*, 60, p. 70-79, 2002.
CAMARANO, A. A.; EL GHAOURI, S.K. *Famílias com idosos*: ninhos vazios?. Manuscrito. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Mimeo. Ouro Preto, nov. 2002.
CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. (orgs.). *The changing family life cycle.* A framework for family therapy. 2. ed. Nova Iorque: Gardner Press, 1988.
CERQUEIRA, A.T.A.R.; OLIVEIRA, N.I.L. *Programa de apoio a cuidadores*: uma ação terapêutica e preventiva na atenção à saúde dos idosos. Botucatu: Unesp, 2002.
COELHO, V. L. D.; DINIZ, G. R. S. Vida de mulher: lidando com a meia-idade e a menopausa. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (org.). *Família e casal*: arranjos e demandas contemporâneas. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora PUC-Rio/ Edições Loyola, 2003. p. 97-117.
DINIZ, G. R. S.; COELHO, V. L. D. Mulher, família, identidade: a meia-idade e seus dilemas. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (org.). *Família e casal*: arranjos e demandas contemporâneas. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora PUC-Rio/ Edições Loyola, 2003. p. 79-95.
FISHER, L.; LIEBERMAN, M. A. Alzheimer's disease: the impact of the family on spouses, offspring and inlaws. *Family Process*, 33, p. 305-325, 1994.
GARWICK, A. W.; DETZNER, D.; BOSS, P. Family perceptions of living with Alzheimer's disease. *Family Process*, 33, p. 327-340, 1994.
GLOBERMAN, J. The unencumbered child: family reputations and responsibilities in the care of relatives with Alzheimer's disease. *Family Process*, 34, p. 87-99, 1995.
KAPLAN, H. I.; SADOCK, B. J. (orgs.). *Compêndio de psicoterapia de grupo*. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento*: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1998.
NÉRI, A. L. Bem-estar e estresse em familiares que cuidam de idosos fragilizados e de alta dependência. In: NÉRI, A. L. (org.). *Qualidade de vida e idade madura*. Campinas: Papirus, 1999.
SANTOS, S. M. A. *Idosos, família e cultura*. Um estudo sobre a construção do papel do cuidador. Campinas: Alínea, 2003.
SHIELDS, C. G. Family interaction and caregivers of Alzheimer's disease patients: correlates of depression. *Family Process,* 31, p. 19-33, 1992.
VAISMAN, H.; ALMEIDA, K. M. H.; ALMEIDA, O. P. Abordagens psicoterápicas para idosos demenciados. In: FORLENZA, O.V.; ALMEIDA, O. P. (orgs.). *Depressão e demência no idoso.* Tratamento psicológico e farmacológico. São Paulo: Lemos, 1997.
XAVIER, F. M. F.; FERRAZ, M. P.T. et al. Elderly people's definition of quality of life. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 25(1), p. 31-39, 2003.
ZIMERMAN, D. E. *Fundamentos básicos das grupoterapias*. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
_____; OSÓRIO, L. C. *Como trabalhamos com grupos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
ZIMERMAN, G. I. In: ZIMERMAN, D. E.; OSÓRIO, L. C. (orgs.). *Como trabalhamos com grupos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

"O excesso de alguma coisa é a falta de alguma coisa." Mas o que estará faltando? A obesidade mórbida em questão

Maria do Carmo Cintra de Almeida Prado
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Há um ditado árabe que diz que "*o excesso de alguma coisa é a falta de alguma coisa*". Já Aristóteles assinalava que a virtude está no meio, entre dois extremos, um por falta e outro por excesso. Em se tratando de obesidade mórbida, o excesso é evidente, mas o que poderia estar faltando?

A obesidade deixou de ser vista apenas como uma questão estética e passou a ser considerada como doença crônica, como um problema de saúde pública, envolvendo dificuldades muito grandes para o sucesso de seu tratamento. Os pacientes muitas vezes conseguem emagrecer, mas a dificuldade maior não é apenas o emagrecimento em si, mas a manutenção do peso após o emagrecimento, ocorrendo freqüentemente o que costuma ser chamado de "efeito iôiô" ou "efeito sanfona". Assim, o tratamento da pessoa obesa é particularmente complexo, requerendo uma abordagem multidisciplinar que envolve médicos de diferentes especialidades (clínico geral, endocrinologista, ortopedista, gastroenterologista, dermatologista, pneumologista, cardiologista, cirurgião especializado em cirurgia bariátrica, cirurgião plástico etc.), nutricionistas, psicólogos, enfermeiros e assistentes sociais.

Nutricionistas do Ambulatório de Nutrição do Hospital Universitário Pedro Ernesto têm-nos encaminhado para avaliação psicodiagnóstica pessoas que seguem acompanhamento nutricional e que apresentam dificuldades de emagrecer ou de seguir o tratamento prescrito. Em alguns casos, o tratamento tem se mostrado infrutífero por mais de dois anos, estando a vida dessas pessoas exposta a riscos crescentes.

O termo "obesidade mórbida" refere-se a sujeitos com índice de massa corporal superior a 40 (IMC > 40) e está relacionado à alta taxa de mortalidade, bem como as diversas doenças associadas, tais como hipertensão arterial, *diabetes mellitus*, disfunções respiratórias, osteoartrite, varizes dos membros inferiores, colecistopatia, dermatopatia, infertilidade, além de desajustes psicossociais e dificuldades de locomoção e laborais, sem contar a impossibilidade de realizar tarefas simples do cotidiano, como dirigir, andar de ônibus, subir escadas, sentar na poltrona de um teatro ou de um avião, pesar-se em qualquer farmácia (muitos obesos têm de se pesar nos Correios ou utilizarem duas balanças, colocadas lado a lado, uma para cada pé, somando-se os pesos encontrados).

Na nossa experiência, chamou-nos a atenção as histórias de *extrema privação* dos obesos por nós acompanhados em processo psicodiagnóstico, sobretudo na infância: privação de alimento, privação emocional, privação de poder ser entendido em suas necessidades afetivas, privação de autonomia. Embora tenham surgido outras possibilidades em suas vidas, ainda assim essas pessoas continuaram em estado de privação, paradoxalmente promovido pela própria obesidade. Conforme observou uma obesa mórbida (41 anos, IMC = 42,06) a respeito das prescrições recebidas sobre educação alimentar e exercícios – que ela não conseguia fazer, nem mesmo caminhar –, se ela chegasse a perder 10% de seu peso, já conseguiria "começar a se mexer", e então lhe seria possível fazer algum exercício, como a esteira.

Nos casos de obesidade mórbida, parece predominar uma busca pela não-existência psíquica, por um estado de não-ser, que se relaciona a uma intensa manifestação da pulsão de morte, tal como descrita por Freud (1920) e desenvolvida por M. Klein (1932, 1952, 1963). Observou-se uma urgência na demanda psicoterapêutica, mas tanto nutricionistas quanto psicoterapeutas referem-se à enorme dificuldade desses pacientes em engajarem-se, manterem-se no tratamento e poderem efetivamente beneficiar-se dele. Parece não se tratar de uma reação terapêutica negativa, mas de *reações terapêuticas negativas*, como ilustra a situação a seguir.

Mulher obesa (50 anos, IMC = 48,97), com hipertensão, colesterol, triglicerídeos e glicose altos e osteoartrose, apresentou-se poliqueixosa, insatisfeita com tudo em sua vida, inclusive com o lugar em que morava. Assinalou como planos para o futuro desejar mudar-se, emagrecer, a fim de intensificar sua vida social, e, quem sabe, vir a encontrar um companheiro. Durante o processo psicodiagnóstico, procurou-se encaminhá-la para o Serviço de Nutrição, visando ao início de um programa assistencial, mas ela se recusou, alegando não que-

rer se submeter a uma "dieta de folhas". Embora lhe fosse explicado que poderia conversar a esse respeito com a nutricionista que viesse a atendê-la, que seriam solicitados exames atualizados que permitiriam averiguar a necessidade de tratamentos conjuntos (cardiologia, endocrinologia, ortopedia etc.) e que ela teria um acompanhamento sistemático, recusou esse encaminhamento, e o único que aceitou foi uma psicoterapia – o que já era um começo promissor! Era mais do que evidente a necessidade de uma psicoterapia; no entanto, as questões clínicas estavam urgentemente requerendo assistência, mas teriam de esperar uma melhora da condição psíquica para, caso o tratamento psicoterápico não fosse abandonado, poderem vir a ser cuidadas. Tratar da condição clínica parecia associar-se, em seu psiquismo, a ter de suportar novas privações e frustrações intoleráveis.

A obesidade mórbida parece expressar a luta que se trava no psiquismo pela vida – já que, sem comer, ninguém sobrevive – e pela morte: há um suicídio em andamento, pois a morte é anunciada.

Este trabalho corresponde a um primeiro estudo sobre a psicodinâmica das pessoas com obesidade mórbida. Apresentamos algumas considerações psicanalíticas sobre esse assunto e, a partir de duas histórias de vida, abordamos as patologias do vazio, que nos parecem relacionadas à obesidade mórbida. Trata-se de histórias de vida de pessoas atendidas em psicodiagnóstico diferencial, cujo processo constituiu-se em entrevistas e aplicação de testes.

1. Algumas considerações psicanalíticas sobre um desafio crescente

Waisfeld (2000) comenta que o interesse pelos fatores psicológicos na obesidade esteve em declínio pelos últimos 30 anos, e assinala que a abordagem psicológica dos sujeitos obesos representa um tempo essencial, tanto para a compreensão da causa da afecção quanto para o acompanhamento e obtenção de resultados a longo prazo. O autor comenta que a falta de formação psicológica dos nutricionistas e o pouco interesse dos psiquiatras pelas doenças do corpo não explicam tudo, pois a seu ver falta também esboço teórico que permita a cada um se situar nessa afecção, multifatorial em suas causas, multidisciplinar em todo seu tratamento.

Parece haver um ponto em comum entre os diversos autores que se ocupam da compreensão da obesidade: a dificuldade do obeso em emagrecer e/ou manter o emagrecimento conquistado, e a dificuldade de se tratar psicoterapicamente.

Winnicott (1936) observa que "voracidade é uma palavra com um significado bastante preciso, fazendo com que se junte o psíquico e o físico, amor e ódio, o que é aceitável e o que não é aceitável para o ego" (p. 111). Ele sugere que a voracidade sempre se apresenta com disfarces, mesmo em se tratando de um bebê, e, quando se trata de um sintoma, é sempre um fenômeno secundário, que envolve ansiedade. Para ele, voracidade significa algo muito primitivo, que só pode aparecer no comportamento humano disfarçado, como parte do complexo sintomático. O autor assinala que o cuidadoso registro da história de cada caso afetou profundamente seu ponto de vista, tornado evidente para ele a continuidade clínica das perturbações de apetite, na forma como se apresentam nos primeiros períodos da mais tenra infância, na infância propriamente dita, na adolescência e na vida adulta. A seu ver, o registro da história revela o fato de não haver uma linha divisória rígida entre dificuldades vivenciadas precocemente e manifestações sintomáticas posteriores. Entende-se que esses casos ocorrem em um grande grupamento, por um lado estando as dificuldades dos bebês e, por outro, a melancolia, a drogadição, a hipocondria e o suicídio. Por meio da análise, descobre-se que o ato de comer pode ser afetado nas doenças mais diversas, bem como na saúde, variando-se os modos como *o apetite é envolvido na defesa contra a ansiedade e a depressão.*

Winnicott considera que, na apreciação da função oral, em primeiro lugar vem o reconhecimento da pulsão oral; em segundo, a fantasia oral; e, em terceiro, surge uma ligação mais sofisticada dessa fantasia com o "mundo interno". O sujeito coloca os acontecimentos da fantasia no seu interior, primariamente na barriga e. secundariamente, na cabeça, e passa a identificá-los com as coisas que ocorrem dentro do corpo. Esse mundo interno costuma ser um mundo vivo de movimentos e sensações, mas pode ser mantido inativo quando temido e tornar-se excessivamente controlado na doença, ou alguns de seus elementos podem obter controle sobre o sujeito.

Já em 1937 Freud abordava as deformações no funcionamento do ego causadas pelo uso freqüente de determinadas defesas, que favoreciam que a análise se tornasse interminável. Muitos outros autores (Segal, 1981, 1986; Rosenfeld, 1987; Winnicott, 1958; Joseph, 1989; Steiner, 1993) assinalaram as alterações graves de personalidade de inúmeros pacientes que demonstravam grandes dificuldades e apresentavam inúmeros impasses para conseguirem transformações psíquicas significativas por meio do tratamento psicanalítico. Todos eles se referem a organizações defensivas que fixam o sujeito em posições rígidas, resistentes a mudanças, e que promovem extensas alterações

em suas personalidades. Essas defesas se organizam de forma a que a pessoa alcance um equilíbrio psíquico, ainda que (muito) patológico, e alterá-las representa uma ameaça de desmoronamento psíquico, o que mobiliza muita angústia. A obesidade parece compor com esse esquema defensivo rígido e parece implicar inúmeras funções no psiquismo do sujeito, que envolvem as relações interpessoais, a sexualidade, as atividades de trabalho, as possibilidades de locomoção e de participação, sem contar o custo que representa para o próprio corpo, sobrecarregado em todos os sentidos e insidiosamente exposto a riscos de vida.

Pereira (1985) diz que os pacientes por ela observados apresentavam uma estrutura psíquica predominantemente narcísica, com algumas das características das perturbações narcísicas de personalidade, como um frágil sentimento de identidade, com a conseqüente acentuada vulnerabilidade do sentimento de auto-estima. Em suas histórias de vida, expressavam graves lesões narcísicas e sérias perturbações no relacionamento com a figura materna. No entender da autora, o material inconsciente desses pacientes quase sempre expressa o sentimento de que não são queridos, de que precisam mostrar-se sempre de acordo com os demais, em detrimento de seus próprios valores ou opiniões, o que lhes dá a sensação de serem pouco reais. Tende a permanecer dentro deles um acentuado sentimento de *vazio* e de *falta de completude*, mesmo que não estejam sós. Qualquer alteração mais ou menos acentuada no esquema corporal e na representação que têm de seu próprio corpo no psiquismo pode acarretar sérios transtornos no sentimento de identidade.

Dessa forma, quando a perda de massa ponderal é expressiva, podem surgir intensos sentimentos de despersonalização. A ingesta repetida de alimento pode estar relacionada à necessidade de evitar o sentimento de desintegração.

Harkaway (1989), ao tratar da obesidade na infância, aborda questões familiares. Parte do princípio que em toda família há necessariamente um equilíbrio entre autonomia e lealdade, e que em muitas famílias com crianças obesas é dada ênfase à lealdade da criança para com sua família e seus membros, às custas de sua própria autonomia. Existem dificuldades de separação e individuação, e é problemático lidar com a alteridade e com as diferenças. Espera-se que os membros compartilhem crenças, sentimentos e experiências. A obesidade pode ser uma maneira de os membros se definirem como uma unidade. Dessa forma, para algumas famílias, a obesidade ajuda a criança a se manter leal, prevenindo os relacionamentos e atividades fora dos limites familiares. O autor assinala que em muitas dessas famílias a obesidade é parte de sua

herança e identidade e, assim, problemas e padrões relativos ao sobrepeso perduram multigeracionalmente. A obesidade e as tentativas de perder peso se tornam então um tema multigeracional. Nas famílias com ênfase na lealdade, há baixa tolerância a conflitos, e os desacordos são sentidos como rejeição, crítica ou traição; o conflito é experimentado como uma ameaça à existência e à integridade da unidade familiar. Isso faz com que se rigidifiquem as fronteiras extrafamiliares e se tornem mais difusas as fronteiras interpessoais, o que, a nosso ver, favorece o que Pereira (1985) abordou como a impossibilidade desses pacientes de contarem com um espaço definido na relação com as pessoas.

"Como é difícil tratar obesidade!", exclama Cals de Oliveira (2000); seja como for: no endocrinologista, na clínica médica, nas chamadas medicinas alternativas, nos Spas e também nas diversas formas de terapias, incluindo aí a psicanálise. O autor lembra a importância da relação corpo/mente para o funcionamento psíquico, já apontada por Freud em 1893-1895, em seus estudos sobre a histeria. Freud (1907 [1906]) veio a abordar como, em torno de um transtorno somático, se constroem marcas imaginárias, e como o retorno ao físico apresenta-se então como um remédio contra o delírio, como acontece com o bebê, cujas sensações prementes de fome favorecem a imposição da realidade e a diminuição da satisfação alucinatória, recurso primeiramente utilizado para tornar a frustração pela ausência do seio tolerável.

Cals de Oliveira refere-se à dificuldade, senão mesmo *impossibilidade*, para alguns obesos de simbolizar, com o que concorda Loli (2000). Ambos os autores frisam a concretude que caracteriza as necessidades, a capacidade de julgamento e as aspirações desses pacientes, para quem o corpo passa a ser sede e testemunha das emoções e do pensamento.

Há uma fantasia universal no obeso, assinala Cals de Oliveira: a de que ele tomou posse de uma mãe onipotente e supridora, que impede a dor e o desprazer. A gordura seria, assim, uma mãe incorporada, engolida, que conteria todos os valores dos quais necessita. O obeso *engole*, *incorpora concretamente*, sem passar pela possibilidade de introjetar, para o que necessitaria de um aparelho psíquico capaz de formar símbolos. Por meio da incorporação da mãe, o obeso vive confundido e fundido com ela. Vemos assim que, com isso, o conflito original não se elabora; o número de base 2, que, no quadrilátero de Bordeaux, apresentado por Racamier (1989), se alcança ao custo do luto fundamental e da angústia de des-ser, não é atingido, e inúmeras complicações vão se acumular no que diz respeito ao conflito edípico. Por tais razões, diz Cals de Oliveira (1999), é freqüentemente encontrada uma enorme variedade de perversões sexuais entre os obesos.

O autor assinala que tratar desse tema – obesidade/perversão – é uma tarefa ingrata, porque, fora a apresentação física dos obesos, o que é mais prontamente percebido nessas pessoas e que lhes confere uma *pseudonormalidade* em seu funcionamento psíquico é que elas são ativas, inteligentes, cultas, engraçadas, vivazes, bons pais e boas mães etc. No entanto, o ato de comer compulsivamente pode conter a finalidade de engolir, concretamente, seus objetos primitivos, deles tomando posse, para tornarem-se eles próprios a fonte nutridora mágica e inexaurível, driblando, dessa forma, o reconhecimento da dependência do objeto. Ao transformar a comida em gordura, o que vem da mãe não presta e adoece. Assim, passa a não haver motivos para admirar ou ser grato à mãe, e ela é então desdenhada, revelando-se nisso um caráter invejoso. O não-reconhecimento da bondade do objeto transforma o que ela provê em um nada, o que Cals de Oliveira (2000) chamou de um espaço gorduroso na mente, imobilizado, depreciado e sem função, que parece corresponder a zonas psíquicas mortas (Bokanowski, 2003), que decorrem de situações traumáticas e caracterizam-se pela ausência de representação, de figuração e de simbolização que elas acarretam. A contrapartida desse funcionamento psíquico destrutivo são as ações pseudo-reparadoras, nas quais o obeso fica toda sua vida tentando recuperar magicamente a figura bondosa e nutridora da mãe. Cals de Oliveira assinala ser curioso como muitos obesos convivem harmoniosamente com sua deformidade, muitas vezes incapacitante; em seu entender, ela estaria servindo como expiação pelos ataques contra seus objetos, o que alivia a culpa persecutória. Dessa forma, vemos como é difícil para o obeso fazer reparações.

2. A história de Odete

Odete nasceu no Rio de Janeiro, no início dos anos 1970, estando por ocasião do processo psicodiagnóstico com 31 anos. Foi-nos encaminhada pelo Serviço de Nutrição de hospital universitário público por não estar conseguindo emagrecer, fazendo parte de um programa nomeado Projeto Obesidade. Estava na ocasião com 113 kg, com 1,61m de altura, portanto com IMC = 43,59, o que caracteriza obesidade mórbida. Odete já havia chegado a 197 kg (IMC = 76). Observou ter começado a perder peso um ano antes de nosso atendimento, após ter feito seis meses de psicoterapia individual com uma psicóloga ligada ao Projeto Obesidade.

Durante o processo psicodiagnóstico, comentou estar fazendo uso apenas de medicação para "redução de açúcar", não sabendo informar

o nome da mesma. Compareceu às sessões assídua e pontualmente, sendo muito colaborativa durante todo o processo psicodiagnóstico, aproveitando para falar de suas questões pessoais. Apresentou-se sempre transbordante e angustiada, referindo-se a muitos problemas relacionados à família, principalmente a seu marido e sua mãe. As sessões duravam em média uma hora e meia.

Odete é a segunda filha de uma prole de quatro. Sua infância e adolescência foram marcadas por muita violência, física e psicológica, por parte do pai, que era alcoólatra, usuário de maconha, tinha muitas amantes, era músico e vivia viajando com a família. Brigava por qualquer motivo e agredia fisicamente tanto a mulher como os filhos. A mãe trabalhava fora, e quando as crianças ficavam sozinhas em casa costumavam trancar-se no banheiro para escapar das surras paternas. A mulher quis por diversas vezes separar-se do marido, tentando fugir com os filhos. Uma vez, até mesmo sem eles. Mas o marido ameaçava matá-la e os filhos se o fizesse e ela, amedrontada, acabava voltando. Quando Odete estava com 14 anos, sua mãe conseguiu finalmente expulsar o marido de casa.

Odete só tornou a ver o pai quando já estava casada e com o filho caçula ainda bebê. Relatou que seu pai apareceu "foragido", talvez por algo relacionado ao jogo ou a drogas. Comentou que a presença do pai em sua casa desagradava-lhe porque ele e seu marido bebiam e se drogavam juntos à noite. Acabou "dando uma de maluca", pegou uma faca e expulsou-o de sua casa. Durante o processo psicodiagnóstico, veio a saber que ele havia sido assassinado e enterrado como indigente. Comentou que se ele teve esse fim, fez por merecê-lo, pois teve tudo na vida, família – casa e trabalho –, mas desperdiçou tudo pelo vício.

Na infância, teve sarampo e catapora, não havendo relato de crise convulsiva ou infectocontagiosa. Ingressou na escola e interrompeu seus estudos na oitava série, já tendo repetido a quinta. Havia um ano que retornara aos estudos, cursando a partir da sexta série em programa supletivo. Fazia curso de informática. Costumava fazer cursos que lhe interessavam, como os ligados à culinária. Trabalhava fazendo doces e salgados sob encomenda, mas não era uma atividade regular.

Odete fez uso de maconha dos 13 aos 15 anos, nos finais de semana, e de lança-perfume por uma vez, em um carnaval, e de cocaína, também por uma vez, antes da segunda gravidez. Começou a trabalhar aos 15 anos, em casa de família, onde pernoitava durante a semana. Nos finais de semana, dormia em casa de amigas e esporadicamente ia à casa da mãe. Justificava esse procedimento por nunca ter gostado de "ficar no morro".

Iniciou-se sexualmente com o namorado aos 14 anos. Aos 16, engravidou de seu primeiro filho, fruto de uma relação furtiva com um homem que conheceu em um baile. Alega não se lembrar de quanto engordou nessa gestação, mas acredita que algo em torno de 20 kg. Relata ter sido sempre "gordinha", mas sentir-se bem com seu corpo. Afirma ter tido "depressão pós-parto", ficando muito agressiva e com crises de ausência, perdendo-se pelas ruas e sendo encontrada dias depois, sem se lembrar de onde estivera. Relata que em uma dessas "ausências" foi parar em Petrópolis, sem que saiba como. Ficou por lá trabalhando (*sic*), retornando ao Rio de Janeiro por ocasião do aniversário de dois anos de seu filho, que havia ficado com a avó. Odete diz lembrar dele apenas a partir de seus dois anos de idade, pois não o "curtiu" por não ter estado presente quando ele começou a andar e a falar.

Durante a gravidez, o pai de seu filho foi preso por envolvimento com drogas e Odete costumava levar a criança para visitar o pai na prisão. Quando ele foi solto, iniciaram a construção de uma pequena casa em cima da casa de sua futura sogra, apesar de ela ter sido avisada por seus irmãos e amigos de que ele era violento e batia em mulher. Odete não acreditava, pelo fato de ele ter sido sempre muito carinhoso com ela. Nessa época, continuava a trabalhar em casa de família, com pernoite, e nos finais de semana pegava o filho com sua mãe e ia para a casa de seu então futuro marido. Contudo, certa vez ele a ameaçou fisicamente, pressionando-a para que fosse morar com ele, mesmo antes do término da construção da casa. Constatou a agressividade referida pelas pessoas e negou-se a ir morar com ele, assinalando que, caso cedesse, estaria 10 anos depois "pilotando fogão, gorda e burra". Cortou totalmente o contato com ele, que inclusive não vê o filho.

Quando estava com 19 anos, foi a um churrasco na casa de seu atual marido, conhecido de sua família. Ao final, todos foram embora, mas ela foi convidada a permanecer. Aceitou ficar e manteve seu esquema anterior, de trabalhar em casa de família e nos finais de semana ir para a casa dele. Desde então, vivem maritalmente. Odete comenta que seu casamento foi tranqüilo a princípio, até ela resolver "dar um filho ao marido". Teve novamente "depressão pós-parto", mas já a partir do sétimo mês de gestação apresentava-se inquieta e não conseguia dormir, entendendo essa inquietação como sinal da "depressão". Acha que o menino "se criou por obra de Deus", porque ela não conseguia levantar da cama para fazer a mamadeira; quando conseguia prepará-la, enfiava o bico na boca do bebê e ele tomava sozinho. Certa vez, tentou afogar o bebê na banheira, durante o banho, e foi surpreendida por uma vizinha, ficando constrangida quando se deu conta da situação.

Durante essa "depressão", sentia-se perseguida, saía na rua e achava que todos estavam falando dela. Apresentava-se muito agressiva e tinha várias "crises de ausência". Sentia um cheiro forte de sua vagina e achava que as demais pessoas também sentiam. Chegou a questionar algumas pessoas a respeito, porém elas negaram. Comentou ter ouvido as vizinhas dizerem que ela cheirava mal. Chegou a ser internada em um Centro Psiquiátrico, onde ficou em observação por 48 horas, sendo transferida para outro hospital psiquiátrico, onde permaneceu por 10 dias, fugindo. Posteriormente, veio a ser internada em outra casa de saúde feminina, onde diz ter permanecido por um ano e meio, embora em seu prontuário conste que permaneceu por dois meses. Odete entende ter ficado doente como uma "explosão de tudo o que estava guardado há muito tempo", sobre o que não conseguia falar, apenas agir. Diz não conseguir entender o que acontecera, porque ninguém havia lhe explicado até então. Nessa época, chegou a pesar 197 kg, mas não se dava conta de seu tamanho. Afirmou que o peso não lhe prejudicava em nada, não se sentindo desconfortável com seu corpo. Apenas deu-se conta de seu tamanho muito posteriormente, quando assistiu a vídeos filmados em festas da família, e então se lembrou de que quando se sentava sua barriga chegava ao joelho. Relaciona ter chegado a esse peso devido à medicação que tomava, pois, quando foi suspensa, ela perdeu peso.

Odete relata que se lembra do filho caçula até seus seis meses de idade e após seu aniversário de três anos. Nessa data, fez uma festa para comemorar o aniversário dele e também o fato de ela estar bem, mas seu marido ficou bêbado e distribuiu drogas aos convidados. Tiveram uma briga muito séria e ela ameaçou se separar, o que motivou o marido a buscar tratamento nos Alcoólatras Anônimos (AA), estando há sete anos sem beber e sem se drogar. Apesar de ter se tornado mais caseiro, o marido ainda é motivo de queixas por parte de Odete, que o considera ausente como marido e como pai. De acordo com ela, ele não participa das festa da família, não brinca com o filho, não conversa com ela e, quando está em casa, fica assistindo televisão. O relacionamento com o marido é visto como difícil, marcado por agressões físicas e psicológicas. Ressente-se pelos filhos, que assistem a essas situações. Busca conversar, mas como o marido não lhe dá atenção, parte para o confronto direto, a briga. Aborrece-se por não gostar de "barraco" e acha que quando sai à rua os vizinhos falam dela, porque parece que só ouvem seus gritos. Contou que certa vez ouviu a briga de uma vizinha com o marido e ficou horrorizada com os gritos, imaginando que deveria se passar o mesmo com ela quando discutia com o marido,

sendo por isso considerada como "briguenta". Sentiu-se constrangida com a percepção que podiam ter dela. Comenta desejar se separar por não estar feliz.

Odete observa que sua família parece evitar falar sobre o período em que esteve doente e ela fica apreensiva, sem entender o porquê desse "tabu"; teme ter feito coisas que não faria em sua "consciência normal". Diz tomar rigorosamente o anticoncepcional, temerosa de outra gravidez, da possibilidade de vir a ter "depressão" novamente e de não conseguir voltar ao normal. Sua irmã e uma tia chegaram a comentar com ela sobre alguns fatos ocorridos durante suas "crises de ausência" e ela ficou surpresa e horrorizada com o que ficou sabendo: na primeira, ela teria saído com um namorado de sua mãe; na segunda, teria beijado o atual marido da mãe. Diz não se lembrar desses fatos, mas, ao considerar a raiva que a mãe demonstra sentir dela, acredita ser verossímil. Ainda para sua surpresa, seu marido lhe revelou que, durante um tumulto na favela onde moram, ela quis atear-lhe fogo, tomada de uma raiva incontrolável; nesse mesmo episódio, trancou-se com um vizinho no Centro Comunitário e ninguém ficou sabendo o que aconteceu entre os dois. Ao indagar o marido por que não lhe contara sobre essas situações, ele lhe respondeu que sabia que ela estava doente e fora de si. Odete comenta que o homem que pensava não ser seu companheiro devido à sua postura ausente mostrou-lhe estar muito mais próximo dela do que imaginava. Depois disso, o relacionamento entre os dois melhorou, inclusive voltando a relacionarem-se sexualmente, o que não estava se dando havia seis meses.

Com relação à mãe, gostaria de poder esclarecer com ela o que houve e talvez reaproximarem-se, pois sente muita falta de seu carinho e reconhecimento. A respeito dos irmãos, diz não ter um bom relacionamento com sua irmã, que se dá marcado por intrigas; dá conselhos ao irmão caçula, casado com uma mulher mais velha que é muito boa para ele, mas, por ele ser imaturo, eles vivem brigando; o irmão mais velho mora em outro Estado, onde Odete foi batizar o sobrinho. Quando eles eram mais jovens, brigavam muito, mas, no presente, talvez por morarem distante e verem-se com pouca freqüência, estão se dando bem.

Odete diz ter bom relacionamento com os filhos, que incentivam-na a fazer dieta, comendo as mesmas coisas e controlando os doces. Refere-se ao mais velho como mais independente, calmo, envolvido em suas próprias atividades escolares e religiosas. O mais novo é referido como mais companheiro, acompanhando-a a festas do bairro. Conversam muito, inclusive ela o coloca a par de seu relacionamento com o marido.

Ela comenta não estar conseguindo emagrecer, mas pelo menos não ter engordado. Acredita que isto se deva ao fato de estar ansiosa com as provas no colégio e a crise em seu casamento. Sabe que procura refúgio nos doces para se acalmar, principalmente no leite condensado, mas considera que consegue dizer-se "não" em 80% das vezes. Apesar de a nutricionista que lhe assiste no Projeto Obesidade ter-lhe estipulado como meta a perda de 30 kg, pretende perder 40 kg. Refere que todos na sua família são "gordinhos": sua mãe está com 130 kg; seus irmãos, com mais de 100 kg; e sua irmã, com 80 kg.

Quanto a planos para o futuro, pretende voltar a trabalhar, ter seu dinheiro e sua independência, como quando foi morar com seu marido. Deseja emagrecer e recuperar sua auto-estima.

3. A história de Odile

Odile nasceu em Campina Grande, Paraíba, em meados dos anos 1960, estando por ocasião do processo psicodiagnóstico com 38 anos. Foi-nos encaminhada por Serviço de Nutrição de hospital universitário público por não estar conseguindo emagrecer, mesmo com acompanhamento médico, fazendo parte do Projeto Obesidade. Estava com 93 kg ao iniciar seu tratamento, com 1,52m de altura, portanto com IMC = 40,25, o que caracteriza obesidade mórbida. Tinha conseguido emagrecer 10 kg (IMC = 35,92), o que representa obesidade excessiva, mas estava estacionada nos 83 kg, precisando perder mais para continuar no Projeto. Relata não conseguir emagrecer porque come compulsivamente. Emagrece bem tomando remédios, porém, quando eles são suspensos, volta a engordar, mais do que havia emagrecido, o que a frustra bastante. Queixa-se que nada em sua vida muda e que poderia acontecer algo para mudá-la, como, por exemplo, ter dinheiro para poder comprar tudo o que quisesse, sem limites.

A paciente compareceu às sessões pontualmente, vestindo-se adequadamente para a sua idade e ocasião, embora fosse perceptível a dificuldade em abotoar a roupa devido ao excesso de peso, relatando ter dificuldade em encontrar roupas que lhe servissem. Apresentou-se muito ansiosa e angustiada, dizendo não gostar de falar, pois temia acabar fazendo-o demais, sobre coisas desnecessárias. Contudo, falava de modo compulsivo e precisava ser interrompida ao final das sessões. Chorou em várias oportunidades, sem motivo aparente. Ao ser interpelada a respeito de seu choro, não sabia explicar o motivo. Houve sessões em que começava a chorar assim que entrava na sala.

Odile relatou sofrer de insônia e de constantes dores de cabeça, fazendo uso de *Melhoral* para acalmá-las. Diz que, quando se preocu-

pa com alguém, pode ficar até 15 dias sem dormir, mesmo tomando remédios. Contra sua vontade, fica pensando na morte dessa pessoa, em como ela poderia morrer ou ainda na possibilidade de acontecer com ela alguma desgraça, mesmo que essa pessoa não esteja com problemas de saúde. A insônia e os pensamentos indesejáveis começaram havia 10 anos, ocasião em que se submetera a um aborto, e se intensificaram nos últimos dois anos, quando seu filho realizou uma mamoplastia. Quando as dores de cabeça surgiram, foi pedido um eletroencefalograma, cujo resultado foi "anormal, com disfunção de caráter"; procurou saber o que significava consultando um dicionário e achou que o resultado não era bom. Solicitada a apresentar o exame, disse tê-lo perdido.

Por ocasião da cirurgia do filho, temeu demais por sua morte e não queria que ele a realizasse. Desde então, tem incontroláveis pensamentos de assassinatos que favorecem sua insônia. Evita assistir certos programas na televisão, como *Linha Direta*, pois imagina que se alguém foi capaz de cometer um determinado crime, ela também o seria, o que a deixa muito nervosa. Quando é veiculada na televisão a notícia da morte de um ator ou cantor, fica uma semana pensando naquilo, sem conseguir dormir, ainda que tomando remédios. Menciona que às vezes lhe vêm à cabeça pensamentos de matar seu filho e sua irmã mais próxima; embora procure não pensar nisso, a idéia a persegue por mais de uma semana. Não conta essas vivências a ninguém por temer que seu filho e sua irmã passem a ter medo dela.

Encontrava-se sem trabalho e sem dinheiro, tendo que implorar ao marido para que lhe desse alguns trocados para poder pegar ônibus e comprar coisas para a casa, o que a deixava com muita raiva.

Odile é a quarta filha de uma prole de oito, três homens e cinco mulheres. Refere-se à sua infância como tendo sido muito sofrida, pois passavam muitas necessidades, quase não tinham o que comer e o que comiam era considerado comida de engorda para porcos (mingau de fubá, mandioca, farinha e feijão). Dificilmente havia arroz ou macarrão e, quando havia, não era suficiente pata todos.

Sempre trabalhou na roça, desde os oito anos, por isso não conseguia estudar direito, faltando muito à escola para ir à lida. Deixou de freqüentar a escola, por iniciativa da mãe, quando concluiu a quarta série. Arrepende-se por não ter continuado a estudar, achando-se "burra" e incapaz de aprender qualquer coisa. Não se anima a voltar a estudar porque sente preguiça e acha que não iria conseguir.

A paciente tinha medo de dormir sozinha, e quando tomava conhecimento de algum falecimento, mesmo de pessoa desconhecida,

somente conseguia dormir na cama de sua mãe. Nessa mesma época, quando andava pelo mato, colhia as flores que encontrava porque imaginava que elas teriam medo de ficar ali sozinhas à noite.

Ainda quando era criança, Odile não sabe precisar com que idade, seu pai deixou a família no sítio para trabalhar no Rio de Janeiro, onde ficava durante o verão e, no inverno, voltava à Paraíba para trabalhar na roça. Ela recorda que, quando seu pai retornava, havia muita briga entre o casal, com ele acusando a mulher de traí-lo, o que considera como uma possibilidade, pois, quando seus pais vieram a se separar, sua mãe logo encontrou outro companheiro, que também a acusava de ela ter traído o ex-marido com ele.

Odile descreve a mãe como pessoa muito brava, que ficava nervosa facilmente, gritava e batia muito nos filhos. Ela não chegou a apanhar muito porque fugia para o mato quando a mãe se zangava, mas seu irmão mais novo levava uma surra por dia, por diferentes motivos.

A paciente nunca teve animais de estimação; diz não gostar. Certa vez, quando criança, estava brincando com o irmão mais novo e o cachorrinho da vizinha quando pularam sobre um banco que quebrou, caindo em cima do animal, matando-o. A vizinha reclamou com sua mãe, que bateu muito em seu irmão; ela não apanhou porque se escondeu no mato o dia todo, voltando para casa somente à noite, apenas por ter ficado com medo de permanecer no mato sozinha à noite.

Com 15 anos, ela conheceu aquele que viria a ser seu marido; namoraram por nove meses e depois se separaram, pois ele foi trabalhar no Rio de Janeiro. Deram-se encontros esporádicos até ela completar 18 anos, quando voltaram a namorar. Tinha poucas informações sexuais, já que sua mãe não falava sobre o assunto. Algumas dessas informações obteve com seu então namorado. Odile costumava fugir à noite para encontrar-se com ele, mas foi flagrada pela mãe. Envergonhada, foi para a casa da irmã dele, logo em seguida deu-se seu casamento em cartório e sua gravidez. Como o casamento no religioso demorou a acontecer, considera ter casado grávida de um mês e meio, já que, para ela, o que contava era o casamento na igreja.

Odile narra ter sempre tido um corpo desproporcional, desajustado, mas que era magro. Começou a engordar na gravidez de seu filho, não conseguindo emagrecer após o parto e ganhando mais peso progressivamente.

Quando seu filho completou um ano, o casal mudou-se para o Rio de Janeiro, para trabalharem como caseiros. Quando a criança completou dois anos, decidiram que ela deveria morar com a avó materna na Paraíba. O casal retornou ao Rio de Janeiro acompanhado do

pai dela, após muita insistência de Odile, contra a vontade de seu irmão, com quem chegou mesmo a brigar a esse respeito. Ela considera que se não tivesse insistido com seu pai, ele poderia estar vivo.

Odile e o marido passaram a trabalhar em empregos separadamente por dois anos, objetivando juntar dinheiro para a compra da casa própria, o que conseguiram realizar em um bairro valorizado da Zona Norte, onde mora até o presente. Já naquela época o marido bebia muito.

Quando o filho completou quatro anos, retornou ao convívio com os pais. Seu marido passou a beber ainda mais, vindo a perder o emprego e passando a deixar tudo aos encargos dela. Odile sempre trabalhou como doméstica, por não saber fazer outra coisa, e foi com esse trabalho que conseguiu sustentar a família. Foi nessa época que começou a ganhar peso. Seu marido ficava bêbado diariamente e batia nela; com vergonha dos vizinhos, ela se trancava dentro de casa para não ser vista.

Há aproximadamente 10 anos, seu marido chegou embriagado em casa e ameaçou procurar outra mulher caso ela não mantivesse relações sexuais com ele. Sem nenhum preservativo, engravidou. Na situação em que a família se encontrava, com ele desempregado, ela trabalhando como doméstica, sem ter quem pudesse auxiliá-los, optou pelo aborto, decisão que lhe causa muito remorso e questionamentos, principalmente após ter assistido um programa na televisão que apresentou como o feto se apresenta na ocasião.

Odile contou que na época em que seu marido bebia tentou matá-lo várias vezes; na última vez, durante uma briga, quebrou um cabo de vassoura em sua cabeça e tentou esfaqueá-lo, mas seu filho, então com 16 anos, impediu-a. Depois desse fato, seu marido procurou os Alcoólatras Anônimos (AA) e nunca mais bebeu, estando sóbrio há dois anos.

Odile considera que as brigas aconteciam por sua culpa, pois, quando o marido chegava alcoolizado, ficava quieto em seu canto, mas ela não conseguia se conter, ficava revoltada, insultava-o e acabava por provocar a briga.

Ela contou que, certa vez, em uma briga com seu irmão, com muita raiva, cuspiu-lhe no rosto, o que fez com que ele lhe agarrasse pelos cabelos e os dois rolassem por terra. Admite que se tivesse uma arma à mão teria matado o irmão, tamanha era sua raiva. Tem tido problemas com esse irmão, que há mais ou menos oito anos passou a beber e a fumar, inclusive a usar cocaína, o que acaba por consumir todo seu dinheiro. Ele tem mulher e quatro filhos pequenos, vivendo

em petição de miséria na favela, com muitas privações, dormindo no chão e não tendo o que comer. É Odile quem lhe garante a subsistência, tirando do pouco que tem. Preocupa-se com o irmão, acha que ele tem "problemas de espírito", desejava poder levá-lo à Igreja Universal do Reino de Deus para ele poder fazer um "descarrego", mas outro irmão acha bobagem e ela fica sem saber em quem acreditar. Gosta de ler a Bíblia, considera-se católica não praticante, mas já freqüentou o espiritismo, terreiro de umbanda e a Igreja Universal. Acredita nas coisas, desacreditando.

Odile comenta que o marido ronca muito, o que a leva a dormir no quarto do filho. Quando questionada sobre sua vida sexual, diz que dificilmente tem relações sexuais, o que considera satisfatório, pois não sente falta. Acha-se uma pessoa muito nervosa, que muda de humor com muita facilidade e rapidamente, o que a leva a ações intempestivas, como quebrar coisas dentro de casa, bater portas, trancar-se no quarto e chorar muito. Nessas ocasiões, sente muita raiva e desejo de matar alguém, o que a leva a sentir culpa, a ficar semanas sem dormir, imaginando o que seria capaz de fazer e o que não deveria fazer.

A paciente não tem planos para o futuro, pois espera morrer. Sente-se desistente em todos os âmbitos de sua vida. Somente aceitou participar do processo psicodiagnóstico por ser breve e ter data para terminar. Sente-se incapaz de investir em algo produtivo. Com apenas 38 anos, Odile diz sentir-se "muito velha" e estar apenas aguardando sua morte. Acha que não serve para mais nada e que também não sente vontade de investir no futuro. O que gostaria de fazer era ficar trancada dentro de casa o dia todo, sem contato com pessoas ou situações.

4. Sobre o "vazio psíquico"

Como é de conhecimento notório, a relação com o outro tem caráter estruturante, e é na intersubjetividade que se constrói a subjetividade. Cabe à mãe significar a experiência do bebê (Winnicott, 1958; Bion, 1967; Aulagnier, 1975), marcada pelo desamparo, e decorre do trabalho psíquico dela o surgimento do pensamento humano nele. Apesar de sua impotência e desamparo, o bebê humano é tremendamente competente (Racamier, 1989), e apela ao outro o que necessita. No entanto, quando o outro se mostra insuficientemente bom de forma repetitiva ou contínua, seja por excesso (intrusão) ou por falta (exclusão), criam-se as condições propícias, devidas às falhas ambientais, para o aparecimento de patologias mais graves, como as do vazio mental (Lisondo, 2004).

O conceito nosográfico de vazio mental relaciona-se às patologias narcísicas em suas diversas expressões, como a adição a drogas, as neo-sexualidades, a promiscuidade, os distúrbios alimentares (bulimia, anorexia, obesidade), os transtornos psicossomáticos etc. Trata-se de estratégias defensivas falhas que visam à manutenção do equilíbrio psíquico, ainda que patológico, na tentativa de preencher o vazio, que se estende e aprofunda cada vez mais pela carência de experiências reais, autênticas e genuínas.

Lisondo (2004) considera o vazio mental como uma grave alteração estrutural do psiquismo, já que não há continência para os conteúdos psíquicos, com severos prejuízos para a possibilidade de atingir pensamentos e desenvolver um aparato para pensá-los (Bion, 1967). A falta de coesão das identificações organizadoras do psiquismo dá margem a um comprometimento narcísico (narcisismo de morte), que tem como conseqüência a desobjetalização dos vínculos (Green, 1986). A compulsão repetitiva busca um renascimento psíquico, que acaba não se dando pela inexistência de um bom encontro, o qual entendemos não depender apenas do objeto, mas também das projeções que se dão sobre ele, tais como expectativas de preenchimento impossíveis de se realizarem, reeditando-se assim a frustração e o vazio.

Lisondo se refere a Bleger (1975), para quem existem regiões sincréticas no psiquismo que visam à fusão pela vida afora, por meio de vínculos simbióticos indiscriminados – a nosso ver referidos mais apropriadamente por M. P. de Almeida Prado (1979) como estados de entranhamento –, em tentativas frustradas de compensação pelos buracos existenciais decorrentes das insuficiências das experiências primárias primordiais. Tais insuficiências têm a ver com um meio insuficientemente bom, com falhas maternas como escudo protetor, promotoras do que Khan (1963, 1964) chamou de trauma cumulativo. Os estados de entranhamento se apresentam então como defesa ante o vazio e o terror, e perpetuam os vínculos predominantemente narcísicos, com prejuízos expressivos no processo de separação e individuação e na capacidade de simbolização. Será na parte gordurosa da mente, conforme propõe Cals de Oliveira (2000), que a mãe e possíveis outros objetos ficarão retidos, imobilizados e inutilizados.

Parece-nos interessante que Quinodoz (1996) se refira ao sujeito buraco como correspondente a um objeto buraco, vivido como inexistente e que gera buracos de ansiedade, já que corresponde a um objeto sem representação que acarreta buracos na fantasia por meio dos mecanismos de cisão, negação e controle onipotente. Observa-se, assim, que ocorrem falhas na continência psíquica, isto é, o continente psíquico fica "esburacado", bem como a capacidade de simbolização.

Embora focalizando seu trabalho em questões relativas à mídia e à realidade virtual, Lisondo (2004) nos oferece subsídios interessantes para pensarmos questões relativas à obesidade. A autora comenta que a era pós-moderna, iniciada na segunda metade do século XX, é reconhecida como a da sociedade do consumo e do espetáculo, como a era da imagem, do vazio ou do homem *light*. Caracteriza como "autística" essa era pós-moderna, que a seu ver induz à perpetuação do vazio e da deterioração psíquica. A existência vê-se assim consumida, o psiquismo é substituído pelo cérebro, e o corpo passa a ser possessão e não expressão e cenário do ser metafísico, reduzindo-se a uma anatomia robotizada e a uma psicofarmacologia endeusada. Assinala que, "na era da neurotecnologia, pretende-se que todos os problemas humanos possam se resolver imediatamente, e uma simplificação criminosa busca abolir o árduo caminho do pensamento e do desenvolvimento emocional" (p. 338). Observa que nas patologias do vazio há uma "fome psíquica" de experiências reais, autênticas, o que sugere que elas dizem respeito a falsos *selves*, que em parte decorrem de falhas na sustentação e manejo ambientais (Winnicott, 1958).

Lisondo (2004) frisa serem imprescindíveis as experiências significativas, cheias de sentido, e compara metaforicamente a deterioração psíquica a um câncer psíquico que carcome a vida. Seria então, em termos psíquicos, uma cultura de pulsão de morte – cultura aqui entendida no sentido biológico. A referida autora entende que o desencontro humano abissal faz com que muitas dessas pessoas se considerem sobreviventes, porém exiladas do mundo humano pelas privações sofridas.

Muitas das características presentes nas patologias do vazio também são encontradas nos quadros referidos como *borderline*. Kernberg (1991, 1995) assinala que a falta de integração do conceito de *self* e daquele de outras pessoas, cujas percepções são contraditórias e empobrecidas, promove a difusão da personalidade, que se reflete na experiência crônica de vazio. As estratégias defensivas, que no neurótico se caracterizam pelo recalcamento, no *borderline* baseiam-se na clivagem e outros mecanismos associados, como a idealização primitiva, a cisão, a negação, a identificação primitiva intensificada, a desvalorização e o controle onipotente. Esses mecanismos visam a proteger o ego de conflitos e de experiências contraditórias. Todavia, o teste de realidade é mantido, diferenciando-se o *self* do *não-self* e as percepções e estímulos internos dos externos.

De acordo com Green (1999), a angústia de separação caracteriza os casos-limite, havendo a prevalência da *clivagem* como mecanismo

psíquico, bem como a presença da depressão, manifestada por meio da perda do gosto pela vida e da diminuição do tônus vital. O *borderline* se caracteriza pela descarga por meio da ação, em que o agir substitui uma possível elaboração psíquica. Dessa forma, o *borderline* se encontra enredado pela fantasia que não é elaborada, mas evacuada. Segundo Green, o aparelho psíquico se automutila por meio da recusa, da forclusão e da clivagem, e a tendência ao agir se sobrepõe à realização de desejo.

São conhecidos nos obesos os episódios de *binge*, quando se dirigem à geladeira e comem compulsivamente o que há, feijão gelado, arroz gelado etc., pouco importando a qualidade daquilo que está sendo ingerido, como se tivessem algo a ser preenchido que se manifesta em uma aguda crise de angústia, sem continência psíquica, e que impele ao agir, por meio da ingesta indiscriminada de alimentos. Após esses episódios, sentem-se culpados e abatidos, contudo, em nova crise de angústia, e eles tornam a se repetir, reforçando a carência de recursos psíquicos para mediá-la de outra forma, transformá-la e superá-la.

5. Considerações finais

Odete e Odile, com suas tristes histórias e em seus atendimentos, nos apontavam sucessivamente seus excessos e suas faltas: em excesso, a ansiedade, a angústia, a violência, a privação, o ódio, o peso. As faltas também são muitas e repetitivas, desde a infância: pobreza, fome, desassistência, falta de compreensão por parte dos pais de suas necessidades psíquicas e afetivas, desamparo familiar e social, falta de sentido. Devido aos profundos desencontros humanos, ambas careceram em sua infância de experiências significativas e se viam exiladas do mundo humano por todas as privações que sofriam, sobretudo a de sentido. Ainda é essa privação – de sentido – que favorece, no presente, a manutenção desse exílio, no qual a própria obesidade tem uma parte importante. Trata-se, na verdade, de um exílio mortífero.

Estados de privação, física e/ou afetiva, repetitivos ou contínuos, envolvem muita ansiedade, ódio e impotência, são vivenciados de forma traumática e promovem "buracos" na experiência de continência, na vida afetiva e, sobretudo, nas capacidades de pensar, de reparar e transformar. O desenvolvimento psicoafetivo fica inibido e, conforme assinalou Winnicott (1936), a inibição empobrece a experiência pulsional, empobrece o desenvolvimento do mundo interno e, em decorrência disso, dá-se a falta relativa de ansiedade normal acerca dos objetos e das relações internas.

A promiscuidade, o roubo, o desejo de matar, o suicídio, as neosexualidades e as diversas formas de adição – entre elas, à comida –

assemelham-se à chupeta para o bebê com fome, que o conforta alucinatoriamente por um tempo, até que a realidade a ele se imponha e a chupeta não lhe sirva mais; só que, nas situações referidas, a realidade, sobretudo a interna, é ferrenhamente evitada com o acirramento das estratégias defensivas, que, longe de fornecerem superações, enredam ainda mais o sujeito em seu ineficaz esquema defensivo, por meio de comportamentos incontidos, impulsivos ou compulsivos.

Lisondo (2004) lembra que não é a qualidade do objeto-droga, parceiros sexuais, roupa, comida, bebida que revela a deterioração psíquica, mas sim a própria estrutura da subjetividade. Odile queixa-se que sua vida não muda e assinala que poderia acontecer alguma coisa para mudá-la, como ter dinheiro para comprar tudo o que quisesse, "sem limites". A possibilidade de mudança é concebida como algo que vem de fora – ter dinheiro, não importa como –, uma "mudança" que viria de encontro à sua voracidade: em vez de comer tudo o que quisesse, compraria tudo o que desejasse. Na verdade, nada mudaria. Desta forma, vemos como excesso e falta se mantêm como as duas faces de uma mesma moeda. Há um buraco sem fundo a ser preenchido, um buraco devido à falta de sentido das experiências vividas, que, por sua vez, decorre da restrita capacidade de simbolização, e que se busca preencher com "coisas", como comida, bebida, drogas, compras etc.

Cabe lembrar que a adição está presente, por diferentes vias, tanto na vida de Odete como na de Odile. No caso da primeira, precede, digamos assim, o seu nascimento, pois seu pai é referido como alcoólatra e usuário de drogas. Ambas se casaram com homens alcoólatras e, no caso de Odete, seu marido também usava drogas.

A violência é outro aspecto que marcou a vida delas, desde a infância. No caso de Odete, o pai batia na mulher e nos filhos e ameaçava-os de morte; todos viviam com medo, ao ponto de as crianças se trancarem no banheiro quando a mãe não estava em casa, por temerem o pai. A mãe de Odile é referida como intolerante e violenta, batendo muito nos filhos. Assim, faltavam palavras e sobravam pancadarias, o que irá se repetir em suas relações futuras. Essa violência parece ter tido repercussões em suas escolhas amorosas, na forma como vivenciaram a maternidade e a feminilidade. Ambas se apresentam como pessoas muito agressivas e depressivas. As relações com os maridos se davam de forma tumultuada e violenta, a maternidade sendo vivenciada com muitos conflitos (por parte de Odete, "depressões" pós-parto e dificuldades de cuidar do filho e alimentá-lo; por parte de Odile, dificuldade de manter o filho consigo e decisão por aborto, experiência esta vivida até o presente como um trauma não superado, fonte de angústia e de

culpa). Odete tentou afogar o filho no banho e atear fogo ao marido, e Odile contou ter tentado matar o marido diversas vezes, e na última delas, com faca, foi impedida pelo filho de 16 anos.

A questão incestual permeia as relações familiares de diversas formas: em suas "crises de ausência", Odete abordou os companheiros da mãe, saindo com um e beijando outro, e, no presente, busca com um de seus filhos um companheirismo, a nosso ver excessivo, fazendo-se acompanhar por ele a festas e compartilhando com ele suas questões íntimas com o marido. Assim, a falta do marido é preenchida pelo filho, havendo inversões geracionais, por meio de uma intimidade indevida e inconveniente, que provavelmente também terá suas conseqüências. Já Odile dorme no quarto do filho, alegando que seu marido ronca muito.

A sexualidade de ambas parece ser vivenciada de forma bastante conflituosa. Odile diz não ter relações sexuais com o marido e achar bom. Odete conta que, após um maior entendimento entre ela e o marido, eles retomaram sua vida sexual, que andava suspensa havia seis meses.

O comer compulsivo compõe com as estratégias defensivas de Odete e de Odile, bem como com a manutenção de seu equilíbrio psíquico, ainda que patológico. Emagrecer pode, assim, representar uma grande ameaça – e ambas não conseguem perder peso, ou perdem e recuperam, ou perdem e estacionam.

Concluindo, nas patologias do vazio, evita-se a realidade interna, tida como insuportável, e mantêm-se as estratégias defensivas empregadas. O objeto aditivo se apresenta como um pseudo-objeto transicional, falho e inútil, porque objeto mortífero, que não permite a tolerância à falta, nem a possibilidade de transformação por meio da elaboração simbólica. Para Winnicott (1936), a ansiedade relaciona-se a objetos psiquicamente incorporados e fisicamente comidos, que correspondem a fantasias, inconscientes em sua maioria, por meio da repressão. No entanto, dá-se que a fantasia fique e seu elo com a experiência funcional se perca. Aí o sujeito ver-se-á guiado pela ansiedade, carecendo de continência para seus conteúdos, tratando-se mais da clínica da clivagem do que da clínica da repressão, conforme propõe Antunes (2004) em seu projeto de tese de doutorado.

Parece ser consensual entre os profissionais envolvidos na assistência a obesos mórbidos as imensas dificuldades implicadas em seus tratamentos, mas, a nosso ver, eles só terão condições de obter algum resultado se acompanhados de uma escuta psicanalítica, com todos os desafios aí implicados, tanto para o analisando como para o analista.

6. Referências bibliográficas

ALMEIDA PRADO, M. P. *Narcisismo e estados de entranhamento*. Rio de Janeiro: Imago, 1979.
ANTUNES, S. P. Projeto de Tese de Doutorado. Instituto Fernandes Figueira/Fiocruz, 2004.
AULAGNIER, P. (1975). *A violência da interpretação*. Do pictograma ao enunciado. Rio de Janeiro: Imago, 1979.
BION, W. R. (1967). *Estudos psicanalíticos revisados*. Rio de Janeiro: Imago, 1988.
BLEGER, J. (1975). *Simbiose e ambigüidade*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.
BOKANOWSKI, T. *Traumatisme, traumatique, trauma*. Le conflit Freud/Ferenczi. In: <http://www.spp.asso.fr/Library/Scripts/print.asp?filename=/Main/ConferencesEnLigne/It...09/09/03>. 2003.
CALS DE OLIVEIRA, C. *Sobre a obesidade* – estrutura e mecanismos mentais. Rio de Janeiro. Não publicado, 2000.
FREUD, S. (1893-1895). Estudos sobre a histeria. *Obras completas (ESB)*. Rio de Janeiro: Imago, 1974. v. II, p. 41-363.
_____. (1907 [1906]). Delírios e sonhos na Gradiva de Jensen. *Obras completas (ESB)*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. IX, p.17-98.
_____. (1920). Além do princípio de prazer. *Obras completas (ESB)*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. XVIII, p. 17-85.
_____. (1937). Análise terminável e interminável. *Obras Completas* (ESB). Rio de Janeiro: Imago, 1975. v. XXIII, p. 247-287.
GREEN, A. (1986). Pulsão de morte, narcisismo negativo, função desobjetalizante. In: GREEN, A. et al. *A pulsão de morte*. São Paulo: Escuta, 1988.
_____. Genèse et situation des états limites. In: ANDRE, J. (org.). *Les états limites*. Paris: PUF, 1999.
HARKAWAY, E. J. Obesity in childhood: the family context. In: COMBRICK-GRAHAM, L. (org.). *Children in family contexts*. Nova Iorque: Guilford Publications, 1989.
JOSEPH, B. (1989). *Equilíbrio psíquico e mudança psíquica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
KERNBERG, O. et al. *Psicoterapia psicodinâmica de pacientes borderline*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
_____. *Transtornos graves de personalidade*: estratégias psicoterapêuticas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
KHAN, M.; MASUD R. (1963). O conceito de trauma cumulativo. In: *Psicanálise, teoria, técnica e casos clínicos.* Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
_____. (1964). Distorção do ego, trauma cumulativo e o papel da reconstrução na situação analítica. In: *Psicanálise, teoria, técnica e casos clínicos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
KLEIN, M. (1932). *Psicanálise da criança*. São Paulo: Mestre Jou, 1975.
_____. (1952). Algumas conclusões teóricas sobre a vida emocional do bebê.

In: KLEIN, M. et al. *Os progressos da psicanálise.* Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
_____. (1952). Sobre a teoria da ansiedade e da culpa. In: KLEIN, M. et al. *Os progressos da psicanálise.* Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
_____. (1952). Notas sobre alguns mecanismos esquizóides. In: KLEIN, M. et al. *Os progressos da psicanálise.* Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
_____. (1963). Nosso mundo adulto e suas raízes na infância. In: KLEIN, M. *O sentimento de solidão.* Rio de Janeiro: Imago, 1975.
LISONDO, A. B. D. Na cultura do vazio, patologias do vazio. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 38(2), p. 335-358, 2004.
LOLI, M. S. A. Paciente obeso. *PSIC – Revista da Vetor Editora,* ano 1, n. 2, p. 40-45, 2000.
_____. *Obesidade como sintoma*: uma leitura psicanalítica. São Paulo: Vetor, 2000.
MONTEIRO DA SILVA, M. Obesidade mórbida. *PSIC – Revista da Vetor Editora*, ano 1, n. 2, p. 32-39, 2000.
PEREIRA, W. L. Considerações sobre alguns pacientes obesos crônicos. *Boletim Científico da Sociedade Brasileira de Psicanálise*, n. 15, p. 1-9. Mimeo. Rio de Janeiro, 1985.
QUINODOZ, D. An adopted analysand's transference of a 'hole-object'. *International Journal of Psycho-Analysis*, 77, p. 323-336, 1996.
RACAMIER, P.-C. *Antoedipe et ses destins.* Paris: Apsygee, 1989.
ROSENFELD, H. (1987). *Impasse e interpretação*. Rio de Janeiro: Imago, 1988.
SEGAL, H. (1981). *A obra de Hanna Segal.* Rio de Janeiro: Imago, 1983.
_____. (1986). Da utilidade clínica do conceito de pulsão de morte. In: GREEN, A. et al. *A pulsão de morte*. São Paulo: Escuta: 1988.
STEINER, J. (1993). *Refúgios psíquicos* – organizações patológicas em pacientes psicóticos, neuróticos e fronteiriços. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
WAISFELD, B. Abords psychologiques de l'obèse. *La Presse Médicale.* 29, n. 10, p. 556-563, 2000.
WINNICOTT, D. (1965). *A família e o desenvolvimento do indivíduo*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
_____. (1936). Apetite e perturbação emocional. In: *Textos selecionados*. Da pediatria à psicanálise. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.
_____. (1958). *Textos selecionados*. Da pediatria à psicanálise. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

Uma crítica epistemológica da clínica e da pesquisa familiar da esquizofrenia

Ileno Izídio da Costa
Universidade de Brasília

Este trabalho objetiva apresentar, discutir e criticar as principais teorias e pesquisas sobre família e esquizofrenia do ponto de vista epistemológico e analítico de suas proposições. Para tanto, não só apresenta as principais teorias (empíricas clássicas e clínicas), como pretende apontar suas dificuldades, limitações e possíveis superações.

É ponto pacífico na literatura da área render à psicanalista Frida Fromm-Reichman o interesse clínico e teórico nas raízes familiares da esquizofrenia. Em especial no clássico artigo de Fromm-Reichman (1948), no qual ela descreveu a "mãe esquizofrenogênica". Em 1956, Bateson, Jackson, Haley e Weakland publicaram o também clássico texto *Toward a theory of schizophrenia*, no qual procuraram avançar a pesquisa na área por meio do conceito de "Duplo Vínculo". Dois anos depois, Lidz, Cornelison, Terry e Fleck (1958) descreveram as famílias esquizofrênicas em termos de "transmissão de irracionalidade", e Wynne, Ryckoff, Day e Hirsch (1958) as descreveram em termos de "pseudomutualidade" e, em seguida (1963), relacionaram a desordem do pensamento dos esquizofrênicos com seu meio familiar. Os trabalhos desses três grupos foram os grandes responsáveis pela maioria das pesquisas sobre as teorias familiares da esquizofrenia.

Outros teóricos, notadamente clínicos, em especial Bowen (1960, 1978), Haley (1959), Laing (1965), Palazzoli (1998), Palazzoli, Boscolo, Cecchin e Prata (1988) e Whitaker (1978), descreveram as bases interacionais familiares da esquizofrenia. Esses clínicos geraram investi-

gações clínicas, e não pesquisas específicas (no sentido tradicional do termo), com base no atendimento e na investigação de famílias em situação de terapia. Se, por um lado, sintetizar tais teorias pode parecer uma violência em relação à extensão e à complexidade dos trabalhos desses estudiosos/pesquisadores, por outro, a síntese que se segue tem tão-somente o intuito primordial de ressaltar o "essencial" de cada uma delas com o objetivo de avaliar, criticamente, suas contribuições. Um excelente trabalho de revisão dessas teorias pode ser encontrado no trabalho de Mishler e Waxler (1965).

1. As pesquisas pioneiras

As três principais teorias consideraram a linguagem e/ou a comunicação na família de fundamental importância no aparecimento de fenômenos esquizofrênicos dentro da família. É essa a principal justificativa, ou o elo fundamental, para se empreender a crítica analítica defendida neste trabalho. Ou seja, a linguagem, como concepção teórica geral, e a comunicação, como pragmática e linguagem ordinária, são os principais objetos de estudo e pesquisa dessas teorias.

Em seus primeiros trabalhos, o grupo de Lidz enfatizou o obscurecimento da idade, dos limites e a presença de comportamento inapropriado às idades e papéis sexuais dos pais. Inicialmente, o grupo criou o termo "transmissão de irracionalidade" para falar do meio pelo qual a criança aprende concepções culturalmente atípicas sobre mães, pais, famílias e o mundo externo. Somente em 1972 Lidz enfatizou claramente o papel da linguagem e de categorias como um dos meios de conceitualização e categorização da experiência. Acreditava-se que as famílias esquizofrênicas alimentavam a existência de categorias inapropriadamente definidas para dar sentido à experiência da pessoa.

Ressaltam, assim, o ímpeto para essa "linguagem defeituosa" para mentir na egocentricidade de pais que precisam manter as visões distorcidas deles sobre eles e o mundo, ao mesmo tempo que sustentam que a habilidade do pré-esquizofrênico para ficar psicótico é fundada em uma categorização defeituosa de experiência que mais adiante deteriora quando se depara com o egocentrismo cognitivo de adolescência que acompanha a fase das operações formais postuladas por Inhelder e Piaget (1958). Isso, junto com contribuição familiar continuada e todas as crises desenvolvimentais da adolescência para a qual o indivíduo pré-esquizofrênico está tão precariamente preparado, precipita uma quebra psicótica. Em resumo, na posição desse grupo a esquizofrenia é uma elaboração sobre os modos pelos quais os pais

neuróticos e narcisistas sacrificam suas crianças a serviço de manter seus próprios ajustes precários. Assim formulado, Lidz tem muito em comum com o pensamento original de Fromm-Reichmann relativo à mãe esquizofrenogênica.

Em uma elaboração simplista e imediata, tomando-se a perspectiva histórica, a "Teoria do Duplo Vínculo" também pareceu ser semelhante às elaborações de Fromm-Reichmann e Lidz. Bateson e cols., ao descreverem o Duplo Vínculo como uma situação na qual a criança é sujeitada a mensagens incongruentes que lhe exigem sistematicamente distorcer e negar aspectos importantes do seu ego e de suas percepções. Para tanto, foram especificados seis ingredientes necessários ao Duplo Vínculo, como detalharemos adiante.

Essa concepção "duplo-vinculador-vítima" foi entendida inicialmente como causal-linear, embora subseqüentemente reelaborada e reexplicada (Bateson, 1963; Jackson, 1965; Watzlawick, 1963; Weakland, 1960), uma vez que é contrária à epistemologia sistêmica que Bateson e seus colaboladores desde os primeiros momentos defenderam. O essencial a ser enfatizado é que o comportamento/comunicação duplo-vinculador da mãe do esquizofrênico só pode ser entendido em seu contexto, isto é, como uma reação a eventos prévios que constituem a relação. Seqüências de dupla-vinculação enredam vítima e vitimizador na mesma rede. Jackson (1965) mostrou que "não há nenhuma resposta possível a um Duplo Vínculo exceto uma igual ou mais paradoxal mensagem. Assim, se ninguém pode escapar da relação, é esperado que prossiga interminavelmente até que pouco signifique como tudo começou" (p. 5).

A Teoria do Duplo Vínculo tem sido defendida não somente como uma teoria, mas também como uma epistemologia (Bateson, 1991) ou uma linguagem (Weakland, 1974). É um modo radicalmente diferente de ver ou categorizar o mundo, que focaliza o padrão de interação em vez de eventos simples, elementos discretos ou individuais. Não é o indivíduo diagnosticado que é esquizofrênico, mas o padrão de interação ou a relação das quais ele participa. Distintamente do conceito de Fromm-Reichman, nessa teoria não se pode afirmar que os pais causam esquizofrenia com duplos vínculos. Entende-se que todas as partes se comportam como tal, uma vez que, dentro de um padrão de interação de Duplo Vínculo, não há outro modo possível de se comportar.

Bateson (1960) certa vez sugeriu que o paciente era "publicamente esquizofrênico" e o resto da família era "dissimuladamente esquizofrênica". Em uma primeira análise, pode-se afirmar que a teoria

do Duplo Vínculo requer uma "epistemologia do padrão" (Dell, 1980) de tal modo que não se pode falar de elementos discretos exercendo forças um sobre o outro, tal como afirma a teoria clássica causal (newtoniana). A epistemologia sistêmica subordina os "elementos" à organização do todo (padrão).

Wynne e cols. (1958) descreveram as famílias esquizofrênicas como sendo caracterizadas pela "pseudomutualidade", isto é, uma tentativa fragilizada de manter a noção de que "todo mundo na família divide as mesmas expectativas" (similar ao "mito da família ideal"). Buscando preservar essa ilusão, nenhuma expectativa divergente ou independente por parte de qualquer membro é tolerada. A família é fixada em um modelo rígido de relacionamento que não produz mais diferenças e crescimento, mas antes velhas expectativas e papéis que acabam por se tornar obsoletos ou inválidos. A família tem uma "dedicação permanente para adaptar-se em conjunto" (p. 207). A pseudomutualidade é constituída ou mantida pela "desordem de pensamento transacional".

Wynne e Singer (1963) enfatizaram que "o grau de perturbação nas interações familiares é maior e qualitativamente diferente do que o achado nas contribuições de qualquer membro individual" (p. 194). Isso significa dizer que, considerando que as declarações isoladas de qualquer membro individual podem parecer normais, quando a transação comunicacional é considerada como um todo, fica claro que há pouca manutenção no foco ou na direção do que foi discutido. Pontuação e significação se perdem, ou são indistintamente alcançadas, ou são gravemente distorcidas.

Em 1965, esses autores sustentaram que "há uma relação entre os estilos de controlar atenção e significado dos pais e os defeitos do pensamento-comunicação achados nas crianças esquizofrênicas", que é vista como co-determinante de esquizofrenia. Afirmam ainda que "há uma correlação entre os estilos de comunicação e pensamento dos pais e sua prole".

Esses autores afirmam:

> Nós assumimos que estes estilos de cuidar, perceber, pensar, comunicar e se relacionar, sados nas transações familiares promovem o desenvolvimento cognitivo da prole em certas direções, ou servem como modelos para identificação ou como elicitação de comportamentos complementares. O que se segue é que, uma vez que a prole tenha crescido dentro de um determinado tipo de família, seus estilos de se comportar e experimentar se "ajustarão" ao da família particular que, relacionalmente, o produziu e para o qual ele tem ajudado a produzir. (p. 190)

Wynne e Singer (1963), assim como Bateson e seu grupo, descreveram a esquizofrenia em termos de como ela se ajustou ao padrão de comunicação, em vez de "ser causada" por certos tipos de comunicação. Concordando com Dell (1980), achamos que essa distinção se faz importante para entender a diferença entre as epistemologias que consideram somente o indivíduo *versus* as teorias familiares de psicopatologia; a diferença entre as teorias familiares do primeiro momento (Primeira Cibernética) e as posteriores (Segunda Cibernética), e a adequação (ou não) das pesquisas das teorias familiares da esquizofrenia.

2. Sobre as pesquisas realizadas

Para Dell (1980), a primeira década das teorias familiares de esquizofrenia geraram pesquisas que podem ser divididas em três grupos: desordens de pensamento parentais, padrões ou estilos de comunicação familiares desviantes e as pesquisas sobre o Duplo Vínculo. Talvez seja importante ressaltar que a Teoria do Duplo Vínculo se configurou desde o primeiro momento não somente como uma teorização etiológica (seja derivada da "genialidade" do próprio Bateson, seja de seus colaboradores e discípulos), mas antes procurou ser demonstrada com "insistentes" bases empíricas. Ou seja, começou como uma pesquisa empírica e persistiu com o desenvolvimento de outras e diversas pesquisas empíricas na área. Talvez seja este o motivo pelo qual essa teoria, mais do que as outras, tenha ganhado sobrevida.

E é Dell (1980) que nos ajuda aqui a distinguir as três principais áreas de pesquisa:

1. A mais tradicional das três buscou pesquisar a desordem de pensamento em pais de esquizofrênicos baseada em conceitos e instrumentos produzidos em pesquisas anteriores sobre os próprios esquizofrênicos. Seguindo as indicações de prejuízo na conceitualização abstrata em esquizofrênicos (Boles & Goldenstein, 1938; Vigotsky, 1934), os investigadores buscaram investigar o prejuízo conceitual manifesto nos pensamentos superinclusivo ou hipoinclusivo em pais de esquizofrênicos. Em geral, a literatura parece indicar a presença dessa desordem de pensamento em pais de esquizofrênicos, mas os resultados não são concordantes. Muitos estudos não mostram desordem de pensamento significativa nesses pais; ao contrário, resultados estatísticos indicam apenas tendências fortes nessa direção. O achado mais intrigante é que muito poucos estudos informaram uma ausência clara de desordem de pensamento em pais de esquizofrênicos. Lidz foi um dos sérios pesquisadores nessa área de investigação (1958, 1964).

2. A segunda é baseada na hipótese da desordem da comunicação familiar, de Wynne e Singer (1963). Eles sustentam que as famílias têm "estilos resistentes de focalizar atenção, pensar e se relacionar" (p. 199), de forma que os membros da família "se ajustam" mutuamente em seus estilos de comunicação. Para Dell (1980), no que talvez seja a pesquisa existente mais impressionante sobre famílias de esquizofrênicos, esses autores mostraram que o estilo de comunicação dos pais em testes projetivos poderia ser usado para emparelhar cegamente os protocolos do teste dos pais com os protocolos do teste projetivo de seus filhos esquizofrênicos (1965). Esses filhos poderiam ser diagnosticados a partir dos protocolos de teste de seus pais (1963, 1965). A pesquisa nessa área mostrou com consistência notável que os pais de esquizofrênicos demonstram desvios de comunicação.
3. A terceira área focalizou o "Duplo Vínculo". Esta, para Dell (1980), é "inquestionavelmente a mais confusa e improdutiva das três áreas. Não só pelo aparente pouco apoio empírico da hipótese, mas também porque as principais revisões desta pesquisa ou depreciaram a incerteza do conceito ou até mesmo sustentaram que o Duplo Vínculo simplesmente não existe (Abeles, 1976; Gootnick, 1973; Olson, 1972; Pease, 1970)". A dificuldade mais ampla é que os investigadores continuaram discutindo sobre o que constitui o Duplo Vínculo, ou então sobre que tipo de pesquisa poderia ser considerado um teste válido da hipótese do Duplo Vínculo.

Assim, para Dell, "a fonte desta confusão é o fracasso persistente da maioria dos investigadores para compreender a troca epistemológica inerente ao conceito de Duplo Vínculo (Abeles, 1976; Bateson, 1966; Bateson, 1979; Weakland, 1974)". As investigações nessa linha de pesquisa foram ainda mais difíceis "pelo inadequado, 'demasiado concretista', e enganoso retrato desta epistemologia no artigo original do Duplo Vínculo". Em particular, o próprio grupo (Bateson e cols., 1979) delineou uma "receita para vítimas duplo-vinculadas" que, dualisticamente, violou a epistemologia sistêmica que eles mesmos estavam defendendo. O Duplo Vínculo "não é feito para alguém", reside na "interação-acima-do-tempo" pela qual "relações básicas importantes são cronicamente sujeitas à invalidação por meio da interação paradoxal" (Abeles, 1976, p. 116). A indicação desse erro e a conclamação para a correção dele pelo próprio Bateson e seus colegas foi grandemente ignorada ou mal compreendida pelos investigadores subseqüentes. Tipicamente, o Duplo Vínculo tem sido traduzido como uma manobra particularmente nociva que pode (ou não) ser dirigida às pessoas loucas.

Durante os anos 1960, a evidência da pesquisa em ascensão de prejuízo cognitivo e da comunicação em pais de esquizofrênicos foi reivindicada por teóricos de família e geneticistas, como prova de suas respectivas teorias da etiologia de esquizofrenia. Em sua forma menos sofisticada, o argumento dos teóricos de família sustentou que o prejuízo parental causava esquizofrenia, enquanto outros sugeriam o oposto: membros familiares esquizofrênicos causaram prejuízo nos pais deles. Mishler (1968) e Mishler e Waxler (1965) introduziram alguma ordem na agitação das reivindicações, refutações e contra-reivindicações, definindo quatro explicações alternativas sobre a relação causal entre o comportamento de um esquizofrênico e de sua família:

1. A explicação etiológica (a ingenuidade ou a falta de sofisticação da teoria familiar da esquizofrenia): Os padrões de interação observados nas famílias de esquizofrênicos são entendidos como existentes antes do início da esquizofrenia e são diretamente causais da doença do paciente.
2. A explicação responsiva (a ingenuidade da posição genética): Sustenta que os padrões distintivos de interação em famílias esquizofrênicas se desenvolveram conjuntamente ou em resposta direta ao início da esquizofrenia.
3. A explicação situacional: Sugere que o fato de ter uma criança que é diagnosticada como esquizofrênica e é hospitalizada afeta a família de tal forma que eles reagem com diferentes expectativas e orientações em uma situação de pesquisa.
4. A explicação transacional (posição familiar sofisticada): Sustenta que causalidade deve ser entendida em termos de modelos complexos de retroalimentação e jogos de forças interdependentes. Nesta visão, "tentar isolar um fator como prioritário das relações de família como um agente etiológico na esquizofrenia é visto como ingenuidade e incapaz de ser produtivo" (31, p. 215). A explicação transacional abarca a mudança epistemológica inerente à Teoria do Duplo Vínculo.

Wender, Rosenthal, Kety, Schulsinger e Welner (1974) forneceram uma quinta explicação dos dados familiares que poderia ser chamada a explicação genética sofisticada:

> Os atributos designados como esquizofrenogênicos são concomitantes, não causais, características de personalidade associadas com os pais estão no espectro esquizofrênico, i.e., os pais biológicos carregam algo da mesma carga genética que sua prole e que como uma manifestação desta carga eles são frios, apresentam rejeição ambivalente, dupla vinculação, etc. (p. 127)

A análise do debate entre os geneticistas e teóricos de família feita por Mishler e Waxler (1965) teria clarificado dois assuntos (Dell, 1980). Em primeiro lugar, há pelo menos duas teorias familiares da esquizofrenia identificáveis: etiológica e transacional. Lidz exemplifica claramente a posição etiológica, enquanto Bateson e Wynne optam pela posição transacional e, explicitamente, rejeitam a posição etiológica (Bateson, 1963; Jackson, 1965; Singer, 1965a e 1965b). Embora essa distinção devesse ter sido levada em consideração nos delineamentos de estudos adicionais, a epistemologia da posição transacional continuou confundindo investigadores que persistiram interpretando o trabalho de Bateson e Wynne como se representasse a posição etiológica.

Em segundo lugar, para manter credibilidade, os proponentes da posição etiológica (i.e., Lidz e, incorretamente, Bateson e Wynne) tiveram de se mover além dos dados correlacionais (que mostram que pais de esquizofrênicos têm desordens do pensamento e da comunicação) e demonstrar alguns efeitos danosos dos pais sobre sua prole esquizofrênica. Isso era um oportuno e razoável pedido para se impor sobre os defensores da posição etiológica. Porém, ela foi mantida intocada, contudo, a mais sofisticada – e mais evasiva – posição transacional.

Dois agrupamentos de estudos precisam ainda ser referidos nesta revisão da pesquisa sobre a base familiar de esquizofrenia: tentativas para testar a hipótese etiológica e a série de estudos de Reiss (1971a, 1971b e 1971c), que figura como o melhor exemplo da pesquisa transacional genuína. Essas duas áreas compõem a maior parte da segunda década do esforço para investigar as teorias familiares.

Uma série de estudos buscou testar diretamente os efeitos dos pais e esquizofrênicos uns sobre os outros. Desses, três usaram um modelo familiar artificial no qual os pais de esquizofrênicos interagiram com filhos normais de outra família (Haley, 1968; Liem, 1974; Waxler, 1974); em dois estudos, pais de normais interagiram com esquizofrênicos de outra família (Liem, 1974; Waxler, 1974). Um quarto estudo tentou avaliar diretamente o impacto contínuo dos esquizofrênicos sobre seus próprios pais, e vice-versa (Dell, 1977). Tais estudos não tiveram nenhum sucesso em demonstrar apoio para quaisquer das hipóteses testadas: etiológica, responsiva ou transacional. Já que esses estudos não puderam demonstrar nenhuma causa para explicar o prejuízo de esquizofrênicos, ou de seus pais, alguém poderia discutir concebivelmente que esses estudos apóiam a hipótese genética sofisticada. Quer dizer, não há na realidade nenhuma causa familiar do prejuízo; os *deficits* são biológicos. Não obstante, escondido no meio de dados compilados nesses estudos, existem três achados anômalos incidentais.

Waxler (1974) achou que, quando testados sozinhos, os pais de esquizofrênicos resolveram problemas tão bem quanto os pais de normais. Segundo, continuando a interagir com pais normais, esquizofrênicos melhoraram significativamente a qualidade do seu pensamento na solução de problemas, quando comparado com seu desempenho seguindo a interação com pais esquizofrênicos. Terceiro, em tarefa de solução de problema, pais de esquizofrênicos tenderam a fazer menos erros ao responder a um estranho esquizofrênico do que ao responder ao próprio filho esquizofrênico (Liem, 1974). Achados como esses evidenciam que há processos que acontecem que só são tocados de longe pelos conceitos e metodologias usadas para investigar famílias de esquizofrênicos. O que nos leva aos estudos transacionais de David Reiss.

A estratégia de pesquisa de Reiss (1967) lhe permitiu medir as contribuições relativas ao desempenho individual e familiar para a conclusão de tarefas experimentais. Em contraste com investigadores prévios que avaliaram a solução de problema que os pais davam em direções à prole, Reiss examinou o impacto específico da interação familiar sobre o funcionamento contínuo de seus membros. Baseado nessa pesquisa, Reiss descreveu famílias esquizofrênicas como sendo "consenso-sensível", um conceito que tem muito em comum com a pseudomutualidade de Wynne e cols. (1958).

> Neste tipo de família há uma percepção conjunta de que a análise e solução dos problemas são simplesmente meios para manter um acordo íntimo e ininterrupto todo o tempo. Nem sequer uma dissensão passageira é tolerada... os membros familiares submeterão rapidamente as suas idéias ou terão outras aceitas sem referência para sugestões dadas externamente relativas a solução de problema... As diferenças familiares são apressadamente forjadas como consenso desde cedo na tarefa. Se sugestões e informações continuarem sendo providas, a família distorce ou os supersimplifica para justificar sua solução coletiva inicial... [Cada individual] senso de regularidade estrutura será derivado da predizibilidade das respostas da sua família a cada novo pedaço de informação, não do próprio esquema dele por ordenar e repetir as próprias sugestões. (Reiss, 1971a, p. 6)

O que isso significa na prática é que, quando pré-testados em uma só tarefa, membros individuais de famílias esquizofrênicas (o paciente inclusive) se saíram tão bem como as famílias normais.

> Consenso-sensibilidade emergiu durante a subseqüente sessão familiar de solução de problema e seus efeitos foram mensuráveis quando os membros eram individualmente retestados. Membros de famílias nor-

> mais melhoraram substancialmente seus desempenhos a partir do pré-teste, porém membros de famílias esquizofrênicas ou não melhoraram ou pioraram no seu desempenho com o pré-teste. (Reiss, 1967)

Talvez a demonstração mais dramática de consenso-sensibilidade é o achado de que "uma família esquizofrênica pode se ocupar coletivamente com muito pouca qualidade na solução do problema apesar do fato que cada um dos seus membros individuais puderam melhorar quando deixado sozinho (1971b)!".

3. Estudos clínicos

Apenas como ilustração peculiar e complexa da pesquisa clínica da realidade familiar com disfunção psicótica, ressaltamos a contribuição ímpar de Palazzoli (1988). A autora apresenta a compreensão de seu grupo do jogo familiar psicótico em seis etapas. A partir da utilização da série invariável de prescrições (Palazzoli, Boscolo, Cecchin & Prata, 1988) como uma "estratégia de pesquisa de fecundidade insuspeitada", Palazzoli afirma que não só permitiu trazer à luz fenômenos subterrâneos e sutis, tais como a instigação e o imbróglio, como também os levou a redescobrir o indivíduo e suas estratégias. O resultado mais significativo dessa forma de trabalhar foi a formulação dos modelos de jogos familiares, que ela assim elabora: "É como se, aos poucos, os arcos individuais começassem a ligar-se numa única grande espiral cujo perfil ia surgindo: o processo interativo que dá origem à psicose" (p. 198).

O trabalho desenvolvido pelo grupo de Palazzoli é um testemunho da complexidade da leitura e da compreensão sistêmica de famílias de psicóticos, a partir de uma pesquisa e de uma prática clínica efetivas. Enfatizamos tal trabalho por dois motivos: 1. para corroborar o espaço clínico (psicoterapêutico) como empiria plena de possibilidades de investigação e compreensão do sofrimento psíquico grave humano, aqui denominado psicose ou esquizofrenia; e 2. para subsidiar discussão central deste trabalho sobre a necessidade não só de uma compreensão complexa desses fenômenos, mas, e antes, de uma atenta crítica de conceitos e práticas de pesquisa que obscurecem essa complexidade.

Esse estudo, que é conhecido como o modelo familiar dos jogos psicóticos, desenvolvido de 1974 a 1985, foi realizado com 114 famílias que tinham um membro com o diagnóstico de psicose, em general crônico, que foi tratado por psiquiatras ou internado em instituições. Também estavam incluídos alguns pacientes com diagnóstico de anorexia ou bulimia que psicotizaram.

A abordagem e as intervenções terapêuticas foram sempre direcionadas para a família enquanto sistema, tendo como premissa modificar sua forma de organização. A base, portanto, dessa investigação foi o atendimento clínico de tais famílias sob a orientação de que somente se poderia lidar com essa realidade como interação, em jogo através de observações, formulando e testando hipóteses na medida em que se vivenciavam as sessões.

O grupo partiu de quatro instrumentos terapêuticos para lidar com tais famílias:

a) A conotação positiva da conduta de cada membro da família;
b) Os rituais familiares;
c) Os intervalos prolongados entre as sessões;
d) As prescrições paradoxais dos jogos familiares.

O objetivo terapêutico era quebrar o jogo, sendo necessário, para isso, construir um modelo de jogo em desenvolvimento, contando com toda a informação possível de todos os membros da família, conduzindo-se as entrevistas com muita ordem, formulando hipóteses constantemente, por meio de uma investigação circular, buscando-se manter a neutralidade possível.

Para esses autores, as famílias com uma organização esquizofrênica são como camaleões, na medida em que têm uma grande capacidade para não fornecer informações, ou ao inverso, fornecer informações em demasia, exigindo dos terapeutas/pesquisadores uma grande capacidade de se manter a distância.

Uma das intervenções mais importantes nessas famílias, criada pela equipe de Palazzoli, foi a "prescrição invariável", que tende a quebrar o jogo familiar. Essa intervenção põe a descoberto os jogos relacionais implícitos, que foram chamados de "jogos sujos". Esses jogos são aqueles que se revelam quando se empregam artimanhas sutis, mentiras disfarçadas, falsidades, manipulações, seduções, promessas e enganos, em que os verdadeiros propósitos destas ações estão escondidos, ou disfarçados, e nunca admitidos e, quando revelados, negados. Para esses clínicos pesquisadores, a hipótese da conduta psicótica do indivíduo está intimamente ligada a esse jogo sujo.

A explosão do paciente identificado ocorre quando este sentia que havia sido traído pelo pai que sempre havia estado mais próximo dele. Esse jogo foi denominado *imbróglio*. Outro jogo é que parece que os dois pais estão pouco motivados em mudar o outro, o que não é verdade. Assim, é preciso da ajuda do sintoma do paciente. Esse jogo relacional mantém a conduta psicótica do paciente até a sua cronicidade. Esse fenômeno foi denominado estratégia baseada no sintoma. Outro jogo sujo é a instigação, quando um dos pais instiga o paciente

contra o outro e este reage com a conduta psicótica. Assim, o sintoma tem a ver com o jogo desenvolvido com o casal.

Concluindo, esses autores estruturaram esse jogo em seis etapas, a saber:

1ª Etapa

O processo psicótico tem um ponto de partida, e devemos começar pelo Jogo do Casal, no qual encontramos a redundância de "pontos mortos" entre os pais, presente há anos.

2ª Etapa

O filho entra no jogo dos pais como participante ativo. Vigia o jogo de seus pais e se converte em observador atento desse jogo, interessando-se por ele e considerando, erroneamente, segundo os autores, o pai ativo como o ganhador e o passivo como perdedor, tomando partido do pai perdedor. Entram em jogo aqui condutas sedutoras recíprocas e ambíguas. As verbalizações estão ausentes ou são muito escassas, e o interesse do filho, assim como o do perdedor, está focalizado no ganhador. Esse interesse é que os mantém juntos, já que não há nada mais que os una. Esse é o sentido real do *imbróglio*.

3ª Etapa

Aqui se desenvolve a conduta inusual do filho, que se dirige a ambos (ao ganhador e ao perdedor) com o objetivo de desafiar o poder do ganhador e mostrar ao perdedor como pode desafiar esse ganhador.

4ª Etapa

Esta etapa é caracterizada pelo fracasso da conduta incomum. Aqui ocorrem três coisas:

1. O perdedor não compreende o significado da conduta do filho, não reconhece que se trata de uma mensagem analógica e não o entende.
2. Este pode se mostrar hostil com o filho.
3. O perdedor se coloca ao lado do ganhador, desaprovando o filho ou ainda castigando-o.

5ª Etapa

O filho se sente incompreendido e rejeitado por parte do perdedor, sentindo-se abandonado por ambos, e isso o desafia a continuar (se movimenta em um contexto caracterizado por um jogo sem fim), não se permitindo a retirada e, tendo a conduta incomum fracassado,

recorre à conduta psicótica com o objetivo de prevalecer a todo custo, afrontando definitivamente o ganhador ao tentar mostrar ao perdedor o que ele é capaz de fazer.

6ª Etapa

O jogo familiar continua e mantém a conduta psicótica do paciente através da estratégia baseada no sintoma, persistindo, assim, a conduta psicótica indefinidamente.

Como vemos, para além de sintomas evidentes ou características de relacionamento familiar, o que envolve a psicose é um padrão relacional, chamado de jogo por esse grupo, que é construído com a participação efetiva dos atores. Assim, esse tipo de pesquisa aponta para a complexidade da compreensão e da intervenção em famílias com tais padrões relacionais.

4. Uma apreciação crítica da Teoria do Duplo Vínculo: a mais famosa

4.1. O trabalho original

O Duplo Vínculo foi a teoria apresentada em 1956 por Gregory Bateson (antropólogo), Don D. Jackson (psiquiatra, especializado em esquizofrenia), Jay Haley (na época, estudante de comunicação) e John. H. Weakland (engenheiro químico, com especialização em antropologia cultural) para explicar os efeitos da comunicação característicos dos transtornos esquizofrênicos. O artigo original deriva das hipóteses desenvolvidas em um projeto de pesquisa financiado pela Fundação Rockfeller de 1952 a 1954, administrada pelo Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade de Stanford, dirigido por Gregory Bateson.

Desde o início do trabalho, Bateson e seu grupo afirmaram que o enfoque de base para uma teoria das comunicações foi a Teoria dos Tipos Lógicos de Bertrand Russell (Whitehead & Russell, 1910). A tese central dessa teoria é que existe uma descontinuidade entre uma classe e seus membros. A classe não pode ser membro de si mesma, nem um dos membros pode ser a classe, uma vez que o termo usado para a classe é de um nível de abstração diferente, de um tipo lógico diferente, dos termos empregados para seus membros.

Para esses pesquisadores, mesmo que na lógica formal se procure manter a descontinuidade entre a classe e seus membros, na patologia das comunicações reais essa descontinuidade é quebrada de maneira contínua e inevitável, segundo as próprias afirmações de Bateson

(1955). *A priori*, podemos esperar que seja produzida uma patologia no ser humano quando certos padrões formais dessa quebra de comunicação acontecem entre mãe e filho. Os autores procuraram demonstrar que essa patologia comunicacional, em sua forma extrema, possuía sintomas cujas características formais levariam a classificá-la como esquizofrenia.

4.2. Caracterizando o Duplo Vínculo

Os ingredientes necessários para que tenha lugar uma situação de Duplo Vínculo, como amplamente conhecidos, são (Bateson e cols., 1956, p. 236-237):

1. Duas ou mais pessoas. Uma delas é designada, por definição, como a "vítima". Supõe que o Duplo Vínculo seja infligido só pela mãe, mas que pode ser pela mãe sozinha ou por alguma combinação da mãe, pai e/ou irmãos.
2. Experiência repetida. O Duplo Vínculo é um assunto constante na experiência da vítima. Para os autores, isso não apela para uma experiência traumática única, mas sim uma experiência tão reiterada que a estrutura de Duplo Vínculo passa a ser uma experiência habitual.
3. Um mandato primário negativo. Este pode ter um dos dois pontos: a) "Não faça isso, ou te castigarei", ou b) "Se você não fizer isso, te castigarei". Foi escolhido aqui um contexto de aprendizagem baseado no evitar um castigo, e não um contexto de busca da recompensa. O autores defendem que o castigo pode consistir ou no retiro do amor, ou na expressão de ódio, ou cólera, ou – o que é mais devastador – no tipo de abandono que resulta da expressão da impotência extrema do progenitor.
4. Um mandato secundário que está em conflito com o primeiro em um nível mais abstrato, e que, igual ao primeiro, está reforçado por castigos ou sinais que anunciam um perigo para a sobrevivência. Esse mandato secundário é mais difícil de descrever que o primário, por duas razões: a) o mandato secundário se comunica à criança, pelo comum, mediante meios não verbais. A postura, o gesto, o tom de voz, a ação significativa e as implicações ocultas no comentário verbal podem ser usados para transmitir a mensagem mais abstrata; b) o mandato secundário pode chocar-se com qualquer elemento da proibição primária. A verbalização do mandato secundário pode, por conseguinte, revestir grande variedade de formas; por exemplo: "Não considere isto um castigo"; "Não me

veja como o agente castigador";"Não se submeta a minhas proibições";"Não pense no que você deve fazer";"Não duvide do meu amor, do qual a proibição primaria é (ou não é) um exemplo"; e assim sucessivamente.

5. Um terceiro mandato negativo que proíbe a vítima de escapar do campo. Em um sentido formal, talvez não seja preciso classificar esse mandato como um elemento separado, já que o reforço nos outros dois níveis implica uma ameaça à sobrevivência, e se os Duplos Vínculos foram impostos durante a infância, é naturalmente impossível escapar. De todas as formas, parece que em alguns casos a fuga do campo começa a ser possível mediante certos procedimentos que não são puramente negativos, por exemplo, as promessas caprichosas de amor e outras semelhantes.
6. Por último, o conjunto completo dos ingredientes deixa de ser necessário quando a vitima aprendeu a perceber seu universo através de padrões de Duplo Vínculo. Quase qualquer parte de uma seqüência de Duplo Vínculo pode resultar então suficiente para precipitar o pânico ou a cólera. O padrão de mandatos de conflitos pode chegar a ser assumido por vozes alucinatórias.

4.3. Os efeitos do Duplo Vínculo

A hipótese central desse grupo é, então, que se produz um colapso na capacidade do indivíduo para discriminar entre Tipos Lógicos cada vez que se apresenta uma situação de Duplo Vínculo. Essa situação tem as seguintes características gerais:

1. Quando o indivíduo está envolvido em uma relação intensa, isto é, uma relação na qual sente que é vitalmente importante que discrimine corretamente que classe de mensagem lhe está sendo comunicada, para poder responder a ela de modo adequado.
2. O indivíduo está submetido a uma situação na qual as outras pessoas que intervêm na relação expressam duas ordens de mensagens, e uma delas nega a outra.
3. O indivíduo é incapaz de comentar as mensagens expressadas para corrigir sua discriminação da ordem de mensagens à qual tem de responder, isto é, não pode formular uma enunciação metacomunicativa.

Os autores sugerem que é esta a classe de comunicação que se dá entre o pré-esquizofrênico e sua mãe, porém também ocorre nas relações normais. Segundo eles, quando uma pessoa se encontra sub-

metida a uma situação de Duplo Vínculo, responderá defensivamente de maneira similar ao esquizofrênico.

> Um indivíduo tomará literalmente um enunciado metafórico quando se encontra numa situação em que tem que responder de alguma maneira, em que se depara com mensagens contraditórias e quando é incapaz de comentar as contradições... O esquizofrênico se sente todo o tempo subjugado de uma maneira tão terrível, que habitualmente responde com uma insistência defensiva sobre o nível literal. (Bateson, 1956, p. 238)

Assim, para Bateson e seu grupo (1956), os esquizofrênicos também confundem o literal e o metafórico em suas próprias verbalizações quando se sentem submetidos a um Duplo Vínculo. "O conveniente de uma metáfora é que deixa a cargo do terapeuta 'ou da mãe' ver uma acusação no enunciado, se assim o decide; ou ignorá-la, se também assim o decide..." (p. 239). Como resposta às situações de Duplo Vínculo, o deslocamento por meio de um enunciado metafórico traz segurança. Sem dúvida, também impede que o paciente faça a acusação que deseja fazer.

Porém, em vez de fazer a acusação direta indicando que a anedota é uma metáfora, o paciente esquizofrênico trata aparentemente de resgatar o fato de que se trata de uma metáfora mediante o procedimento de fazê-la mais fantástica ainda... A indicação de que se trata de um enunciado metafórico reside no aspecto fantástico da metáfora, não nos sinais que usualmente acompanham as metáforas para indicar ao ouvinte que se está empregando uma metáfora.

Não só é mais seguro para a vítima de um Duplo Vínculo deslocar-se para uma mensagem de ordem metafórica como também, em uma situação sem saída, é melhor deslocar-se e converter-se em alguma outra pessoa ou deslocar-se e insistir em que um se encontra em alguma outra parte. Então, o Duplo Vínculo não pode atuar sobre a vítima, porque ele não é ela, e ademais porque se encontra em um lugar diferente. Em outras palavras, os enunciados que mostram que um paciente está desorientado podem ser interpretados como maneiras de defender-se contra a situação na qual realmente se encontra. A patologia aparece quando a própria vítima ou não sabe que suas respostas são metafóricas, ou não pode dizê-lo. Para reconhecer que falou metaforicamente, necessitaria ter consciência de haver estado se defendendo e de que, por conseguinte, temia a outra pessoa. Para a vítima, tal consciência seria uma condenação do outro, e por fim provocaria o desastre.

Se alguém tem passado sua vida dentro de uma relação de Duplo Vínculo como a descrita, sua maneira de relacionar-se com as pessoas depois de um colapso psicótico tenderá a um padrão sistemático. Em primeiro lugar, não compartilhará com as pessoas normais aqueles sinais que acompanham as mensagens para indicar o que o falante quer dizer. Seu sistema metacomunicativo das comunicações referentes à comunicação se encontrará destruído, e não saberá que classe de mensagem foi a mensagem que emitiu. Dada a incapacidade para julgar acertadamente o que a outra pessoa realmente quer dizer e a excessiva preocupação com o que efetivamente se está dizendo, uma pessoa pode defender-se elegendo uma ou mais de várias alternativas.

Se não adota a suspicácia diante das mensagens metacomunicativas ou não tenta passar por alto rindo, pode eleger tratar de ignorá-las. Então, lhe resultará necessário ver e ouvir cada vez menos sobre o que acontece ao seu redor, e fazer todo o possível para evitar suscitar respostas em seu ambiente. Tratará de retirar seu interesse do mundo externo e concentrá-lo em seus próprios processos internos e, por conseguinte, dará a aparência de ser uma pessoa isolada, quiçá muda. Essa é outra maneira de dizer que, se um indivíduo não sabe que classe de mensagem é uma mensagem, pode defender-se mediante procedimentos que têm sido descritos como paranóides, hebefrênicos ou catatônicos. Estas três alternativas não são as únicas.

O essencial é que ele não pode eleger a única alternativa que lhe ajudaria a descobrir o que é que os outros realmente querem dizer; não pode, sem grande ajuda, discutir as mensagens dos outros. Ao não ser capaz de fazê-lo, o ser humano se faz semelhante a um sistema autocorretivo que tenha perdido seu regulador; começa a percorrer um espiral de distorções intermináveis, porém sempre sistemáticas.

Aqui reside nossa principal crítica ao uso dos Tipos Lógicos de Russell. Nossa hipótese é que não se trata de não saber que classe de mensagem é uma mensagem, mas que os proferimentos emitidos são misturados, embaralhados em sua eficácia de ação, e não é possível associar as ações às falas. Nesse sentido, a catatonia bem que pode ser, sintomaticamente, a expressão dessa total ineficácia, a desistência, a falência mesmo do processo comunicativo e de uso ativo da linguagem. Como nos paranóicos, podemos dizer que o sujeito constrói para si uma eficácia própria, distante da ação que os proferimentos "felizes" ensejam. Para completar a associação de proferimentos (falas) às "supostas patologias médicas", podemos afirmar que nada mais coerente que na adolescência, dado esse processo de destruição da possibilidade de ação por meio da fala, a desorganização se expresse como hebefrenia. Afinal, a única justificativa para ter esse diagnóstico é estar nessa fase da adolescência.

5. Desdobramentos da teoria

Muitos autores consideraram a esquizofrenia como algo que contrasta de maneira total com qualquer outra forma de pensamento e conduta humana. Sendo um fenômeno isolado, a excessiva insistência nas diferenças quanto aos normais (bastante semelhante à segregação física que se impõe aos psicóticos) não ajuda a compreender os problemas. Conforme o enfoque da Teoria do Duplo Vínculo, a esquizofrenia implica certos princípios gerais que são importantes em toda comunicação, e, por conseguinte, podem ser encontradas muitas semelhanças informativas nas situações de comunicação ditas normais.

Interessaram particularmente a esses autores os diferentes tipos de comunicação que implicam, por um lado, significado emocional e, por outro, a necessidade de discriminar entre ordens diferentes de mensagens. Em 1962, Bateson publicou *Uma nota sobre o Duplo Vínculo*, em função da reação ao conceito na literatura, objetivando clarear o contexto da pesquisa, buscando clarificar o que eles consideraram em geral como significativo no trabalho, e procurando descrever os desenvolvimentos adicionais da pesquisa desde 1956. Ele afirma que "toda a comunicação envolve o uso de categorias e classes", e o foco de interesse deles estava na ocorrência em sistemas de classificação de combinações que geram paradoxo; um interesse particular estava nos modos como duas ou mais mensagens – metamensagem em relação uma com a outra – podem qualificar um ao outro para produzir paradoxos do "tipo russelliano".

Bateson informa, ainda, que a idéia original de Duplo Vínculo foi formulada, "em grande parte dedutivamente", em face das características da comunicação esquizofrênica (ou seja, a confusão de mensagem e metamensagem no discurso do paciente), o que apontava para o fato de que o paciente devia ter sido criado em um contexto de aprendizagem que incluiu seqüências formais com as quais ele foi forçado a responder a mensagens que geraram paradoxo desse tipo. A hipótese do Duplo Vínculo era, inicialmente, uma conjectura sobre o que deveria ter acontecido, mantidas as premissas da abordagem teórica e as observações do modo do indivíduo esquizofrênico de se comunicar.

Acrescenta que, embora as investigações do grupo tenham envolvido um variado campo de fenômenos, o conceito particular de Duplo Vínculo era um dos que mais incomodava. Especialmente, eles se preocuparam com a importância de prestar atenção adequadamente à complexidade de comunicação. Isso significa dizer que nunca há uma "mensagem" isoladamente, mas, na comunicação atual, sempre duas ou

mais mensagens correlacionadas, de níveis diferentes e freqüentemente transmitidas por diferentes canais - voz, tom, movimento, contexto, e assim por diante.

Miermont (1994) define o Duplo Vínculo como: a) uma deuteroaprendizagem (aprendizagem de aprendizagem); b) uma situação que afeta as comunicações transcontextuais; c) que liga pessoas em situação de interdependência; d) com um risco vital compartilhado; e) em um nó de mensagens determinantes, logicamente ligadas e antinômicas; f) o que impede qualquer tipo de tomada de decisão; g) inclusive escapar do risco vital. Depois de sua primeira descrição, essa teoria foi submetida a múltiplos desenvolvimentos, modificações e críticas. De totalmente ignorada, severamente criticada ou completamente transformada, muitos autores têm tentado "ultrapassá-la".

Para Miermont, o que aconteceu foi um "duplo dissabor experimental": 1. de submeter o conceito à crítica da objetividade científica que, diríamos, "bombardeou-o" com questionamentos sobre quantidade de DuplosVínculos, verificação de seqüências de interação, em qual situação (relação mãe-filho, psicoterapia?), sistema de comunicação ou sistema de defesa?) e 2. alguns especialistas chegam efetivamente a colecioná-los e a localizá-los em situações relacionadas com a delinqüência, a neurose, a criação, a vida cotidiana, mas falta, no caso, especificar a diferença entre os duplos vínculos esquizofrênicos etc. (ou seja, aplicaram o conceito a uma diversidade – portanto complexidade – de situações (p. 203)).

Podemos dizer, com Miermont, que "esses dois dissabores estão relacionados com o desconhecimento do domínio da ação em que se opera tal paradigma". Este questiona, como foi precisado por Bateson, em 1991, os processos de reificação e de quantificação das estruturas de comportamento da forma como são percebidas pelo espírito" (p. 203). Assim, os duplos vínculos não podem ser contados em uma relação como se conta mesas ou cadeiras. É preciso, como indica Bateson, que o espírito do observador esteja orientado para esses tipos de relações para que ele possa vê-las ou percebê-las.

Uma das primeiras provocações acadêmicas que esse conceito suscita é: seria o Duplo Vínculo uma teoria ou um desenvolvimento exaustivo de um conceito? Uma teoria é entendida como um construto complexo de idéias que enseja desdobramentos fecundos e persistentes. É assim com os grandes sistemas filosóficos e teorias psicológicas. Por outro lado, um conceito seria um lugar potencial de teoria, mas, por sua singularidade, permite apenas desdobramentos de si mesmo, e não sistemas efetivamente complexos de reflexões e investigações.

A "Teoria do Duplo Vínculo" (já a colocando em suspenso) pretendeu avaliar, discutir e refletir os "efeitos da comunicação característicos dos transtornos esquizofrênicos". Diante de proposta teórica tão abrangente e, ao mesmo tempo, pontual, a construção do critério, do sintoma e da hipótese (todos no sentido wittgensteiniano) parece ter seguido mais o caminho da "crença" (teórica) do que a discussão de uma situação efetivamente referente a uma experiência. Entenda-se "experiência" em sua complexidade, a saber: a) apreensão sensível de um sujeito da realidade; b) apreensão sensível da realidade externa; c) ensinamento adquirido com a prática; d) confirmação de juízos sobre a realidade por meio de uma verificação usualmente sensível; e e) o fato de suportar ou "sofrer" algo.

6. Crítica epistemológica geral sobre os estudos, pesquisas e teorias da área

Retomando o trabalho de Dell (1980), concordamos que há cinco aspectos que devem ser enfatizados sobre o esforço para pesquisar as teorias familiares de esquizofrenia:

1. A maior parte da pesquisa é ingênua e epistemologicamente confusa, se não mal orientada. Poucos investigadores perceberam que algumas das teorias familiares (Bateson, Wynne e Singer) não propunham uma etiologia diferente da esquizofrenia, mas uma redefinição do que é a esquizofrenia. Sob essa nova definição, os fenômenos psicóticos que resultam em o paciente ser diagnosticado como esquizofrênico são considerados inseparáveis do padrão de sincronia/diacronia no qual eles estão inseridos. O comportamento e a comunicação do resto da família são parte desse padrão. E já que o padrão é um todo, não é mais epistemologicamente correto isolar disso o prejuízo cognitivo dos pais, o que significa isolar o paciente esquizofrênico de seu padrão. E mais, a pesquisa sobre a desordem de pensamento parental faz precisamente isso.
2. Conforme o holismo da epistemologia sistêmica, nenhuma parte do padrão pode ser dualisticamente entendida como causando outra parte do padrão. Os comportamentos dos membros familiares, que juntos constituem os vários aspectos do padrão, não são linearmente causais uns dos outros, mas sim co-evolutivos. Bateson (1960) e Singer (1965a) não falam de causação, mas de como a família se ajusta em conjunto, como um todo. Assim, construções etiológicas da teoria familiar da esquizofrenia (por exemplo, Fromm-Reichmann, Lidz), como concretizado na maioria das pesquisas indicadas, nem

compreenderam, nem adequadamente testaram, a posição transacional.

3. O trabalho particular de Wynne e Singer sobre desvio de comunicação é raramente entendido corretamente. Desvio de comunicação não é uma característica de membros individuais da família que possa ser comparada com características como a desordem de pensamento. Sem dúvida, é uma propriedade emergente de interação: "O grau de perturbação em interações familiares é maior e qualitativamente diferente do achado nas contribuições de qualquer membro individual" (1963, p. 194). Por exemplo, Wynne (1970) descreveu uma amostra de pais de esquizofrênicos que evidenciou um alto escore de desvio de comunicação, mas nenhuma "psicopatologia diagnosticável além de níveis neuróticos ordinários" (p. 105). Tentativas de testar a hipótese etiológica usando o conceito de desvio de comunicação de Singer e Wynne cometem em muitos sentidos um duplo erro. Tal pesquisa viola a epistemologia e o construto tal como definidos por seus autores.
4. Provavelmente, as únicas pesquisas transacionais válidas são as conduzidas por Singer e Wynne e por Reiss. Ambas as séries de investigações se endereçaram à interação familiar sem buscar efeitos dualísticos ou causais lineares na família. Wynne e Singer demonstraram o sentido transacional ajustado, diagnosticando a prole somente a partir dos padrões de comunicação dos seus pais. Eles igualaram acertadamente pais e descendência a partir das transcrições dos protocolos de testes projetivos. Reiss foi capaz de demonstrar os fenômenos transacionais familiares dramáticos comparando o desempenho na solução de problemas de membros de famílias esquizofrênicas quando em família e quando só. Note-se, porém, que, embora esses pesquisadores tenham investigado fenômenos transacionais, nenhum buscou demonstrar que a interação familiar causa esquizofrenia.
5. A hipótese transacional pode não ser testável, a começar pela dificuldade de avaliar se a interação familiar causa a esquizofrenia dentro de uma teoria que especificamente nega a validade de tal causalidade dualística. Os processos co-evolutivos não podem ser interpretados simplesmente em termos de causa-e-efeito. Essa perspectiva, claro, é uma conseqüência da epistemologia do padrão que dá importância às relações entre componentes em lugar dos componentes em si mesmos. Adicionalmente, o holismo do padrão impede o reducionismo, que chega a ser considerado quase como sinônimo de método experimental. Quer dizer, um padrão não pode ser examinado

pela aproximação tradicional de manter todos os fatores constantes, exceto a variável que está sendo investigada.

7. Algumas conclusões

Os estudos de Fromm-Reichmann, baseados na psicanálise da época, dentro da concepção de relação simbiótica, enfatizaram a relação dual e a constituição individual do psiquismo do "futuro esquizofrênico", ressaltando, na realidade, a grande influência que toda mãe tem na constituição do psíquico humano. Daí o conceito (linear e redutor) de "mãe esquizofrenogênica". No entanto, por suposto, esse conceito não foi suficiente, inaugurando as pesquisas relacionais e, mais precisamente, familiares da esquizofrenia.

Como detalhamos, as três principais teorias consideraram a linguagem e/ou a comunicação na família de fundamental importância no aparecimento de fenômenos esquizofrênicos dentro da família. No entanto, algumas, pragmatistas demais, confundiram comunicação com linguagem, reduzindo, assim, o espectro da complexidade da manifestação da esquizofrenia na família.

Nas postulações de Lidz e cols. (1958), por exemplo, pode-se dizer que a ênfase na linguagem e comunicação só veio mais tarde. O termo transmissão de irracionalidade foi criado para falar do meio pelo qual a criança aprende concepções culturalmente atípicas sobre mães, pai, famílias e o mundo externo. Somente depois, Lidz enfatizou claramente o papel da linguagem e categorias como um dos meios de conceitualização e categorização da experiência. Ressaltaram, em especial, o ímpeto dessa linguagem defeituosa para mentir na egocentricidade de pais que precisam manter as visões distorcidas deles sobre eles e o mundo, ao mesmo tempo que sustentam que a habilidade do pré-esquizofrênico para ficar psicótico é fundada em uma categorização defeituosa de experiência que mais adiante deteriora.

A Teoria do Duplo Vínculo, por sua vez, tem sido defendida não somente como uma teoria, mas também como uma epistemologia ou uma linguagem. É um modo radicalmente diferente de ver ou categorizar o mundo, que focaliza o padrão de interação, em vez de eventos simples, elementos discretos ou individuais. No entanto, ressaltamos alguns problemas filosóficos e epistemológicos que se revelaram no decorrer do tempo.

A primeira – e principal – restrição à hipótese do Duplo Vínculo é o seu uso dos Tipos Lógicos de Russell. Pela nossa hipótese, não se trata de não saber que classe de mensagem é uma mensagem, mas que

os proferimentos emitidos são misturados, embaralhados em sua eficácia de ação, e não é possível associar ações às falas. Nesse sentido, a catatonia bem que pode ser, sintomaticamente, a expressão dessa total ineficácia, desistência, falência, mesmo do processo comunicativo e de uso ativo da linguagem, assim como nos paranóicos podemos dizer que constroem para si uma eficácia própria, distante da ação que os proferimentos normais ensejam. Soma-se aqui o questionamento anterior sobre de que esquizofrenia estamos tratando.

Por outro lado, a hipótese do Duplo Vínculo, a despeito de ter feito o fundamental enfoque nos aspectos relacionais, quiçá etiológicos, da esquizofrenia, assim o fez em reação à ênfase intrapsíquica da psicanálise. No entanto, ao enfatizar o relacional em detrimento do individual, desconsiderou a reflexão epistemológica da recursividade entre o indivíduo e o meio, perdendo de vista a construção que o próprio indivíduo faz de suas comunicações (e não só comunicação, como anteriormente enfatizado, mas da linguagem como constituinte e constuitudora de sua forma de ser). Assim, a Teoria do Duplo Vínculo faz o correto enfoque das influências relacionais (a comunicação, inclusive) na esquizofrenia, mas não se pode reduzir essa estruturação a apenas esse fator, em especial quando se pensa em termos etiológicos.

Soma-se a isso o fato de que, pelo desenvolvimento da teoria sistêmica/cibernética na época, a proposta da hipótese estava eivada de leituras e termos lineares, ou da primeira cibernética, tais como agressor e vítima, relação mãe-filho, dentre outros. O que fica claramente evidenciado na leitura complexa do grupo de Palazzoli, ao enfatizar a noção de jogo relacional, é que se devem considerar as prescrições paradoxais que surtem efeitos sobre os eventuais Duplos Vínculos e a necessidade de se abordar esse jogo recursivamente.

Já Wynne e seu grupo sustentaram que há uma relação entre os estilos de controlar atenção e significado dos pais e os defeitos do pensamento-comunicação achados nas crianças esquizofrênicas, que é vista como co-determinante de esquizofrenia, e, assim como Bateson e seu grupo, descreveram a esquizofrenia em termos de como ela se ajustou ao padrão de comunicação, em vez de ser causada por certos tipos de comunicação.

Os resultados de Reiss evidenciaram que há processos que acontecem que só são tocados de longe pelos conceitos e metodologias usados para investigar famílias de esquizofrênicos. A estratégia de pesquisa de Reiss lhe permitiu medir as contribuições relativas ao desempenho individual e familiar para a conclusão de tarefas experimentais. Talvez, como enfatizamos, a demonstração mais dramática de consenso-sensi-

bilidade é o achado de que uma família esquizofrênica pode se ocupar coletivamente com muito pouca qualidade na solução do problema, apesar do fato que cada um dos seus membros individuais puderam melhorar quando deixados sozinhos.

Por seu turno, os estudos clínicos, como os de Palazzoli, para além de sintomas evidentes ou características de relacionamento familiar, demonstraram que o que envolve a psicose é um padrão relacional, chamado de jogo por esse grupo, que é co-construído com a participação efetiva dos atores. Assim, esse tipo de pesquisa aponta para a complexidade da compreensão e da intervenção em famílias com tais padrões relacionais.

Assim, como Dell ressaltou, o grupo de Lidz procurou demonstrar a desordem de pensamento em pais de esquizofrênicos, Wynne enfatizou a desordem da comunicação familiar e o Duplo Vínculo, de Bateson e seu grupo, e focalizou sobre os paradoxos dessa comunicação familiar. Fica evidente, portanto, que duas teorias e formas de pesquisar os familiares de esquizofrênicos são identificáveis: a etiológica e a transacional.

A explicação etiológica acabou por se constituir por ingenuidade ou por falta de sofisticação da teoria familiar da esquizofrenia, uma vez que reduziu a complexidade etiológica, seja da patologia, seja da constituição do indivíduo esquizofrênico, ao processo de comunicação familiar. Embora sistemicamente saibamos que essa dimensão é explicitadora do todo familiar, a esquizofrenia, a despeito de suas imprecisões conceituais, não se reduz a esta, o que fez pensar e questionar se os padrões de interação observados nas famílias de esquizofrênicos são entendidos como existindo antes do início da esquizofrenia e são diretamente causais da doença do paciente.

Já a explicação transacional, que podemos dizer que é uma posição familiar sofisticada, ao sustentar que causalidade deve ser entendida em termos de modelos complexos de retroalimentação e de jogos de forças interdependentes, deu o mote necessário para a complexificação dessa investigação, que podemos exemplificar com os estudos de Palazzoli.

No entanto, o abandono da pesquisa na área revela aspectos filosóficos e epistemológicos muito mais contundentes. Como enfatizei em outros estudos (Costa, 2002, 2003, 2004), o conceito de esquizofrenia é altamente questionável e cientificamente insustentável, exatamente por abarcar, do ponto de vista sindrômico, uma outra complexidade: a das alterações das manifestações psíquicas inerentemente humanas. Assim, as pesquisas familiares da esquizofrenia pecaram por adotar um conceito de esquizofrenia falho, confuso e epistemologicamente insus-

tentável. Muitas adotaram, como critério para dizer que estavam lidando com a esquizofrenia, o diagnóstico dado por um colega psiquiatra, e outras, os falhos sistemas, em especial na época, dos DSMs.

A confusão entre comunicação e linguagem é um outro erro filosófico básico dessas pesquisas, posto que a linguagem, como estruturante humano fundamental, é mais que comunicação e a esta não se reduz, uma vez que é a essência mesma da atividade humana, seja individual, seja relacional. Assim, faz-se importante rever as concepções filosóficas envolvidas nesses estudos e pesquisas. Uma evidência dessa necessidade é a afirmação de Bateson de ter utilizado, na concepção do Duplo Vínculo, a Teoria dos Tipos Lógicos de Russell. Duas questões se impõem: a) são de fato os paradoxos da comunicação encontrados no Duplo Vínculo tipos lógicos diferentes?, e b) posto que a Teoria dos Tipos Lógicos foi superada (e até abandonada) pelos autores da filosofia analítica (e mais precisamente da linguagem), então, o Duplo Vínculo, há de se supor, não mais mantém seu sentido teórico-filosófico, mesmo que se pretendendo também uma epistemologia.

A pesquisa de padrões interacionais é o grande desafio. No entanto, como ressaltou Dell, talvez esses padrões não sejam testáveis, pelo menos com as epistemologias e metodologias inicialmente empregadas e disponíveis, especialmente porque os processos co-evolutivos não podem ser interpretados simplesmente em termos de causa-e-efeito. A auto-recursividade do campo do padrão de interação frustra, por si só, a tentativa de prover o controle experimental, mudando imediatamente o mesmo padrão daquele que está sendo investigado. Provavelmente, as únicas pesquisas transacionais válidas são as conduzidas por Singer e Wynne e por Reiss porque se endereçaram à interação familiar, sem buscar efeitos dualísticos ou causais lineares na família.

Os trabalhos de Palazzoli nos parecem ser os que maiores complexidades atingiram, ao falar dos jogos familiares e ao buscar pesquisar e compreender tais jogos dentro de uma interação clínica, recursiva, automodificadora e aberta, o que poderia se aproximar da realidade interacional, etiológica e constitutiva mesmo da esquizofrenia, seja o que for que chamemos com esse nome.

Finalizando, vale ressaltar que a retomada ou mesmo o começo de novas pesquisas na área têm de levar em consideração aspectos filosóficos, epistemológicos e clínicos que demandam uma complexidade de saberes e teorias, a saber: a filosofia, a psicologia, a psicopatologia e a antropologia, posto que estamos lidando com duas complexidades supervenientes: a família e a loucura, essências do modo de existir humano.

8. Referências bibliográficas

ABELES, G. Researching the unresearchable: experimentation on the double bind. In: *Double bind*: the foundation of the communicational approach to the family. SLUZKI, C. E.; RANSOM, D. C. (eds.). Nova Iorque: Grune e Stratton, 1976. p. 113-149.

BATESON, G. Minimal requirements for a theory of schizophrenia. *Archives General of Psychiatry*, 2, p. 477-479, 1960.

_____. A theory of play and fantasy. *Psychiatric Research Reports*, 2, p. 39-51, 1955.

_____. A note on the double bind-1962. *Family Process*, 2, p. 154-161, 1963.

_____. (1972). *Pasos hacia una ecologia de la mente*. Trad. R. Alcalde. Buenos Aires: Planeta e Carlos Lohlé, 1991.

BATESON, G.; JACKSON, D. D.; HALEY, J.; WEAKLAND, J. H. Toward a theory of schizophrenia. *Behavioral Science*, 1, p. 251-264, 1956.

BOWEN, M. A family concept of schizophrenia. In: JACKSON, D. D. (ed.). *The etiology of schizophrenia*. Nova Iorque: Basic Books, 1960.

_____. *La terapia familiar en la practica clinica*. Espanha: Editorial Desclee de Brouwer, 1978.

COSTA, I. I. *Da fala ao sofrimento psíquico grave*. Ensaios acerca da Linguagem Ordinária e a Clínica Familiar da Esquizofrenia. Brasília: Positiva/Abrafipp, 2003.

_____. Por uma crítica analítica do conceito de esquizofrenia. In: TAFURI, M. I.; MARTINS, F. M.; COSTA, I. I. (orgs.). *Corpo, linguagem e relações*. Brasília: Finatec/UnB, 2004 (no prelo).

DELL, P. F. Researching the family theories of schizophrenia: an exercise in epistemological confusion. *Family Process*, 19. Produção em CD-ROM de Lightbinders, Inc. & Mack Printing Group, 1980.

FROMM-REICHMANN, F. Notes on the development of treatment of schizophrenics by psychoanalytic psychotherapy. *Psychiatry*, 11, p. 263-273, 1948.

GOLDENBERG, I.; GOLDENBERG, H. *Family therapy*: an overview. 2. ed. California: Brooks/Cole, 1985.

GOOTNICK, A. T. Double bind hypothesis: a conceptual and empirical review. *Journal Supplement Abstract Service Catalog of Selected Documents in Psychology*, 3, 86, Manuscript 417, 1973.

HALEY, J. The family of the schizophrenic: a model system. *Journal of Nervous Mental Disease*, 129, p. 357-374, 1959.

_____. Testing parental instructions to schizophrenic and normal children: a pilot study. *Journal of Abnormal Psychology*, 73, p. 559-565, 1968.

JACKSON, D. D. The study of the family. In: *Family Process*, 4, p. 1-20, 1965.

LAING, R. D. Mystification, confusion, and conflict. In: BOSZORMENYI-NAGY, I.; FRAMO, J. L. (eds.). *Intensive family therapy*. Nova York: Harper e Row, 1965.
LIDZ, T.; CORNELISON, A.; TERRY, D.; FLECK, S. Intrafamilial environment of the schizophrenic patient: VI. The transmission of irrationality. *A.M.A. Archives of Neurological Psychiatry*, 79, p. 305-316, 1958.
LIEM, J. H. Effects of verbal communications of parents and children: a comparison of normal and schizophrenic families. *Journal of Consultation on Clinical Psychology*, 42, p. 438-450, 1974.
MIERMONT, J. et al. (1987). *Dicionário de terapias familiares*. Teoria e prática. Trad. C. A. Molina-Loza. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
MISHLER, E. G. Family interaction and schizophrenia: alternative frameworks of interpretation. *Journal of Psychiatric Research*, 6, p. 213-222, 1968.
_____; WAXLER, N. E. Family interaction processes and schizophrenia: a review of current theories. *Merrill-Palmer Quarterly*, 11, p. 169-215, 1965.
NEIL, J. R.; KNISKERN, D. P. *Da psiquê aos sistemas*. Trad. C. Molina-Loza. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
OLSON, D. H. Empirically unbinding the double bind: a review of research and conceptual reformulations. *Family Process*, 11, p. 69-94, 1972.
PALAZZOLI, M. (1988). *Os jogos psicóticos na família*. Trad. L. Coelho. São Paulo: Summus, 1998.
_____; BOSCOLO, L.; CECCHIN, G.; PRATA, J. *Paradoja y contraparadoja*. Buenos Aires: Paidós, 1988.
PEASE, K. Is the "double-bind" a myth?. *New Society*, 16, p. 538-539, 1970.
REISS, D. Varieties of consensual experience: I. A theory for relating family interaction to individual thinking. *Family Process*, 10, p. 1-28, 1971a.
_____. Varieties of consensual experience: II. Dimensions of a family's experience of its environment. *Family Process*, 10, p. 28-35, 1971b.
_____. Varieties of consensual experience: III. Contrast between families of normals, delinquents, and schizophrenics. *Journal of Nervous Mental Disease*, 152, p. 73-95, 1971c.
SINGER, M. T. Thought disorder and family relations of schizophrenics: IV. Results and implications. *Archives of General Psychiatry*, 12, p. 201-212, 1965b.
WATZLAWICK, P. A review of the double bind theory. *Family Process*, 2, p. 132-153, 1963.
_____; BEAVIN, J. H.; JACKSON, D. D. (1967). *Pragmática da comunicação humana*. Trad. A. Cabral. São Paulo: Cultrix, 1981.
WAXLER, N. E. Parent and child effects on cognitive performance: an experimental approach to the etiological and responsive theories of schizophrenia. *Family Process*, 13, p. 1-22, 1974.

WEAKLAND, J. H. The "double-bind theory" by self-reflexive hindsight. *Family Process*, 13, p. 269-277, 1974.
WENDER, P. H.; ROSENTHAL, D.; KETY, S. S.; SCHULSINGER, F.; WELNER, J. Crossfostering: a research strategy for clarifying the role of genetic and experiential factors in the etiology of schizophrenia. *Archives of General Psychiatry*, 30, p. 121-128, 1974.
WHITEHEAD, A. N.; RUSSELL, B. *Principia mathematica*. Cambridge: Cambridge University Press, 1910.
WYNNE, L. C. Communication disorders and the quest for relatedness in families of schizophrenics. *American Journal of Psychoanalysis,* 30, p. 100-114, 1970.
WYNNE, L. C.; SINGER, M. D. Thought disorder and family relations of schizophrenics: I. A RESEARCH STRATEGY. *Archives of General Psychiatry*, 9, p. 191-198, 1963.
WYNNE, L. C.; RYCKOFF, I. M.; DAY, J.; HIRSCH, S. I. Pseudo-mutuality in the family relations of schizophrenics. *Psychiatry*, 21, p. 205-220, 1958.

Famílias na rede de saúde mental e esquizoanálise: uma aproximação possível

Roberta Romagnoli
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Este estudo é parte do projeto de pesquisa "Estudo das famílias usuárias do Centro de Referência em Saúde Mental – Cersam Teresópolis", da cidade de Betim, em andamento desde fevereiro de 2004, e que conta com apoio do Fundo de Incentivo à Pesquisa - FIP - da PUC-Minas. Tal pesquisa tem como objetivo estudar qualitativamente esses arranjos familiares, evidenciando o que é ser uma família em que um ou mais de seus membros é portador de transtorno mental, destacando os efeitos da inserção da psicopatologia no grupo. O presente estudo é produzido paralelamente ao programa de Extensão em Saúde Mental e Família, realizado em uma parceria do curso de Psicologia da PUC-Minas/Unidade Betim com a Prefeitura Municipal de Betim, cidade da região metropolitana de Belo Horizonte.

Essa atividade de extensão é parte de um programa mais amplo – o Programa de Extensão em Saúde Mental - implantado desde fevereiro de 2001. Tal programa visa a inserir o graduando em psicologia no cotidiano do trabalho profissional em saúde mental, a partir dos pressupostos da reforma psiquiátrica brasileira. Nesse contexto, os alunos atuam em diversos dispositivos da Rede de Saúde Mental, deparando-se com a realidade desse campo de trabalho, desmistificando preconceitos e aprimorando a reflexão crítica acerca da loucura.

A possibilidade de trabalhar também com a família desses usuários viabilizou-se a partir de uma demanda da Coordenação do Programa Saúde Mental da Prefeitura de Betim, diante da verificação da

necessidade dessas intervenções. Vale lembrar que o Movimento de Luta Antimanicomial, em sua proposta de reestruturação da assistência em saúde mental, foi bem sucedido em várias frentes, com méritos inegáveis, proporcionando o redirecionamento do modelo assistencial para núcleos de bases comunitárias e criando serviços substitutivos que possibilitam a desospitalização e têm repercussão na população e na cidadania. Entretanto, ainda tem muito o que alcançar em sua relação com a família, sendo cada vez mais premente encontrar novos dispositivos de atuação nesse campo. Principalmente porque a reinserção do portador de transtorno mental na sociedade dá-se prioritariamente nos espaços familiares, em famílias carentes e sem preparo para prover cuidado familiar e subjetivo.

Percebemos, em nossa atuação extensionista, que essa alteração na convivência familiar tem gerado uma atmosfera de tensão e de reprodução no grupo familiar, em que circulam não só conflitos cristalizados, mas também fortes sensações de impotência e incapacidade, tornando, na maioria das vezes, inviável a construção de alternativas no cotidiano da família. Observamos, ainda, que a ausência de saídas e o bloqueio das possibilidades de convivência geralmente são reforçados pelos profissionais que atendem o portador de transtorno mental e, indiretamente, as famílias. Tradicionalmente, em seu cotidiano de trabalho, os agentes de saúde culpabilizam a família pelo surgimento da doença mental. Conforme Melman (2001), esse processo apóia-se nas teorias psiquiátricas, psicanalíticas e psicológicas, que valorizam os aspectos disfuncionais e psicopatologizantes do grupo familiar. Longe de gerar resultados eficazes e de propiciar à família uma possibilidade de reestruturação, essa postura não só persegue o grupo em questão, como também não contribui para ajudar no estabelecimento de vínculos de acolhimento do sujeito, nem para que essas famílias utilizem o serviço como apoio e referência.

Nesse contexto, o trabalho com famílias na Saúde Mental teve início em agosto de 2003, caracterizando-se como um projeto-piloto com intuito de dar respaldo a essa situação. Visando a contribuir com o conhecimento acadêmico para a melhoria das condições sociais e subjetivas da comunidade, a partir de uma perspectiva da clínica social, a proposta é prestar atendimento às famílias carentes com membros psicóticos ou neuróticos graves, a partir de uma perspectiva esquizoanalítica. Esse atendimento é realizado com objetivo e tempo limitados, pretendendo abranger as altas demandas existentes.

Em um primeiro momento, o responsável pela família encaminhada pelos profissionais do serviço é recebido para uma entrevista,

quando é preenchido o cadastro familiar elaborado pelo programa. Caso algum outro membro queira participar desse primeiro encontro, também é acolhido, participando da entrevista. O cadastro familiar funciona como instrumento para o conhecimento tanto do público usuário do programa quanto do funcionamento das famílias atendidas, visando ao fornecimento de dados acerca da realidade atual que propiciem o dimensionamento do programa ao longo do tempo. Tal proposta surge da necessidade de montagem, atualização e organização de um conjunto de informações acerca das famílias que recorrem à Saúde Mental, caracterizando-as quanto: à identidade, à idade, ao sexo, à profissão/atividade exercida, ao local de trabalho ou de exercício de atividade de qualquer natureza, à renda individual e familiar, à organização familiar, à dinâmica de funcionamento, ao tempo da eclosão do sintoma do paciente identificado, aos tratamentos anteriores, às tentativas de reorganização da família. É necessário salientar que os dados da pesquisa de campo estão sendo coletados, devendo ser analisados e apresentados assim que a pesquisa for concluída.

Como vimos, esse cadastro tem como objetivo investigar a realidade das famílias atendidas, enfatizando sua dinâmica de funcionamento, com uma dupla função: preparar os alunos do programa de extensão para o primeiro encontro com a família como um todo e servir de coleta de dados para a pesquisa em questão. Todavia, é importante ressaltar que, até mesmo pela postura de culpabilização e isolamento da família no tratamento de doentes mentais, existe ainda pouco conhecimento efetivo da especificidade desses grupos que considere tanto sua articulação com a realidade psicossocial na qual estão inseridos quanto sua capacidade de invenção.

Partindo da proposta de analisar a família atual, com toda a sua complexidade e diversidade, Passos (2003) usa três categorias, trabalhadas por Mezan (2002), que se relacionam ininterruptamente: o universal, o particular e o singular. Utilizando como fundamento a idéia do psicanalista para pensar a rede que constitui a subjetividade, a autora concebe a organização da família mediante o entendimento da grupalidade, das interações entre os membros e das individualidades que a compõem. A categoria do universal diz respeito aos grandes conflitos do ser humano, correspondendo ao processo de humanização. A categoria do particular refere-se à forma como cada contexto social e grupal cria condições para sustentar o universal. A categoria do singular remete ao modo como cada família, como cada sujeito se posiciona dentro desse processo. Embora este estudo aplique essas três categorias embasadas em um referencial psicanalítico, consideramos as

mesmas úteis também para se pensar a família a partir de um referencial esquizoanalítico, marco teórico não só do programa de extensão, mas também da presente pesquisa.

Cabe salientar que, como foi assinalado, essas três categorias possuem um caráter de transversalidade e de coexistência, sendo empregadas em conjunto para a compreensão do grupo familiar. Além dessa simultaneidade, propomos um raciocínio de imanência para abordar esses três eixos, apreendendo a realidade por meio de superfícies, de planos que a compõem. De acordo com Deleuze e Guattari (1980) esses planos - plano de organização, plano de consistência e plano de imanência - são superpostos e coexistem sem hierarquia e nem mesmo determinação entre eles. Ao plano de organização correspondem as imagens sociais, as figuras existentes, as idéias feitas, os corpos prontos. Esse plano organiza a realidade de maneira dicotômica e dissociativa, codificando-a, registrando-a em processos classificatórios, por via de operações de transcendência. Nessa superfície, cada termo ganha sentido opondo-se a outro. O plano de consistência é o plano invisível de expansão da vida, composto pelas forças moleculares que atravessam o campo social. É nesse plano que se dão os encontros e os agenciamentos que vão gerar novos sentidos, novas formas de expressão. Nessa superfície, por sua vez, não há oposição, mas uma variação contínua. Por outro lado, o que sustenta tanto o plano de organização quanto o de consistência é o plano de imanência, que possibilita que se estabeleçam relações entre as forças que compõem a realidade, consistindo no "meio" em que tudo se dá - dimensão de fluxos e conexões. Os fluxos, em estado de imanência, estão presentes em todos os planos, sendo alterada sua composição: segmentar no plano de organização e fluida no plano de consistência. Esses planos estão presentes ainda nas categorias do universal, do particular e do singular.

Nesse contexto, o universal seria a imanência que sustenta tanto o plano de organização quanto o de consistência, e é exatamente aí que se localiza o grande conflito, a tensão permanente que perpassa a subjetividade. A imanência está presente em todas as realidades, grupos e associações, integrando não só a humanização, mas todo e qualquer processo, toda e qualquer relação do indivíduo com os grupos e a sociedade. Pensando os grupos a partir dessa perspectiva, Barros (1994) evidencia os processos de subjetivação presentes nesse território, para além das dicotomias indivíduo-grupo e grupo-sociedade. De fato, o indivíduo, o grupo e a sociedade são apenas alguns modos de subjetivação possíveis, e insistir nessas categorias é uma estratégia que reduz a um modelo os componentes múltiplos e heterogêneos da subjetividade. A identifica-

ção da família como grupo que faz a mediação indivíduo-sociedade e a inserção de cada família nesse processo não inviabilizam a produção de agenciamentos, que podem ser feitos exatamente no cotidiano e na realidade de cada família nos microespaços sociais.

Essa proposta nos permite examinar os processos de subjetivação tanto na interface indivíduo-sociedade como entre os membros da família, convocando-nos a uma outra leitura da subjetividade, que comporte, por usa vez, a imanência. Guattari (1992) apresenta a subjetividade como essencialmente heterogênea, não se aplicando apenas ao indivíduo, aos modelos familiares e às inserções sociais. Nesse sentido, a subjetividade é sempre fabricada no campo social, povoado de entidades incorporais, situações, acontecimentos. Em sua constituição, não há nenhuma primazia hierárquica de qualquer componente ou determinante, tendo tanto um caráter de transversalidade quanto uma capacidade de autopoiese permanente. Trata-se de uma caosmose generalizada, que não é própria do indivíduo, mas da vida de grupo, das relações, dos afetamentos, operando em prol da construção de outros territórios existenciais.

A caosmose emerge na interseção do caos, das forças do acaso e do cosmos, estruturando e ordenando um território existencial. Nessa interseção, o lugar de sujeito e de objeto desaparece. Na verdade, essa distinção é própria do plano de organização, correspondendo a uma estratificação da subjetividade. Interessam aqui as relações e o espaço incorporal que se instaura "entre" sujeito e objeto, "entre" subjetividades e universos incorporais. Dessa maneira, a imanência pressupõe ainda um raciocínio de exterioridade, que privilegia as forças que atravessam a subjetividade e a família e desafia nosso modo hegemônico de pensar, usualmente voltado para esquemas explicativos transcendentes que gerenciam nossas intervenções clínicas. Libertando-nos desses modelos, percebemos que as situações, tensões e conflitos vivenciados pelo grupo familiar são acompanhados por um aglomerado de forças, por linhas de virtualidades que podem ou não ser atualizadas. É preciso evidenciar que há uma virtualidade constante e imanente a todos os processos subjetivos, que se atualiza em diferentes contornos, escapa a referências identitárias e ganha forma e consistência na construção de estados inéditos.

A idéia de virtual é trabalhada por Deleuze e Guattari (1980) e corresponde ao que existe em potência e não em ato. O virtual não se opõe ao que é real, como geralmente se pensa no senso comum, mas ao atual. O atual é a resposta a essa potência, a essa força:

> Contrariamente ao possível, estático, e já constituído, o virtual é como um complexo problemático, um nó de tendências ou forças que acompanha uma situação, um acontecimento, um objeto ou uma entidade qualquer, e que chama um processo de resolução: a atualização. (Lévy, 1996, p. 16)

A atualização está presente no processo de transformação de um modo de ser em outro, de um território existencial antigo em um novo, e se efetua mediante os agenciamentos. A atualização do virtual é chamada de acontecimento, que é sempre imprevisível, e corresponde ao que é produzido nos encontros e faz as subjetividades se tornarem diferentes. O acontecimento é sempre coletivo, pois pressupõe uma conexão de fluxos diversos, compondo uma outra realidade, por meio da conjugação de forças heterogêneas. Além disso, emerge sempre imprevisível, trazendo o novo. É importante salientar que o virtual nunca está presente, mas se desprende dos acontecimentos somente no instante em que se atualiza.

Ao abordar a família do portador de transtorno mental, encontramos, para além de uma identidade familiar estereotipada - calcada em um sofrimento real e na acusação mútua -, processos sustentados por forças distintas, que fazem surgir diferentes modos de se associar, que driblam a miséria dominante. É nesse campo de imanência, que conjuga tanto o que está estabelecido quanto o que pode vir a ser, que novos territórios existenciais familiares podem se manifestar. Composições que não se instalam na oposição binária doentes-sadios, culpados-vítimas, técnicos-usuários, mas nas linhas de fuga a esses segmentos classificatórios e excludentes, linhas que se conjugam apostando na micropolítica dos agenciamentos coletivos. Cabe ressaltar que a diversidade de forças que existe em cada plano está em movimento e tensão constantes, não se reduzindo a nenhum tipo de funcionamento, não se esgotando em formas fixas e tampouco em configurações estáveis.

Logo, o universal, nessa perspectiva, não corresponde apenas aos conflitos que fazem parte do processo de humanização, mas a todo o campo de forças que segue esse processo. Esse campo de forças pode operar tanto para que a família continue como está, reforçando o que está estratificado pelo plano de organização, quanto possibilitar a atualização de um virtual, reafirmando a potência da vida. Para que haja essa atualização é necessário que o território existencial comporte as tensões e os problemas existentes, deixando-se afetar por outras coisas. Não obstante as capturas da potência do grupo familiar em incapacidades de mudança que levam a condições sedimentadas, estas não

eliminam a processualidade das subjetividades, nem cerceiam os encontros que podem ser produzidos. A essência, a potência da vida pertence a todos nós, e é ativada nos encontros que efetuamos por meio da exterioridade das forças que agem sobre nossos corpos. A questão dos encontros será abordada mais adiante.

Na categoria do particular, há um predomínio do plano de organização, que assume, provisoriamente, a idéia de um modelo ideal e abstrato de família – o da família nuclear –, que não corresponde de maneira alguma às formas atuais que o grupo vem assumindo na sociedade contemporânea, e tampouco aos modelos familiares encontrados nas diferentes camadas sociais que compõem a realidade brasileira, muito menos no Cersam Teresópolis – campo no qual se realiza esse estudo. Presenciamos esse modelo dominante circulando nos espaços institucionais, familiares e subjetivos de forma velada, mas nem por isso menos poderosa. Em um País que possui uma forte tradição de importar modelos clínicos, principalmente no campo da terapia de família, considerar um modelo "único" de família constitui um sério problema para quem trabalha com o grupo familiar, interferindo até mesmo nas leituras e atuações. O desconhecimento da diversidade de arranjos familiares compromete a possibilidade de invenção das famílias e dos terapeutas, que, dessa forma, não lidam com o que têm à frente, mas com o como-deveria-ser.

Com certeza, nessa categoria, o termo "família" acaba designando agrupamentos sociais bastante diferentes entre si, não só entre camadas sociais distintas, mas mesmo dentro da mesma camada social.[1] As famílias de camadas médias não são iguais às de camadas baixas. Quando vistas como diferentes, as famílias de camadas baixas não são inferiores às de camadas médias. Ignorar a particularidade de cada camada pode levar a preconceitos e desqualificações por parte do profissional que

[1] Nas ciências sociais encontramos diferenças no que se refere à conceituação da noção de classe, havendo duas tradições: a visão marxista e a visão da estratificação social, as quais não são excludentes ou contrárias, mas apenas traduzem referenciais teóricos distintos. Escolhemos usar o conceito de classe da teoria da estratificação social, a qual, partindo do cotidiano e de uma leitura mais empírica e objetiva da realidade, classifica as classes sociais como estratos presentes em uma determinada sociedade. Esses estratos ou camadas sociais caracterizam-se como grupos que fazem parte de sistemas de estratificação social constituídos a partir de critérios econômicos, sociais e até mesmo políticos. Nesse sentido, a camada média é um estrato heterogêneo contendo subdivisões. Sua renda é superior a cinco salários mínimos, e socialmente gira em torno da camada alta, tentando reproduzir seus estilos e comportamentos, sendo suas aspirações essencialmente consumistas. A camada baixa constitui-se em um estrato social de baixo poder aquisitivo, possuindo moradia precária. Sua renda é de um a cinco salários mínimos (Boudon & Bourricaud, 1993).

trabalha com famílias. Até mesmo por parte dos pesquisadores. Scott (1993) enfatiza a diferença nos próprios estudos sobre família realizados nos diferentes segmentos sociais: a tradição subjetivista de estudos sobre família de camadas médias contrapõe-se à tradição econômico-produtivista de estudos sobre famílias de trabalhadores pobres urbanos. Com isso, entre os pobres urbanos a família é vista de fora para dentro, enquanto nas camadas médias é vista de dentro para fora. Essa atitude pode conduzir à idéia de que há afetividade ou subjetividade apenas em uma camada e determinações da realidade econômica e social apenas na outra.

No Brasil, há um grande número de estudos que enfatizam o discurso íntimo e subjetivo das famílias de camadas médias, realizados principalmente por Gilberto Velho e seu grupo do Museu Nacional. Esses estudos enfatizam a maneira de pensar e de agir desses grupos, em uma tentativa de compreender os valores, a visão de mundo e o estilo de vida dessas camadas. Essas pesquisas resgatam o lugar do indivíduo e da subjetividade nas explicações antropológicas (Figueira, 1987; Lins de Barros, 1987; Romanelli, 1986; Velho, 1981). Todos esses autores afirmam que as famílias das camadas médias urbanas no Brasil contemporâneo vivenciam uma tensão permanente, exatamente porque a transição das visões de mundo e dos códigos de emoções tradicionais para os modernos não se dá na forma de uma seqüência evolutiva regida pelo princípio da exclusão, mas na forma da coexistência. Dessa forma, o espaço familiar é marcado pela luta entre modos de existir distintos e conflitantes, que perpassam as relações entre os membros desse núcleo e as relações desse núcleo com outros núcleos.

Por outro lado, os estudos das famílias de camadas baixas enfatizam a inserção desses grupos nas relações de produção e de dominação, com descrição das relações de classe, geralmente a partir de uma perspectiva marxista. Esses estudos apontam para a construção de uma identidade em torno do trabalho e do poder. Nesse sentido, a vida familiar é apreendida nas diferentes estratégias que são elaboradas para se garantir a sobrevivência em diferentes sistemas de subordinação postos em relevo pela inserção no mercado de trabalho dos componentes da família (Amas, 1995; Carvalho, 1995; Fausto Neto, 1982; Woortmann, 1987).

Essa diferença, aliada à veiculação da noção de família nuclear como sinônimo de saúde mental e equilíbrio, conduz a uma visão distorcida das famílias das camadas baixas. Hoje em dia, as famílias das camadas populares são vistas, por boa parcela da população, como desestruturadas, desorganizadas e responsáveis pela explosão de violência que tem marcado a vida social brasileira. Como se a patologia social

estivesse fundada na pobreza, o que é uma explicação bastante simplista. Seria necessário ainda observação, pesquisa e abandono de conceitos e preconceitos, ou seja, um aprendizado da diferença, uma vez que os profissionais que geralmente trabalham com as famílias das camadas populares urbanas originam-se das camadas médias. A comparação com a família nuclear traz a impressão de uma subcultura diferente, da pobreza. Essa impressão é fruto de um julgamento a partir do modelo ideal dominante. O que existe, de fato, é o desenvolvimento de um modelo alternativo que não deve ser julgado desfavoravelmente. Parece desorganização, mas é uma forma de organização em que os padrões familiares geralmente são uma solução. Na miséria, usualmente é a família que garante a sobrevivência. A falta de tudo é compensada pela cumplicidade da solidariedade.

Como podemos verificar, a diversidade das famílias é um fato, e cada camada social cria condições específicas para sustentar o plano de imanência, mediante configurações peculiares. Cada contexto social possui seu plano de organização, estratificando e ordenando a heterogeneidade dos grupos.

Na categoria do singular encontramos o grupo em si, e, de novo, como os planos de composição e de organização se articulam, de maneira única e própria. Em um estudo acerca da especificidade das famílias na saúde mental, Rosa (2003) evidencia o peso econômico e subjetivo que assola os responsáveis pelo portador de transtorno mental. O que há, de fato, é uma sobrecarga no cotidiano que torna áridas as relações familiares. Essa sobrecarga é incrementada pela desospitalização, proposta pela reforma psiquiátrica, na medida em que faltam dispositivos na rede de saúde mental que ajudem o grupo a lidar com essa modificação. Melman (2001) destaca que, após a eclosão da doença mental em um de seus membros, a família passa a ter uma existência em torno da doença, e a vida de cada um torna-se sem investimento e empobrecida. A realidade desses grupos é, na maioria das vezes, de muita dor e desalento, dada a gravidade e a longa duração dos sintomas. As dificuldades de comunicação e interação do doente mental são freqüentes, além de os fracassos sociais serem contínuos. Não raro essas famílias saem em busca de erros passados para explicar o surgimento da doença, não sendo acolhidas nem escutadas pelos trabalhadores da saúde mental.

No caso das famílias entrevistadas na pesquisa, percebemos, em um primeiro momento, que de fato há uma organização do dia-a-dia e das relações familiares em torno da doença mental. Os membros tentam buscar uma explicação plausível para sua eclosão, geralmente

amparada em crenças e fantasias construídas ao longo da história familiar, responsabilizando pela tragédia ora a si mesmos, ora os outros. Essa responsabilização encontra eco na postura dos profissionais que trabalham com o grupo. O fluxo da vida encontra-se, assim, represado na procura de justificativas, no cuidado diário para com esse membro, no sofrimento assíduo e na vergonha diante dos vizinhos e conhecidos. Quase não há agenciamentos e conexões que permitam a consistência de outras marcas e de outras sensações, para que devenha uma outra maneira de conviver em família. Embora os dados coletados no cadastro familiar ainda não tenham sido analisados, podemos perceber até agora que cada família possui uma rotina estereotipada que a conduz a uma passividade, tanto em si mesma como grupo quanto em face dos agentes de saúde, que se tornam senhores absolutos da compreensão do que está ocorrendo. Essa identidade familiar fundada na ignorância e na incapacidade é sustentada de maneira peculiar a cada família, paralisando-a.

Entretanto, não podemos nos esquecer de que o espaço familiar é também um espaço impregnado de realidade virtual. A virtualização da família do doente mental é um processo cujo ponto de partida é exatamente esse território existencial endurecido pela identidade familiar que descrevemos anteriormente, no qual as marcas da humilhação e da culpa operam como um obstáculo para a invenção de um outro arranjo por meio de conexões que burlam esse estado, tornando-se possível modificar os contornos das subjetividades envolvidas, que se agenciam no "entre" da relação. Nesse sentido, à medida que os encontros se estabelecem, a subjetividade familiar é levada a apreender novos sentidos, a se compor de outras maneiras, e a família é convocada a instaurar mudanças.

Na singularidade de cada família podemos apreender como circula a doença mental, quais são os conflitos e crenças e como se lida com esses planos. Podemos perguntar para cada uma das famílias entrevistadas: Qual o modo-padrão da família de doente mental? Em que marca se localiza a potência da família?

Pensar a família a partir daí é não desprezar a força de viver e de inventar, buscando o que atualiza novas singularidades e evidenciando

[4] A esquizoanálise, criada por Gilles Deleuze e Félix Guattari, não se propõe ser uma teoria ou um saber específico, mas uma concepção de mundo que tem por objetivo a vida em seu sentido mais amplo. Essa produção contém elementos das ciências formais, das ciências naturais, das ciências humanas, das artes, do saber popular e conceitos de ramos da filosofia, formando uma colagem de vários conhecimentos e vários saberes. Caracteriza-se ainda por uma oposição a toda e qualquer hegemonia, enfatizando a micropolítica, sendo indissociável de sua práxis transformadora.

o que aprisiona esse processo. A proposta da esquizoanálise[2] constitui um desafio, ao valorizar a dimensão dos encontros e dos afetos que afloram a partir daí, bem como a prática inventiva coletiva no trabalho com famílias. Essa aposta pressupõe mais do que a adesão a um saber específico e estabelecido, desvencilhando-se de qualquer possível culpabilização da família. Nesse contexto, incita a crítica ao empobrecimento da relação familiar, que se encontra sedimentada em trocas repetitivas com o doente mental, usualmente sustentadas por conhecimentos científicos que almejam a verdade e boicotam a ampliação das formas da vida subjetiva. Além da identificação do que se repete e se ergue sob a égide da obediência, é preciso insistir no que pode vir a ser, na potência dos encontros.

Deixando de lado, momentaneamente, os modelos sistematizados e coerentes que são produzidos no campo da terapia familiar, continuaremos a pensar a família a partir de sua exterioridade, empenhando-nos no exame das relações que ela promove, tanto entre seus membros quanto com outras subjetividades e com os universos incorporais que a afetam. Nesse panorama, a importância dos encontros é incontestável, pois é a partir deles que as linhas de virtualidade são atualizadas, permitindo a tomada de consistência de territórios existenciais inéditos. Deleuze (1981), utilizando as idéias de Espinosa, insiste na potência inerente à vida, que faz parte de todo ser. Essa potência, que muitas vezes desconhecemos, é a capacidade da nossa essência, que afirma o que pulsa em cada um de nós. Nos encontros, ela é ou não ativada na relação permanente que move os corpos, as subjetividades. É no plano de imanência, abordado aqui como uma categoria que faz parte de toda a realidade, que os encontros se compõem, que as forças e as intensidades se conectam e se agenciam.

Nesse sentido, podemos assinalar que as subjetividades se metamorfoseiam nas relações, afetadas pelo que vem de fora, sendo alterados, dessa maneira, seus modos de existência. Levar uma vida que se fundamente na potência de existir e de produzir só é possível mediante a problematização das relações que são firmadas nessas interseções. É necessário frisar que as relações se expressam pela conectividade e pelo afetamento, gerenciadas pela exterioridade das forças que agem sobre os corpos. Não somos de modo algum separáveis das relações que estabelecemos, uma vez que estas estão entre as condições que nos fazem sujeitos, nos tornam membros de uma família, de um círculo de amigos, de um grupo de trabalho, e que, por sua constância e uniformidade, formam um modo existente. Todavia, as relações nos possibilitam ainda passar de uma realidade a outra, deslizar por diver-

sos planos, convocando sensações e modificando-nos. A relação nos permite uma composição variável nos encontros, mas permanente na capacidade de associar, de manter partes agrupadas, de ligar-se à vida, que não pode ser separada de um poder de ser afetado. Vale lembrar que nenhuma potência se afirma ou enfraquece a não ser pelo contato e pela conexão com outro corpo, território da sensibilidade e do poder de ser afetado.

Como vimos, quando dois corpos se encontram, tal relação pode ter efeitos variáveis. Esse encontro pode tanto ser compatível e compor um todo mais potente, constituindo uma outra relação, quanto pode se decompor, despotencializando e alterando a coesão das nossas partes, intoxicando-nos. Quando um corpo convém ao meu, sua potência se acrescenta à minha, ampliando, dessa maneira, minha potência de agir, consentindo que a vida se exerça em sua essência, que esta se expresse em uma relação nova e mais intensa. Porém, quando um corpo é inconveniente ao meu, exatamente porque sua potência se opõe à minha, o encontro com ele faz com que aflore a minha potência de padecer, de sofrer, que me separa da vida. Esse enfraquecimento é oriundo da influência de outros corpos; no sofrimento, minha individualidade somente responde a influências externas, não deixando sua potência vibrar. Nesse raciocínio, a subjetividade é definida como o aglomerado de relações que são efetuadas, e a existência é vista como inerente aos encontros e aos agenciamentos responsáveis por sua composição ou decomposição.

Retornando ao grupo familiar, podemos observar que, quando a relação é determinada por outra coisa que não sua potência, sua matéria intensiva, o jogo relacional da família entra em evidência, correspondendo ao modo de a família conviver. Essa convivência é gerida por papéis definidos, lugares distintos para cada membro, rotinas, códigos, crenças e valores, criando regras partilhadas pelo grupo e que definem aquela família. Nesse sentido, cada membro influencia o outro, provocando efeitos em cada um e na própria família. Esses efeitos recebem nomes e conceitualizações diferentes, de acordo com a teoria utilizada.

Quanto mais a família efetua encontros que a distanciam de sua potência, mais entra em decomposição, mais fabrica sintomas, permanecendo imersa no sofrimento, conjugando elementos em que há um bloqueio das outras dimensões da subjetividade. Bloqueio de saídas, que reproduz sensações de incapacidade e vulnerabilidade, que enfraquece o grupo com uma perda da capacidade de arriscar, relegando a relação com o mundo e com os outros a um torpor, a um envenenamento. Nessa perspectiva, o grupo associa-se como um coletivo especializado

em hierarquizar, culpar, comparar, frisando sempre a oposição de seus membros, disputando, a todo instante, quem está com a razão, perseguindo verdades e legitimações. Para tal, aprimora-se em classificar constantemente os membros e o grupo: melhor, pior, mais forte, mais fraco, mais sadio, mais louco. Sofre incessantemente, sem chegar a lugar nenhum. Um mau encontro acarreta o predomínio e o endurecimento do plano de organização, o que dificulta o agenciamento dos fluxos que perpassam a realidade e a subjetividade. Esses arranjos aparecem freqüentemente em nosso trabalho com famílias.

Por outro lado, quando a família é atingida por forças que se unem de maneira potente e que vitalizam seus membros, sustenta a capacidade de entrar em relação, a intensidade da vida, e expressa sua potência. O grupo insiste em ser família em relação, existindo no que está por vir, constituindo-se como grupo a partir de singularidades combinadas em agenciamentos coletivos que atualizam a linha de virtualidade. Para tal, é necessário deixar de lado as classificações e a busca da verdade e tornar-se um grupo pelo que se é, afirmando-se ontologicamente na positividade, em vez de constituir-se pelo que falta, em uma tentativa perene de esquivar-se da imperfeição e dos erros. Nesse viés, a família torna-se capaz de entrar em devir, deixando ser e deixando passar fluxos transversais que se ligam rizomaticamente a outros fluxos.

Dessa forma, podemos afirmar que o modo como a potência de padecer e a potência de existir se encadeiam na família, por meio dos encontros, revela como esta adoece e como se torna saudável, ativa. Esses processos revelam um jogo de forças passivas e ativas, que engendram universos distintos, jogo este que está presente tanto na relação dos membros do grupo familiar quanto nas interações efetuadas com os especialistas que o atendem. Esse agenciamento promovido entre as subjetividades opera pela lógica do afeto, sustentando ora reproduções, ora diferenciações. É preciso estar atento a esses movimentos, para que, de fato, se possa criar uma outra forma, um outro arranjo familiar.

Considerações finais

Esse estudo se propôs analisar, de forma inicial, os modelos familiares que estão sendo atendidos no Cersam Teresópolis, no município de Betim. A partir de uma abordagem esquizoanalítica, acreditamos que cada modelo familiar é atravessado pelas categorias do universal, do particular e do singular. Tais categorias possuem uma característica de imanência e se relacionam com os planos que compõem a reali-

dade. Nesse contexto, a importância dos encontros é inegável, pois favorecem não só a busca de novos sentidos, mas também o aflorar de outros territórios existenciais, que libertam da cristalização os arranjos familiares.

Sem dúvida, o trabalho com famílias na rede de Saúde Mental é um campo em desenvolvimento, em que há muito o que se conhecer. Esse é um desafio que se coloca também para os agentes de saúde, no momento atual. Contudo, os serviços de Saúde Mental têm potencial para estabelecer uma parceria com as famílias, que invista na coletividade com certa suavidade. E, aí sim, criar algo que ainda não existe, e que pode conduzir a novos modos de subjetivação. A esse respeito, Félix Guattari faz a seguinte colocação:

> A suavidade é um dado imediato da subjetividade coletiva. Ela pode consistir em amar o outro em sua diferença, em vez de tolerá-lo ou estabelecer códigos de leis para conviver com as diferenças de um modo tolerável. A nova suavidade é o acontecimento, o surgimento de algo que se produz e que não é eu, nem o outro, mas, sim, o surgimento de um foco enunciativo. (Guattari, 1993, p. 34)

Nesse sentido, devemos esperar, como esperamos dos grupos familiares atendidos, que o conhecimento não se construa de maneira reprodutiva e sedimentada, mas que valorize a singularidade e a invenção, arriscando novas maneiras de pensar e também de viver. Isso, no nosso entender, é o que a contemporaneidade nos impele a produzir, tanto no campo da clínica quanto no da pesquisa.

Referências bibliográficas

ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (AMAS). *Famílias de crianças e adolescentes*: diversidade e movimento. Belo Horizonte: Amas, 1995.

BARROS, R. D. B. Grupo e produção. *Saudeloucura*. São Paulo: Hucitec, 1994. v. 4, p. 145-154.

BOUDON, R.; BOURRICAUD, F. Estratificação social. *Dicionário crítico de sociologia*. São Paulo: Ática, 1993. p. 214.

CARVALHO, M. C. B. (org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Educ, 1995.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. (1980). *Mil platôs*: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora 34, 1995. v. 1, 2, 3, 4, 5.

DELEUZE, G. (1981). *Espinosa*: filosofia prática. São Paulo: Escuta, 2002.

FAUSTO NETO, A. M. Q. *Família operária e reprodução da força de trabalho*.

Petrópolis: Vozes, 1982.
FIGUEIRA, S. A. (org.). *Uma nova família*: o moderno e o arcaico na família de classe média brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.
GUATTARI, F. *Caosmose*: um novo paradigma estético. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
_____. Guattari, o paradigma estético. *Cadernos de subjetividade*, v. 1, n. 1, p. 29-34, mar./ago. 1993, São Paulo. (Entrevista concedida a Fernando Urribari)
LÉVY, P. *O que é o virtual?*. São Paulo: Editora 34, 1996.
LINS DE BARROS, M. *Autoridade e afeto*: avós, filhos e netos na família brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.
MELMAN, J. *Família e doença mental*: repensando a relação entre profissionais de saúde e familiares. São Paulo: Escrituras, 2001.
MEZAN, R. *Interfaces da psicanálise*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
PASSOS, M. C. A família não é mais aquela: alguns indicadores para pensar suas transformações. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (org.). *Família e casal*: arranjos e demandas contemporâneas. Rio de Janeiro: PUC/Loyola, 2003. p. 13-25.
ROMANELLI, G. *Famílias de camadas médias*: a trajetória da modernidade. Tese de Doutorado. São Paulo: USP – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1986.
ROSA, L. C. S. *Transtorno mental e o cuidado na família*. São Paulo: Cortez, 2003.
SCOTT, R. P. *A etnografia da família de camadas médias e de pobres urbanos*: trabalho, poder e a inversão do público e do privado. XVII Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, 22-25 de outubro de 1993. Mimeo.
VELHO, G. *Individualismo e cultura*: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
WOORTMANN, K. *A família das mulheres*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: CNPq, 1987.

Violência simbólica e organizações familiares

Paulo Roberto Ceccarelli
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

> A cultura é um esquema significante encarnado de símbolos e transmitido historicamente; um sistema de concepções herdado e expresso sob forma simbólica, através da qual os homens se comunicam, perpetuando e desenvolvendo seus saberes e suas opiniões sobre a vida.
>
> Clifford Geertz

Este texto é um primeiro esboço de uma pesquisa que venho realizando paralelamente a duas outras.[1] Insisto no paralelamente por se tratar de uma pesquisa que foi tomando forma ao lado das outras sem que eu estivesse particularmente atento a ela, que, aos poucos, vem ganhando meu interesse, pois tenho percebido que alicerça minhas pesquisas atuais.

O primeiro tempo desse movimento deu-se com a publicação, *na Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, de um artigo intitulado "Sexualidade e preconceito" (Ceccarelli, 2000). Nele discuto as relações entre os Ideais Sociais, presentes nos movimentos que levam ao recalque, e a construção de uma sexualidade "normal", cujo desvio gera tanto o preconceito quanto a culpa. Para Freud (1905), como sabemos, "as exigências dos ideais estéticos e morais" estão entre os elementos que levam ao recalque, e as figuras presentes no superego derivam-se do mundo externo. Isso significa que o superego é formado não apenas pelo precipitado da autoridade paterna, mas também por fatores externos – os Ideais –, que pertencem ao sistema social

[1] Uma pesquisa é dedicada às "Configurações familiares da contemporaneidade". A outra, sobre a qual apresentei um artigo no VII Encontro Científico da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental realizado em Petrópolis/RJ, nos dias 4 a 7 de setembro de 2003, trata das "Bases mitológicas da normalidade".

no qual o sujeito se encontra inserido. A antropologia nos informa que os Ideais são construções sintagmáticas calcadas no imaginário da sociedade de onde emergem.[2] A partir dessa perspectiva, analiso a participação do imaginário judaico-cristão na formação dos Ideais na cultura ocidental. Após a publicação do texto, e incentivado pelos retornos recebidos, comecei a interessar-me cada vez mais pelas bases que sustentam os Ideais.

Impregnados de nossa cultura e tomando por universal nossa organização familiar, raramente nos ocorre que outras culturas possam organizar-se de forma diferente, que entendam as relações de parentesco de maneira totalmente diversa da nossa e, conseqüentemente, que tenham outras definições de normal e patológico. Como observa Françoise Héritier (1991), "embora todo mundo acredite saber o que é uma família, é curioso constatar que, por mais vital, essencial e aparentemente universal que a instituição família possa ser, não existe para ela, como é também o caso do casamento, uma definição rigorosa" (p. 273). A primeira conclusão é simples: não existem Ideais fixos, universais. Cada sociedade, escrevi no texto citado (Ceccarelli, 2000), cria, a partir do sistema representativo que lhe é próprio, as representações dos Ideais.

A partir das questões apresentadas no texto "Sexualidade e preconceito" sobre o imaginário judaico-cristão, parti para um trabalho de pesquisa sobre a origem desse imaginário. Essa pesquisa foi tomando contornos mais definidos quando comecei a interessar-me pelas chamadas "novas formas de filiação", que tanta polêmica têm gerado, justamente por se oporem a um imaginário que se toma como o único capaz de promover famílias saudáveis. Em um texto publicado sobre o tema – "Configurações edípicas da contemporaneidade: reflexões sobre as novas formas de filiação" (Ceccarelli, 2002) –, tento mostrar que os argumentos contra os "novos arranjos familiares" são, em sua quase totalidade, baseados na família tradicional: esta é o parâmetro de referência de como as coisas devem ser. O Édipo freudiano é o paradigma por excelência: a criança deve ter imagos identificatórias e representações simbólicas do masculino e do feminino; o pai é importante para introduzir a lei (embora se saiba que é uma função, a figura do pai da realidade é sempre evocada, o que só mantém a hegemonia do patriarcado. A expressão mesma "função paterna" é carregada de ideologia), e assim por diante. Um dos aspectos que tanto incomodam

[2] Uma das discussões mais interessantes sobre a questão dos Ideais, sobretudo das hierarquias masculinas e femininas, foi feita pela antropóloga Françoise Héritier. Cf.: HÉRITIER, F. *Masculin/féminin*. I – La pensée de la différence. Paris: Odile Jacobe, 1966. Idem. *Masculin/féminin*. II – Dissoudre la hiérarchie. Paris: Odile Jacobe, 2002.

nas "novas famílias" é que elas denunciam de modo radical que a forma de subjetivação tida como "correta" é uma construção teórica que, como toda construção, é sustentada pela dimensão mitológica e imaginária da cultura na qual emerge, com suas particularidades histórico-políticas. Nunca é demais lembrar que o simbólico, justamente por ser simbólico, muda, se reorganiza. Devemos, pois, estar atentos ao risco de imaginarização do simbólico.

Estudos[3] com crianças criadas em famílias que fogem à tradição mostram que os "destinos" dessas crianças não diferem em nada dos destinos daquelas criadas por famílias tradicionais. Dentre elas, encontraremos todo tipo de criança: "normais", complicadas, problemáticas, conflitadas, com dificuldades de aprendizagem e outras tantas. Ou seja, o que diferencia essas crianças é o que diferencia os seres humanos: a particularidade do trajeto identificatório e das escolhas de objeto. Como escrevi no texto sobre as configurações edípicas (Ceccarelli, 2002):

> Cada modo de filiação – homopaternidade, adoção, monopaternidade, famílias tradicionais, famílias separadas, um, ou os dois, genitores falecidos e qualquer outra forma que pudermos imaginar – terá a sua própria configuração de angústia. Mas, do ponto de vista da constituição do psiquismo, não existe, *a priori*, nenhuma evidência para dizer que um modelo é mais ou menos patogênico. (p. 96)

Isso mostra que os novos arranjos familiares não trouxeram nenhuma novidade, e muito menos ameaças, em termos de subjetivação: as coordenadas que balizam os processos de constituição do sujeito organizam-se sem levar em conta o sexo anatômico de quem cumpre a função materna/parterna, e não seguem um modelo único. As "novas famílias", longe de provocarem uma desestruturação social, atestam a força do simbólico, da metáfora, e mostram que essa questão só pode ser entendida se abandonarmos antigos saberes, que insistem em normatizar organizações sócio-simbólicas não mais sustentáveis. Utilizar a teoria psicanalítica para determinar quais caminhos seriam "normais" em termos de posição libidinal é esquecer que as ferramentas de tra-

---

[3] Para uma discussão atual sobre o assunto ver: LANGOUET., G. (org.). *Les "nouvelles familles" en France*. Paris: Hachette, 1998. E também: GROSS, M. (org.). *Homoparentalités, état des lieux*. Coleção "La vie de l'enfant". Paris: ESF, 2000. O pedopsiquiatra Dr. Stéphane Nadaud apresentou, na Universidade de Bordeaux, França, em outubro de 1999, um trabalho com 58 crianças criadas por pais do mesmo sexo. A conclusão é que o desenvolvimento psicossexual dessas crianças é tão normal quanto o de qualquer outra. Um longo artigo sobre este trabalho foi publicado no periódico *Le Monde*, em novembro do mesmo ano.

balho da psicanálise – pulsões, desejos, complexo de Édipo, escolhas de objeto, identificações… – se baseiam em um terreno diferente da organização social. À psicanálise cabe analisar as vicissitudes desses elementos em um determinado momento sócio-histórico de uma dada sociedade para, com esses dados, tentar compreender a ordem simbólica daí advinda. Ou seja, perguntar-se como as novas formas de filiação repercutirão na construção do mito individual e na produção da verdade singular do sujeito. Não devemos esquecer, contudo, que mudanças socioeconômicas afetam a dinâmica desses elementos, cuja nova organização participa na criação de uma nova ordem simbólica.

A família é um arranjo dentro do qual as relações de parentesco se organizam. Estas, por sua vez, são um sistema que atribui a criança aos pais e, ao mesmo tempo, os pais à criança. Esse sistema combina três elementos de base – a aliança, a filiação e a residência – que variam segundo as culturas e as épocas. A *História da família* (Burguiere, Klapisch-Zuber, Segalen & Zonabend, 1986) nos mostra os diferentes arranjos familiares. A cultura, dentro de um espaço-tempo datável, regula o permitido e o proibido, o possível e o insuportável; determina quem são os pais e a quem os filhos devem ser confiados. Algumas sociedades atribuem vários pais e mães à criança, sem que essa atribuição passe pelo biológico: a adequação "natural" genitor/pai e genitora/mãe não é universal, e as incidências no simbólico daí advindas variam enormemente.[4] Levar em conta a existência de outros arranjos simbólicos é questionar a solidez dos nossos.

Trata-se então, por um lado, de refletir sobre os elementos que fundamentam a família e, por outro, de constatar que a transformação dos genitores em pais vai muito além do acontecimento físico que dá lugar ao nascimento de uma criança. Nascer de um homem e de uma mulher não basta para ser filho, ou filha, desse homem e dessa mulher; colocar uma criança no mundo não transforma os genitores em pais. O nascimento (fato físico) transformado em filiação (fato social) insere a criança em uma organização simbólica (fato psíquico) que a constituirá como sujeito.

Os desafios teórico-clínicos introduzidos pelas organizações familiares contemporâneas colocam nosso arsenal metapsicológico a dura

[4] Enquanto em nossa sociedade tios e tias são os irmãos e as irmãs de nossos pais, cujos filhos são nossos primos e primas, em outras, os irmãos do pai e os irmãos da mãe são considerados pais, e as irmãs da mãe, assim como as do pai, são consideradas mães. Há também aquelas nas quais só as irmãs da mãe são mães e só os irmãos do pai são pais; já os irmãos da mãe são tios, e as irmãs do pai, tias. Nessa sociedade, os filhos e filhas da mãe e suas irmãs assim como os(as) do pai e seus irmãos consideram-se irmãos e

prova. Temos de enfrentar questões e tentar responder a perguntas que nos permitirão separar aquilo que, de fato, se revela do domínio da psicanálise daquilo que pertence ao imaginário. Pronunciar-se sobre a dinâmica da filiação não significa prescrever como essa dinâmica deve ocorrer. Estaríamos, nesse caso, colocando a psicanálise como guardiã de uma organização simbólica imutável, e detentora de um saber que lhe outorgaria o poder de deliberar sobre o normal e o patológico: nada seria mais distante da ruptura freudiana!

Sustento ainda, no texto citado (Ceccarelli, 2002), que, embora

> os primeiros significantes que nos designam sejam "homem" ou "mulher", tal designação não implica a questão da erogenização do corpo – que passa pelo afeto. Ou seja, não basta o significante para que, na ordem simbólica, o sujeito se posicione como homem ou mulher. Esse posicionamento não é indiferente ao lugar que a criança – que tem chances de tornar-se sujeito – ocupa no inconsciente dos pais bem antes mesmo do seu nascimento e da dimensão narcísica desses, enfim, da dinâmica da economia libidinal da família. O essencial para que o sujeito se constitua é que ele seja simbolicamente reconhecido pela palavra do Outro, encarnado, na maioria das vezes, pelos pais. É esse reconhecimento, responsável pela inscrição do sujeito na função fálica, que transformará a criança, a partir do real de sua anatomia (sexo), em ser falante, homem ou mulher.

Se é o outro que nos constitui, é na dimensão da alteridade que se dá a possibilidade dessa constituição. Nesse sentido, as novas organizações familiares corroboram a idéia de que aquele que ocupa o lugar do outro da mãe – ocupação necessária para organizar e separar a célula narcísica mãe-filho – resiste a uma definição rigorosa e inequívoca. Sem dúvida, constatar que o modelo clássico do Édipo não é uma condição *sine qua non* de subjetivação pode gerar uma crise que alguns autores chamam de "crise do masculino" ou ainda de "declínio do poder paterno". Entretanto, penso que essa "crise" deva ser entendida como uma crise das referências simbólicas as quais, de tempos em tempos, a espécie humana atravessa com intensidade variada: por ser sempre uma construção atrelada a um momento histórico-político, as referências simbólicas são passíveis de remanejamento e reorganização.

---

irmãs. Já as crianças dos irmãos do mãe e das irmãs da pai consideram-se primos de primas. Sobre os vários arranjos de paternidade ver: DELIEGE, R. *Anthropologie de la parenté*. Paris: Armand Colin, 1996. Ainda hoje no Peru, existem famílias na região de Chinchero – os Ayllu – que são unidas tanto por laços sangüíneos quanto por laços mágicos. Esses clãs só se casam entre si.

As mudanças socioeconômicas introduzidas pelo modelo capitalista – cada vez mais as mulheres participam nos movimentos de circulação do capital – denunciaram o caráter imaginário de uma forma de organização social na qual os homens ocupam o lugar central. Isso fez com que estes passassem a ser questionados – coisa nova e, para alguns, insuportável – justamente nas referências identitárias constitutivas de um modelo de masculinidade (Ceccarelli, 2001). Se crise existe, ela deve ser procurada no declínio do patriarcado devido às transformações, sobretudo econômicas, que produziram o homem moderno.

Na segunda pesquisa, ainda em andamento, sobre as "Bases mitológicas da normalidade",[5] discuto a participação dos mitos de origem judaico-cristã na construção do imaginário que sustenta o discurso sobre o normal e o patológico (trabalho a questão na perspectiva da psicopatologia fundamental). Como escreve Sproul, citado por Highwater (1992):

> ...os mitos tratam das causas primeiras, da essência do que uma cultura concebe como realidade. (...) Não é assim por acaso que as culturas consideram os mitos de sua criação os mais sagrados pois constituem a base sobre a qual assentam todos o mitos posteriores. (p. 23)

Sigo o caminho inverso da construção dos Ideais para verificar como as Verdades são construções baseadas nos mitos de origem e como tais construções encontram-se nas bases de nossa conduta, que abrange desde as coisas mais simples do nosso cotidiano até, no nosso caso específico, as referências que sustentam nossos modelos teórico-clínicos. E mesmo aqueles que têm uma distância crítica desses mitos, por estarem inseridos na cultura ocidental, não estão imunes às implicações morais, sociais, às questões em torno da procriação, das organizações familiares, das relações sexuais e tantas outras que eles acarretam. "O relato bíblico da criação, assim como as concepções das origens de qualquer outra cultura, transmite valores sociais e religiosos que são apresentados como universalmente válidos" (Pagels, 1989, p. 23). Eu acrescentaria: e também como se fossem – esses valores – naturais e, portanto, não questionáveis.

Apenas um exemplo entre muitos: o destino sem paralelo dado às mulheres no mundo cristão, presente desde a caça às bruxas na Idade Média até as decisões judiciais em que a pena é reduzida quando se

---

[5] Um artigo com este título foi publicado. Cf. CECCARELLI, P. R. As bases mitológicas da normalidade. In: *Latin American Journal of Fundamental Psychopathology On Line*: <http://fundamentalpsychopathology.org/br/revista-artigos-textos.php?id=12>.

prova que foi a mulher que "provocou" o homem, nada mais é do que um reflexo da imagem negativa da mulher, na medida em que foi esta a responsável pela queda, pela perda do Paraíso. Em contrapartida, temos imagem do homem, espiritual na sua origem, mas vítima indefesa da mulher diabólica.[6] Mais ainda: por ter acreditado na serpente, a mulher era considerada "naturalmente ingênua". Como conseqüência (I Timóteo 2:11-15), as únicas coisas que poderiam lhe ser confiadas eram a criação dos filhos e os cuidados domésticos. Tanto no Antigo como no Novo Testamento, o mito do Paraíso terrestre recebe um tratamento ideológico, que subjaz na estrutura patriarcal vigente até os nossos dias, que naturaliza, que sustenta e justifica o discurso do poder.

O modelo teórico da psicanálise, que surge em um momento histórico preciso como uma tentativa de conceituação do fantasma e do desejo, também é uma construção mitológica: a presença dos mitos na teoria psicanalítica – Édipo, Narciso... – não precisa ser lembrada. Freud não deixa dúvida sobre esse ponto: "A teoria das pulsões é, por assim dizer, nossa mitologia. As pulsões são entidades míticas, magníficas em sua imprecisão" (Freud, 1933). É interessante observar que cada escola de psicanálise cria sua própria leitura do mito – o Édipo em Freud, em M. Klein, em Lacan –, cuja interpretação e conseqüências variam de escola para escola. Cabe a pergunta: quais as relações entre a nossa maneira de dar sentido ao que escutamos e os mitos de origem da nossa cultura? Como isso afeta nosso trabalho teórico/clínico? É possível evitar que nossa mitologia – histórica e/ou psicanalítica – influencie nossas posições?

A passagem do instinto para a pulsão como forma de sobrevivência da espécie, como o mostra Freud em *Neuroses de transferência: uma síntese* (Freud, 1928), foi um passo evolutivo grandioso. A pulsão, sem objeto fixo, transformou-se em uma fonte inesgotável de energia. Essa "liberdade", característica da espécie humana, é, ao mesmo tempo, sua condenação, pois o afeto sem representação pode ser fonte insuportável de angústia. Na tentativa de driblar a angústia, criamos teorias que reproduzem nossas tentativas infantis – as teorias sexuais infantis (Freud, 1908) – de explicar as origens. O trabalho analítico, todos sabemos disso, constitui uma construção de um mito individual que fornece representações aos afetos. O reconhecimento desse mito pelo Outro, encarnado na figura do analista, oferece, ao menos por certo tempo, uma amarra para a pulsão.

---

[6] Um dos melhores estudos sobre sexualidade feminina e Igreja Católica é de RANKE-HEINEMANN, U. *Eunucos pelo Reino de Deus*. 3. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.

O mito de origem particular de cada cultura traça a trilha que fornece as explicações a partir das quais calcamos nossos sistemas de valores, nossa noção de normalidade, de certo e errado. Estamos sempre na eterna e sempre-por-completar tentativa de driblar a angústia, tentando encontrar objetos fixos e imutáveis para a pulsão.

As criações mitológicas permitem colocar ordem no caos; passar, na terminologia psicanalítica, dos processos primários aos secundários; criar um estado de ordem, pela via do recalcamento, descrito como civilização, enfim, dar representação à pulsão. Evidentemente, não há como escapar de uma mitologia de origem. Porém, não podemos nos esquecer de que a mitologia é um relato, construído a partir do imaginário cultural, para falar dos elementos primeiros sobre os quais organizamos a ordem simbólica. Antes do simbólico, antes da civilização, era… um organismo pulsional não atravessado pela linguagem, candidato potencial a constituir-se como sujeito.

Sem o simbólico, é verdade, estamos no caos. Entretanto, tratar um determinado arranjo simbólico como único seria esquecer que os elementos que utilizamos para organizar o caos são sempre mitológicos. E isso vale tanto para as teorias quanto para os conceitos teóricos que as sustentam: tratá-los como Verdade impede a circulação pulsional e o nascimento do pensamento crítico que transforma o sofrimento em experiência. Esquecer esse ponto é voltar ao pensamento mecanicista e à visão determinista do universo newtoniano. Não é por acaso que a diferença é tão insuportável, pois denuncia o caráter imaginário de nossas mais caras construções (Ceccarelli, 2000).

Chegamos, finalmente, ao ponto central deste texto. Partindo dos elementos fornecidos pelas duas outras pesquisas, e do que disse anteriormente sobre, antes do simbólico, o bebê ser um organismo pulsional não atravessado pela linguagem, proponho que a constituição do sujeito é sempre feita a partir de duas formas de violência: a primária, no sentido de Piera Aulagnier, e a simbólica, tal como a entende Pierre Bourdieu.

Como sabemos, o eixo central da teorização de Piera Aulagnier (1975) é a noção do *Eu*, sua construção e suas modificações. Embora exista uma proximidade semântica, o *Eu* em Aulagnier não se confunde com o *Eu* freudiano e nem com o *Eu* em Lacan. O *Eu* vai existir a partir de sua relação com o Outro, encarnado em um primeiro momento pela mãe ou em quem cumpre essa função. Ainda que utilizando a noção lacaniana do Outro, Aulagnier modifica seu conteúdo ao historicizá-lo, ao redefini-lo nas circunstâncias de seu desenrolar.

Sendo preexistente ao *Eu*, o Outro constitui "o espaço onde o *Eu* pode surgir". Ao enfatizar a temporalidade, Aulagnier dá uma nova

dimensão à questão da relação mãe/bebê, em uma dinâmica profundamente psicanalítica, redimensionando a noção de *après-coup* para pensar tanto o traumatismo quanto o sexual no humano.

Se, por um lado, o *après-coup* traz o passado para o presente fazendo-o eficaz apenas em um segundo momento, ao insistir sobre o efeito da antecipação, Aulagnier traz o futuro para o presente, e até mesmo para o passado. "O dizer e o fazer maternos", escreve Aulagnier (1975, p. 35), "antecipam sempre o conhecimento que pode ter o *infans*". Uma tal antecipação marcará a modalidade própria da experiência não apenas do bebê mas, de forma mais geral, do humano, que é sempre confrontado com uma demanda que excede suas capacidades de resposta.

A mãe, ou melhor, a psique da mãe cumpre para o bebê a função de prótese, uma vez que, exercendo a função de "porta-voz", se inscreve no lugar da falta e preenche o espaço deixado vazio pela prematuração psíquica. Assim, as primeiras representações só podem funcionar se a psique da mãe assume esse papel (o de prótese), ou seja, de "ajuda" para o desamparo psíquico primitivo.

A noção de porta-voz é tributária da importância dada por Lacan à linguagem no inconsciente e à função do discurso. "Todo sujeito nasce num 'espaço falante'", e é por isso que o *Eu* é uma "instância constituída pelo discurso" (Aulagnier, 1975, p. 105). Mas, ao "portar a voz", a mãe efetua uma dupla junção: por um lado, verbaliza e dá sentido às manifestações entre o *infans* e o mundo e, por outro, entre o mundo e o *infans*, pois ela – a mãe – apresenta-se ao *infans* como representando de uma ordem exterior da qual ela lhe anuncia as leis e as exigências. O que se está privilegiando aqui é a idéia de encontro, tal como acontecerá igualmente nas relações fora da linguagem do *Eu* a seu corpo e àquilo que ele experimenta.

Essa função de prótese da psique da mãe será analisada em termos de "violência". Para entendermos o conceito de violência em Aulagnier, é necessário deixar de lado a idéia que acompanha a noção de violência, ou seja, aquela de um ódio ou de um desejo de morte que a mãe teria pelo *infans*. Tal desejo, nos diz Piera Aulagnier com simplicidade, não apenas existe, mas, por ser geral, não tem qualquer valor causal. Não de deve então confundir a "violência" com esse dado universal, que se deve ao fato mesmo do investimento, nem com as diversas formas de rejeição materna, nem tampouco com o superinvestimento defensivo a que isso pode levar.

O conceito de "violência" traduz o descompasso entre aquilo que a mãe projeta sobre a criança e aquilo que se revelará ser. A partir da idéia de um monólogo entre a mãe e a "sombra falada" do *infans*

(sombra falada: aquilo que a mãe projeta no *infans*, com o qual ela o envolve, e que permitirá que o *infans* se constitua como sujeito), Piera Aulagnier materializa, por assim dizer, e justifica o termo violência, que se torna a partir daí ligado ao fato de que o *infans* jamais coincide com a sombra em questão. Ou seja, o *infans* jamais corresponderá às expectativas nele projetadas pelo narcisismo dos pais, em particular pelo da mãe. O efeito de antecipação, produzido pela interpretação que o discurso maternal faz do conjunto das manifestações que o *infans* vivencia, constitui o que Aulagnier chama de "violência primaria". A violência é a conseqüência do encontro entre o corpo do *infans* e a psique materna, e liga-se à necessidade de estabelecer um representante do sujeito (a sombra falada) lá onde ainda só existem potencialidades. Assim, o sujeito, ao construir-se, o *Eu*, surgirá em um espaço pré-formatado por uma espera que não é sua. Violência necessária para permitir o acesso do sujeito à ordem do humano mas, de qualquer forma, violência quando se considera tudo aquilo que a mãe vai transmitir e impor a partir daí. Da mesma forma que não existe *tabula rasa* em genética, não pode existir sujeito humano sem essa pré-forma, e é na decalagem entre o *infans* e a sombra falada que será possível constatar uma violência.

A capacidade da criança em responder a essa violência relaciona-se diretamente com o que dela se espera. Tanto uma expectativa desmedida em relação à resposta da criança – a mãe que "cola" excessivamente seu desejo à criança – quanto a falta de expectativa geram um "excesso de violência", com conseqüências as mais variadas.

O interesse em utilizar neste trabalho as contribuições teóricas, aqui brevemente apresentadas, de Piera Aulagnier é que, para essa autora, a constituição da psique infantil é tributária, vimos anteriormente, da "violência primária", que, por sua vez, está intrinsecamente atrelada a dois organizadores essenciais: o discurso e o desejo daqueles que acolhem a criança no mundo, e também, acrescentamos, o lugar que o *infans* ocupa na dinâmica psíquica destes. São esses elementos que, por meio da violência primária, transformarão o organismo pulsional, candidato potencial a tornar-se sujeito, um *Eu* falante.

Dentro dessa linha de pensamento, entendemos que não existe uma forma de organização familiar ideal que, inequivocamente, garantiria um desenrolar mais sadio, ou mais patogênico, para a constituição do sujeito. O que determinará a "saúde psíquica" do sujeito em constituição é a intensidade da violência primária, que, por sua vez, depende das produções do inconsciente daqueles que cuidam do bebê.

Pierre Bourdieu (2002) chama de "violência simbólica" a operação que "legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma

natureza biológica que é, ela mesma, uma construção histórica naturalizada". Trata-se de uma construção prática que "impõe uma *definição diferenciada* dos usos legítimos do corpo, sobretudo sexual, e que tende a excluir do universo do pensável e do fazível tudo que determina o pertencer ao outro sexo (...) para produzir este artefato social que é um homem viril e uma mulher feminina" (Bourdieu, 2002, p. 40).

Embora toda a teorização e argumentação de Bourdieu em *A dominação masculina* seja centrada na questão da dominação masculina a partir, sobretudo, da análise que ele faz das relações de gênero, estamos ampliando o conceito de violência simbólica e transpondo-o para toda e qualquer organização social que acolherá o sujeito. Ou seja, a introjeção, pelo sujeito em constituição, do sistema de valores da cultura em que ele está inserido constitui sempre uma violência, na medida em que o simbólico que sustenta esse sistema é sempre uma construção, logo histórica, que lhe impinge a ideologia vigente naquela cultura como algo natural.

Isso significa que qualquer configuração familiar acarretará uma violência. Entretanto, e esse é o ponto central deste trabalho, não é a forma da organização familiar na qual o sujeito encontra-se inserido que garantirá sua inserção na ordem simbólica, mas como, na posição do Outro, uma determinada organização familiar propiciará que o sujeito em constituição suporte essas duas violências incontornáveis, fundamentais e fundantes, assegurando-lhe a "sobrevivência psíquica" (McDougall, 1997).[7] Uma não é desvinculada da outra: a maneira como a violência primária se expressa é tributária da ordem simbólica na qual a criança está sendo introduzida. Essa ordem, como vimos, varia segundo o imaginário social da cultura e guarda profundas relações com seus mitos de origem. Evidentemente, todo esse processo é dialético no sentido de que o bebê deve ter capacidade para atravessar as duas formas de violência. Nessa perspectiva, o autismo seria, talvez, um naufrágio nessa travessia.

Dar representações às pulsões é uma expressão da violência da interpretação; passar, pela via do recalcamento, do narcisismo primário para o secundário – renunciar ao gozo narcísico em prol de valores culturalizados – é uma expressão da violência simbólica. Violência esta que se realiza segundo uma série de regras e ritos que dará à criança acesso à lei de troca, à renúncia a uma satisfação pulsional irrestrita. Porém, alerta Freud, a despeito das satisfações substitutivas que a civili-

[7] Aqui a noção de "sobrevivência psíquica" introduzida por Joyce McDougall ganha uma dimensão relevante.

zação oferece, essa renúncia é sempre incompleta, o que gera um sofrimento difícil de acalmar, ponto de origem do "mal-estar" do qual sofre o homem (Freud, 1930). O que podemos chamar de "saúde psíquica é a capacidade de suportar esse sofrimento. É a partir dessas premissas que devemos centrar os estudos das novas organizações familiares, e não, como se tem feito tradicionalmente, a partir de um arranjo tido como o único capaz de produzir um desenvolvimento normal.

1. Referências bibliográficas

AULAGNIER, P. (1975). *A violência da interpretação.* Rio de Janeiro: Imago, 1979.

BOURDIEU, P. *La domination masculine*. Paris: Éditions du Seuil, 2002.

BURGUIERE, A.; KLAPISCH-ZUBER, C.; SEGALEN, M.; ZONABEND, F. (org.). *Histoire de la famille*. Paris: Armand Colin, 1986.

CECCARELLI, P. R. As bases mitológicas da normalidade. In: *Latin American Journal of Fundamental Psychopathology On Line*: <http://fundamentalpsychopathology.org/br/revista-artigos-textos.php?id=12>.

_____. A construção da masculinidade. *Percurso*, v. 19, p. 49-56, São Paulo, 1998.

_____. Sexualidade e preconceito. *Revista Latinoamericana Psicopatologia Fundamental*, III, 3, set. 2000, p. 18-37, São Paulo.

_____. A sedução do pai. *Grifos – psicanálise*. Publicação anual do Instituto de Estudo Psicanalíticos – Iepsi. Belo Horizonte, n. 18, out. 2001, p. 91-97.

_____. Configurações edípicas da contemporaneidade: reflexões sobre as novas formas de filiação. *Pulsional Revista de Psicanálise*. São Paulo, ano XV, 161, set. 2002, p. 88-98.

FREUD, S. (1930). O mal-estar na civilização. *Obras completas (ESB)*. Rio de Janeiro: Imago, 1974. v. XXI, Cap. III.

_____. (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. *Obras completas (ESB)*. Rio de Janeiro: Imago, 1972. v.VII, 181.

_____. (1908). Sobre as teorias sexuais das crianças. *Obras completas (ESB)*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. IX.

_____. (1928). Neuroses de transferência: uma síntese. *Obras completas (ESB)*. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

_____. (1933). Ansiedade e vida pulsional. *Obras completas (ESB)*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

HÉRITIER, F. *Dictionnaire de l'ethnologie et de l'anthropologie*. P. Bonte; M. Izard (org.). Paris: PUF, 1991. p. 273.

HIGHWATER, J. *Mito e sexualidade*. São Paulo: Saraiva, 1992.

McDOUGALL, J. *As múltiplas faces de Eros*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1997.

PAGELS, E. *Adam, Eve et le serpent*. Paris: Flammarion, 1989.

A difícil arte da convivência conjugal: a dialética do amor e da violência

Maria de Fátima Araújo
Universidade Estadual Paulista

Este trabalho é parte de uma pesquisa-intervenção, realizada com o objetivo de compreender a dinâmica da violência conjugal, a partir dos diferentes arranjos construídos pelos casais em situação de violência. As reflexões aqui reunidas baseiam-se no atendimento a casais, homens e mulheres que buscaram psicoterapia em função dos conflitos enfrentados, cotidianamente, na convivência conjugal marcada pela dialética do amor e da violência. Faces da mesma moeda, amor e violência se entrelaçam na vida desses casais em um "jogo sem fim" que os une e os afasta, mantendo uma contínua tensão que, contraditoriamente, é a principal "liga" do vínculo conjugal. Nessa dinâmica, confundem-se diferentes expectativas projetadas no outro, mitos e crenças, construções sobre relações de gênero e valores sobre amor e paixão, casamento e família. O referencial teórico utilizado para análise é a perspectiva de gênero associada a uma compreensão psicanalítica da dinâmica conjugal.

1. O amor

A idealização do amor como um sentimento universal e fundamental para a felicidade tem suas raízes na Grécia antiga. Embora o amor decantado por Platão, no *Banquete*, não seja o mesmo que conhecemos e vivenciamos nos dias de hoje, ele continua sendo uma referência básica.

Nos diversos discursos que constituem o *Banquete* de Platão, cada orador apresenta a sua visão do amor. Para Fedro, o amor é o responsável pelos maiores bens do homem, o deus mais importante para aquisição da felicidade. Para Aristófanes, o poder do amor tem sua origem no mito da unidade primitiva, segundo o qual, no início, a humanidade era composta por três gêneros: um formado de duas partes masculinas, outro de duas partes femininas e outro misto (andrógino). Eram seres completos e muito arrogantes, e Zeus, em represália, mandou cortá-los ao meio. Desde então, esses novos seres passaram a procurar ansiosamente a sua antiga metade. É exatamente em tal procura que consiste o amor. O devido culto ao amor nos ajuda a encontrar, se não a nossa primitiva metade, pelo menos a que mais se assemelha a ela, e assim realizar de algum modo nossa unidade original. Portanto, se tomarmos o mito como o sustentáculo do amor, podemos dizer que o *amor consiste em uma procura, uma procura pelo todo*.

O ponto alto do *Banquete* é o discurso de Sócrates, que coloca por terra os argumentos dos oradores anteriores, baseados em visões ingênuas e idealistas do amor. Sócrates caracteriza o amor como *desejo*, *carência daquilo que não se tem*. Recorrendo ao seu diálogo com a sacerdotisa Diotima, Sócrates apresenta uma visão da dialética do amor:

> não sendo belo nem feio, nem deus nem mortal, o amor é um dos belos gênios, cuja função é manter o contato entre os mundos dos homens e dos deuses e assim completar o universo (...) O amor é responsável por inspirar nos homens o desejo universal de possuir o belo e o bom, não apenas momentaneamente, mas para sempre. Todos querem ter sempre consigo o que é bom, todos querem ser felizes. Esse desejo do que é bom e de ser feliz é o "supremo e insidioso Amor, para todo homem"... Na sua verdadeira dimensão, o Amor não é nem mortal nem deus tal como anunciava o mito, nem matéria nem espírito, mas algo dos dois, manifestado num poder que os harmoniza não só na constituição do universo mas particularmente na organização e destinação da nossa vida. (199c-205d)

Essa idéia do amor como *carência*, *função reguladora do desejo* e *busca incessante de algo que perdemos* é recuperada por Freud, em suas "Contribuições à psicologia do amor" (1910, 1912 e 1918) e em seus textos sobre o narcisismo (1914, 1917). Segundo Freud (1914), há dois tipos de escolha amorosa: a escolha narcísica e a escolha anaclítica. No primeiro tipo, busca-se no objeto amado aquilo que somos, fomos ou gostaríamos de ser, enfim, a pessoa que foi parte de nós mesmos. No segundo, busca-se o objeto perdido, a mulher (mãe) que alimenta ou o homem (pai) que protege. Portanto, busca-se um objeto amado

que tenha a qualidade que falta ao eu para atingir o ideal. Essa busca baseia-se na ilusão amorosa de encontrar a unidade com um verdadeiro objeto de amor.

É essa ilusão que mantém a busca incessante pelo objeto amado, apesar das inevitáveis desilusões. E, nessa busca do objeto jamais encontrado, vão surgindo "satisfações substitutivas". Na visão freudiana, o amor é essencialmente uma metáfora, uma substituição.

Como destaca Van Reeth (1977):

> o amor é um encontro sempre frustrado e sempre repetido com um objeto escolhido justamente para deixar-se escapar e que produz, todavia, a ilusão de haver sido apreendido. É desta condenação, desta fatalidade que o amante crê libertar-se, visto que pode dizer, a quem seja chamado a preencher o lugar vazio: eu te amo. (p. 109)

Para Costa (1999), a crença na universalidade, espontaneidade e naturalidade do amor é uma forma de maximizar o seu teor de idealização e relação com a felicidade. A visão platônica, que associa o amor ao bom e ao belo, vem, ao longo da história, sendo atualizada pelos diferentes discursos e formas de amar. No Cristianismo, o amor dedicado a Deus guarda os traços dessa busca pelo Bem absoluto. Para Santo Agostinho, o objeto do amor era o Bem supremo, e a felicidade consistia na sua contemplação. No *amor cortês*, o culto ao sofrimento e renúncia ao amor carnal reforça o masoquismo sublimático do *amor cristão*. A imagem de Deus é substituída pela imagem da dama, e a felicidade está na capacidade de renúncia. O *amor cortês* é predecessor do *amor romântico*, o novo ideal amoroso que surge na modernidade (o amor-paixão), que tem na sexualidade sua principal fonte pulsional. Essa nova forma de amor supõe reciprocidade na escolha amorosa, em que ambos os parceiros sintonizam suas demandas recíprocas de satisfação terna e sexual.

Dessa forma, pode-se dizer que o amor é uma construção social, e que o *amor romântico* é fruto de um momento histórico, caracterizado por um conjunto de valores dentre os quais o culto ao individualismo, à privacidade e à intimidade burguesa. As mudanças na formas de amar resultam de mudanças nos processos de subjetivação.

Do seu surgimento aos dias atuais, o *amor romântico* tem sofrido inúmeras transformações. Segundo Giddens (1993), no processo recente de transformação da intimidade, ele vem dando lugar a outras formas de amar, como o *amor confluente,* um amor mais "real" do que o amor romântico, que não se pauta pelas identificações projetivas e fantasias de completude. O *amor confluente*, diz Giddens (1993), presume

igualdade na relação, nas trocas afetivas e no envolvimento emocional. É um amor ativo, contingente, e por isso entra em choque com as categorias "para sempre" e "único" do amor romântico.

2. Amor e violência na dinâmica conjugal: a perspectiva psicanalítica

Se o amor é essencialmente uma procura por aquilo que não temos ou perdemos, como se dá então a formação de um casal? Na prática clínica, observamos que um casal se constitui por meio de múltiplas identificações projetivas. Cada um projeta no outro as suas demandas e espera que o mesmo as atenda, de forma a preencher suas carências. Tais identificações e projeções são feitas a partir das histórias individuais de cada um, e o resultado disso é imprevisível. Podem surgir arranjos conjugais extremamente construtivos ou destrutivos.

A qualidade e o desenvolvimento de uma relação amorosa dependem da natureza da combinação que se estabelece entre o par conjugal, em função do que cada um busca no outro, e da capacidade egóica e disposição interna que ambos têm de corresponder ou não a essas mútuas demandas.

A capacidade de amar pressupõe o desenvolvimento normal da experiência simbiótica e da fase de separação-individuação. Estabelecer um relacionamento sexual maduro com um objeto diferenciado supõe uma estrutura emocional capaz de suportar as *continuidades* e *descontinuidades* próprias de qualquer relacionamento íntimo.

A *descontinuidade*, segundo Green (2001), é uma característica básica do desenvolvimento humano, tanto na normalidade como na patologia. Tem suas raízes na descontinuidade do relacionamento mãe-bebê, primeira fonte de frustração. Nas relações amorosas, a *descontinuidade* protege o relacionamento da fusão perigosa (no amor) e da destruição (na agressão). Em um relacionamento amoroso, a *descontinuidade* é freqüentemente seguida de momentos de *continuidade*, com fases mais tranqüilas, quando a raiva e a agressão dão lugar ao amor e à ternura. Isso explica por que alguns casais mantêm um relacionamento sólido e durável, apesar da violência constante, na sua vida amorosa.

Um casal, diz Green (2001), pode estabelecer variados graus de equilíbrio em seu relacionamento, permitindo a cada um encenar a sua "loucura privada", o que pode ser ao mesmo tempo frustrante e excitante. Essa "união na loucura" em geral tende a ser rompida pelos aspectos normais e gratificantes do relacionamento do casal, nos domínios sexual, emocional, intelectual e cultural. Ao se referir à "loucura

privada" que se expressa nas relações amorosas, Green faz uma distinção entre a loucura da paixão e a loucura psicótica. A loucura, diz ele, é constitutiva do humano, está ligada às vicissitudes do Eros primordial, sempre em conflito com as pulsões destrutivas. O amor é uma loucura breve. É uma loucura que não decorre exatamente de uma desordem da razão, no sentido patológico, embora modifique a relação do sujeito com a realidade. "A paixão cega é uma loucura que arrasta o eu como um rio transbordando seu leito e invadindo as terras..." (p. 250).

Para Kernberg (1995), da mesma forma que o amor e a agressão podem se fundir e interagir na vida do casal, o amor também pode integrar e neutralizar a agressão e, em muitas circunstâncias, triunfar sobre ela. Quando isso não acontece, a agressão pode destruir a relação. O desejo inconsciente de reparar as relações patogênicas dominantes do passado e a compulsão a repeti-las em termos de necessidades agressivas e vingativas insatisfeitas resultam em sua reencenação com o parceiro amado. Inconscientemente é estabelecido um equilíbrio, por meio do qual os parceiros complementam a relação objetal patogênica dominante do passado, e isso tende a cimentar o relacionamento de maneiras novas e imprevisíveis (p. 80).

Para Dicks (1967), a ativação inconsciente de relações patogênicas passadas, internalizadas por cada parceiro, gera uma mútua *indução de papéis* complementares entre os parceiros, que se dá pela identificação projetiva, e é um importante fator na determinação da capacidade do casal de obter gratificações, ou infelicidade. Essa mútua *indução de papéis* pode despertar o melhor ou o pior de cada um dos parceiros.

Um outro aspecto também importante a se considerar na constituição da dinâmica conjugal são os arranjos sado-masoquistas que alguns casais estabelecem. Os padrões sádicos ou masoquistas podem se manifestar de forma diferente, nos homens e nas mulheres. Em uma sociedade construída sobre valores patriarcais, em que o homem é educado para dominar e a mulher, para se submeter à dominação masculina, há uma tendência a associar a *atividade* ao masculino e a *passividade* ao feminino. Dentro desse raciocínio, o sadismo seria uma característica mais comum aos homens e o masoquismo, às mulheres. Todavia, essas tendências não são determinadas apenas por fatores socioculturais e de gênero, mas resultam também de fatores psicológicos presentes na dinâmica psíquica de cada membro do casal.

Segundo Freud (1905, 1917a), as formas *passiva* e *ativa* costumam encontrar-se juntas em uma mesma pessoa. Quem sente prazer em provocar dor no outro, na relação sexual, é também capaz de gozar, com prazer, de qualquer dor que possa extrair das suas relações sexuais.

O sádico é sempre, e ao mesmo tempo, um masoquista, ainda que o aspecto ativo e passivo da perversão possa ter se desenvolvido nele com maior intensidade e represente sua atividade sexual predominante. Os sádicos são pessoas cujas tendências carinhosas não têm outro fim senão o de causar sofrimento e tormento a seus objetos, indo desde a humilhação até lesões físicas graves; e, como para contrabalançá-los, seus equivalentes opostos, os masoquistas, cujo único prazer consiste em sofrer toda espécie de tormentos e humilhações de seu objeto amado, seja simbolicamente, seja na realidade.

Todos esses processos – *descontinuidade e continuidade, reencenação da loucura privada, indução mútua de papéis, e alianças sado-masoquistas* – apresentam-se de forma bastante acentuada na dinâmica conjugal de casais que vivem em situação de violência, conforme apontamos mais à frente, com a ilustração de um caso clínico.

3. A perspectiva de gênero e a violência conjugal

A perspectiva de gênero, aqui adotada, toma como referencial teórico os estudos feministas, que consideram as relações de *gênero* e *poder* como fatores preponderantes na análise da violência conjugal, uma das principais formas de expressão da violência de gênero, em que a mulher é freqüentemente a maior vítima (Araújo, 2003, 2004; Saffioti & Almeida, 1995; Saffioti, 1999).

Nessa perspectiva, o conceito de gênero é utilizado como uma categoria fundamental na compreensão da violência conjugal. Esse conceito, segundo Scott (1995), concebe o gênero como uma construção social da diferença entre os sexos e um campo primordial em que o poder se articula. Dessa maneira, permite compreender a violência de gênero como um fenômeno complexo, no qual se articulam as relações de poder, dominação e submissão construídas socialmente e internalizadas por homens e mulheres ao longo da história. A historicização do conceito, como a propõe Scott (1995), permite a desconstrução das representações de gênero que naturalizam a dominação masculina e a desigualdade entre os sexos.

O mesmo processo de desconstrução possibilita operar um deslocamento no conceito de poder conforme preconiza Foucault (1981): *um poder não localizado nem instituído de forma fixa e absoluta, mas um poder* in fluxo *que se organiza segundo o campo de forças.* Sob essa ótica, é possível pensar as relações de gênero como relações dialéticas, em que ambas as partes detêm poder, embora de forma desigual, podendo cada uma, de acordo com o campo de forças, lançar mão de diferentes estra-

tégias de poder. Desse ponto de vista, pode-se dizer que a dominação masculina, apesar de legitimada pela ordem patriarcal, não é um bloco monolítico. Os homens não são detentores de um poder absoluto, assim como as mulheres *dominadas* não se submetem passivamente à dominação masculina. Há sempre alguma forma de resistência que, ao operar rearranjos nas relações de poder, podem, se não eliminar a ordem patriarcal, pelo menos minimizá-la.

Sabe-se que as mulheres são socializadas para se submeterem ao poder masculino (pai e marido) e, ao internalizarem a dominação, os legitimam no lugar de poder. Para mudar isso, diz Mathieu (1985), elas precisam superar a "consciência de dominada" e se perceberem como sujeitos históricos também detentores de poder e direitos. Isso permite rever as representações de gênero baseadas em estereótipos que transformam as diferenças de gênero em desigualdades e hierarquias, atribuindo ao masculino uma maior valorização social.

Homens e *mulheres* não são categorias universais. As matrizes de gênero hegemônicas, construídas segundo a ideologia dominante, na verdade convivem com outras matrizes, nas quais se podem ver diferentes configurações do masculino e do feminino, ou seja, diferentes modos de *ser homem* e *ser mulher*. Butler (2003) chama de "gêneros inteligíveis" esses processos de singularização das novas identidades de gênero. As identidades generificadas são determinadas por uma série de atividades, organizações e representações sociais, historicamente construídas, que, somadas às experiências subjetivas, adquirem configurações individuais e singulares. Na realidade, como diz Scott (1994), homens e mulheres não cumprem sempre, nem literalmente, as prescrições da sociedade ou de suas categorias analíticas. No caso da violência conjugal, como pudemos observar nesta pesquisa, cada um lança mão das estratégias de poder, dominação e submissão. Os papéis de *vítimas* e *agressores* são intercambiáveis; além disso, o uso que homens e mulheres fazem desses papéis é bastante variado. As vítimas não são necessariamente passivas, mas há sempre alguma forma de resistência, assim como os agressores muitas vezes acabam prisioneiros da própria violência que praticam.

4. Alguns dados sobre a pesquisa

Os sujeitos desta pesquisa procuraram atendimento psicoterápico, em função dos conflitos enfrentados na relação conjugal marcada pela violência. O atendimento, focado na violência conjugal, buscava compreender a dinâmica da violência, a partir dos diferentes arranjos cons-

truídos pelos casais, e também ajudá-los a encontrar novas formas de lidar com o problema. A busca de ajuda era espontânea, e o resultado do processo psicoterápico era imprevisível: alguns casais continuaram juntos, lidando melhor com os conflitos desencadeadores da violência, outros decidiram pela separação, diante da impossibilidade de mudança, outros ainda permaneceram juntos sem qualquer mudança visível. Estes últimos são os casos em que predominam as agressões mútuas, e a violência se cristalizou como a principal forma de comunicação do casal. A disponibilidade para a mudança igualmente se mostrou variada nos casais atendidos, mas em geral a mudança de um levava à mudança do outro. Isso ficou muito evidente também nos casos em que não foi possível o atendimento do casal e apenas um dos membros se submeteu ao processo psicoterápico, que, embora individual, teve como foco a dinâmica conjugal. Essa imprevisibilidade do resultado de uma terapia de casal, que pode resultar na continuidade ou ruptura da relação, também foi observada em outros estudos, como, por exemplo, de Féres-Carneiro (1995 e 2003).

De qualquer modo, quer continuando juntos, quer separados, em todos os sujeitos houve uma mudança no sentido de compreender melhor os processos de produção e reprodução da violência conjugal, nos quais se imbricam as representações de gênero baseadas na ideologia dominante, além das dificuldades de cada um em lidar com os conflitos geradores da situação de violência. São muitos os aspectos envolvidos, em que se cruzam determinações sociais e individuais, histórias de vida pessoais e familiares e demandas conscientes e inconscientes. Nesse cenário, a dialética do amor e da violência se explicita na reencenação das *loucuras pessoais*, na *mútua indução de papéis*, nos movimentos de *continuidade* e *descontinuidade*, e na *ambivalência* dos sentimentos, desejos e expectativas.

O amor é freqüentemente usado para justificar a violência, como se poder ver em cenas cotidianas em que o ciúme, o controle e o sentimento de posse se confundem com amor e cuidado, especialmente nos casos de violência emocional, nos quais a agressão não é tão explícita como na violência física. Contribuem para essa cegueira ou negação da realidade as ilusões românticas sobre o amor e o casamento, a valorização da família, o medo da separação e da perda do objeto amado, além de outros impedimentos concretos, relacionados principalmente a questões de natureza econômica. Todas essas situações são muito nebulosas e difíceis de ser entendidas pelo casal, sobretudo quando o nível de tensão e conflito se exacerbam.

O tempo de atendimento variou entre seis meses e dois anos, em alguns casos com interrupção do processo psicoterápico e retomada posteriormente. Todos os sujeitos estavam casados há mais de três anos, apenas dois não tinham filhos, e as idades variaram entre 24 e 68 anos, embora a grande maioria se localizasse na faixa etária entre 30 e 45 anos.

Durante os três anos de realização da pesquisa, foram atendidos 25 casais em terapia de casal; seis mulheres e quatro homens foram atendidos em psicoterapia individual, tendo como foco a dinâmica do casal e a violência conjugal. O atendimento individual ocorreu apenas nos casos em que não se pôde trabalhar com o casal e um dos cônjuges manifestou grande interesse em se submeter ao processo psicoterápico. O resultado, nesses casos, foi bastante satisfatório em termos de crescimento pessoal e mudança da relação, como se pode ver na ilustração do caso clínico apresentado.

5. Ilustração de um caso clínico: atendimento individual focado na dinâmica conjugal

O caso escolhido para esta ilustração se diferencia da grande maioria dos casais que convivem há muito tempo com a violência, em que a agressão e o ressentimento foram se sobrepondo ao amor, congelando a relação. João e Maria são um casal apaixonado, ambos vivem na relação atual a grande paixão da vida. Apesar da violência que sofrem e praticam, continuam acreditando no amor como fonte da felicidade.

João e Maria têm histórias de vida muito parecidas. Ambos sofreram abuso físico na infância e presenciaram muitas cenas de violência entre os pais. Maria traz no corpo cicatrizes das várias agressões sofridas por parte do pai, alcoólatra e muito violento. A mãe, vítima passiva, suportava tudo calada. Além das agressões, passavam muita privação material. O dinheiro do trabalho da família (a mãe e todos os sete filhos trabalhavam) era gasto pelo marido com bebida e mulheres. Na comunidade onde moravam, essas cenas familiares eram corriqueiras, e os vizinhos não interferiam. Eram fatos do âmbito privado, em que o homem exercia o seu direito de dominar e subjugar a mulher e os filhos, podendo, para isso, praticar violência se quisesse. Os vizinhos, no máximo, ajudavam a curar as feridas... Maria fugiu de casa aos 15 anos, para se casar com o primeiro rapaz que se interessou por ela. Alimentava a ilusão de, longe do domínio paterno, ter uma vida diferente. Logo se viu repetindo com o marido as mesmas relações abusivas. Além de

sofrer agressão física, também passava privação material. O marido não trabalhava e ainda gastava tudo que ela ganhava com bebida. Na época, era muito jovem e, como a mãe, submetia-se à situação, talvez por achar que era o destino da mulher, ou mesmo por não ter a quem recorrer. Teve dois filhos com esse marido, de quem se separou sete anos depois. Com seu trabalho, e sem nenhuma ajuda do marido, conseguiu educar os filhos com mais tranqüilidade. Ficou um tempo sozinha, depois arranjou um namorado, que também era violento. Reviveu com esse namorado as mesmas situações de abuso físico e psicológico. Conseguiu novamente se separar e entrou em uma fase de desilusão com o amor, até encontrar o atual companheiro. Com ele, a esperança se reacendeu e voltou a alimentar a ilusão de ser feliz no amor e viver a grande paixão da sua vida. Ele parecia ser a sua outra metade, aquilo que lhe faltava para ser feliz.

João também viveu uma infância marcada por extrema violência. Seu pai era um homem muito perverso, agredia constantemente a mulher e os filhos. Alguns deles cedo fugiram de casa e nunca mais deram notícia. Quando João tinha nove anos, seu pai foi embora e sua mãe não quis ficar com os filhos. Os mais velhos ficaram com parentes, João e os irmãos menores foram abandonados pela mãe em um orfanato, onde sofreram muitos maus-tratos. Apesar das críticas que faz ao pai agressor, João se identifica totalmente com ele e reproduz o seu comportamento, na relação com as mulheres e os filhos. Ele é o estereótipo do macho dominador e violento. Suas representações de gênero são dominadas pela crença de que o homem detém o poder, "cabe a ele mandar e à mulher obedecer". Seu primeiro casamento foi marcado por muita violência contra a mulher e agressão aos filhos. Durante os anos em que esteve casado, teve vários relacionamentos extraconjugais. Tem fama, da qual se orgulha, de ser um conquistador irresistível a qualquer mulher. Separou-se definitivamente da primeira mulher, quando encontrou Maria e se apaixonou de verdade. Com Maria acredita viver o grande amor de sua vida, apesar da violência que pratica contra ela.

O encontro de Maria e João inaugurou um novo momento na vida deles. Cada um projetou no outro as demandas e expectativas de ser feliz e viver um grande amor, que pudesse finalmente reparar todas as carências e antigas feridas. No conluio inconsciente que fizeram, cada um *induz* o outro a representar os papéis complementares de que necessitam para realizar suas fantasias, desejos e necessidades. Além dos papéis de vítima e agressor, construídos a partir de identificações passadas, representam também outros papéis, como o de amantes apai-

xonados, perseguidores, quando o ciúme e as pulsões destrutivas atingem níveis insuportáveis, ou ainda os de cuidadores e protetores. Tais papéis se alternam em momentos de *continuidade* e *descontinuidade* da relação. Da mesma forma que João, em alguns momentos, torna-se extremamente autoritário e violento, em outros momentos mostra-se terrivelmente inseguro e dependente de Maria, ou ainda ternamente protetor e cuidador. A imprevisibilidade dessas reações cria uma constante tensão entre o amor e a agressão.

No momento em que procurou ajuda, Maria mostrava-se muito magoada e ressentida com João, que se envolvera em uma relação extraconjugal, a primeira desde que estão juntos. Quando o conhecera ele tinha fama de "mulherengo", mas quando se casaram a fidelidade passou a ser uma regra importante para os dois. Para ela, de todas as violências praticadas por ele, essa era a maior e a mais difícil de perdoar. Seu orgulho traído, a idéia de que não era mais a "deusa do amor" que o fisgara na louca paixão era insuportável. No auge da crise, chegaram a se separar, mas depois acabaram voltando. Essa desilusão dela foi o *acontecimento* que desencadeou a busca de ajuda e o início da mudança na relação. A noção de *acontecimento* é utilizada aqui como uma categoria biográfica, conforme propõe Michel Legrand (1957). É algo "que opera uma disjunção no tecido da realidade, marcando uma ruptura na vivência dos sujeitos" (Mattar & Carreteiro, 2003, p. 62). Como Maria procurou ajuda individualmente, e não se colocava a possibilidade de trabalhar o casal, o atendimento foi feito apenas com ela, porém focando a dinâmica conjugal.

Com o tempo, a mágoa e o ressentimento pela traição foram se diluindo, e o trabalho concentrou-se na violência conjugal. No início do atendimento, quando lhe perguntamos o que, no seu entender, levava o companheiro a comportar-se violentamente, ela atribuiu a dois motivos: à "ausência de controle emocional" e ao fato de "ele não aceitar 'não'". Nessa resposta, aparentemente simples e ingênua, ela colocou a questão central dos conflitos vividos e do medo que sentia ao enfrentá-los. As cenas de violência eram sempre desencadeadas quando ele era "contrariado". Ele fica "cego de raiva", diz Maria, e não havia outra coisa a fazer senão ficar quieta e se submeter passivamente ao seu desejo, de forma a não dar motivos para sua ira. No entanto, mesmo sem dar motivo, a violência acontece, pois às vezes ele fica terrivelmente persecutório, "atuam" sua "loucura privada", seus delírios de ciúme. Acusa-a de o estar traindo, controla todos os seus passos, hábitos etc., e ela fica quieta, esperando a "loucura" dele passar...

Por outro lado, essa ausência de controle emocional só ocorre no espaço privado, especialmente na relação com ela e, eventualmente,

com os filhos. No espaço público, nas relações sociais e no trabalho, João tem bastante controle emocional, inclusive é visto como uma pessoa gentil e atenciosa. Portanto, essa imposição de sua vontade de não ser contrariado e não aceitar "não" baseia-se no poder de mando que ele exerce, no papel de homem e marido. Ele diz literalmente: "mulher minha não me diz não, tem que fazer o que eu quero, e se quiser ficar comigo tem que se submeter".

Confiscar a autonomia do outro como sujeito e reduzi-lo a um objeto que se manipula ao bel-prazer é, por excelência, uma prática de violência (Araújo, 1996). Ao se submeter, o *dominado* abre mão de sua própria vontade, desejos, necessidades e, principalmente, de sua capacidade de pensar. O embotamento da capacidade de pensar é uma característica comum às vítimas de violência. Bollas (1997), ao escrever sobre *A estrutura da maldade*, fala do fenômeno da "cabeça oca", que observa nas vítimas que se submetem passivamente à maldade. O distanciamento da consciência e a inibição do potencial reflexivo são mecanismos defensivos, freqüentemente usados pela pessoa vitimizada para suportar a dor do aniquilamento do eu diante das agressões e humilhações sofridas.

Nos nossos primeiros encontros, Maria só se queixava do marido. Ele era o tema de sempre. Assim como na sua vida, ele era o centro das sessões. Tudo girava em torno dele – o que queria, dizia ou fazia. Ele era o protagonista, e ela, sempre no papel coadjuvante, apenas complementava seu papel. Aos poucos, foi aprendendo a olhar mais para si e a falar de si. Foi aprendendo a reconhecer seus sentimentos e desejos e também a exercitar sua capacidade de pensar.

Pensar, no sentido de problematizar e vislumbrar novas possibilidades de vida. O ato de pensar tem um poder transformador. No atendimento a mulheres vitimizadas pela violência, o trabalho começa por aí, estimulando seu potencial reflexivo, para que elas possam entender as relações de força que permeiam as relações de violência, o sentido dessas experiências na sua vida e o que podem fazer para mudar sua condição de vitimização e superar a "consciência de dominada". Ao fazê-lo, elas vão alterando as relações de poder e percebendo que a dominação masculina está internalizada, elas próprias a legitimam, ao se deixarem dominar e conduzir. Não são apenas os homens que não aceitam "não", as mulheres também não conseguem dizer "não".

Nos primeiros meses de atendimento, a *descontinuidade* da relação se evidenciava nas cenas cotidianas que Maria trazia para a sessão. Em uma semana descrevia a agressão violenta que sofrera – agressão verbal com humilhações e ameaças de agressão física. Na semana seguinte,

contava que João estava muito carinhoso... fazendo tudo para agradá-la. Nesses momentos, ela chegava a pensar que ele mudara... A expectativa era de que ele mudasse. Com o tempo, começou a entender que a mudança dele podia vir em decorrência da mudança dela.

E isso realmente começou a acontecer. Aos poucos, Maria foi introduzindo o diálogo na relação. Após as brigas, quando passava a raiva, ela procurava conversar sobre o que aconteceu. Fazia isso nos momentos em que ele "baixava a guarda" e mostra-se mais carinhoso. Mesmo sem gostar, ele ouvia. Com esses movimentos, Maria foi aprendendo a colocar melhor seus pontos de vista, seus desejos e necessidades e, assim, conquistando mais autonomia. São pequenas conquistas, relacionadas com o seu direito de ir e vir, sem se sentir perseguida ou culpada, como, por exemplo, ir visitar os filhos sem a permissão dele. Na primeira vez em que foi, João ficou muito bravo. Mas Maria já não se importou tanto, fez isso outras vezes, e ele acabou aceitando. O mesmo aconteceu com relação à sua maneira de se vestir: passou a comprar e usar as roupas de que gostava – antes era ele que escolhia as suas roupas. Foi fazendo isso com várias outras coisas. A maior conquista foi aprender a dizer "não", inclusive quando estava indisposta para ter relação sexual. Durante muitos anos, ela se deixou literalmente estuprar, com medo da reação dele à sua recusa.

Essas mudanças alteraram a dinâmica conjugal e as relações de poder. A mudança de Maria foi interpretada por João como distanciamento afetivo e indiferença. Isso o deixou inseguro, com receio de que ela, não o amando mais, pudesse abandoná-lo. As cenas violentas e as ameaças foram ficando mais raras, e os momentos de harmonia e ternura passaram a ser mais freqüentes.

Isso era tudo que, conscientemente, Maria desejava que acontecesse. Afinal, ele estava mudando... Entretanto, na prática isso não a deixou mais feliz. Começou a se queixar de um "vazio", monotonia, desinteresse sexual, e a se questionar se ainda gostava dele como antes. Parecia sentir falta da excitação (e do sofrimento?) que a agressão provocava. Seria então o padrão de relação sado-masoquista mais gratificante? Ou, ao contrário, esse vazio era decorrência da novidade da experiência que estava vivendo e para a qual não tinha representação? Explicando melhor: para quem viveu a vida inteira submetida a relações abusivas, marcadas pela violência, de repente se percebe não sabendo lidar com essa situação nova, precisava aprender a se relacionar de outra forma, precisava de novas referências... Isso tudo a deixou muito confusa. Em determinado momento, chegou mesmo a verbalizar que não gostava de homem "bonzinho".... Era eviden-

te como a *dominação masculina* internalizada estava presente nas suas representações de gênero e determinava sua forma de se relacionar. A desconstrução dessas representações foi fundamental para uma mudança real de atitude e posicionamento subjetivo. Esses aspectos foram intensamente trabalhados nessa fase.

A fase seguinte foi a *desidealização* da relação e da imagem que alimentava de João. Processo semelhante acontecia com ele. Esse novo momento do casal exigiu alguns rearranjos na forma de se relacionar e nos seus projetos de vida. Coincidiu com o casamento da filha dele e o nascimento de um neto dela. Com isso, surgiram novos papéis e uma maior aproximação das famílias.

Maria ficou em atendimento durante um ano e meio. Em uma das últimas sessões, ela reproduziu um diálogo que teve com João, o qual ilustra bem a mudança na relação. Aconteceu quando voltavam de uma visita à casa da filha.

João – *Observando a relação da sua filha com o marido, se pode ver como ela é diferente de você , ela é independente e dona de si.*
Maria – *Ela é jovem, os jovens de hoje sabem o querem, são mais livres.*
(Falou isso, mas gostaria de ter falado do orgulho que sente ao ver que a filha não repete a sua história.) Continuaram falando sobre os relacionamento de hoje e, em determinado momento, ele desabafou:
João – *Eu, durante muito tempo, achei que o negócio era "comer" todas as mulheres. Hoje já não penso mais assim. Se eu chegar a me separar de você, não quero mais saber de nenhuma mulher para casar ou morar junto. Você sabe por quê?*
Maria – *Eu sei, posso falar?*
João – *Como sabe? Se sabe pode falar.*
Maria – *É porque você não arranja mais nenhuma mulher para você dominar. As mulheres de hoje não se deixam mais dominar. Foi-se o tempo. Pode ser mulher nova, velha, nenhuma. Nem mesmo se você criar uma menina desde pequena e depois casar com ela você vai conseguir mandar nela.* E acrescentou: *Uma mulher boba que nem eu, não existe mais.*
João ouviu calado e não retrucou. Parecia concordar.

6. Considerações finais

São muitas as faces da violência e muitos também os arranjos que os casais fazem para lidar com a situação. O resultado do trabalho com cada casal é singular, mas traz em si a universalidade do fenômeno da violência conjugal, tomada aqui como um objeto social e histórico,

em que se cruzam os aspectos sociais e individuais, conscientes e inconscientes, objetivos e subjetivos. Dessa consideração advém a tentativa, nesta pesquisa, de articularmos uma compreensão psicanalítica da dinâmica conjugal com a perspectiva de gênero, na análise da violência conjugal. Tomar o gênero como um fator preponderante, na produção e reprodução da violência conjugal, dá visibilidade ao aspecto político das relações sociais entre os sexos, que muitas vezes é negligenciado pelas visões intimistas ou psicologizantes. Nesse sentido, introduzir a análise de gênero no trabalho clínico, ou seja, usar o conceito de gênero como uma categoria analítica, tem um efeito transformador nas relações, como se pode ver na ilustração do caso clínico apresentado.

7. Referências bibliográficas

ARAÚJO, M. F. Atendimento a mulheres e famílias vítimas de violência doméstica. *Revista Perfil*, n. 9, p. 7-17, 1996.

_____. Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações. *Psicologia Ciência e Profissão,* ano 22, n. 2, p. 70-77, 2002.

_____. Violência conjugal: uma proposta de intervenção com casais. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (org.). *Família e casal*: arranjos e demandas contemporâneas. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora PUC-Rio/Edições Loyola, 2003. p. 185-199.

ARAÚJO, M. F.; SCOMBATTI, E. J.; SANTOS, A. L. Violência de gênero e violência contra a mulher. In: ARAÚJO, M. F.; MATTIOLI, O. (orgs.). *Gênero e violência*. São Paulo: Arte Ciência, 2004. p. 17-35.

BOLLAS, C. *La estructura de la maldad*. Texto não publicado. Mimeo, 1997. 71 p.

BUTLER, J. *Problemas de gênero*. Feminismo como subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COSTA, J. F. *Sem fraude nem favor.* Estudos sobre o amor romântico. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

DICKS, H. V. *Marital tensions*. Nova York: Basic Books, 1967.

FÉRES-CARNEIRO, T. Casais em terapia: um estudo sobre a manutenção e a ruptura do casamento. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 44(2), p. 67- 70, 1995.

_____. Construção e dissolução do laço conjugal na terapia de casal. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (org.). *Família e casal*: arranjos e demandas contemporâneas. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora PUC-Rio/Edições Loyola, 2003. p. 201-214.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

FREUD, S. (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: *Obras completas (ESB)*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. VII.

_____. (1910). Um tipo especial de escolha de objeto feita pelos homens (Contribuições à psicologia do amor I). In: *Obras completas (ESB)*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. XI.
_____. (1912). Sobre a tendência universal à depreciação na esfera do amor (Contribuições à psicologia do amor II). In: *Obras completas (ESB)*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. XI.
_____. (1914). Sobre o narcisismo: uma introdução. In: *Obras completas (ESB)*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. XIV.
_____. (1917). A teoria da libido e o narcisismo. Conferência XXVI. In: *Obras completas (ESB)*. Rio e Janeiro: Imago, 1976. v. XVI.
_____. (1917a). A vida sexual dos seres humanos. Conferência XX. In: *Obras completas (ESB)*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. XVI.
_____. (1918). O tabu da virgindade (Contribuições à psicologia do amor III). In: *Obras completas (ESB)*. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. XI.
GREEN, A. *De locuras privadas*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2001.
KERNBERG, O. F. Psicopatalogia das relações amorosas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
LEGRAND, M. L'événement dans l'approche biographique. In: *Hommes et perspetives*. Paris: ÉPI, 1957.
MATHIEU, N-C. (org.) Quand céder n'est pas consentir. Des déterminants matériels et psychiques de la conscience dominée des femmes, et de quelques-unes de leurs interprétations en ethnologie. In: *L'arraisonnement des femmes* – essais en anthropologie des sexes. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1985. p. 169-245.
MATTAR, C.; CARRETEIRO, T. C. Percurso biográfico, percurso social: violência conjugal em análise. *Psicologia Clínica*, 15 (2), p. 49-66, 2003.
PLATÃO. *O banquete ou Do amor*. Trad. Intr. e notas de J. Cavalcante de Souza. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2001.
SAFFIOTI, H. I. B. O estatuto teórico da violência de gênero. In: SANTOS, J. V. T. (org.). *Violência em tempo de globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 142-163.
SAFFIOTI, H. I. B.; ALMEIDA, S. *Violência de gênero*: poder e impunidade. Rio de Janeiro: Revinter, 1994.
SCOTT, J. Prefácio a *Gender and politics of history*. *Cadernos Pagu*, (3), p. 11-27, 1994.
_____. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade,* 20(2), p. 71-99.
VAN REETH, C. *O banquete* ou a ilusão amorosa. Leitura de Freud à luz do *Banquete*. In: *Kriterion – Revista da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais*. v. XXIII, n. 70, p. 107-123, Belo Horizonte, 1977.

Perspectivas da clínica ampliada face a uma morte anunciada

Teresa Cristina Carreteiro
Universidade Federal Fluminense

Este texto discute um caso que pode ser considerado como pertencendo a uma clínica ampliada. Os fatos que discorreremos passaram-se em uma favela do Rio de Janeiro, onde coordenamos um trabalho de pesquisa-intervenção.[1] Uma parte do título do artigo se inspira no livro de Gabriel Garcia Márquez, *Crônica de uma morte anunciada* (1981). O personagem do qual falaremos aqui chama-se Genilson. Ele tem vários traços do personagem de Márquez, Santiago Nasar. Este último é suspeito de ter desvirginado uma jovem moça e, quando seus irmãos descobrem, o condenam à morte. Todos os habitantes da localidade onde Nasar mora pressentem seu destino, mas ninguém faz nada para impedir o curso do mesmo. Existem enormes diferenças entre Genilson e Nasar. Suas posições sociais são opostas, pois são atravessadas por distintas heranças (Bourdieu & Passeron, 1964). Ambos os personagens encontram nas vantagens sociais ou na ausência das mesmas formas capitais para enfrentar a vida que levam. Nasar faz parte de uma família burguesa. Podemos dizer que ele tem uma herança positivada. Genilson, ao contrário, é um excluído de herança. Ele se inscreve em uma herança social marcada pela falta, e sua herança fami-

[1] Trata-se de uma pesquisa-intervenção com subvenção do CNPq – "Drogas e complexidade" –, cujo objetivo é investigar os tipos de sociabilidades produzidos junto aos jovens que vivem em localidades onde o tráfico de drogas é muito intenso. Para esse propósito, criamos vários dispositivos, entre eles realizar grupos focais com jovens. Estes são feitos em duas instituições católicas.

liar é também bastante comprometida. O que os aproxima, no entanto, é o destino anunciado – *a morte*. Nasar estava alheio à eminência de sua morte; possivelmente, ignorava as razões da mesma. Com Genilson, as condições são totalmente diferentes: o fato de ser pobre, de ter uma pequena participação no tráfico de drogas e viver em uma localidade onde o tráfico tem grande poder o inscreve em um sistema em que a morte se anuncia como destino, não somente o seu, mas o de outros pares sociais que atravessam circunstâncias semelhantes. Analisaremos a complexidade da situação na qual Genilson se encontrava. Debateremos inicialmente as questões institucionais e familiares e, posteriormente, evocaremos as estratégias clínico-sociais que adotamos.

Genilson, 15 anos, reside em uma grande favela no norte do Estado do Rio de Janeiro. Ele tem um problema físico: sua perna e seu braço direito são menores do que os do lado esquerdo. Nós o conhecemos no quadro de uma atividade denominada "oficina da conversa" (dispositivo grupal de circulação de palavra), a qual coordenávamos em uma instituição católica.[2]

Genilson vive miseravelmente. Ele mora com a família, composta por sua mãe, duas irmãs (12 e 13 anos), um irmão (dois anos) e sua avó, em um pequeno barraco. Quando o conhecemos, a mãe estava grávida. No terreno familiar há também um outro barraco, ocupado por uma tia materna, sua filha de dois anos e um bebê recém-nascido. A família subsiste do trabalho materno, como diarista. Antigamente, a mãe se prostituía em um bar. Ela diz ignorar quem é o pai de Genilson, mas supõe que seja um antigo parceiro, já falecido. A escolaridade de Genilson é inferior à sua idade. Quando o encontramos, ele não ia mais à escola, esteve em quatro estabelecimentos e foi expulso dos mesmos. Ele freqüentava a instituição onde atuávamos, e sua participação era pouco constante. Desde que iniciamos o grupo, chamou nossa atenção a atitude grupal para com ele; destacavam muito sua deficiência física e chamavam-no de "mãozinha". Genilson não reagia. Esse fato era constantemente trabalhado no grupo. Paralelamente, tivemos com ele várias entrevistas cujo propósito era compreender um pouco melhor a sua situação para, se necessário, poder intervir além do grupo. Ele nos disse que se prostituía e era viciado em várias drogas, entre elas maconha e cocaína. Dizia ter uma doença venérea, e um de seus medos maiores era estar com o vírus da Aids.

[2] A instituição à qual nos referimos neste texto desenvolve pequenas formações profissionais em paralelo às atividades esportivas e artísticas. Os jovens a freqüentavam fora do período escolar.

1. Modos singulares de pensar e agir na clínica ampliada

Pensamos, a princípio, em conhecer a família, mas a instituição onde trabalhávamos recusava ter algum tipo de intervenção, dizendo: "Ele já está estragado. Nada mais há a fazer." Ela tinha conhecimento que ele participava do tráfico de drogas e tinha por política implícita não integrar jovens ligados a esse comércio. Nosso projeto consistia em não nos deixarmos sucumbir pelos destinos anunciados, em recusarmos as denominações "ser estragado ou inutilizado" ou "ter os dias contados". Essas expressões são freqüentemente ouvidas em referência a jovens que participam de atividades vinculadas ao tráfico. No entanto, após uma série de intervenções junto à instituição, conseguimos apelar para sua responsabilidade, implicando-a a realizar, junto conosco, visitas à casa de Genilson. Devido ao grande poder do tráfico de drogas na localidade, precisávamos do seu respaldo para poder ter esse tipo de estratégia. A instituição nos auxiliou inicialmente, mas rapidamente se desengajou.

Quando fomos à casa de Genilson, constatamos uma grande precariedade material e relações familiares muito conflituosas. A avó parecia ser a única pessoa que exercia um pouco de autoridade. Os vínculos entre ela e sua filha, a mãe de Genilson, eram extremamente agressivos. Ela a acusava de não se ocupar de seus filhos e, ainda mais, de não conhecer os pais dos mesmos. A família estava consciente de todas as atividades de Genilson e se sentia, em face disso, impotente para agir. A mãe falava da ajuda que havia solicitado ao Juizado de Menores para internar Genilson, para tratá-lo da drogadição. O juiz havia respondido: "Seu filho tem uma família, ele não roubou, não matou, eu não posso fazer nada por ele". Neste momento, a mãe disse: "O tratamento custa R$ 500,00 por mês, só roubando para ter o dinheiro". A avó pensava que seu neto vivia situações muito arriscadas: "Eu teria preferido que ele tivesse morrido." A mãe relatando a relação de seu filho no tráfico, afirmava: "Eu preferia ter um filho doente ou mendigo que ter um filho bandido. Se ele é bandido, eu prefiro que morra."

Nas entrevistas que tivemos com Genilson, percebíamos que havia interiorizado um discurso de impotência sobre seu próprio futuro. Este se igualava aos signos que a mãe, a avó e a instituição nos davam do seu possível destino. A desesperança de continuar vivo em um futuro recente era comum a todos. Isso levava a uma construção forte do desejo de abandoná-lo.

Em face desse quadro, estabelecemos várias estratégias. Em um primeiro momento, buscamos averiguar em que tecido relacional a família se inscrevia, para avaliar se era possível contar com apoios externos.

Constatamos que eles quase não tinham relações fora da família. Quanto aos vínculos com outras instituições, assinalaram que, há algum tempo, haviam procurado um psicólogo que trabalhava no Conselho Tutelar.

Naquele momento a relação de Genilson com o tráfico de drogas era tensa. Ele havia se apropriado do ferro de vários pneus que tinham sido queimados pelo pessoal do tráfico. Foi surrado pelo movimento e proibido de freqüentar a comunidade durante três meses.

Analisemos a dinâmica sociofamiliar de Genilson pelo viés do "contrato narcísico". Piera Aulagnier (1978) considera que esse contrato permite pensar as lógicas estabelecidas entre o sujeito e o conjunto social. Para a autora, o investimento só é possível se a trama social da qual os sujeitos participam puder lhes investir narcisicamente. Esse processo confere ao sujeito um lugar de portador de continuidade no conjunto social. O reconhecimento social, em sua vertente positiva, é então portador de narcisismo. Se atentarmos para a situação de Genilson, constataremos que o contexto sociofamiliar no qual ele se desenvolve é marcado por grandes faltas, o que lhe dificulta a construção de um processo de suporte narcísico. O contrato, tal como postula Aulagnier, conduz o sujeito a ter o desejo de assumir a continuidade do conjunto sociofamiliar do qual participa. Supomos que a escassez do investimento possa levar a fragilizar o vínculo sociofamiliar. É o que percebemos em Genilson. Se nos lembrarmos que Freud, em "Psicologia de grupo e análise do ego" (1921 [Trad. 1976]), notava que o outro intervém na vida psíquica do indivíduo, como modelo, como objeto, como suporte ou como adversário, percebemos que tanto no eixo familiar quanto no institucional os investimentos do outro sobre Genilson são mínimos.

Mesmo se o exame dos fatos nos levasse a constatar que existiam mais forças de heteronomia do que de autonomia (Castoriadis, 1997) envolvidas na situação e que o conjunto dos atores manifestava muito pouco desejo de mudança, decidimos estabelecer uma estratégia de intervenção complexa, sabendo que da parte de Genilson e de sua família não havia nenhuma demanda de ajuda. Estávamos conscientes de que a demanda provinha da própria equipe, do nosso desejo de recusar toda conivência com a situação tida como já estabelecida, em síntese mortífera. Foi assim que a equipe que coordeno se mobilizou inteiramente no caso de Genilson.[3] Decidimos que a pessoa que seria refe-

[3] A equipe envolvida neste caso foi dos bolsistas (CNPq/Faperj/UFF): Alan Teixeira Lima, Bianca Bohne, Cláudia Valente Lopes, Daniela Serrina de Lima Rodrigues, Leticia de Luna Freire, Luciana Ribeiro Barbosa. Todos tiveram grande interesse e mobilização, no entanto, este trabalho teve seu pólo de sustentação com o primeiro, Alan, que participou das visitas domiciliares e foi coordenador da "oficina da conversa".

rência de trabalho para ele e sua família seria aquela que coordenava o "oficina da conversa". Fixamos igualmente duas regras: não nos mostrarmos intrusivos em relação à família e sermos prudentes em relação ao tráfico de drogas. Estabelecemos algumas reuniões familiares no sentido de ver se uma demanda poderia se expressar; a família aceitou, mas, ao mesmo tempo, nos preveniu de que estávamos perdendo nosso tempo. Paralelamente, tivemos uma entrevista com o psicólogo que, anteriormente, havia se ocupado de Genilson e de sua família. Este se mostrou interessado no caso, mas falou-nos da gravidade e da falta de esperança, pois Genilson tinha muito pouco desejo de mudança. Ao mesmo tempo, na instituição religiosa onde trabalhávamos, ninguém parecia ter interesse pelo trabalho que começávamos a realizar.

Ao longo das reuniões familiares que empreendemos, fomos nos certificando de que a família de Genilson não havia modificado suas atitudes, e seus membros se sentiam completamente desmobilizados, quase que impotentes. Eles haviam apreendido, ao longo de suas vidas, que a morte era a solução para os problemas graves. A atitude de impotência os fazia esperá-la, ou talvez desejá-la.

Uma outra estratégia que adotamos foi acompanhar Genilson, por duas vezes, ao hospital para que ele pudesse ser examinado e, se necessário, tratado. Nessas duas ocasiões não conseguimos que o jovem fosse examinado. Apesar da gravidade de seu estado, nenhuma consulta foi obtida. Alguns dias mais tarde, Genilson nos disse ter voltado ao hospital, não ter feito nenhum exame, nem mesmo o teste de HIV, e informou-nos de que lhe haviam medicado com uma pomada. Esse procedimento nos pareceu estranho. Devido a sua vida sexual voltada para a prostituição, ele compõe um grupo que tem conduta de riscos em relação à AIDS.

Desde que conhecemos Genilson, sempre teve um ar muito alheio. No entanto, por duas vezes ele nos surpreendeu com alegria e interesse. A primeira foi durante um passeio que nossa equipe e vários outros adolescentes fizeram, no quadro de uma atividade denominada "habitando os espaços da cidade", onde programávamos atividades fora da favela. Durante uma de nossas saídas fomos ao CCBB (Centro Cultural do Banco do Brasil) e usamos o metrô como meio de transporte. Ao longo do trajeto há uma série de favelas. Genilson parecia muito contente de poder contar a um membro da equipe tudo que sabia sobre aquelas favelas. Ele descrevia a organização do tráfico em cada uma daquelas localidades, citava o nome das pessoas envolvidas, seus chefes, as brigas e os conflitos. Enfim, mostrava grande conhecimento.

Em uma segunda ocasião, novamente destacamos seu contentamento. Ele andava na favela, junto com o coordenador da "oficina da

conversa", e, durante o trajeto, eles cruzaram com um grupo de jovens que tinham *walkie talkies*, principal instrumento de trabalho dos "olheiros" (responsáveis por vigiar a localidade e comunicar qualquer movimento suspeito) que trabalham junto ao tráfico de drogas. Ele parou para conversar com o grupo e mostrou-se satisfeito. Tinha prazer em apresentar seu acompanhante a seus colegas. Talvez, nessas únicas ocasiões em que o percebemos diferente do habitual, ele tivesse desejado nos mostrar que conhecia habitantes importantes do poder local. Ele não era mais o sujeito sem ânimo e sem solução. Viver naquele horizonte social, mesmo que fosse arriscado, o fazia sentir-se mais entusiasmado.

As reuniões familiares nos possibilitaram conhecer a dinâmica familiar que expusemos no início do texto, mas não favoreceram a expressão de uma demanda, motivo pelo qual as interrompemos.

Paralelamente, em outro momento, quando estávamos com Genilson em sua casa, ele disse não compreender por que insistíamos em encontrá-lo. Entendemos que nos dizia ser nossa a demanda. Em face disso resolvemos interromper os encontros, deixando aberta a possibilidade de ele poder nos encontrar quando quisesse. Não tivemos mais notícias suas quando, passados mais de dois meses, apreendemos que não vivia mais com sua família, visto que havia sido jurado de morte pelos traficantes de drogas.

2. Análise clínico-social

Analisar esse caso é importante sob vários ângulos: primeiramente, a morte prematura dos jovens. Os dados estatísticos mostram que os jovens pobres entre 15 e 24 anos (Zaluar, 2004)[4] são os que mais morrem, vítimas de violência no Rio de Janeiro. Nas localidades onde ocorrem essas mortes prematuras, a morte torna-se uma figura banalizada. Nossa hipótese é de que a banalização é trabalhada por um vasto dispositivo de defesa coletiva (Dejours, 1989). Todos os habitantes participam desse processo. Desse modo, os moradores podem continuar a viver sem serem tomados pelo medo e angústia. No entanto, algumas vezes essas defesas sofrem abalo e, nesse momento, os sentimentos encobertos aparecem (Carreteiro, 1993).

A família de Genilson não nos dava a impressão de referir-se à eventualidade da morte no quadro de sistema defensivo do tipo que acabamos de descrever. Seus membros a apreendiam como um fato real; eles preferiam evocar sua morte a que pensar na desonra que o filho ou o neto lhes causava. Era como se eles sentissem capazes de

[4] Esta autora, no Capítulo 6, faz uma análise ampla e criteriosa dos dados da violência.

suportar várias situações difíceis, mas ter um filho ou neto "bandido" (expressão empregada por eles) era insustentável. Precisavam salvar a dignidade protegendo a honra. Seus valores implicavam não roubar, não ser bandido. O fato de preservá-los os ajudava a viver, ou melhor, a sobreviver. A honra se destaca como capital que oferece a possibilidade de viver ou de morrer (Vertzman, 2004). A conduta de Genilson atentava contra valores que podemos levantar a hipótese de serem os "únicos capitais positivos" familiares. Nesse contexto, a morte lhes parecia a única solução possível para o adolescente. O próprio Genilson naturalizava a morte, ela era a solução para os problemas de sua vida. A perspectiva desse destino lhe permitia viver e cometer atos que escapavam à lei, e ter um certo gozo.

Pensamos que Genilson é herdeiro do não-desejo, e isso representa uma carga psíquica muito pesada. O não-desejo é nele duplamente inscrito. Do lado do desejo dos pais, sua mãe afirma: "A única coisa que eu sei fazer é ter filhos." Ela dizia não ter certeza de quem era o pai de seu filho, mas pensava que já havia morrido. Genilson era então uma criança pouco inscrita no eixo desejante, tanto do lado paterno quanto do materno. Podemos igualmente dizer que ele tem uma quase-ausência de inscrição cidadã (Carreteiro, 1993). O conjunto das instituições não pode lhe oferecer respostas suscetíveis de acolhimento, lhe propor um quadro de vida com um mínimo de segurança e lhe oferecer um apoio material e psíquico.

Genilson estava tendo uma trajetória próxima à que sua mãe já teve: vendia seu corpo. Mas passou também a cometer pequenos roubos e a participar do tráfico de drogas. Prostituir-se era considerado minimamente aceito, pois se vende o próprio corpo, dispõe-se de algo que ainda pertence ao sujeito. Mas o que a família não podia suportar era sua participação em atividades ilícitas. Preferia vê-lo em um outro destino: a morte.

Podemos dizer que o conjunto do sistema ao qual estão submetidos os jovens dessa categoria social concorre a precipitá-los no tráfico de drogas. Tal sistema prenuncia a morte prematura dos jovens. As populações e as pequenas instituições locais se sentem impotentes para assumir resistências coletivas, o que é corroborado pela sociedade mais ampla. As pessoas temem ter ações mais participativas, visto que isso pode significar adotar atitudes perigosas, arriscar suas vidas. Elas se encontram em um vazio institucional desprovido de qualquer atenção positiva da parte do Poder Público. Nesse sentido, as instituições locais operam uma contínua seleção: eles distinguem entre os jovens aqueles que são ainda recuperáveis dos considerados irrecuperáveis, tal como diziam ser Genilson.

A pequena síntese do caso apresentado nos remete a pensar no lugar ocupado pelo tráfico de drogas. Ele assume para alguns jovens um espaço de risco, de vida e de morte. Se os adolescentes arriscam suas vidas, eles também adquirem um certo poder. Eles são respeitados pelos habitantes da comunidade onde vivem, pois estes os temem. Eles são igualmente reconhecidos por seus pares no interior do *movimento*. Enfim, podem também ter ganhos para comprar roupas da moda ou para *conquistar* pequenos prazeres. Isso lhes permite ter acesso a consumos que seriam inacessíveis caso não participassem do tráfico. Mas, no caso de Genilson, ele desrespeitou as regras de conduta exigidas pelo tráfico e foi jurado de morte pela própria organização. Essa idéia nos auxilia a pensar que Genilson almejava encontrar um lugar nesse comércio, mesmo que ele o soubesse efêmero, pois a morte ronda constantemente aqueles que participam do tráfico e que tem uma condição social pobre. Em face de tantas inscrições marcadas pela fragilidade, ele buscava uma inscrição grupal forte. É desse modo que entendemos como durante o tempo que desenvolvemos um trabalho mais próximo a ele e à sua família ele só expressou maior desejo de vida nas ocasiões relacionadas ao tráfico.

O que ocorre com Genilson em termos de destino anunciado é idêntico ao que se passa com outros adolescentes. Eles sentem no cotidiano os efeitos da ausência de oportunidades. O tráfico de drogas se apresenta, assim, como uma das únicas possibilidades de vida para certos jovens. Estes sofrem da privação de um *status* social que tenha um pouco de dignidade, são marcados pela ausência de uma posição cidadã minimamente reconhecida.

No quadro estudado aqui, nosso trabalho de clínica ampliada tentou lutar contra a força mortífera que perpassava o conjunto dos sujeitos e instituições envolvidos na situação: Genilson, sua família e vários atores institucionais. Mas, depois de algum tempo, nos confrontamos com a impossibilidade de dar continuidade ao trabalho. Ir além era violentá-los.

Buscamos criar modos de resistência nas micropolíticas, no entremeio e no interior das situações familiares e institucionais. Resistimos a que sujeitos humanos fossem condenados à morte. Mas, como dissemos, era importante nos questionar quando deveríamos parar. Essa questão ética acompanhava permanentemente nossas intervenções.

Mais tarde tivemos um lampejo de satisfação ao constatarmos a atitude da mãe de Genilson. Soubemos por ela que o tráfico havia jurado seu filho de morte, o que a havia levado a escondê-lo em outro lugar. Encontramos nela, nesse momento, um desejo de lutar, de resis-

tir, de não deixá-lo morrer. Reluzia nela uma força de vida. Perguntamo-nos se nosso trabalho poderia ter auxiliado a criar fissuras em uma dinâmica pessoal e familiar tão marcada pela morte. Talvez sim. Mas o que importa é que ela experimentava um desejo de não perder o filho, de lutar, de escondê-lo.

3. Finalizando e resistindo

As mudanças nas estruturas institucionais são importantíssimas e urgentes, pois podem ajudar na criação de outras formas de coletivos e de formações subjetivas. Se certos sujeitos pudessem se construir sobre apoios sociais (Castel & Haroche, 2001) e institucionais que lhes reconhecessem mais positivamente, isso lhes permitiria outras maneiras de serem sujeitos.[5]

Acreditamos também nas transformações que surgem das microrrelações sociais. Neste ponto pensamos haver um campo a ser expandido a partir de intervenções que levem em consideração uma clínica ampliada. Uma clínica que não perca de vista a análise dos sentidos das ações dos diversos protagonistas, das dinâmicas que são permanentemente criadas, da avaliação das forças (autônomas ou heterônomas) que compõem o campo de trabalho. Pensamos que uma clínica ampliada pode criar outros campos de atuação, rompendo a idéia de que o consultório é o único campo de intervenção. A clínica ampliada pode agregar disciplinas e atores sociais diversos.

[5] Para que verdadeiras transformações sociais possam ocorrer no Brasil, é necessária uma vontade política real, suscetível de contribuir nas mudanças institucionais. Talvez dessa maneira os sujeitos sociais possam sentir a existência de projetos de vida para eles, e não de projetos de morte. Por outro lado, é preciso que instituições tais, como a justiça e a polícia, realmente exerçam a proteção dos cidadãos, a fim de que o conjunto da população possa intervir socialmente sem medo de arriscar continuamente sua pele. Na localidade onde as atividades ilegais estão muito bem implantadas o que ocorre é o contrário, o medo ronda os habitantes. Esse dado é corroborado por uma série de manchetes televisivas. É impressionante observar os telejornais e constatar o enorme número de pessoas que dão pequenos testemunhos que, em outro contexto, poderiam ser considerados como banais. Na situação atual, o falar, o ver, o ser testemunha significa colocar sua vida em risco. Desse modo, as imagens televisivas são continuamente camufladas. O rosto dos personagens é escondido e suas vozes são igualmente transformadas por técnicas midiáticas de anonimato. Cada vez mais os jornais estão sendo objeto de um conjunto de informações cujos autores não podem ser identificados. Isso é uma prova viva e trágica de que esses sujeitos, principalmente os que compõem as categorias sociais baixas, têm de ser responsáveis pela sua própria segurança. Isso atesta a posição de solidão institucional de grande parte da sociedade brasileira, o que corrobora a dizer que morte ronda mais certas categorias sociais.

Foi essa perspectiva clínica que norteou nossas ações. No entanto, percebemos ao longo da intervenção a dificuldade que os diversos atores sociais tiveram de integrar o trabalho proposto. Acreditamos ter sido a força de nossa equipe que nos possibilitou continuar, e o fato de não nos deixarmos ser vencidos pela idéia de morte em seu sentido real e simbólico, como morte da ação. Mesmo se a equipe, em muitos momentos, vivenciasse conflitos, medos, agressividades, estes encontravam um continente grupal capaz de recebê-los e escutá-los.

Ao concluirmos o trabalho com Genilson e sua família, não o fizemos movidos pelo medo da morte ou pelo fato de sermos capturados pela apreensão da morte anunciada, como relatamos inicialmente. Fomos movidos por uma avaliação clínica e ética de termos finalizado um trabalho, escutando as condições de impossibilidade de sua continuação. O trabalho realizado com Genilson e sua família existiu. Ele foi também fruto da nossa resistência, do nosso desejo de não abandonarmos uma proposta antes mesmo de ela existir.

Reafirmamos como conclusão a importância do desejo de resistir, sem no entanto sermos ingênuos e nos iludirmos com a ausência de crueldade.

Castoriadis, no final de um dos capítulos do livro *Le monde morcelé* (1997), nos fala de um diálogo, em que uma pessoa pergunta para outra: "O que você quer então? Mudar a humanidade?" E a outra responde: "Não eu quero uma coisa infinitamente menor: que a humanidade mude."

4. Referências bibliográficas

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. *Les heritiers, les étudiants et la culture*. Paris: Éditons de Minuit, 1964.

CARRETEIRO, T. C. *L'exclusion sociale et sonstruction de l'identité.* Paris: L'Harmattan, 1993.

CASTORIADIS, C. *Le monde morcelé*. Paris: Éditons du Seuil, 1997.

DEJOURS, C. *A loucura no trabalho*. São Paulo: Cortez, 1989.

FREUD, S. Psicologia de grupo e análise do ego. In: *Obras completas (ESB)*. Rio de Janeiro: Imago, 1977. (Trad. bras. 1976 [orig. 1921])

MÁRQUEZ, G. *Crônica de uma morte anunciada*. Rio de Janeiro: Record, 1981.

VERZTMAN, J. Vergonha, honra e contemporaneidade. *Revista Pulsional*. São Paulo: Escuta, 2004 (no prelo).

ZALUAR, A. *Integração perversa*: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

A formação clínica do estagiário de psicologia em atendimento a casais e famílias na abordagem psicanalítica

Isabel Cristina Gomes
Universidade de São Paulo

Venho há alguns anos desenvolvendo um projeto de pesquisa na clínica-escola do Ipusp (Gomes, 1998, 2001) que envolve atendimento a casais e famílias na abordagem psicanalítica, bem como oferece a oportunidade aos alunos do último ano da Graduação em Psicologia de terem uma experiência prática nessa área de atendimento, o que contribuiu com sua formação clínica. Exigimos que o aluno, para participar do projeto, já tenha passado por alguma experiência de atendimento clínico, que normalmente ocorre no quarto ano com a disciplina de "Métodos de Exploração e Diagnóstico em Psicologia Clínica I e II". Essa é uma matéria obrigatória do currículo, em que os alunos iniciam o estágio na clínica-escola do Instituto de Psicologia da USP sob a prática do psicodiagnóstico às famílias que procuram atendimento.

Aguirre e cols. (2000) descrevem muito bem o contexto e funcionamento dessa disciplina introdutória na prática clínica, com o desenvolvimento da atitude clínica no aluno, enquadramento do trabalho e início da construção de uma identidade profissional, que passa por momentos de mistura e confusão entre o ser estagiário/aluno e assumir a identidade do clínico/psicoterapeuta e/ou psicanalista.

Dentro desse enfoque, as autoras dimensionam as angústias dos estagiários em face do primeiro contato com os pacientes e uma forma diferenciada e nova da relação professor/aluno, com a introdução da figura do supervisor e a criação de uma tríade: supervisor–aluno–

paciente, como algo peculiar e intrínseco a um outro tipo de formação desse estudante, que será o alvo de nossas reflexões neste trabalho.

Os estagiários do projeto são escolhidos tendo como um dos critérios ter cursado essa disciplina obrigatória, para garantir um pouco a aquisição das condições básicas para se iniciar na prática clínica, principalmente com casais e famílias. Como a coordenadora do projeto é também supervisora dessa disciplina, muitas vezes o contato com os futuros estagiários se inicia aí. São convidados os alunos que mais se destacaram no seu grupo de supervisão ou nos dos outros colegas da equipe de supervisores da disciplina.

A participação no projeto é optativa, no sentido de não ser uma atividade ligada a uma disciplina obrigatória. Então, criamos uma estratégia de associar o compromisso do aluno, para além da sua expectativa de adquirir mais conhecimento e formação clínica específica (o que para alguns já é motivo suficiente de um engajamento responsável), com a institucionalização dessa formação prática/teórica em um projeto que envolvesse a categoria de pesquisadores em iniciação científica. Portanto, são aceitos apenas alunos com bolsa de pesquisa. Desde o início do projeto (1999) até o momento, recebemos três alunos com Bolsas de Iniciação Científica (Pibic/CNPq) e sete alunos com Bolsa-Trabalho (Coseas/USP).

Os alunos são supervisionados a cada atendimento realizado, e é oferecido o embasamento teórico necessário por meio de leituras e discussões no grupo de supervisão do qual fazem parte os estagiários da pesquisa e a coordenadora do projeto. No início, a supervisão era individual e, à medida que o número de estagiários foi aumentando, ela se tornou grupal. Os grupos são formados por no máximo três estagiários, que é o número que temos tido de bolsistas anuais. Em algumas situações, o aluno conseguiu renovação da bolsa por um período de mais um ano.

Inicialmente, cada estagiário começa atendendo um caso, triado pelos psicólogos contratados pela clínica-escola. Geralmente, a queixa é trazida com relação ao(s) filho(s), de acordo com Gomes (1998, 2001), e o aluno pode passar pela experiência de avaliar a criança, a família ou iniciar diretamente o atendimento ao casal e/ou família, dependendo da necessidade do caso. O supervisor permite que o aluno participe da escolha do caso a ser atendido por ele. Cada estagiário atende simultaneamente a um total de dois casos.

Após essa breve descrição, situando algumas características do tipo de estágio que oferecemos no atendimento a casais e famílias, de abordagem psicanalítica, na clínica-escola, passaremos a conceituar o

uso desse recurso pedagógico denominado *supervisão* dentro de vários contextos, para em seguida refletirmos sobre nossa proposta de estágio, tal qual vem sendo realizada, tendo como base outras experiências e estudos na área, tentando exemplificar alguns resultados alcançados até o momento, com recortes de material clínico supervisionado, em que enfatizaremos a atuação do estagiário.

1. A supervisão: dos Institutos de Psicanálise à universidade

Freud (1912 [1913]), em "Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise", traz a noção, depois muito difundida, de que o instrumento de que dispõe o médico que irá exercer a psicanálise é o seu próprio inconsciente, e que, para tanto, a única forma que garantiria o preenchimento dessa determinada condição psicológica em alto grau seria por meio de sua própria análise. Nesse artigo o autor também faz referência à forma de se lidar e aplicar a interpretação para o paciente (o Como? e o Quando?), além de especificar didaticamente todos os passos para o estabelecimento do enquadre terapêutico dessa forma de atuação profissional.

Um pouco mais tarde, no artigo "A questão da análise leiga", Freud (1926) faz observações bastante minuciosas a respeito da prática da psicanálise; desde os atributos exigidos para a definição do campo profissional, ou seja, se ela se restringiria aos médicos ou não, até aspectos éticos no atendimento; novamente ensinamentos sobre o uso e manejo da interpretação, e ressalta o papel fundamental do tipo de *formação* exigido para se exercer essa atividade analítica. É sob esse ponto de vista que ele relata a criação dos primeiros Institutos de Formação em Psicanálise, e assume uma postura bastante crítica diante do fato de a prática da psicanálise ficar sujeita a interferências institucionais oficiais.

Entretanto, o desenvolvimento da psicanálise como ciência e prática terapêutica vai se construindo paralelamente à criação dos Institutos de Formação ao redor do mundo, tendo como ponto de partida o candidato a analista, o paciente, o analista didata e o supervisor, em um modelo institucional com regras hierárquicas e de poder bem estabelecidas, contrariando as idéias do próprio criador.

Esse modelo de ensino teórico/prático, responsável pela formação clínica do psicanalista ou do psicoterapeuta, tem seu pressuposto básico no pilar supervisão, estudo teórico e análise do candidato (e nos Institutos de Psicanálise agregou-se a figura do analista didata) até hoje.

Grinberg (1975), em seu livro, descreve e conceitua em profundidade sobre o tema da supervisão. Desde a escolha da dupla supervisor/

supervisionando ao estabelecimento dessa relação, do caso, método de registro do material, se individual ou coletivo. Aponta também as dificuldades inerentes ao processo de aprendizagem realizado sob essa ótica que compreende o interjogo de relações entre as personalidades envolvidas, bem como as expectativas de cada supervisor diante de sua tarefa específica e do instituto ao qual pertence, que, por sua vez, determina certas filosofias com respeito à supervisão que podem ou não ser compartilhadas pelo primeiro.

Podemos então concluir que, quando pensamos a supervisão como um recurso pedagógico para a formação clínica do psicanalista/psicoterapeuta, encontramos um viés poderoso sobre essa determinada prática didática que também exerce a função de mantenedora do *status* institucional da qual ela se originou, muitas vezes em um processo estático, sem mudanças, para perpetuação de um determinado saber que gera poder e clausura.

É de importância vital a discussão dessas questões políticas que são intrínsecas ao processo de formação do aluno e/ou futuro analista, principalmente na atualidade. A Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP, 2001) publica um número especial intitulado *A Supervisão*.[1] No geral, os textos apresentados vêm referendar o tipo de formação promovida pela SBPSP e algumas críticas em relação ao papel do analista e da análise didata. Há possibilidade de se conjugar o entendimento e/ou conhecimento das camadas mais profundas do "ego" com uma situação de avaliação, que envolve pertencer ou não a um determinado *status* de grupo institucional e profissional? Portanto, essa denominação análise didática ou analista didata pode tornar-se incoerente. Como um analista pode ser ao mesmo tempo didata, no sentido que o termo aproxima-se mais do conceito de ensino/aprendizagem? De que natureza seria essa aprendizagem? Ela estaria verdadeiramente cumprindo qual propósito? E o objetivo principal da análise estaria sendo alcançado? Novamente teríamos divergências ante o pensamento do criador da psicanálise.

Segundo essa formulação, o papel do supervisor pode se confundir com o do próprio analista, já que ambos têm como meta o desenvolvimento pessoal do candidato/aluno, pois essa é a marca da excelência profissional nesse campo de trabalho. Daí a necessidade de um enquadre específico para cada função, e toda a atenção do supervisor para não converter a supervisão em uma forma de terapia, pois alguns estudantes, principalmente os iniciantes, têm a tendência de misturar conteúdos de vida pessoal com o caso, deixando uma distância muito

[1] *Jornal de Psicanálise*. v. 34, n. 62-63, 2001.

pequena entre supervisionar e interpretar (é o que observamos em nossa experiência de supervisionar alunos da Graduação de Psicologia e vai de encontro aos teóricos do tema, como Grinberg [1975]).

Passaremos agora a abordar como se dá o processo da formação clínica do aluno, dentro do referencial da psicanálise, na universidade. O uso da supervisão como um recurso pedagógico não é de exclusividade apenas dos alunos de psicologia, mas outras áreas da saúde e da educação também utilizam essa técnica, como atestam os trabalhos realizados no âmbito acadêmico de Peres (1987) na saúde pública e de Gomes (1989) na fonoaudiologia.

Nos cursos de psicologia, é muito grande a influência do modelo dos Institutos de Psicanálise na formação clínica do aluno. Há uma extensa bibliografia sobre o tema supervisão/formação clínica. Em 1993, foi realizado um evento de caráter nacional,[2] em São Paulo, reunindo profissionais da área para uma ampla discussão sobre formação, estágio e supervisão do estudante de psicologia.

A metodologia empregada ainda se baseia no tripé supervisão, análise pessoal e fundamentação teórica. E as supervisões seguem os modelos já descritos anteriormente: individual ou em grupo. Rosa et al. (1994), Catafesta (1998) e Prebianchi (1999) apresentam importantes reflexões sobre o uso de referencial psicanalítico no entendimento desse tipo de supervisão e formação clínica do aluno, tendo como ponto de partida o modelo da formação nos Institutos de Psicanálise, excetuando-se o papel do analista didata, que não existe na universidade.

Scaboro (2001), em sua tese, vem justamente pontuar as diferenças entre a formação em psicanálise e a formação em psicoterapia psicanalítica, trazendo a análise didática como um tema complexo e polêmico e apontando uma só direção tanto para o psicanalista como para o psicoterapeuta vir a ser: o desenvolvimento pessoal. E, sob essa égide, a análise pode ser terminável, mas a formação tem sempre um caráter interminável.

Embora, quantitativamente, na universidade, o referencial psicanalítico norteie a maioria das práticas de supervisão e formação clínica do estagiário, não poderíamos deixar de mencionar outras experiências existentes, tendo como fundamentação teórica a terapia comportamental (Moreira, 2003) e a teoria rogeriana, com o trabalho de Morato (1989).

[2] Encontro Nacional de Supervisores de Estágio na Formação do Psicólogo, realizado no Ipusp.

2. A formação clínica em casal e família

Esse tipo de formação também ocorre de forma semelhante à do psicanalista/psicoterapeuta individual, seja agregada a algum Instituto de Psicanálise, a alguma outra instituição independente que promova essa formação por meio de cursos de especialização e àquela ligada à universidade, podendo envolver a graduação, pós-graduação e cursos de especialização e/ou extensão.

Correa (1992) analisa a formação em grupoterapia analítica de casal e família. A autora traz um modelo de supervisão realizada em grupo, em que também se inclui o estudo teórico (grupo de estudo e supervisão), com o uso de técnicas operativas, como sendo uma experiência rica para compreender os processos de transferência-contratransferência, principais organizadores desse tipo de intervenção terapêutica. A autora enfatiza o quanto, nesse tipo de pratica clínica, o terapeuta pode inconscientemente se mobilizar por uma dinâmica de seu grupo familiar interno, que se unirá a situações do grupo em atendimento. A tarefa primordial do terapeuta será a capacidade de discriminar, em função de sua própria análise e processo de formação, assim como em qualquer outro tipo de prática clínica que se queira exercer.

Alguns teóricos e clínicos dessa abordagem fazem questão de ressaltar que se analisem com profundidade as motivações de um profissional que queira cuidar de casais e famílias com problemas. Lamanno (1994) define como a motivação inconsciente envolvida nessa escolha profissional está relacionada a conflitos de ordem edípica; e nesse sentido, o profissional ficará tentado a associar o êxito terapêutico à perpetuação do casamento:

> ...Diante da culpa gerada pela fantasia de ter destruído a relação dos pais por inveja, ciúmes e o desejo de possuir a figura materna ou paterna só para si, ser psicoterapeuta de casal relaciona-se a uma tentativa inconsciente de reparar maniacamente o casamento dos pais internalizados... (p. 99)

Parece haver uma visão unânime de que todo o processo de formação clínica, principalmente nessa área específica de casal e família, deve garantir que o terapeuta consiga perceber e elaborar essas vivências contratransferenciais (principalmente as de caráter edípico), para poderem ser utilizadas na compreensão e interpretação dos processos do mundo interno e externo do casal; pois, caso se mantiverem inconscientes, se colocarão a serviço da organização psicótica do casal (Lamanno, 1994), e, poderíamos acrescentar, do terapeuta também.

Partimos do pressuposto de que tanto o atendimento a casais quanto a famílias requer algo mais do terapeuta, quando comparado aos atendimentos individuais, destacando-se a necessidade de atenção redobrada aos mecanismos transferenciais e contratransferenciais, e o entendimento da real demanda por tratamento também é um fator bastante importante nesses tipos de encaminhamento, já que é muito raro uma família vir buscar ajuda para ela como um todo. Quanto aos casais com demanda própria, na nossa pesquisa a porcentagem ainda é muito pequena, (Gomes, 2003), prevalecendo os casos nos quais o sintoma da criança surge como uma via intermediária para se chegar aos conflitos conjugais (Gomes, 1998, 2001).

Portanto, dentro desse cenário de demandas indiretas, sabemos quão árdua é a tarefa dos nossos estagiários. Tentamos iniciá-los nessa abordagem teórica nas supervisões de psicodiagnóstico, no quarto, dentro da disciplina obrigatória citada anteriormente. Apresentamos toda a fundamentação teórica básica para ser discutida no grupo de supervisão, que geralmente varia de seis a oito participantes. Como os alunos escolhem com qual supervisor querem trabalhar, acreditamos que esses estudantes apresentem motivação e interesse pela referida área de estudo, pesquisa e atendimento. Essa é a primeira oportunidade para os alunos entrarem em contato com essa nova relação pedagógica, na figura do supervisor. Essa atividade com o grupo se estende por um ano e, em regra, observa-se um amadurecimento e crescimento do grupo ao longo do segundo semestre letivo. Ou seja, mostram-se menos inseguros diante da tarefa de encarar um paciente (casal, família ou criança) pela primeira vez; a persecutoriedade de se expor perante o grupo e o supervisor no relato da transcrição do atendimento realizado diminui; há uma maior tranqüilidade para se lidar com os sentimentos grupais (competição, tipo de liderança) etc.

Se, por um lado, a experiência das supervisões em grupo pode ser rica porque propicia ao estudante uma tomada de contato com vários materiais clínicos, é crucial que o supervisor fique atento e saiba manejar o clima grupal, evitando situações constrangedoras para todos os participantes. Um outro aspecto a ser apontado, quando da supervisão inserida em uma cadeira obrigatória, é o da interface da formação clínica com as obrigações burocráticas acadêmicas: freqüência e nota como critérios de aprovação ou não no curso. A questão da avaliação nesse tipo de formação permeia a relação do supervisor/aluno o tempo todo de forma análoga à avaliação intrínseca à do analista didata com seu paciente/candidato.

Podemos então concluir que, independentemente do contexto da supervisão, ela vem carregada de uma aura de poder e autoridade,

e o papel do supervisor, de forma alguma, deve ser autoritário, mas ele acaba investido de tal poder pelo conhecimento e experiência clínica adquiridos, chegando em alguns casos a ocupar um lugar muito semelhante ao das figuras parentais na relação com os filhos, também aprendizes da vida. Porém, seguindo esse modelo, o aprendizado dos pais na relação com seus filhos só ocorre se eles estiverem desinvestidos desse poder que aprisiona, bem como o supervisor mais experiente também pode se enriquecer e se renovar no contato com o estudante iniciante.

Retomando nossa proposta de estágio, escolhemos alunos que formalmente já passaram por essa cadeira obrigatória que fornece atendimento clínico e, no ano seguinte, vão para os dois últimos períodos do curso, nos quais podem aprimorar a formação clínica com outras experiências práticas. Como condição necessária para a participação no projeto de atendimento a casais e famílias na abordagem psicanalítica, além de o aluno já ter passado por essas etapas do curso, exigimos a experiência de ter sido ou estar sendo analisado.

Apresentaremos recortes de uma situação clínica, vivida por um estagiário, para exemplificar o que veio sendo discutido até aqui. Um aspecto até certo ponto constante nos atendimentos aos casais de nosso projeto envolve o fato de a demanda por atendimento estar muito voltada para o filho portador de algum sintoma. As primeiras entrevistas com os pais são consideradas de caráter eminentemente diagnóstico, promovendo um melhor entendimento dessa demanda. Em regra, quando fica claro que, apesar de a criança apresentar um sintoma, o maior conflito é de natureza conjugal, ou esse sintoma da criança é decorrente da dinâmica conjugal ou familiar, passamos para a etapa seguinte do projeto, que é a proposta de um atendimento de psicoterapia breve, de abordagem psicanalítica, ao casal, sem avaliação da criança.

Esse tipo de intervenção, dependendo do caso, pode gerar dificuldades no trabalho do estagiário com os pais. Na nossa experiência de atendimento e supervisão, o estagiário precisa estar muito seguro de que essa é a melhor forma de intervir clinicamente, pois terá de lidar com uma certa dose de resistência no casal, maior ou menor, dependendo da capacidade deles para entrar em contato com as questões conjugais. Esse grau de resistência, ao longo do atendimento, também permite dimensionar que colocar o filho nesse papel de doente serve como defesa à família ou ao casal. Quanto mais a família ou o casal se mostram aderidos a esse mecanismo de defesa, de projeção de aspectos ruins no outro (escolha do filho como bode expiatório), mais fortemente surgirão sentimentos transferenciais de questionamento dessa

proposta de trabalho, na relação com o estagiário. Vejamos a vinheta clínica a seguir:

O casal A, após avaliação psicológica do filho,[3] é encaminhado para o atendimento a casais, dado que os sintomas que o menino apresentava eram decorrentes da dinâmica familiar e conjugal. É trazido como queixa o fato de a criança comer muito, ter vergonha do seu corpo (não quer fazer natação e jogar bola, só se for apenas com o pai), ser tímida, principalmente na escola.

O casal é convocado para iniciar o atendimento com freqüência semanal, dentro de nosso projeto de pesquisa. Apresentaremos recortes dessa primeira sessão, enfocando principalmente a conduta do estagiário:

> [Estagiário]*: Inicio perguntando sobre o motivo de terem procurado um atendimento de casal. É a mãe que começa a conversa explicando resumidamente o processo do psicodiagnóstico realizado no filho anteriormente. Ficam falando do filho apesar da minha insistência em tentar trazer para eles…*

A sessão transcorre toda dessa forma. O estagiário acaba retomando com eles o que havia sido apontado na devolutiva anterior, enfatizando as dificuldades do casal no trato com o filho, tentando se desvincular, propriamente, das queixas do menino. O marido se mostra extremamente tímido, quem fala é a esposa. Da metade da sessão em diante, após nova intervenção do aluno na tentativa de entrar nas dificuldades deles, a esposa começa a relatar as brigas familiares, envolvendo uma herança com a família dela associada ao lugar onde moram. Menciona a morte da própria mãe, que havia ocorrido há anos, mas com uma forte atualização emocional (o sentimento expresso envolvia ausência temporal, como se essa perda tivesse ocorrido agora). Próximo do final da sessão, o estagiário faz uma intervenção no sentido de trazer o marido para a conversa. Este se mostra visivelmente surpreso e perdido. Demora a iniciar a fala, ensaiando uma resposta, e repete o dito pela esposa sobre as queixas do menino. O estagiário se agarra a essa pequena disponibilidade que surge no casal para falar de si, chegando a entender com eles o lugar que o menino ocupa nessa família, apontando também a similaridade de características (sintomáticas?) entre pai e filho.

O atendimento psicoterápico teve duração de nove meses, com várias faltas, algumas de semanas seguidas, claramente associadas com as resistências do casal, principalmente da esposa, em dar seguimento

[3] A avaliação psicológica do menino havia sido realizada por um outro estagiário, no semestre anterior, dentro da disciplina obrigatória do quarto ano, que envolve a prática de psicodiagnóstico.

ao entendimento e aprofundamento das questões conjugais, separando-as (e a própria vida do casal) das interferências da família de origem materna. Em cada momento crítico do atendimento, a esposa voltava a trazer o filho para a sessão, demonstrando seu descontentamento para com o estagiário, inundando-o de um sentimento transferencial de impotência diante da regressão dos sintomas do menino. Na verdade, esse era um mecanismo defensivo dela, dada sua dificuldade de penetrar em algumas áreas, principalmente as relacionadas com seu papel de filha e irmã e o de esposa e mãe.

O marido, por sua vez, foi se sentindo muito acolhido e fortalecido ao longo do processo analítico (até pelo fato de o estagiário ser homem). Pôde reconhecer suas dificuldades em se colocar no trabalho, na família e até sua postura passiva e de não colocar limites para as intervenções da família da esposa na vida do casal. Entretanto, foi pouco explorado nas sessões o que a mudança dele poderia gerar no vínculo conjugal, já que a esposa reclamava da passividade dele, mas talvez ela não pudesse agüentar se relacionar com alguém mais vivo e forte, pois sua força controladora e dominadora, na dinâmica do casal, era visível, apesar de ela se mostrar como vítima e sobrecarregada.

Dois meses antes do encerramento da terapia, a mãe traz mais fortemente suas preocupações com o não-emagrecer do filho, e o estagiário tenta manejar novamente essa demanda, de volta para os problemas que o casal vinha enfrentando. A partir daí, ocorrem várias faltas seguidas, e depois tentam desistir por telefone. Nas supervisões realizadas nesse período, o estagiário se mostrava carregado de um sentimento de impotência. Inicialmente, pensamos que talvez estivesse ocorrendo uma certa rigidez e fechamento nessa forma de interpretar novamente o pedido da mãe para tratamento do filho, e levantamos algumas hipóteses de maior gravidade na personalidade dela e do marido. Também subsidiamos essa etapa difícil, vivida pelo casal e estagiário, com várias leituras teóricas com a finalidade de gerar segurança e um espaço potencial e criativo no aluno, pelo menos para que ele pudesse ter e dar a oportunidade ao casal de mais um encontro, mesmo que fosse o último, mas que possibilitasse crescimento para todos.

É marcado um novo horário e o marido aparece sozinho, alegando que o filho estava doente e que a esposa havia ficado cuidando do menino. Vem apenas se desculpar, pois sabe que o enquadre combinado é de um trabalho com o casal, e faltam novamente na sessão seguinte alegando o mesmo motivo. Três semanas depois, o casal finalmente comparece. A esposa mostra-se muito defendida diante das colocações do estagiário quando ele se refere ao retorno do filho para o lugar de

doente na família. Ela revela seu lado agressivo na comunicação e o marido recua, mostrando-se totalmente ausente, passivo e dependente dela. O estagiário posiciona-se de forma muito continente a essa explosão da mulher e até se arrisca dizendo que talvez a agressividade dela seja intensa porque realmente ele não pôde compreendê-la na última sessão realizada, e interpreta com base nisso todas as faltas ocorridas nesse intervalo de tempo. Ela se mostra bastante surpresa com a postura do aluno e, aí sim, começa a se olhar e refletir sobre o que ele havia apontado tantas vezes.

3. Considerações finais

Podemos dizer que há concordância total, desde Freud, que a formação do psicanalista/psicoterapeuta organiza-se pelo tripé fundamentação teórica, supervisão e análise pessoal, seja ela em relação aos atendimentos individuais, familiares ou de casal.

Alguns autores que se dedicam especificamente à formação psicanalítica em casal e família apontam maiores exigências ou dificuldades na formação desse tipo de profissional, como foi discutido anteriormente.

Na nossa experiência de formação de estagiários nessa prática clínica, temos tido bons resultados, ou seja, acompanhando o crescimento e aprofundamento do trabalho analítico desses estudantes, no atendimento preferencial a casais e também a algumas famílias, em que procuramos ter alguns referenciais teóricos norteadores para exercer nossa função.

Utilizamos alguns conceitos da teoria winnicottiana para subsidiar nossa prática de supervisão. Tentamos estabelecer no grupo um espaço de continência das angústias do estagiário, daquilo que não foi podido ser percebido ou interpretado em uma sessão e que depois é mais bem compreendido na supervisão, sem a conotação de erro a ser corrigido no próximo encontro com o paciente, mas como um exercício de pensar, aprendizado de um raciocínio analítico cada vez mais aprofundado, também com a ajuda de embasamentos e discussões teóricas, para que em cada sessão o estudante possa ampliar a percepção de si próprio e dos pacientes envolvidos.

Que esse espaço gere potencialidades criativas a serem despertadas também na figura do supervisor, pois acreditamos como necessário que este último não se coloque como uma figura de autoridade e de poder. Facilita-nos muito o fato de não estarmos ligados a nenhuma disciplina da graduação, pois assim eliminamos o fator "avaliação" que sempre acompanha essa relação de supervisor/estudante, seja na universidade ou nos institutos de formação.

Os estagiários são escolhidos dentro de determinados critérios definidos pela coordenadora do projeto e, apesar de se ter o incentivo de uma bolsa de ajuda financeira, a principal motivação ainda é a de obter essa dada experiência clínica. Em relação ao supervisor, é o desafio de promover crescimento e real contribuição na formação dos estudantes e, conseqüentemente, uma proposta preventiva à população que procura a clínica-escola.

Também consideramos interessante a supervisão se dar dentro da modalidade grupal, embora com poucos participantes. O número reduzido de estagiários no grupo permite um acompanhamento mais próximo do supervisor, já que é feita a supervisão de cada atendimento realizado pelo aluno, bem como discussões teóricas e troca de experiências despertadas por cada caso. Os estudantes se enriquecem também pelo acompanhamento da experiência clínica compartilhada, já que os casos são singulares.

Tentamos estabelecer uma separação bem nítida entre o supervisionar e o interpretar o aluno, por parte do supervisor. Mas, na supervisão, enfocamos muito e trabalhamos com os sentimentos contratransferenciais desse iniciante, desde que ele tenha o suporte de sua análise pessoal.

Se a supervisão favorece o surgimento de um espaço potencial criativo e de transicionalidade, em que o supervisor, muitas vezes, se permite pensar, refletir e criar juntamente com o aluno, mostrando-se também com dúvidas, medos e angústias, ela propicia o estabelecimento de uma verdadeira relação humana que, provavelmente, servirá de modelo para o estagiário estabelecer com seus pacientes. Acreditamos que esse seja o verdadeiro modelo de imitação a ser seguido pelo iniciante, e não, como o que ocorre nas formações mais tradicionais dos Institutos de Psicanálise, aquele em que o poder do supervisor acaba sendo autoritariamente reforçado por determinadas práticas institucionais.

Concluindo, sentimos-nos otimistas e crédulos por apostarmos na possibilidade de crescimento mútuo entre estagiário e paciente (quando casais e famílias), levando-se em conta as adversidades desse tipo de trabalho analítico, e nossa coragem de ousar dentro de determinados rigores, mesmo diante das resistências e abandonos de alguns casos, tem-nos permitido vivenciar e vibrar com as conquistas, muitas vezes pequenas, mas sempre transformadoras, dos nossos estagiários/psicoterapeutas.

4. Referências bibliográficas

AGUIRRE, A. M. B. A formação da atitude clínica no estagiário de psicologia. *Revista Psicologia USP*, v. 11, n. 1, *Diagnóstico*, p. 49-62, São Paulo, 2000.
CATAFESTA, I. F. M. Algumas reflexões sobre o papel da supervisão na formação de psicoterapeutas de orientação psicanalítica. *Resumos. Anais do Congresso Interno do Ipusp*, 4. São Paulo, 1998, p. 194.
CORREA, O. R. Aspectos da transferência e contratransferência na abordagem psicanalítica do grupo familiar e casal. In: RAMOS, M. (org.). *Terapia de casal e família*. O lugar do terapeuta. São Paulo: Brasiliense, 1992.
FREUD, S. (1912 [1913]). Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In: *Obras completas (ESB)*. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. XII, p. 149-187.
_____. (1926). A questão da análise leiga. In: *Obras completas (ESB)*. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1976. v. XX, p. 209-293.
GOMES, I. C. *O sintoma da criança e a dinâmica do casal*. São Paulo: Escuta, 1998.
_____. O sintoma da criança e a dinâmica do casal na pratica do psicodiagnóstico infantil. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (org.). *Casamento e família*: do social à clínica. Rio de Janeiro: NAU, 2001. p. 23-37.
_____. Alcances e limites da psicoterapia analítica com casais e famílias. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (org.). *Família e casal*: arranjos e demandas contemporâneas. Rio de Janeiro: PUC/Loyola, 2003.
GOMES, I. C. D. *Supervisão*: relações de troca ou relações de poder. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC – Fonoaudiologia, 1989.
GRINBERG, L. *A supervisão psicanalítica*. Teoria e prática. Trad. Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
LAMANNO, V. L. C. *Repetição e transformação na vida conjugal*: a psicoterapia do casal. São Paulo: Summus, 1994.
MORATO, H. T. P. *Eu supervisão*: em cena uma ação buscando significado e sentido. Tese de Doutorado. São Paulo: Ipusp, 1989.
MOREIRA, S. B. S. Descrição de algumas variáveis no procedimento de supervisão na terapia comportamental analítica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 16, n. 1, p. 157-170, 2003.
PERES, F. *Administração em saúde*: supervisão. Um ensaio de interpretação. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP – Faculdade de Saúde Pública, 1987.
PREBIANCHI, H. B. Análise de uma experiência de supervisão clínica. *Encontro sobre Psicologia Clínica*, 2, *Programa e Resumos*, p. 48, São Paulo: Mackenzie, 1999.
ROSA, J. T. et al. Grupo psicanalítico de reflexão associado a supervisão de psicoterapia psicanalítica. *Boletim de Psicologia*, v. 44, n. 100-101, p. 69-79, São Paulo, 1994.
SBPSP. A supervisão. *Jornal de Psicanálise*, v. 34, n. 62-63, 2001.
SCABORO, L. *Repensando a formação psicanalítica*: um novo lugar para um velho problema. Tese de Doutorado. São Paulo: Ipusp, 2001.

Sobre os autores

Adriana Wagner – Doutora em Psicologia pela Universidade Autônoma de Madri, professora adjunta da Faculdade de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC-RS, bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, coordenadora do Grupo de Pesquisa "Dinâmica das Relações Familiares", psicoterapeuta de família. E-mail: wagner@pucrs.br

Andrea Seixas Magalhães – Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-Rio, bolsista Capes/Prodoc no Projeto de Consolidação da Linha de Pesquisa "Família e Casal: Estudos Psicossociais e Psicoterapia" do Departamento de Psicologia da PUC-Rio, coordenadora do Curso de Formação em Psicoterapia de Casal e de Família da SPAG-E.RIO, psicoterapeuta de casal e de família. E-mail: andreasm@psi.puc-rio.br

Bernardo Jablonski – Doutor em Psicologia Social pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Psicossociais do Centro de Pós-graduação e Pesquisa da Fundação Getulio Vargas, professor assistente do Departamento de Psicologia da PUC-Rio, bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, consultor e roteirista da TV Globo. E-mail: bjablonski@uol.com.br

Cílio Ziviani – Doutor em Psicologia Social pela Columbia University, professor titular aposentado da UFRJ, professor visitante do Departamento de Psicologia da PUC-Rio, pesquisador do Grupo de Pesquisa "Casal e Família: Estudos Psicossociais e Psicoterapia" do CNPq. E-mail: cilio@cilio.com

Cristina Maria de Souza Brito Dias – Doutora em Psicologia pela Universidade de Brasília, professora aposentada da UFPB, coordenadora do Mestrado em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco, psicoterapeuta de família. E-mail: cristinabrito@argentina.com

Gláucia Diniz – Doutora em Psicologia pela United States International University, professora adjunta e orientadora da Pós-graduação em Psicologia da Universidade de Brasília, Coordenadora, em parceria com Vera Coelho, do Projeto de Pesquisa e Assistência em Saúde Mental a Mulheres no Climatério, psicoterapeuta de família e casal. E-mail: gdiniz@unb.br

Ileno Izídio da Costa – Doutor em Psicologia Clínica pela University of Warwick, professor adjunto do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, coordenador da Clínica-Escola e do Grupo de Intervenção Precoce nas Psicoses da Universidade de Brasília, secretário da Associação Brasileira para o Avanço Conjunto da Filosofia, Psicopatologia e Psicoterapia (Abrafipp). E-mail: ileno@unb.br

Isabel Cristina Gomes – Doutora em Psicologia Clínica pela USP, professora e orientadora do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica do Ipusp, psicoterapeuta de abordagem psicanalítica. E-mail: isagomes@ajato.com.br

Lídia Levy – Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-Rio, professora assistente e coordenadora do Curso de Graduação do Departamento de Psicologia da PUC-Rio, psicóloga voluntária na Primeira Vara da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro, psicanalista, membro da SPID e da SPCRJ. E-mail: llevy@psi.puc-rio.br

Maria Consuêlo Passos – Doutora em Psicologia Social pela PUC-SP, professora titular da PUC-SP e da Unimarco, onde coordena o Núcleo de Estudo e Pesquisa em Família e Psicanálise, psicanalista. E-mail: mcpassos@uol.com.br

Maria de Fátima Araújo – Doutora em Psicologia Social pela USP-SP, professora do Departamento de Psicologia Clínica e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Unesp/Assis, coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Violência e Relações de Gênero, Psicodramatista. E-mail: fatimaraujo@uol.com.br

Maria do Carmo C. de Almeida Prado – Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-Rio, psicóloga do Instituto de Psicologia da UERJ, coordenadora do Curso de Especialização em Terapia Familiar Psicanalítica da UERJ, psicanalista, membro associado da SPBRJ e do GEP-Rio 3. E-mail: cintradealmeidaprado@yahoo.com.br

Maria Lúcia Rocha-Coutinho – Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-Rio, bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, professora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – EIcos/UFRJ. E-mail: mlrochac@imagelink.com.br

Paulo Roberto Ceccarelli – Doutor em Psicopatologia Fundamental e Psicanálise pela Universidade de Paris VII, professor adjunto III no Departamento de Psicologia da PUC-Minas, membro da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental, psicanalista do Círculo Psicanalítico de Minas Gerais, membro da Société de Psychanalyse Freudienne, em Paris, França, conselheiro efetivo do X Plenário do Conselho Regional de Psicologia da Quarta Região. E-mail: pr@ceccarelli.psc.br/Homepage: www.ceccarelli.psc.br

Roberta Romagnoli – Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-SP, professora adjunta III do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da PUC-Minas/Unidade Betim. E-mail: robertaroma@uaivip.com.br

Teresa Cristina Carreteiro – Doutora em Psicologia pela Universidade de Paris VII, com Pós-doutorado em Sociologia Clínica pela Universidade de Paris VII, professora titular do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFF, membro do Laboratoire de Changement Social da Universidade de Paris VII, bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, Psicanalista do Espaço Brasileiro de Estudos de Psicanálise. E-mail: tecar2@uol.com.br

Terezinha Féres-Carneiro – Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-SP, com Pós-doutorado em Psicoterapia de Família e Casal pela Universidade de Paris V, professora titular e coordenadora de Pós-graduação e Pesquisa do Departamento de Psicologia da PUC-Rio, bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, psicoterapeuta de família e casal. E-mail: teferca@psi.puc-rio.br

Vera Coelho – Doutora em Psicologia pela Case Western Reserve University, professora adjunta e orientadora do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade de Brasília, coordenadora, em parceria com Gláucia Diniz, do Projeto de Pesquisa e Assistência em Saúde Mental a Mulheres no Climatério. E-mail: vldc@unb.br